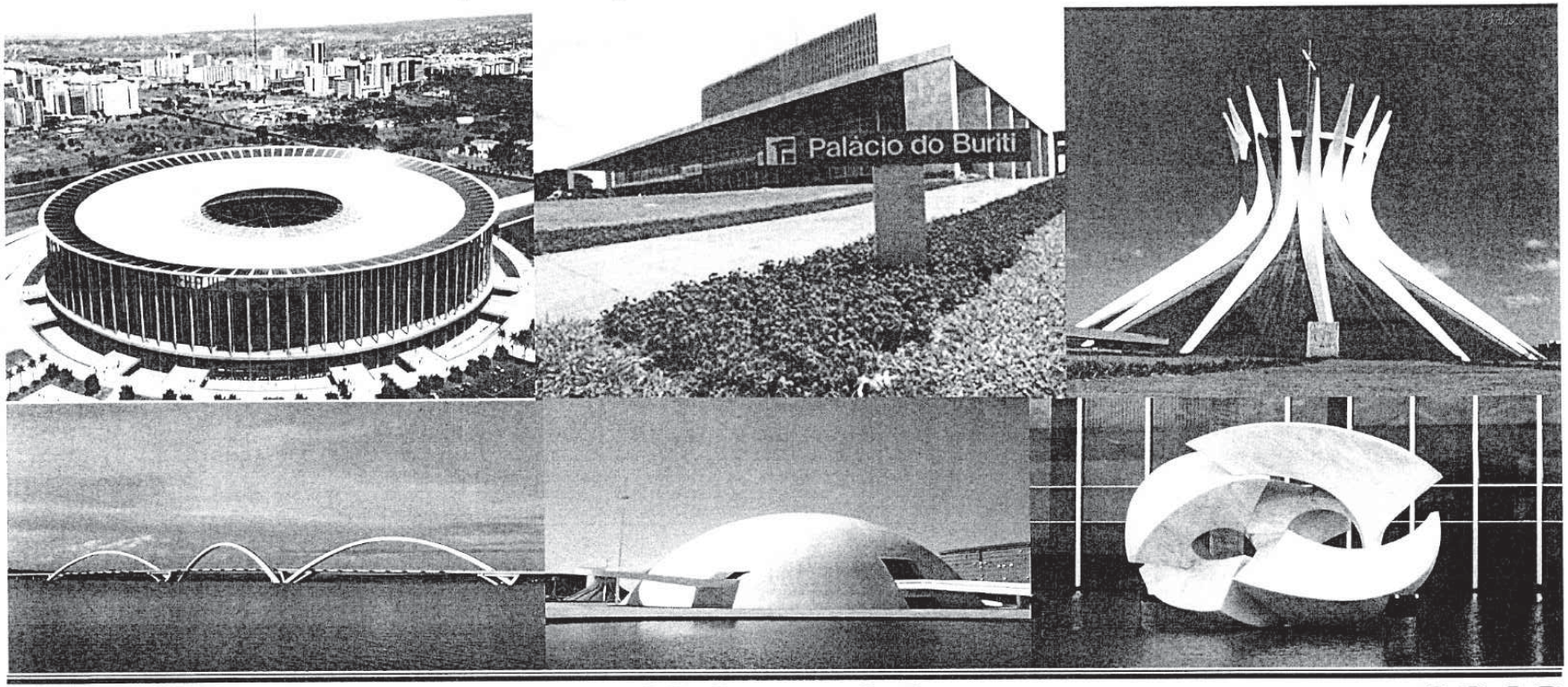
Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Transparência e Controle

Controladoria-Geral

Diretoria de Fiscalização dos Programas de Governo



Anexo VI Volume I A 2012

Relatório sobre o cumprimento de diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos, com avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão governamental, por programa.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003165

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL POR PROGRAMA DE GOVERNO

ARTIGO 138, XIV DO REGIMENTO INTERNO DO TCDF

EXERCÍCIO 2012

PARTE A

BRASÍLIA – MARÇO DE 2013
CONTROLADORIA-GERAL

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000166

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

SECRETÁRIA-ADJUNTA

ALZIRA ESTER ANGELLI

CONTROLADOR-GERAL

MARKOS FLÁVIO SALES DUARTE

CONTROLADORA-ADJUNTA DE AUDITORIAS ESPECIALIZADAS

MÍRIAM DA SILVA CARVALHO BURNETT

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMAS DE GOVERNO

GUSTAVO RODRIGUES LÍRIO

DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

GISELE ALVES DE REZENDE

CONTROLADORA-ADJUNTA DE PESSOAL

ELENE MARIA DE SOUZA LOPES MELLO

DIRETORA DE AUDITORIA DE PESSOAL INATIVO

MARIA DA CRUZ SOUZA LAGO DE CARVALHO

DIRETOR DE AUDITORIA DE PESSOAL ATIVO

WELLINGTON DE ANDRADE MOREIRA

CORPO TÉCNICO

ALEXANDRA JOFFILY DE AZEVEDO
ALISSON MELO RIOS
ANDRÉA FONSECA VENTURA DOS SANTOS
CLÁUDIA DE AZEVEDO
ELISABETH APARECIDA CANEDO COSTA
FÁBIO HENRIQUE GERALDO DOS SANTOS
FRANCISCO HÉLIO CAITANO PESSOA
HUGO LIMA ALENCAR
JOÃO ANTONIO ASSUNÇÃO E SILVA AIRES
JOÃO CARLOS SERRA MACAMBYRA
JUDITE SERAFIM DE OLIVEIRA
LEONARDO FERNANDES ALVES BATISTA
LISEANE EIGENHEER BERTONI
MANOEL LUIZ CAMILO DE MORAIS ANTUNES
MÁRCIO BRUNO CARNEIRO MONTEIRO
RAFAELA ARAUJO RATTON
ROBERTO RODRIGUES PORTELA
RODRIGO BENTO DE ANDRADE
YELENA BEZERRA LAGO

APOIO

ALINE DOS ANJOS CARNEIRO CRUZ
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA BARBOSA
JOSUÉ FERREIRA DIAS

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 000167

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2012
RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO

PARTE A

INTRODUÇÃO 1

PARTE I – CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS 2
I.1 – PLANO PLURIANUAL 3
I.2 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 9
I.3 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 9
I.3.1 – EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 10
I.3.2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 14
I.3.3 – EXECUÇÃO FÍSICA REGISTRADA NO SAG 15
I.4 – COMPATIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 16
I.4.1 – COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O PPA E A LOA 16
I.4.2 – COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A LDO E LOA 19

PARTE II – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO 26
II.1 – CONCEITOS UTILIZADOS PARA AS DIMENSÕES DE DESEMPENHO 27
II.2 – METODOLOGIA UTILIZADA NOS RELATÓRIOS PARA ANÁLISE DA EFICÁCIA, DA EFICIÊNCIA E DA EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS 29
II.2.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 30
II.2.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 33
II.2.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 34
II.3 – LIMITAÇÕES À METODOLOGIA ADOTADA 36

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

SPL PROC 039 /2013 Folha. Nº 003168

PROGRAMA TEMÁTICO 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE **37**
RESUMO 37
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 38
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 39
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 40
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS 42
II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 004 E 005 44
II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 004 E 005 45
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 46
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 48
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 48
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 54
V – CONCLUSÃO 67

PROGRAMA TEMÁTICO 6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL **68**
RESUMO 68
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 69
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 70
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 70
II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 73
II.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 74
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 75
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 76
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 76
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 77
V – CONCLUSÃO 79

PROGRAMA TEMÁTICO 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS **80**
RESUMO 80
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 80
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 83
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003 83
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 85
II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 003 E 004 86
II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 003 E 004 89
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 89
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 90
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 99
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 100
IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 102
V – CONCLUSÃO 103

SEM EFEITO

PROGRAMA TEMÁTICO 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO **104**
RESUMO 104
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 104
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 107
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 107
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005 111
II.3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 006 112
II.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 002, 005 E 006 115
II.5 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 002, 005 E 006 119
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 120
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 121
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 124
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 125
IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 133
V – CONCLUSÃO 133

PROGRAMA TEMÁTICO 6209 – ENERGIA **134**
RESUMO 134
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 134
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 138
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 141
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 142
III – RESULTADOS E ANÁLISES 142
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 142
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 145
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 148
IV – CONCLUSÃO 149

PROGRAMA TEMÁTICO 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS **150**
RESUMO 150
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 151
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 156
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 160
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 162
III – RESULTADOS E ANÁLISES 162
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 162
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 165
IV – CONCLUSÃO 176

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003169

PROGRAMA TEMÁTICO 6215 – TRÂNSITO SEGURO 177
RESUMO 177
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 177
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 181
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 183
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 184
III – RESULTADOS E ANÁLISES 185
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 209
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 214
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 217
IV – CONCLUSÃO 218

PARTE B

PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE 219
RESUMO 219
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 220
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 221
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 222
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 224
II.3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 226
II.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 228
II.5 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001,002 E 004 231
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 232
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 233
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 246
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 249
V – CONCLUSÃO 249

PROGRAMA TEMÁTICO 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA 250
RESUMO 250
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 250
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 252
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 253
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 254
II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002 256
II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002 257
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 258
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 260
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 260
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 261
IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 284
V – CONCLUSÃO 287

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

SPL PROC 039 /2013 SEM EFEITO
SEM EFEITO SEM EFEITO

PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA 288
RESUMO 288
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 288
I.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 291
I.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICOS 001 293
I.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 294
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 295
III – RESULTADOS E ANÁLISES 302
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 302
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 304
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 326
IV – CONCLUSÃO 327

PROGRAMA TEMÁTICO 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE 328
RESUMO 328
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 328
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 330
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 331
II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 335
II.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 337
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 339
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 340
IV.2 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 395
IV.3 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 398
V – CONCLUSÃO 398

PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA 399
RESUMO 399
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 399
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 404
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 405
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 406
III – RESULTADOS E ANÁLISES 407
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 415
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 419
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 422
IV – CONCLUSÃO 423

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003170

PROGRAMA TEMÁTICO 6230 – TURISMO **424**
RESUMO 424
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 424
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 428
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 429
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 430
III – RESULTADOS E ANÁLISES 431
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 431
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 432
IV – CONCLUSÃO 465

PARTE III – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONT/STC – EXERCÍCIO 2011 **466**
III.1 – MONITORAMENTO: ANÁLISES DAS RECOMENDAÇÕES, POR AMOSTRA 473

PARTE IV – CONCLUSÕES **480**
IV.1 – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES – PCA GOV 2011 480
IV.2 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO 480
IV.3 – CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS 482

SFL PROC 039 /2013

SEM EFEITO SFL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO EXERCÍCIO 2012

INTRODUÇÃO

O presente Relatório compõe a Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2012, a ser encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, conforme disposto no inciso XVII do artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.

A Controladoria-Geral da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, por meio da Diretoria de Fiscalização de Planos e Programas de Governo – DIFIP e da Diretoria de Fiscalização dos Instrumentos de Ação Governamental – DIFIS, elaborou este Relatório em cumprimento aos dispositivos da LODF e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, transcritos a seguir:

> LODF – Art. 80. Os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
>
> I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Distrito Federal; [...]
>
> RI/TCDF – Art. 138. As contas a serem apresentadas pelo Governador, conforme estabelece o art. 100, inciso XVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, nelas incluídas as do Poder Legislativo, deverão conter os seguintes elementos:
>
> [...]
>
> XIV – relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos, com avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão governamental, por programa de governo.

O presente Relatório foi estruturado em quatro partes.

Na Parte I são abordados os instrumentos de planejamento utilizados no ciclo orçamentário e apresentados dados estatísticos de todo o universo de Programas de Governo, obtidos a partir do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, por meio do extrator de dados *Discoverer*.

Na Parte II é apresentada a avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia de uma amostra dos Programas de Governo. Este trabalho é resultado das Auditorias

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003171

de Programas conduzidas no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 e utiliza, além dos dados provenientes dos sistemas governamentais, informações obtidas por meio de solicitações de auditoria, visitas *in loco*, análise de processos e outras técnicas de auditoria.

Na Parte III é apresentada uma breve consolidação dos resultados quanto ao monitoramento das recomendações constantes dos RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL dos Programas de Governo avaliados em 2011.

Na Parte IV são apresentadas as conclusões sobre os pontos discutidos nas Partes I, II e III.

PARTE I – CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS

A LODF estabelece no artigo 147 que: "o orçamento público, expressão física, social, econômica e financeira do planejamento governamental, será documento formal de decisões sobre a alocação de recursos e instrumento de consecução, eficiência e eficácia da ação governamental". O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA são os principais instrumentos de planejamento que compõem o orçamento do Distrito Federal. Instituídos por lei, tratam das diretrizes, objetivos e metas da administração pública e orientam a ação governamental na consecução das metas estabelecidas, buscando atender aos preceitos de eficiência, eficácia e economicidade. Os artigos 166, 168 e 169, ambos da LODF, delineiam a aplicabilidade dos instrumentos básicos, conforme transcrito a seguir:

> Art. 166. O plano plurianual, a ser aprovado em lei, é instrumento básico que detalha diretrizes, objetivos e metas quantificadas física e financeiramente, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas a programas de duração continuada.
>
> Parágrafo único. O plano plurianual será elaborado em consonância com o plano de desenvolvimento econômico e social, para o período de quatro anos, incluído o primeiro ano da administração subseqüente.
>
> [...]
>
> Art. 168. A lei de diretrizes orçamentárias é instrumento básico que compreende as metas e prioridades da administração pública do Distrito Federal para o exercício subsequente e deverá:
>
> I – dispor sobre as alterações da legislação tributária;
>
> II – estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
>
> III – servir de base para a elaboração da lei orçamentária anual;

SPL PROC 039 /2013 Folha 003171-Verso

IV – ser proposta pelo Executivo e aprovada pelo Legislativo.

Art. 169. O orçamento anual é instrumento básico de detalhamento financeiro das receitas e das despesas para o exercício subsequente ao de sua aprovação, na forma da lei.

I.1 – PLANO PLURIANUAL

Para o quadriênio 2012/2015 o Governo do Distrito Federal – GDF passou a adotar uma nova estrutura para o Plano Plurianual – PPA, baseada no modelo utilizado pela União, mas com algumas adaptações. Os principais motivos para essa mudança foram:

- Buscar um caráter mais estratégico, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas;
- Definir os espaços de atuação do Plano e do Orçamento;
- Comunicar à sociedade os principais objetivos do Governo e suas metas, de maneira mais simples e direta;
- Estabelecer melhores condições para tratamento da multissetorialidade que caracteriza as diversas políticas públicas, bem como organizá-las a partir dos diferentes recortes territoriais possíveis.

O PPA 2012/2015 foi instituído pela Lei nº 4.742/2011, e é integrado por três anexos: Anexo I – Contextualização do Distrito Federal, Anexo II – Estruturação e Base Estratégica e Anexo III – Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e respectivas ações orçamentárias.

Os 101 Programas de Governo do PPA anterior foram estruturados em 10 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e 32 Programas Temáticos, os quais ainda são subdivididos em 123 Objetivos Específicos, com metas e indicadores próprios e com ações orçamentárias vinculadas. Dessa forma, observa-se que a atual denominação de Objetivo Específico é o que mais se assemelha à antiga estrutura de Programa de Governo.

Na Tabela 1 são apresentados os valores do PPA 2012/2015 para o exercício de 2012, divididos por tipo de Programa e por fonte de recurso. Para efeito de elaboração do PPA utilizou-se o termo "Fonte Tesouro" para relacionar todos os valores a serem consignados no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, enquanto que o termo "Outras Fontes" representa os recursos provenientes do Orçamento de Investimentos e do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF. Ressalta-se que o Orçamento de Dispêndio das Estatais não está incluído no PPA.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003172

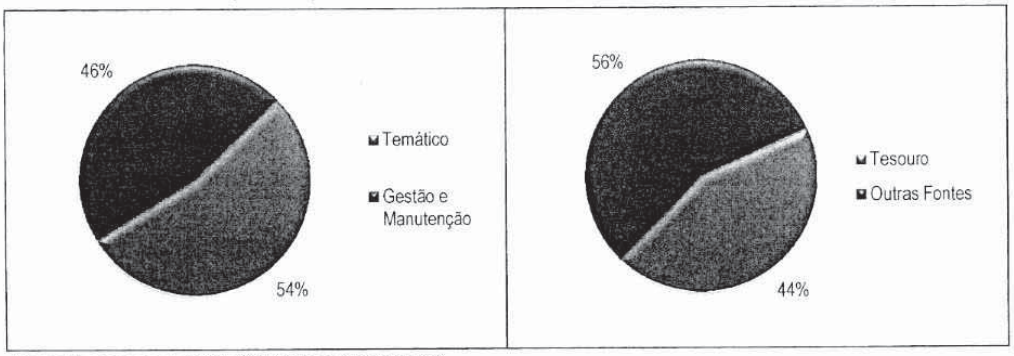
TABELA 1 – VALORES DO PPA 2012/2015 PARA O EXERCÍCIO 2012 R$1.000

TIPO DE PROGRAMA	FONTE DE RECURSOS		TOTAL
	TESOURO	OUTRAS FONTES	
TEMÁTICO	6.723.054	7.285.820	**14.008.874**
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	4.811.054	7.348.500	**12.159.554**
TOTAL	**11.534.108**	**14.634.320**	**26.168.428**

FONTE: BANCO DE DADOS PPA 2004/2015 DO DISCOVERER

A Figura 1 ilustra as informações contidas na Tabela 1, apresentando a distribuição percentual dos recursos, por tipo de programa e fonte.

FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES PREVISTOS NO PPA, POR TIPO DE PROGRAMA (ESQUERDA) E ORIGEM DOS RECURSOS (DIREITA)



FONTE: BANCO DE DADOS PPA 2004/2015 DO DISCOVERER

Observa-se que a atividade finalística do Governo, caracterizada pela execução dos Programas Temáticos, representa 54% do total dos recursos previstos no PPA para o exercício 2012.

Em substituição aos quatro Macro-objetivos presentes no PPA anterior, o Plano Plurianual 2012/2015 definiu sete Macrodesafios (a numeração entre parênteses refere-se à codificação utilizada para referenciar os Macrodesafios neste relatório):

- REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS E SUPERAR A EXTREMA POBREZA NO DF E RIDE, GARANTINDO RENDA, PROPORCIONANDO ACESSO AOS SERVIÇOS, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA, NAS ÁREAS URBANAS E RURAL (1).
- GARANTIR AO CIDADÃO UM ATENDIMENTO DE SAÚDE INTEGRAL E HUMANIZADO (2).

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº

- PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS (3).
- AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO A MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS (4).
- GARANTIR SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO USO INTELIGENTE DOS RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS (5).
- DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DF (6).
- REALIZAR UMA GESTÃO EFICAZ, TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA, COM FOCO NO CIDADÃO (7).

Na Tabela 2 é apresentada a vinculação entre os Programas Temáticos e os Macrodesafios, conforme informação extraída do Anexo II do PPA 2012/2015.

TABELA 2 – VINCULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS TEMÁTICOS E OS MACRODESAFIOS

PROGRAMA		MACRODESAFIOS							TOTAL DE MACRODESAFIOS POR PROGRAMA
CÓD.	DESCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	
0150	BRASÍLIA SUSTENTÁVEL				X				1
1350	PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF				X				1
6201	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	X			X		X		3
6202	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		X						1
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO							X	1
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA							X	1
6205	CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL			X			X		2
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS			X			X		2
6207	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						X		1
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO				X				1
6209	ENERGIA				X				1
6210	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS				X				1
6211	GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL	X			X				2
6212	RESÍDUOS SÓLIDOS				X				1
6213	SANEAMENTO	X			X				2
6214	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	X					X		2
6215	TRÂNSITO SEGURO				X	X			2
6216	TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE				X				1
6217	SEGURANÇA PÚBLICA					X			1
6218	HABITAÇÃO				X				1

SEL FRCC 039 /2013 Folha Nº 003073

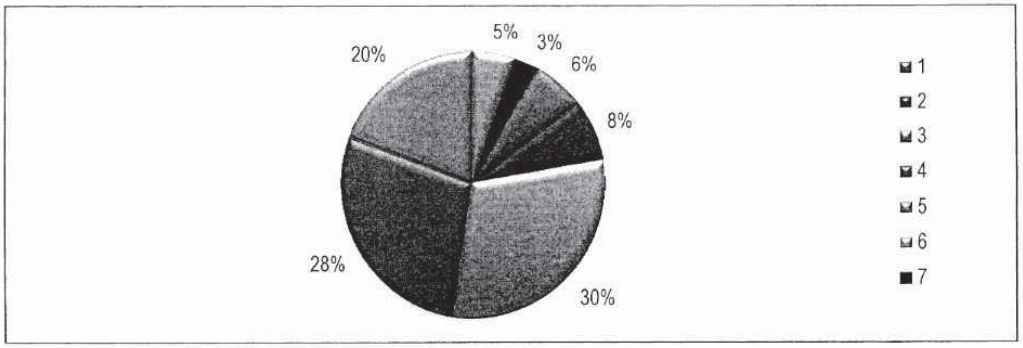
TABELA 2 – VINCULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS TEMÁTICOS E OS MACRODESAFIOS

PROGRAMA		MACRODESAFIOS							TOTAL DE MACRODESAFIOS POR PROGRAMA
CÓD.	DESCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	
6219	CULTURA			X					1
6220	EDUCAÇÃO SUPERIOR			X					1
6221	EDUCAÇÃO BÁSICA			X					1
6222	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	X						X	2
6223	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE	X							1
6224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	X						X	2
6225	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA				X				1
6226	PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES				X				1
6227	GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	X							1
6228	TRANSFERÊNCIA DE RENDA	X							1
6229	EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES	X							1
6230	TURISMO						X		1
	TOTAL DE PROGRAMAS TEMÁTICOS POR MACRODESAFIO	10	1	5	14	2	6	4	42

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Observa-se que nove Programas Temáticos contribuem para mais de um Macrodesafio, o que dificulta a obtenção de um valor exato que represente a participação de cada Macrodesafio no PPA. Para obtenção de um valor aproximado, nos casos de Programas com participação em mais de um Macrodesafio, dividiu-se o valor associado ao Programa pela quantidade apresentada na última coluna da Tabela 2. Na Figura 2 é apresentada a distribuição dos valores associados aos Programas Temáticos, por Macrodesafio, para o exercício 2012.

FIGURA 2 – RECURSOS REFERENTES AOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR MACRODESAFIO – PPA EXERCÍCIO 2012



FONTE: SIGGO/*DISCOVERER*

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 00

Destaca-se a participação de 30% do MACRODESAFIO 3 – PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS – no total de recursos previstos para os Programas Temáticos. Isso se deve principalmente ao fato da folha de pagamento dos professores da rede pública de ensino estar sendo custeada pelo PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA, por entender-se que este seja um gasto relacionado à atividade fim. Observa-se que o mesmo critério não foi utilizado na área da saúde, onde todos os gastos com pessoal foram alocados em programa de gestão, manutenção e serviços ao estado.

A vinculação entre os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e os Macrodesafios é apresentada na Tabela 3.

TABELA 3 – VINCULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS DE GESTÃO E OS MACRODESAFIOS

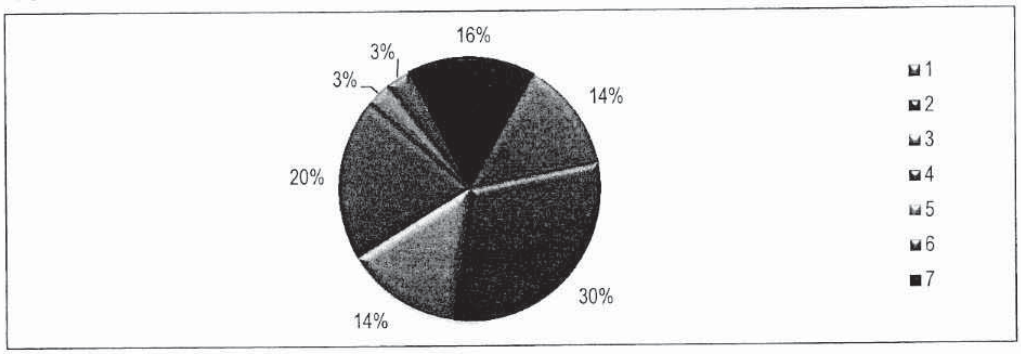
PROGRAMA		MACRODESAFIOS							TOTAL DE MACRODESAFIOS POR PROGRAMA
CÓD.	DESCRIÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	
6001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	X		X	X		X		4
6002	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA			X					1
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA							X	1
6004	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	X			X				2
6005	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO							X	1
6006	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE				X				1
6007	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE		X						1
6008	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA				X	X			2
6009	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	X		X	X		X	X	5
6010	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE				X				1
	TOTAL DE PROGRAMAS DE GESTÃO POR MACRODESAFIO	4	3	6	10	6	8	10	19

FONTE: PPA 2012/2015

Na Figura 3 é apresentada a distribuição dos valores associados aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, por Macrodesafio, para o exercício 2012.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003174

FIGURA 3 – RECURSOS REFERENTES AOS PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO POR MACRODESAFIO – PPA EXERCÍCIO 2012



FONTE: SIGGo/*DISCOVERER*

Na Tabela 4 é apresentada uma consolidação dos dados referentes ao exercício 2012 do PPA vigente, com a distribuição, por Macrodesafio, dos recursos associados aos dois tipos de programas existentes, bem como dos valores totalizados.

TABELA 4 – VALORES E PARTICIPAÇÃO DOS MACRODESAFIOS NO PPA **R$1.000**

MACRODESAFIO	PROGRAMAS DE GESTÃO		PROGRAMAS TEMÁTICOS		TOTAL	
	VALOR	PARTICIPAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
1	1.643.350	13,5	878.979	6,3	2.522.330	9,6
2	3.663.000	30,1	1.072.826	7,7	4.735.828	18,1
3	1.734.850	14,3	4.227.035	30,2	5.961.888	22,8
4	2.448.350	20,1	3.964.943	28,3	6.413.297	24,5
5	371.000	3,1	2.713.954	19,4	3.084.959	11,8
6	361.850	3,0	735.725	5,3	1.097.581	4,2
7	1.935.600	15,9	415.409	3,0	2.351.016	9,0
TOTAL	12.158.000	100,0	14.008.871	100,0	26.166.872	100,0

FONTE: SIGGo/DISCOVERER

Observa-se que o Macrodesafio 4 – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO A MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS – é o que apresenta maior participação no PPA, respondendo por um quarto dos recursos totais previstos para 2012.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 0037

I.2 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO é o instrumento básico de planejamento que estabelece metas e prioridades governamentais, orienta a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e define normas que garantam o equilíbrio entre receita e despesa. Foi instituída pela Lei nº 4.614, de 12 de agosto de 2011, tendo sido alterada apenas em 24/05/2012, para a manutenção do Inciso II do Art. 4º e do Art. 12, que haviam sido vetados pelo Governador.

A LDO 2012 especifica, em seu Anexo I – METAS E PRIORIDADES (publicado no Suplemento A do Diário Oficial do DF do dia 30/12/2011), 102 Subtítulos prioritários, distribuídos em 24 Programas Temáticos. Desse total, apenas 36 Subtítulos foram incluídos na Lei pelo Poder Executivo, sendo que as 66 prioridades restantes foram adicionadas por meio de Emendas Parlamentares à LDO.

I.3 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual – LOA estima as receitas e autoriza as despesas para o exercício financeiro a que se destina, devendo ser compatível com o PPA e com a LDO.

A LOA 2012 foi legitimada pela Lei nº 4.744/2011 e contemplou todos os 42 programas previstos no PPA 2012-2015. A referida Lei contempla três esferas orçamentárias: Fiscal, Seguridade Social e Investimento. Na Tabela 5 são apresentadas as Dotações Iniciais, as Despesas Autorizadas e os valores liquidados por esfera orçamentária.

TABELA 5 – EXECUÇÃO FINANCEIRA LOA 2012 POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA **R$1.000**

ESFERA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	LIQUIDADO (C)		(C/B)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	%*	VALOR	%*	%	VALOR	%*	%
1	FISCAL	11.193.410	71,4	12.975.432	71,6	115,9	9.749.149	72,4	75,1
2	SEGURIDADE SOCIAL	2.821.704	18,0	3.665.705	20,2	129,9	2.724.339	20,9	74,3
SUBTOTAL FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		**14.015.114**	**89,4**	**16.641.137**	**91,8**	**118,7**	**12.473.488**	**93,2**	**75,0**
3	INVESTIMENTO	1.666.086	10,6	1.489.222	8,2	89,4	906.359	6,8	60,9
	TOTAL	15.681.201	100,0	18.130.359	100,0	115,6	13.379.847	100,0	73,8

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 14/01/2013
*Percentual do valor de cada linha em relação ao Total

SPL PROC 037 /2013 Folha Nº 000175

Dentre as esferas orçamentárias, observa-se que o Orçamento de Investimento apresenta o menor percentual de execução em relação à Despesa Autorizada.

I.3.1 – EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Na Tabela 6 é apresentada a execução orçamentário-financeira dos Programas de Gestão presentes nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com posição em 31/12/2012.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA – PROGRAMAS DE GESTÃO **R$1.000**

PROGRAMA		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA		(B/A)	EMPENHADO (C)	(C/B)	LIQUIDADO (D)	(D/B)
CÓD.	DESCRIÇÃO		VALOR (B)	% *	%		%		%
6001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	237.323	212.906	3,6	89,7	204.706	96,1	199.066	93,5
6002	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA	655.055	224.906	3,8	34,3	214.334	95,3	205.213	91,2
6003	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	1.294.539	1.552.266	25,9	119,9	1.481.757	95,5	1.452.599	93,6
6004	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	270.920	339.388	5,7	125,3	320.798	94,5	309.635	91,2
6005	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO	584.149	548.618	9,1	93,9	523.668	95,5	492.075	89,7
6006	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE	219.220	228.922	3,8	104,4	213.576	93,3	210.033	91,7
6007	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE	1.101.643	1.519.640	25,3	137,9	1.498.182	98,6	1.465.729	96,5
6008	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA	397.570	491.619	8,2	123,7	411.900	83,8	382.859	77,9
6009	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL	556.036	557.881	9,3	100,3	555.065	99,5	548.583	98,3
6010	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE	290.730	320.538	5,3	110,3	289.916	90,4	276.683	86,3
	TOTAL	**5.607.186**	**5.996.684**	**100,0**	**106,9**	**5.713.902**	**95,3**	**5.542.476**	**92,4**

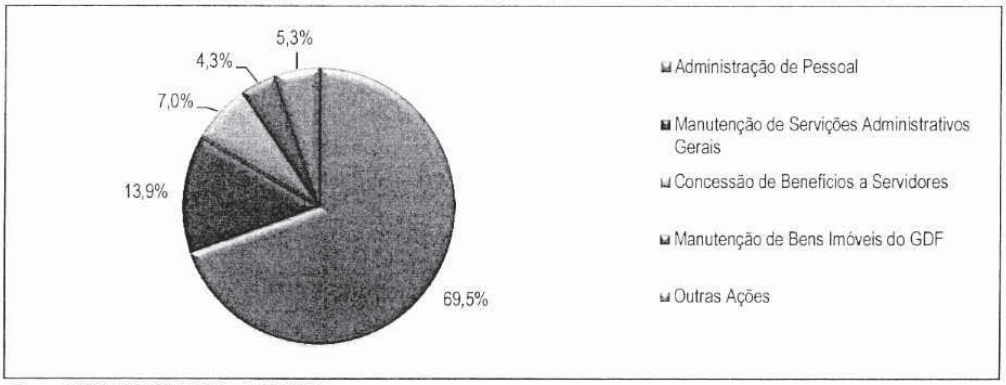
FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 15/01/2013

*Percentual de cada Programa em relação ao total dos Programas Temáticos

Observa-se o elevado percentual de execução, tanto orçamentário quanto financeiro, associado aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Isso deve-se, principalmente, à situação demonstrada na figura a seguir.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 0031.75-Ve

FIGURA 4 – PARTICIPAÇÃO DAS AÇÕES NA DESPESA AUTORIZADA DOS PROGRAMAS DE GESTÃO



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 15/01/2013

Observa-se que 76,5% da Despesa Autorizada para os Programas de Gestão estão concentrados nas Ações Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a Servidores. Esse tipo de gasto é de fácil estimativa e o seu pagamento é garantido, resultando no elevado percentual de execução do referido tipo de Programa.

Na Tabela 7 é apresentada a execução orçamentário-financeira dos Programas Temáticos, presentes nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com posição em 31/12/2012.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA – PROGRAMAS TEMÁTICOS R$1.000

PROGRAMA		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA		(B/A)	EMPENHADO	(C/B)	LIQUIDADO	(D/B)
COD.	DESCRIÇÃO		VALOR (B)	% *	%	(C)	%	(D)	%
150	BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	3.480	4.649	0,0	133,6	4.623	99,4	4.476	96,3
1350	PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF	77.673	57.720	0,5	74,3	758	1,3	586	1,0
6201	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	24.164	45.947	0,4	190,1	30.438	66,2	28.415	61,8
6202	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	1.187.774	1.524.220	14,3	128,3	1.173.769	77,0	874.732	57,4
6203	APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO	392.631	435.345	4,1	110,9	256.631	58,9	188.407	43,3
6204	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	1.539	311	0,0	20,2	152	48,8	138	44,2
6205	CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	156.365	177.987	1,7	113,8	51.707	29,1	37.024	20,8
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	401.012	724.104	6,8	180,6	600.004	82,9	583.221	80,5
6207	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	553.113	546.758	5,1	98,9	299.536	54,8	296.871	54,3
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO	415.875	948.373	8,9	228,0	478.980	50,5	397.331	41,9
6209	ENERGIA	147.912	158.849	1,5	107,4	156.691	98,6	137.236	86,4
6210	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	13.515	21.406	0,2	158,4	6.439	30,1	5.108	23,9

SEI PRCG 037 /2013 Folha Nº 003176

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA – PROGRAMAS TEMÁTICOS **R$1.000**

PROGRAMA		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA		(B/A) %	EMPENHADO (C)	(C/B) %	LIQUIDADO (D)	(D/B) %
CÓD.	DESCRIÇÃO		VALOR (B)	%*					
6211	GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL	74.309	75.615	0,7	101,8	53.892	71,3	47.706	63,1
6212	RESÍDUOS SÓLIDOS	177.252	215.169	2,0	121,4	211.595	98,3	207.918	96,6
6213	SANEAMENTO	181.654	162.277	1,5	89,3	1.926	1,2	826	0,5
6214	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	28.342	45.208	0,4	159,5	15.129	33,5	13.861	30,7
6215	TRÂNSITO SEGURO	119.197	173.099	1,6	145,2	104.981	60,6	95.724	55,3
6216	TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	803.511	1.032.518	9,7	128,5	463.893	44,9	405.116	39,2
6217	SEGURANÇA PÚBLICA	127.159	200.091	1,9	157,4	98.722	49,3	78.390	39,2
6218	HABITAÇÃO	69.344	137.355	1,3	198,1	15.427	11,2	9.207	6,7
6219	CULTURA	129.202	176.991	1,7	137,0	129.495	73,2	112.422	63,5
6220	EDUCAÇÃO SUPERIOR	10.586	9.429	0,1	89,1	5.747	60,9	5.747	60,9
6221	EDUCAÇÃO BÁSICA	3.094.533	3.425.195	32,2	110,7	3.244.329	94,7	3.128.200	91,3
6222	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	72.479	114.695	1,1	158,2	104.814	91,4	95.886	83,6
6223	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE	29.255	56.015	0,5	191,5	48.827	87,2	34.324	61,3
6224	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	2.024	2.309	0,0	114,1	965	41,8	863	37,4
6225	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	4.118	5.146	0,0	125,0	76	1,5	76	1,5
6226	PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES	1.280	153	0,0	11,9	153	99,9	153	99,9
6227	GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	19.378	50.132	0,5	258,7	48.577	96,9	44.046	87,9
6228	TRANSFERÊNCIA DE RENDA	71.241	99.470	0,9	139,6	97.211	97,7	92.403	92,9
6229	EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES	2.295	3.431	0,0	149,5	811	23,6	474	13,8
6230	TURISMO	15.716	14.487	0,1	92,2	5.900	40,7	4.069	28,1
	TOTAL	**8.407.928**	**10.644.454**		**126,6**	**7.712.199**	**72,5**	**6.930.954**	**65,1**

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 15/01/2013

*Percentual de cada Programa em relação ao total dos Programas Temáticos

Observa-se que os percentuais de execução orçamentário-financeira associados aos Programas Temáticos atingiram números inferiores aos dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Esse fato demonstra a limitada atuação governamental nas áreas finalísticas, quando comparada à área meio.

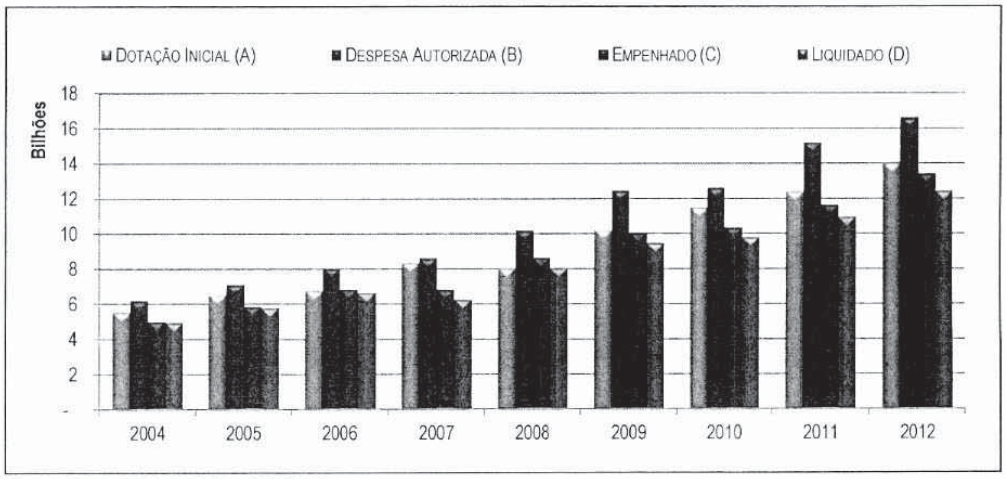
Chama a atenção o fato de alguns Programas Temáticos terem obtido um percentual de execução orçamentária inferior a 2%, como foi o caso dos Programas 1350 – PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF, 6213 – SANEAMENTO E 6225 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003176-Verso

No sentido oposto destaca-se o Programa 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA que, mesmo possuindo o maior orçamento dentre todos os Programas Temáticos, conseguiu empenhar 94,7% de sua Despesa Autorizada. Contribui fortemente para esse comportamento o fato da folha de pagamento dos professores da rede pública do DF ter sido custeada pelo Programa, situação já apresentada nos comentários à Figura 2. Na prática, 79% dos empenhos do Programa foram realizados na Ação 8502 – Administração de Pessoal.

Em 2012, o comportamento da execução orçamentário-financeira dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social seguiu o padrão verificado ao longo da série histórica dos últimos oito anos, como pode ser visto na Figura 5.

FIGURA 5 – SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 15/01/2013

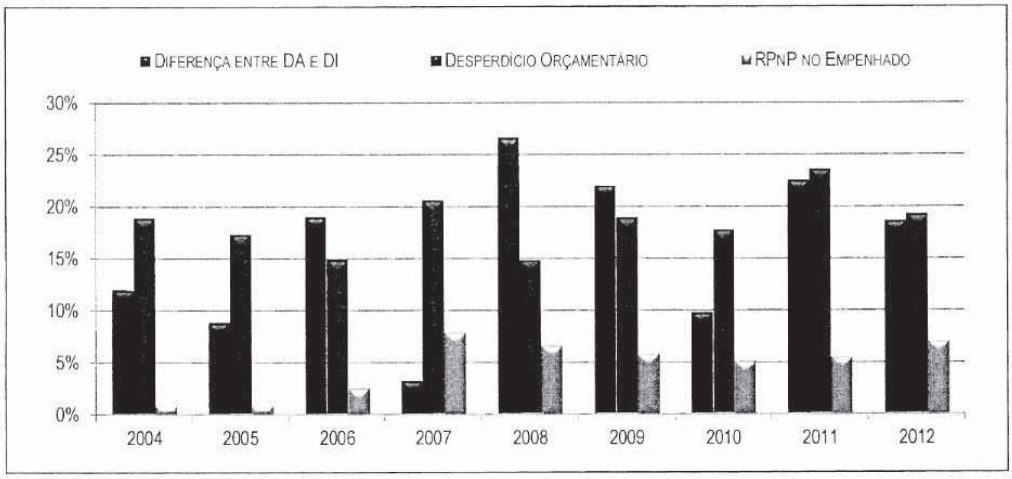
Em 2012, assim como vem sempre ocorrendo, a Despesa Autorizada superou a Dotação Inicial, no entanto, o total dos valores empenhados não conseguiu superar a referida Dotação.

Conceitualmente, a Despesa Autorizada – DA representa os recursos efetivamente disponíveis para empenho pelos gestores. No entanto, verifica-se que algumas fontes de recursos que alimentam a DA durante o exercício, embora previstas mediante a assinatura de convênios ou contratos de empréstimo, não chegam a se concretizar devido ao não cumprimento das cláusulas condicionantes para liberação dos recursos. Esse fato gera a distorção do campo "Despesa Autorizada" e a ideia equivocada de que os gestores estão deixando de utilizar recursos disponíveis.

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003177

Na Figura 6 são apresentadas algumas relações entre os parâmetros da execução orçamentário-financeira ao longo da série histórica.

FIGURA 6 – RELAÇÕES ENTRE OS PARÂMETROS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 15/01/2013
DA – DESPESA AUTORIZADA DI – DOTAÇÃO INICIAL RPNP – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Desperdício Orçamentário = (DA - Empenhado)/DA

Verifica-se que o Desperdício Orçamentário, de 19% da Despesa Autorizada, constatado em 2012 ficou situado na faixa de 15 a 20% normalmente observada durante a série histórica.

I.3.2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Na Tabela 8 é apresentada a execução orçamentário-financeira associada ao orçamento de investimento no exercício de 2012.

TABELA 8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA POR PROGRAMA DE GOVERNO R$1.000

PROGRAMA		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA		(B/A) %	LIQUIDADO (C)	(C/B) %
CÓD.	DESCRIÇÃO		VALOR (B)	% *			
6001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4.500	3.600	0,2	80,0	1.553	43,1
6004	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	142.531	49.225	3,3	34,5	21.658	44,0
	SUBTOTAL PROGRAMAS DE GESTÃO	**147.031**	**52.825**	**3,5**	**114,5**	**23.211**	**87,1**
6010	GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO -	0	0	0,0	0,0	0	0,0

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003177-Verso

TABELA 8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA POR PROGRAMA DE GOVERNO R$1.000

PROGRAMA Cód.	Descrição	Dotação Inicial (A)	Despesa Autorizada Valor (B)	% *	(B/A) %	Liquidado (C)	(C/B) %
	TRANSPORTE						
6201	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	4.500	5.400	0,4	120,0	5	0,1
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	363.500	537.490	36,1	147,9	486.663	90,5
6207	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	55.652	65.707	4,4	118,1	41.573	63,3
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO	231.000	196.577	13,2	85,1	80.900	41,2
6209	ENERGIA	413.640	147.392	9,9	35,6	138.150	93,7
6213	SANEAMENTO	404.613	447.583	30,1	110,6	111.195	24,8
6216	TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	24.200	21.367	1,4	88,3	19.585	91,7
6219	CULTURA	6.300	5.586	0,4	88,7	2.498	44,7
6225	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	7.250	3.925	0,3	54,1	1.145	29,2
6230	TURISMO	8.400	5.369	0,4	63,9	1.436	26,7
	SUBTOTAL PROGRAMAS TEMÁTICOS	**1.519.055**	**1.436.396**	**96,5**	**94,6**	**883.150**	**61,5**
	TOTAL	**1.666.086**	**1.489.222**	**100,0**	**89,4**	**906.359**	**60,9**

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 15/01/2013
*Percentual de cada linha em relação ao total

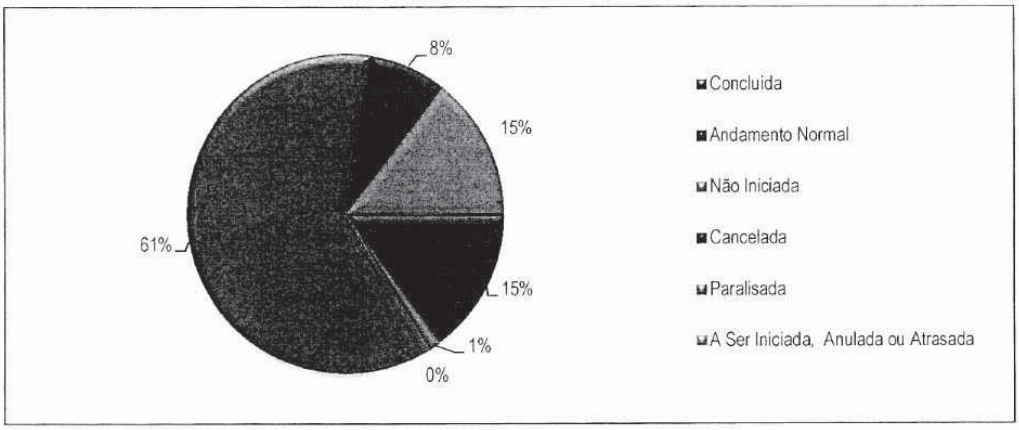
I.3.3 – EXECUÇÃO FÍSICA REGISTRADA NO SAG

Tanto o PPA, quanto a LDO e a LOA estabelecem metas físicas (produto + unidade de medida + quantidade prevista) para suas Ações e Subtítulos. No entanto, ainda não há, no âmbito do DF, sistemas que forneçam os dados referentes aos resultados alcançados para esses níveis da estrutura programática. O Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG é utilizado para formalizar o planejamento e acompanhar a execução física das Ações orçamentárias e Subtítulos por meio do cadastramento de Etapas, as quais possuem, entre outros campos, "unidade de medida", "quantidade prevista" e "etapa realizada". Esse último campo deve ser atualizado bimestralmente com a informação da realização física referente à descrição da Etapa.

Em 2012 foram cadastradas um total de 3.771 Etapas no SAG, sendo apresentada na Figura 7 a distribuição estatística de seus estágios no sexto bimestre.

SEL PROC 039/2013 Folha Nº 003178

FIGURA 7 – ESTATÍSTICA DO ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DE 2012



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 31/01/2013

I.4 – COMPATIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A análise de compatibilidade entre os instrumentos de planejamento será feita entre PPA e LOA e entre LDO e LOA.

I.4.1 – COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O PPA E A LOA

Conforme mencionado na apresentação da Tabela 1, a fonte de recursos do PPA denominada "Tesouro" representa todos os valores a serem consignados nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da LOA. Referente a esses parâmetros observa-se que o total previsto na fonte "Tesouro" do PPA foi de R$11,5 bilhões (Tabela 1), enquanto que o total das dotações iniciais dos referidos orçamentos chegou a R$14 bilhões (Tabela 5), o que representa um aumento de 21,7% entre PPA e LOA.

Em 2012, todos os 42 Programas elencados no PPA 2012/2015 foram contemplados na LOA, mas, das 679 Ações Orçamentárias previstas no primeiro instrumento de planejamento, apenas 552 foram contempladas Lei Orçamentária. A Tabela 9 apresenta a lista das Ações previstas no PPA e não contempladas na LOA.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003178-Verso

TABELA 9 – AÇÕES PREVISTAS NO PPA E NÃO CONTEMPLADAS NA LOA

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1018	(EP) MORADIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3214	IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS E AGENDA 21 LOCAL
1020	(EP) IMPLANTAÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	3215	REFORMA DO PAVILHÃO EXPOBRASÍLIA
1035	(EP) INFORMATIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ÁREA RURAL	3216	IMPLANTAÇÃO DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO
1085	AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	3217	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INSPEÇÃO VEÍCULAR
1169	(EP) IMPLANTAÇÃO DE POSTOS POLICIAIS COMUNITÁRIOS	3218	CONSTRUÇÃO DOS CENTROS DE INSPEÇÃO VEICULAR
1237	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO SUAS	3219	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS
1241	(EP) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)	3220	PUBLICAÇÃO DO ATLAS AMBIENTAL
1278	(EP) REVITALIZAÇÃO DO LAGO PARANOÁ	3229	IMPLANTAÇÃO DE POLOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS
1284	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO	3242	RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL
1287	(EP) ALARGAMENTO DE VIAS	3245	IMPLANTAÇÃO DE PARQUE DE EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS
1295	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PARQUE CENTRO DE LAZER E CULTURA VIVA DE SOBRADINHO	3501	REFORMA DE PONTOS DE ATENDIMENTO
1413	(EP) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE MATERNO INFANTIL	3574	PERFURAÇÃO DE POÇOS
1768	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS	3590	IMPLANTAÇÃO DE ADUTORAS
1998	PROJETO - ZÔO DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	3592	IMPLANTAÇÃO DE CERCAS E ALAMBRADOS DE PROTEÇÃO
2007	(EP) CAPACITAÇÃO DE DETENTOS	3662	INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETROS EM LIGAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA
2044	(EP) CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR PRESO E DO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	3749	REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE VÍDEO INSPEÇÃO ROBOTIZADA
2054	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SISTEMA VIÁRIO	3822	CONSTRUÇÃO DE EMISSÁRIOS DE ESGOTOS SANITÁRIOS
2214	(EP) PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CERRADO E COMBATE AS QUEIMADAS	3904	REFORMA DE RESERVATÓRIOS
2265	(EP) AMIGOS DO TURISTA	3932	REGULARIZAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS
2318	(EP) TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3943	REVITALIZAÇÃO DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
2360	IDENTIDADE SOLIDÁRIA	3952	SUBSTITUIÇÃO E SETORIZAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO ÁGUA
2405	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE	3995	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS
2497	MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS	4024	GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
2996	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR	4052	PLANO DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTE PESSOAL
3004	CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	4053	ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS
3034	ADEQUAÇÕES EM LIGAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA	4103	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO
3045	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO	4130	MANUTENÇÃO DO PROJETO "CONHECER DIREITO"
3074	MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	4134	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE DE ALIMENTOS PARA A REDE SÓCIO-ASSISTENCIAL
3081	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES	4140	PLANO DE PREVENÇÃO À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO
3082	AMPLIAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO	4146	REALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS TERRAS PUBLICAS
3093	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	4150	MANUTENÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO
3094	AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS DE ENERGIA	4152	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA
3097	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	4214	IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO
3107	CONSTRUÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DE LIMPEZA	4218	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
3112	AMPLIAÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS DE LIMPEZA	4222	AÇÕES DE COMBATE À POLUIÇÃO VISUAL

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003179

TABELA 9 – AÇÕES PREVISTAS NO PPA E NÃO CONTEMPLADAS NA LOA

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
3114	REALIZAÇÃO DE AÇÕES PARA O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS	4228	MANUTENÇÃO DE UNIDADES SECCIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
3116	PUBLICAÇÃO DE MATERIAL CIENTÍFICO E TÉCNICO	4230	REGISTRO DE LOTEAMENTOS DE INTERESSE SOCIAL
3117	FORTALECIMENTO DE CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE	4237	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING
3118	CONSTRUÇÃO DO MUSEU DO CERRADO (COPA 2014)	5003	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO
3120	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA CEASA	5005	PRESERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS
3122	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO VETERINÁRIO	5010	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS
3124	CONSTRUÇÃO DE MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS	5014	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES SECCIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
3125	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE	5015	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR
3127	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL	5024	EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS
3144	REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO RURAL	5126	(EP) MODERNIZAÇÃO DA REDE GDF - NET/INTERNET
3148	ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CIRCULAÇÃO INTERMODAL	5708	CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO
3150	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	5713	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA
3151	CONFERÊNCIA DAS CIDADES	5714	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA
3153	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	5715	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS
3157	CONSTRUÇÃO DE VIADUTO W4/W5 SUL/NORTE	5725	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS
3159	REALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA PARCELAMENTO DO SOLO	6063	ENCARGOS DE ARRENDAMENTO DE USINA DA CEB LAJEADO
3160	REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTOS URBANOS	6064	ENCARGOS DE USO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO
3161	REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS	6065	AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O DISTRITO FEDERAL
3163	REALIZAÇÃO DO MAPEAMENTO REMOTO DO TERRITÓRIO DO DF	6196	AGENTE MIRIM DE DEFESA CIVIL
3164	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS MECÂNICOS DAS UNIDADES GERADORAS	7007	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
3168	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	7009	REFORMA DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA
3170	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRICOS DAS UNIDADES GERADORAS	7011	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA OS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
3171	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTO - PPP	7012	MELHORIAS NOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
3175	IMPLANTAÇÃO DE MUSEU	7037	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA
3187	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO (UACS)	7046	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS
3189	REFORMA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CRE POP)	7463	ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ADE NO DISTRITO FEDERAL - PROGRAMA PRÓ-CIDADE CEF
3195	CONSTRUÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA	7464	ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ADE NO DISTRITO FEDERAL - PROGRAMA PRÓ-CIDADE CEF
3196	REFORMA DE RESTAURANTE COMUNITÁRIO	9061	FINANCIAMENTOS VINCULADOS A INCENTIVOS CREDITÍCIOS DO ICMS
3211	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM		

FONTE: SIGGo/DISCOVERER

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003179-Verso

I.4.2 – COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A LDO E LOA

Foram identificados na LOA, apenas 59 Subtítulos Prioritários com a mesma codificação programática dos 102 Subtítulos elencados na LDO, sendo 58 no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e um no Orçamento de Investimento.

Na Tabela 10 é apresentada a execução orçamentário-financeira dos 58 Subtítulos Prioritários identificados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com a mesma codificação programática prevista na LDO.

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS **R$1.000**

PROGRAMA	AÇÃO	SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA		(B/A) %	EMPENHADO (C)	(C/B) %	LIQUIDADO (D)	(D/B) %
				VALOR (B)	% *					
1350	3019	0001	3.674	1.665	0,1	45,3	0	0,0	0	0,0
	3020	0001	2.183	3.636	0,2	166,6	758	20,9	586	16,1
	3021	0001	26.115	20.024	1,2	76,7	0	0,0	0	0,0
		0002	31.606	24.397	1,4	77,2	0	0,0	0	0,0
	3022	0001	1.267	1.167	0,1	92,1	0	0,0	0	0,0
		0002	1.409	1.309	0,1	92,9	0	0,0	0	0,0
6202	2256	2554	300	300	0,0	100,0	32	10,5	32	10,5
	3135	0003	37.799	37.006	2,1	97,9	3.566	9,6	0	0,0
	3172	0003	15.667	21.042	1,2	134,3	6.960	33,1	0	0,0
	3223	2701	500	100	0,0	20,0	80	79,5	0	0,0
6203	3046	0001	5.688	8.997	0,5	158,2	1.698	18,9	1.595	17,7
	3102	0001	7.934	7.934	0,5	100,0	400	5,0	0	0,0
	3104	0001	17.164	17.000	1,0	99,0	0	0,0	0	0,0
	6195	6005	127.181	127.181	7,3	100,0	0	0,0	0	0,0
6205	5832	0320	200	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
6206	3078	0001	340.000	652.877	37,6	192,0	547.054	83,8	546.902	83,8
	3132	0001	30	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
6207	3247	2585	200	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
		2741	100	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
6208	1101	2752	500	500	0,0	100,0	500	100,0	286	57,1
	1110	2761	200	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
		2792	500	500	0,0	100,0	476	95,2	0	0,0
		2796	250	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	3023	0009	2.384	3.129	0,2	131,2	0	0,0	0	0,0
	3058	0003	96.519	87.311	5,0	90,5	0	0,0	0	0,0
6210	1262	2840	5	5	0,0	98,0	0	0,0	0	0,0

GEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003180

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS R$1.000

PROGRAMA	AÇÃO	SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DESPESA AUTORIZADA VALOR (B)	% *	(B/A) %	EMPENHADO (C)	(C/B) %	LIQUIDADO (D)	(D/B) %
6211	3246	0001	50	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
		0005	832	520	0,0	62,5	0	0,0	0	0,0
		0009	416	260	0,0	62,5	0	0,0	0	0,0
6213	7294	0018	480	370	0,0	77,1	0	0,0	0	0,0
6215	7038	0001	33.271	31.023	1,8	93,2	0	0,0	0	0,0
6216	2469	2559	5	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1475	8121	9.400	8.731	0,5	92,9	7.605	87,1	7.605	87,1
		9547	400	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1794	0003	189.500	269.180	15,5	142,0	98.480	36,6	77.653	28,9
	3007	0003	3.049	2.211	0,1	72,5	769	34,8	403	18,2
		0004	5.109	2.593	0,1	50,8	1.183	45,6	564	21,8
		0005	3.142	2.650	0,2	84,3	539	20,3	261	9,8
	3014	0001	239.471	179.591	10,3	75,0	0	0,0	0	0,0
	3119	0003	10.200	25.840	1,5	253,3	3.509	13,6	3.151	12,2
6217	4031	2377	5	5	0,0	98,0	0	0,0	0	0,0
6218	3023	0008	5.322	3.893	0,2	73,1	2.991	76,8	2.948	75,7
	3059	0001	5.885	5.880	0,3	99,9	0	0,0	0	0,0
		0002	5.528	5.523	0,3	99,9	0	0,0	0	0,0
		0003	19.942	20.071	1,2	100,6	6.006	29,9	5.363	26,7
6219	2478	0002	450	748	0,0	166,2	748	100,0	748	100,0
	6059	2294	1.200	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
6220	9105	2311	500	500	0,0	100,0	500	100,0	500	100,0
	1092	2749	2.400	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1002	2744	3.500	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	1421	2482	700	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
6221	2387	0003	60.000	70.000	4,0	116,7	69.701	99,6	68.983	98,6
	3232	2710	400	400	0,0	100,0	0	0,0	0	0,0
	3271	9352	175	7.326	0,4	4183,9	1.236	16,9	107	1,5
6222	1269	2841	800	340	0,0	42,5	0	0,0	0	0,0
6228	4160	0001	300	0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0
	4162	0001	63.692	84.560	4,9	132,8	84.560	100,0	84.560	100,0
6229	4213	0001	650	150	0,0	23,1	0	0,0	0	0,0
TOTAL			1.386.149	1.738.445		125,4	839.351	48,3	802.247	46,1

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 30/01/2013

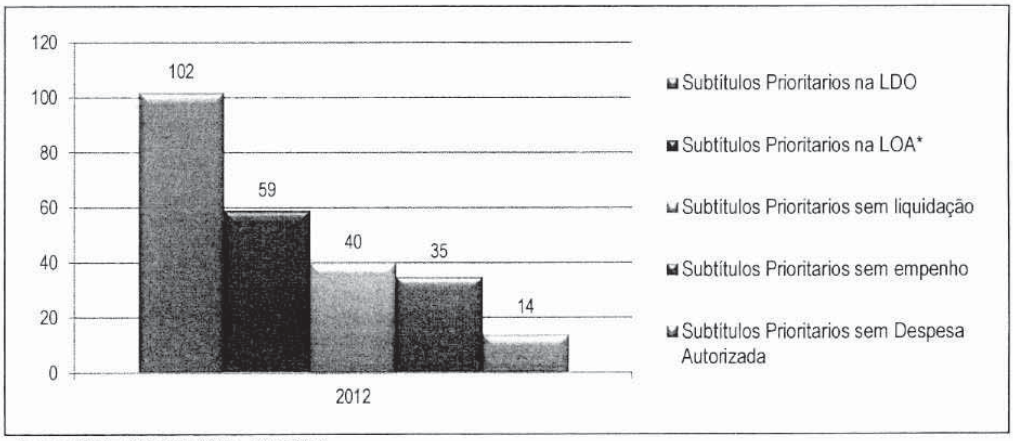
SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003180-Verso

Observa-se que o total empenhado representou 48,3% da Despesa Autorizada, valor muito inferior ao obtido para o total referente aos Programas Temáticos, que foi de 72,5% (Tabela 7). Além disso, dos 58 Subtítulos Prioritários, 35 não apresentaram valores empenhados.

A única prioridade da LDO presente no Orçamento de Investimento foi o Subtítulo 6027 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – ÁGUAS LINDAS, da Ação 7316 do Programa 6213. O subtítulo teve uma execução de 12,3% da Despesa Autorizada, ficando também, abaixo do percentual de execução associado ao Orçamento de Investimento, que foi de 60,9% (Tabela 8).

Na Figura 8 é apresentada a quantidade de Subtítulos Prioritários previstos na LDO, a quantidade localizada na LOA com a mesma codificação e, dentre estes, quantos não tiveram liquidação, empenhos ou despesa autorizada ao final de 2012.

FIGURA 8 – SITUAÇÕES ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRAS NULAS PARA OS SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS



FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 30/01/2013

* Considerados apenas os Subtítulos identificados na LOA com a mesma codificação programática da LDO

Observa-se que, dos Subtítulos Prioritários contemplados na LOA, 67,8% não tiveram liquidação, 59,3% não tiveram valores empenhados e 23,7% terminaram o exercício sem despesa autorizada.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 10 e na Figura 8 avalia-se que a execução orçamentário-financeira verificada não é compatível com a condição de "Prioridade" conferida aos Subtítulos em questão.

ESL PROC 039 /2013 Folha Nº 003161

Na Tabela 11 são apresentados os Subtítulos Prioritários que não foram localizados na LOA com a codificação prevista na LDO. Observou-se os 43 Subtítulos listados foram incluídos na LDO por meio de Emenda Parlamentar. A última coluna da referida Tabela apresenta comentários que ajudam a elucidar o motivo da ausência dos Subtítulos na LOA. Foram encontradas basicamente três situações:

1. *Subtítulo não localizado no Programa*: a ação governamental que se pretendia realizar não foi localizada no Programa Temático previsto na LDO, mas não se pode afirmar que não esteja presente na LOA;
2. *Subtítulo contemplado com outra codificação e descrição semelhante à presente na LDO*: a ação governamental pretendida pôde ser identificada, porém, em Subtítulo com codificação diversa àquela prevista na LDO;
3. *Subtítulo genérico*: a ação governamental prevista na LDO foi localizada na LOA com regionalização ou descrição mais específica.

TABELA 11 – SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS NÃO LOCALIZADOS NA LOA COM A MESMA CODIFICAÇÃO DA LDO

PROGRAMA		AÇÃO		SUBTÍTULO		COMENTÁRIO
CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	
6201	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	4107	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INOVAÇÃO DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA	2901	(EPP) APOIO A AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NO DF-DISTRITO FEDERAL	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
		4119	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO	2900	(EPP) APOIO A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SETOR AGROPECUÁRIO DO DF-DISTRITO FEDERAL	SUBTÍTULO GENÉRICO
		1010	(EP) ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS	2902	(EPP) ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS-DISTRITO FEDERAL	SUBTÍTULO GENÉRICO
		1413	(EP) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE MATERNO INFANTIL	2905	(EPP) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE MATERNO INFANTIL NO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA-TAGUATINGA	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
6202	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	3135	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	2906	(EPP) CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DE SAÚDE EM SOBRADINHO II-SOBRADINHO II	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2695 DA AÇÃO 3141
		3140	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	2903	(EPP) CONSTRUÇÃO DO BLOCO MATERNO INFANTIL DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA - HRT-TAGUATINGA	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2695 DA AÇÃO 3141
		4145	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	2904	(EPP) IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE E PREVENÇÃO À DENGUE-DISTRITO FEDERAL	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
6205	CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	1035	(EP) INFORMATIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ÁREA RURAL	2907	(EPP) APOIO A INFORMATIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NA ÁREA RURAL DO DF-DISTRITO FEDERAL	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
6206	ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	7112	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	2908	(EPP) CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES DO RECANTO DAS EMAS-RECANTO DAS EMAS	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003181-Verso

TABELA 11 – SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS NÃO LOCALIZADOS NA LOA COM A MESMA CODIFICAÇÃO DA LDO

PROGRAMA		AÇÃO		SUBTÍTULO		COMENTÁRIO
CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	
		1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO	2909	(EPP) REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM BENEFÍCIO DA COMUNIDADE DO GUARÁ-GUARÁ	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2784
				2910	(EPP) REALIZAÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM BENEFÍCIO DA COMUNIDADE DA CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2780
		1287	(EP) ALARGAMENTO DE VIAS	2915	(EPP) ALARGAMENTO DA RUA 1 EM SOBRADINHO-SOBRADINHO	AÇÕES E SUBTÍTULOS NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
				2916	(EPP) IMPLANTAÇÃO DE VIA MARGINAL INTERLIGANDO O BALÃO DO GRANDE COLORADO (DF-150) / BALÃO DO COLORADO (BR-020) / BALÃO DO TORTO (EPIA-003) COM O VIADUTO DE INTERLIGAÇÃO DO SETOR TAQUARI-DISTRITO FEDERAL	
6208	DESENVOLVIMENTO URBANO	1487	CONSTRUÇÃO DE CENTRO MÉDICO	2911	(EPP) CONSTRUÇÃO DE CENTRO MÉDICO HOSPITALAR NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	
		1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	2912	(EPP) CONSTRUÇÃO PRÉDIO PRÓPRIO DA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS-ÁGUAS CLARAS	
		3054	CONSTRUÇÃO DE TÚNEL	2913	(EPP) CONSTRUÇÃO DO TÚNEL NA ÁREA CENTRAL DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA-TAGUATINGA	
		5006	EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURA EM PARCELAMENTOS	2914	(EPP) EXECUTAR OBRAS DE URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO NO CONDOMÍNIO BURITI EM SOBRADINHO II-SOBRADINHO II	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
		5968	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL	2836	(EPP) CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVENÇÕES NO TAGUAPARQUE	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
		1278	(EP) REVITALIZAÇÃO DO LAGO PARANOÁ	2917	(EPP) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO LAGO PARANOÁ-DISTRITO FEDERAL	AÇÕES E SUBTÍTULOS NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
6210	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1295	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PARQUE CENTRO DE LAZER E CULTURA VIVA DE SOBRADINHO	2919	(EPP) IMPLANTAÇÃO DO PARQUE CENTRO DE LAZER E CULTURA VIVA DE SOBRADINHO-DISTRITO FEDERAL	
		2214	(EP) PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CERRADO E COMBATE AS QUEIMADAS	2918	(EPP) IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CERRADO E COMBATE AS QUEIMADAS-DISTRITO FEDERAL	
6214	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2239	(EP) BOLSA DO MENOR APRENDIZ	2921	(EPP) CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO MENOR APRENDIZ-DISTRITO FEDERAL	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2922
		9107	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES	2920	(EPP) IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO - LEI 2112/98 (VETADO)-DISTRITO FEDERAL	SUBTÍTULO VETADO
6216	TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	1460	IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	2922	(EPP) PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA DF 326-SOBRADINHO	SUBTÍTULOS NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
		1475	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	2923	(EPP) ASFALTO DA DUPLICAÇÃO DA DF 250 - PARANOÁ A PLANALTINA - PARANOÁ	
		3090	IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS	2924	(EPP) IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS NO SETOR DE MANSÕES DE TAGUATINGA - SMT-TAGUATINGA	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
6217	SEGURANÇA PÚBLICA	2007	(EP) CAPACITAÇÃO DE DETENTOS	2926	(EPP) CAPACITAÇÃO DE DETENTAS-GAMA	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
		3097	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	2927	(EPP) CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA DE POLÍCIA NO RECANTO DAS EMAS-RECANTO DAS EMAS	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
6218	HABITAÇÃO	1018	(EP) MORADIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2928	(EPP) CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-DISTRITO FEDERAL	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA

SPL FRGT 039 /2013 Folha Nº 003182

TABELA 11 – SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS NÃO LOCALIZADOS NA LOA COM A MESMA CODIFICAÇÃO DA LDO

PROGRAMA		AÇÃO		SUBTÍTULO		COMENTÁRIO
CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	
6220	EDUCAÇÃO SUPERIOR	1092	(EP) IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO DF	2940	(EPP) IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	CONTEMPLADO NOS SUBTÍTULOS 2749 E 2750
		1241	(EP) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNB (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)	2941	(EPP) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNB NA CEILÂNDIA-CEILÂNDIA	AÇÃO E SUBTÍTULOS NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
				2839	(EPP) CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DA UNB NO GAMA-GAMA	
		1002	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL	2933	(EPP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES EM BENEFÍCIO DAS FAMÍLIAS CARENTES DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2744
		3234	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE	2929	(EPP) CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES NAS RAS-DISTRITO FEDERAL	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 2930
6221	EDUCAÇÃO BÁSICA	3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	2930	(EPP) CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM PLANALTINA-PLANALTINA	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
		3272	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO MÉDIO	2931	(EPP) CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO MÉDIO EM PLANALTINA-PLANALTINA	SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADO NO PROGRAMA
		5924	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	2932	(EPP) CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL EM PLANALTINAA-PLANALTINA	CONTEMPLADO NO SUBTÍTULO 9317
6222	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	2044	(EP) CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR PRESO E DO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	2936	(EPP) CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR PRESO E DO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF-DISTRITO FEDERAL	AÇÕES E SUBTÍTULOS NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
				2937	(EPP) IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE COMBATE À PROSTITUIÇÃO INFANTIL	
		2256	(EP) IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS	2935	(EPP) IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS-DISTRITO FEDERAL	
		2318	(EP) TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	2934	(EPP) PROGRAMA MÃO NA RODA-DISTRITO FEDERAL	
6227	GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	4174	FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTOS	2938	(EPP) AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PÃO E LEITE-DISTRITO FEDERAL	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA
6230	TURISMO	2265	(EP) AMIGOS DO TURISTA	2939	(EPP) AMIGOS DO TURISTA-DISTRITO FEDERAL	AÇÃO E SUBTÍTULO NÃO LOCALIZADOS NO PROGRAMA

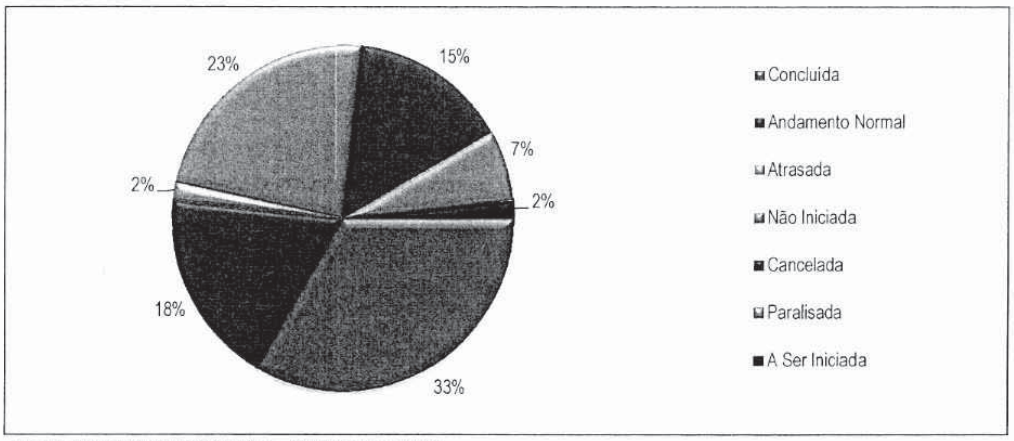
FONTE: SIGGO/DISCOVERER

Observação: o termo "contemplado" foi utilizado para os casos de Subtítulos localizados na mesma Ação da LOA, com descrição semelhante, mas não idêntica à encontrada na LDO.

Referente aos 59 Subtítulos Prioritários identificados na LOA, no sexto bimestre de 2012 havia um total de 60 Etapas cadastradas. Na Figura 9 é apresentada a estatística do estágio dessas Etapas.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003182-Verso

FIGURA 9 – ESTATÍSTICA DO ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG REFERENTE AOS SUBTÍTULOS PRIORITÁRIOS



FONTE: SAG/SIGGo/DISCOVERER – 6º BIMESTRE DE 2012

Comparando-se a Figura 9 com a Figura 7 destaca-se o fato de que 51% das Etapas incluídas em Subtítulos Prioritários finalizaram o exercício com estágios "Concluída" ou "Andamento Normal", enquanto que para o total das Etapas cadastradas no SAG esse percentual foi de 69%.

Observa-se que, assim como a execução orçamentário-financeira, a execução física relacionada às prioridades da LDO obteve resultados inferiores aos alcançados para o orçamento geral.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003183

PARTE II – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO

A avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia foi operacionalizada por meio de Auditorias de Programas realizadas durante o período de maio de 2012 a fevereiro de 2013.

Conforme comentado no item I.1 deste relatório, o PPA 2012/2015 é formado por dois tipos de Programas: Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Os Programas desse último tipo não possuem nem objetivos e nem público-alvo, são de horizonte temporal contínuo e caracterizam a atividade "meio" do Estado. Logo, não seriam, a princípio, elegíveis para avaliação de eficiência e eficácia e, portanto, a seleção para 2012 ficou restrita aos Programas Temáticos.

A redução na quantidade de Programas de Governo em relação ao PPA anterior, de 101 para 42, fez com que alguns Programas Temáticos se tornassem complexos demais para serem avaliados em apenas um exercício. Essa complexidade pode ser verificada pelo volume de recursos previstos e pela quantidade de Objetivos Específicos constantes dos Programas. Nesses casos optou-se por fazer uma avaliação plurianual dos Programas Temáticos de maior complexidade, com a seleção de alguns Objetivos Específicos a cada exercício. Na Tabela 12 são apresentados os 13 Programas Temáticos selecionados para avaliação em 2012, com os Objetivos Específicos avaliados no referido exercício.

TABELA 12 – PROGRAMAS TEMÁTICOS SELECIONADOS PARA AVALIAÇÃO EM 2012 R$ 1.000

Cód.	Nome Programa	Valor no PPA para 2012	Quant. de Obj. Específicos	Obj. Esp. selecionados
6202	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	1.069.465	8	004 e 005
6205	Ciencia, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	82.225	5	002
6206	Esportes e Grandes Eventos Esportivos	422.688	4	003 e 004
6208	Desenvolvimento Urbano	934.850	6	002, 005 e 006
6209	Energia	210.136	2	Todos
6210	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	21.425	12	Todos
6215	Trânsito Seguro	126.945	1	Todos
6216	Transporte Integrado e Mobilidade	924.247	7	001, 002 e 004
6217	Segurança Pública	3.627.547	9	001 e 002
6221	Educação Básica	3.795.113	6	001
6223	Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude	57.147	4	002
6228	Transferência de Renda	105.038	1	Todos
6230	Turismo	33.337	1	Todos

Fonte: SIGGo/DISCOVERER e Anexo II do PPA 2012/2015 – Lei nº 4.742/2011 (sem alterações)

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000183-Verso

Observa-se que os 13 Programas Temáticos selecionados resultaram na avaliação de 32 Objetivos Específicos em 2012.

II.1 – CONCEITOS UTILIZADOS PARA AS DIMENSÕES DE DESEMPENHO

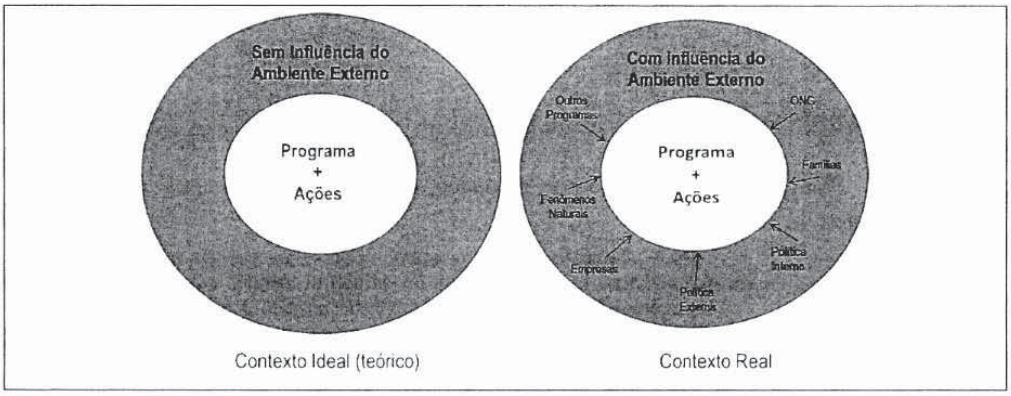
Para este Relatório foram adotados os seguintes conceitos de Eficácia, Eficiência e Efetividade:

> **EFICÁCIA** – A eficácia é definida como o grau de alcance das metas programadas (bens e serviços) em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados. O conceito de eficácia diz respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações. (*Manual de Auditoria Operacional – TCU/2010*)
>
> **EFICIÊNCIA** – A eficiência é definida como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade. Essa dimensão refere-se ao esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Pode ser examinada sob duas perspectivas: minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto; ou otimização da combinação de insumos para maximizar o produto quando o gasto total está previamente fixado. Nesse caso, a análise do tempo necessário para execução das tarefas é uma variável a ser consideradas. A eficiência pode ser medida calculando-se e comparando-se o custo unitário da produção de um bem ou serviço. (*Manual de Auditoria Operacional – TCU/2010*)
>
> **EFETIVIDADE** – A efetividade diz respeito ao alcance dos resultados pretendidos, a médio e longo prazo. Refere-se à relação entre os resultados de uma intervenção ou programa, em termos de efeitos sobre a população alvo (impactos observados), e os objetivos pretendidos (impactos esperados), traduzidos pelos objetivos finalísticos da intervenção. Trata-se de verificar a ocorrência de mudanças na população-alvo que se poderia razoavelmente atribuir às ações do programa avaliado. (*Manual de Auditoria Operacional – TCU/2010*)

Entende-se, a partir dos conceitos apresentados, que as dimensões de desempenho são variáveis independentes entre si, ou seja, um programa pode ser eficiente sem ter sido eficaz e vice-versa. Em um CONTEXTO IDEAL de análise de programas (vide Figura 10) a Efetividade deveria depender totalmente da Eficácia e da Eficiência, contudo, em um CONTEXTO REAL de análise, o grau de relação das ações com o objetivo do programa pode variar em virtude das interferências do ambiente externo. Para este relatório considerou-se o CONTEXTO REAL e não o IDEAL, pois este dificilmente ocorre na prática. Desta forma, a Efetividade torna-se também uma variável independente.

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 000184

FIGURA 10 – CONTEXTO IDEAL X CONTEXTO REAL



CONTEXTO IDEAL: Para que o programa atinja seus objetivos, precisa apenas que as ações elencadas sejam efetivamente realizadas "*ceteris paribus*", ou seja, não sendo consideradas as interferências de outras variáveis externas ao programa. Além disso, todas as ações necessárias para atingir o objetivo do programa foram consideradas (critério de suficiência), todas as ações mantêm total relação com o objetivo do programa (critério de pertinência/aderência) e as dotações atribuídas a cada ação são suficientes para que elas sejam efetivamente executadas.

CONTEXTO REAL: Os critérios de suficiência e de pertinência das ações nem sempre são atendidos e o programa é visto dentro de uma realidade em que há interferência de diversas variáveis, tanto para maximizar quanto para minimizar os resultados das ações elencadas. São exemplos (não exaustivos) de variáveis que podem interferir nos programas analisados:

- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS: Com atuações nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, segurança, etc., relacionadas com o programa;
- FAMÍLIAS: Quando engajadas em programas tais como: Amigos da Escola, serviços voluntários (voluntariados), etc;
- POLÍTICA INTERNA: Mudanças de prioridades durante o período de análise do programa que interfiram em seu desempenho, maximizando ou minimizando seus resultados;
- POLÍTICA EXTERNA: A exemplo de crises econômicas mundiais que afetam direta ou indiretamente o programa;

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003184-Verso

- EMPRESAS PRIVADAS: Quando desenvolvem atividades voltadas para a responsabilidade social nas áreas relacionadas ao programa em análise ou quando engajadas em Parcerias Público Privadas (PPP) que vão ao encontro do programa;
- FENÔMENOS NATURAIS: Podem ocorrer catástrofes naturais como tempestades, deslizamento de terras, secas, etc., que afetam o programa;
- OUTROS PROGRAMAS: Quando atuam transversalmente às ações elencadas contribuindo para o aumento da efetividade do programa analisado.

II.2 – METODOLOGIA UTILIZADA NOS RELATÓRIOS PARA ANÁLISE DA EFICÁCIA, DA EFICIÊNCIA E DA EFETIVIDADE DOS PROGRAMAS

Os conceitos apresentados no ítem II.1 utilizam termos, tais como: *"metas programadas"*, *"período de tempo"*, *"custos"* e *"padrões de qualidade"*. Portanto, para que seja possível avaliar os resultados é necessário identificar, nos Programas, essas variáveis presentes nos conceitos.

O acompanhamento da execução física das ações orçamentárias constantes na LOA é feito por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, criado pelo Decreto nº 18.075/1997. Conforme seu art. 3º, um dos objetivos do SAG é:

> I – Coletar, consolidar, organizar, manter e disponibilzar informações relativas ao acompanhamento governamental **de forma a subsidiar a avaliação dos planos, programas, orçamentos e ações de governo**; (Grifou-se)

As "Instruções para cadastramento e acompanhamento de etapas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG" trazem as seguintes informações sobre o acompanhamento das ações de governo:

> "Cada Unidade Orçamentária deve cadastrar no SAG as etapas que serão realizadas em cada um dos programas de trabalho sob sua responsabilidade.
>
> - **Etapa Prevista**: É o que se pretende realizar à conta de um determinado subtítulo (especificação da ação), com o fim de alcançar os objetivos previstos no PPA. Deve estar de acordo com a meta (produto + unidade de medida + quantidade) prevista na LOA do exercício. Um subtítulo poderá ter uma ou mais etapas previstas para execução.
> - **Etapa Realizada:** É a informação da realização física referente às etapas previstas. À medida que as etapas previstas são executadas é necessário informar as realizações físicas que ocorreram no bimestre. Esta informação deve ser coerente com o que foi previsto e estar de acordo com a meta constante na LOA. Sempre que possível deverá ser quantificada.
>
> A execução dessas etapas será acompanhada e atualizada ao longo do exercício."

SAL. PROC 039 /2013 Folha Nº 003165

Ainda, conforme as referidas Instruções, cada etapa possui uma unidade de medida, uma quantidade prevista e datas previstas para início e fim. Desta forma, entende-se que o SAG é a ferramenta institucional disponível pelas unidades do GDF para formalizar a previsão de execução física e informar, bimestralmente, o que foi realizado para cada Etapa.

Assim, para os trabalhos de avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia, o planejamento das equipes teve como base a estrutura de Etapas cadastradas no SAG para cada programa.

II.2.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Para avaliação da eficácia dos Programas de Governo foi estabelecida uma metodologia de cálculo de um Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, que represente o grau de alcance das metas pretendidas para o Programa. Apesar de haverem metas estabelecidas para as Ações e Subtítulos, não há nenhuma ferramenta institucional que informe a realização para esses níveis da estrutura programática. Dessa forma, é preciso partir da realização física informada em cada etapa cadastrada no SAG e então extrapolar esses resultados para se obter o percentual de realização dos Subtítulos e, posteriormente, por meio de uma média ponderada, obter o IE para o Programa. Considera-se que essa extrapolação é válida mediante o atendimento dos critérios elencados a seguir:

a) CRITÉRIO DE SUFICIÊNCIA DAS AÇÕES: todas as ações necessárias para o cumprimento do objetivo do programa foram elencadas; e

b) CRITÉRIO DE PERTINÊNCIA/ADERÊNCIA DAS AÇÕES: todas as ações guardam relação com o objetivo do programa.

Caso esses critérios não sejam atendidos o IE perderá representatividade na análise da eficácia. Além disso, outros fatores podem contribuir para distorcer o resultado do referido indicativo, tais como:

- execução orçamentário-financeira em desacordo com a legislação, como, por exemplo, a ordenação de uma mesma despesa à conta de mais de um Subtítulo no âmbito da mesma Unidade Orçamentária;
- presença elevada de reconhecimento de dívidas nas despesas ordenadas para os Programas;
- falta de correlação de algumas Ações com os objetivos do Programa; e
- atrasos na liberação do crédito pelo órgão financiador externo.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003185-Verso

O processo de cálculo do IE pode ser divido em quatro Etapas:

1ª ETAPA – CÁLCULO DO PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS (E_i)

Obtido por meio da relação entre a realização física e a meta prevista para cada etapa aplicando-se a seguinte fórmula:

$$E_i = \frac{RF}{MP} \times 100$$

Onde:
E_i = % de realização da etapa;
RF = Realização Física;
MP = Meta Prevista.

É importante ressaltar que faz parte do trabalho de campo das equipes de auditoria verificar *in loco* a realização física informada no SAG, bem como criticar sua aderência à meta prevista (produto + unidade de medida + quantidade) para cada etapa. Dependendo da quantidade de etapas pode ser necessário efetuar essa verificação por amostragem, sendo que, para as etapas excluídas da amostra serão utilizadas exclusivamente as informações disponibilizadas pelo SAG.

2ª ETAPA – CÁLCULO DO PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DOS SUBTÍTULOS (S_i)

Obtido por meio da média aritmética dos percentuais de realização das etapas de cada subtítulo aplicando-se a seguinte fórmula:

$$S_s = \frac{\sum_{i=1}^{n} E_i}{n} \quad \rightarrow \quad S_s = \frac{E_1 + E_2 + \cdots + E_n}{n}$$

Onde:
S_s = % de realização do subtítulo;
n = quantidade de etapas do subtítulo.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003186

3ª ETAPA – CÁLCULO DO PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DAS AÇÕES (A_i)

Obtido por meio da média ponderada dos percentuais de realização dos subtítulos. Utilizou-se como critério de ponderação a relevância orçamentaria dos Subtítulos nas fases de Dotação Inicial e Despesa Autorizada. Considerou-se que a Dotação Inicial representa a importância dada ao Subtítulo, pelo gestor, na fase de planejamento, enquanto que a Despesa Autorizada indica a priorização recebida na fase de execução. O fator de ponderação pode então ser calculado a partir da fórmula a seguir:

$$PS_s = \frac{DI_s + DA_s}{DI_a + DA_a}$$

Onde:

PS_s = Peso do Subtítulo dentro da Ação; *DI_s = Dotação Inicial do Subtítulo;*
DA_s = Despesa Autorizada para o Subtítulo; *DI_a = Dotação Inicial da Ação.*
DA_a = Despesa Autorizada para a Ação;

O percentual de realização da Ação (Ai) pode, então, ser calculado a partir da seguinte formula:

$$A_a = \sum_{s=1}^{m} S_s . PS_s \quad \rightarrow \quad A_a = S_1 . PS_1 + S_2 . PS_2 + \cdots + S_n . PS_n$$

Onde:

A_a = % de realização da Ação;
m = quantidade de Subtítulos da Ação.

4ª ETAPA – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA (IE)

Obtido por meio da média ponderada dos percentuais de realização das ações. O critério de ponderação utilizado seguiu a mesma lógica do aplicado para o percentual de realização das Ações, sendo, o fator calculado a partir da seguinte fórmula:

$$PA_a = \frac{DI_a + DA_a}{DI + DA}$$

Onde:

PA_a = Peso da Ação dentro do Programa; *DI_a = Dotação Inicial do Subtítulo;*
DA_a = Despesa Autorizada para o Subtítulo; *DI = Dotação Inicial do Programa.*

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000186-Verso

DA = Despesa Autorizada para o Programa;

O IE é obtido mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$IE = \sum_{a=1}^{k} A_a . PA_a \quad \rightarrow \quad IE = A_1 . PA_1 + A_2 . PA_2 + \cdots + A_n . PA_n$$

Onde:
IE = Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa;
k = quantidade de Ações do Programa.

O IE receberá um conceito conforme a tabela a seguir:

TABELA 13 – CONCEITO ATRIBUÍDO AO INDICATIVO DE EFICÁCIA (IE)

PERCENTUAL ENCONTRADO	CONCEITO QUALITATIVO
ACIMA DE 80%	DENTRO DO PREVISTO
ENTRE 50% E 79%	ABAIXO DO PREVISTO
ABAIXO DE 49%	MUITO ABAIXO DO PREVISTO

II.2.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Segundo Cohen[1], na análise da Eficiência "*se a quantidade de produto está predeterminada, procura-se minimizar o custo total ou o meio que se requer para sua geração; se o gasto total está previamente fixado, se procura otimizar a combinação de insumos para maximizar o produto*". Esse conceito pode ser representado pela seguinte equação:

$$E_F = \frac{\frac{M_R}{T_R . C_R}}{\frac{M_P}{T_P . C_P}} = \frac{M_R . T_P . C_P}{M_P . T_R . C_R}$$

Onde:
E_F = Eficiência;
MP = Meta Programada; *MR = Meta Realizada;*
CP = Custo Programado; *CR = Custo Real;*
TP = Tempo Previsto; *TR = Tempo Realizado.*

[1] COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993, p.103

SEI PRCG 039 /2013 Folha Nº 0003687

Esta formulação está totalmente de acordo com o conceito apresentado no item II.1, exceto pela consideração que se deve fazer sobre a manutenção do padrão de qualidade, a qual não tem como ser incorporada nos cálculos. No entanto, a utilização desta fórmula para avaliação da eficiência dos Programas de Governo fica prejudicada em função de ainda não haver um sistema de custos implantado no GDF.

O SAG possui um campo denominado "valor estimado", contudo, verificou-se que a informação disponível neste campo não pode ser utilizada como referência de custo, pois, raramente é resultado de um orçamento específico para a etapa que se pretende realizar. Em muitos casos a unidade utiliza neste campo o valor da Dotação Inicial do Subtítulo.

Em função de não haver um padrão confiável na qualidade das informações obtidas do SAG, ainda não foi possível estabelecer uma formulação matemática que pudesse ser aplicada para subsidiar a análise da eficiência de todos os Programas de Governo. Ainda que, em alguns casos, as equipes de auditoria consigam, por meio do trabalho de campo, encontrar os parâmetros necessários para aplicação da fórmula proposta por Cohen, isso não será a regra e, portanto, deverão ser considerados outros critérios subjetivos na análise.

No esforço de aplicar a formulação matemática, as equipes foram a campo para tentar responder as seguintes perguntas:

1. Quais os produtos principais a serem entregues pelo programa?
2. É possível estabelecer algum referencial de custo para os produtos?
3. Qual o prazo previsto para entrega dos produtos?
4. É possível determinar padrões de qualidade para os produtos?

No caso de impossibilidade de responder a essas questões deve-se verificar se há recorrência de contratos emergenciais e/ou aditivos contratuais (de valor ou de prazo). Esses elementos não são suficientes para classificar o programa como ineficiente, mas podem indicar ineficiência na gestão dos recursos.

Devido às particularidades de cada Programa, as equipes deverão descrever a metodologia específica adotada em cada análise de eficiência realizada.

II.2.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Ainda que a análise de efetividade não esteja prevista na legislação citada na Introdução do presente Relatório, entende-se válida a busca pela avaliação dessa dimensão de

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000187-Verso

desempenho, uma vez que nela estará refletido o benefício à população-alvo trazido pela ação governamental.

A ação governamental de caráter finalístico está representada no PPA 2012/2015 pelos Programas Temáticos, os quais possuem objetivo-geral e objetivos específicos. A estes últimos foram atreladas metas e indicadores de desempenho. Conforme apresentado no Anexo I do PPA, tanto os Programas Temáticos, quanto os Objetivos Específicos encontram-se na dimensão Tática do referido Plano e, a dimensão de desempenho associada a esse nível é a eficácia.

Como consequência dessa abordagem tem-se que os indicadores de desempenho, diferentemente do que ocorria nos Planos anteriores, não mais foram idealizados com o intuito de aferir a efetividade, parâmetro que está agora relacionado aos Objetivos Estratégicos. Dessa forma, entende-se que a efetividade não seria produto apenas de um Programa de Governo, e sim de uma política pública, estruturada por meio de ações sinérgicas desenvolvidas por múltiplos agentes, governamentais ou não.

Para seguir com a intenção de avaliar a efetividade, dos Programas de Governo estruturados no PPA, buscou-se verificar a contribuição das ações desenvolvidas para o atingimento dos objetivos elencados, pois, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Tesouro Nacional, caso esteja bem definido, o objetivo deve *"expressar o resultado que se deseja alcançar, ou seja, a transformação da situação a qual o programa se propõe modificar"*.

Ainda conforme o referido Manual, "*O indicador permite, conforme o caso, mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa*". Dessa forma, ainda que a nova estrutura do PPA não vincule os indicadores de desempenho à dimensão da efetividade, verificou-se que, em alguns casos, eles seriam adequados para aferir os impactos positivos gerados na população-alvo.

Caso os indicadores fossem considerados inadequados, as equipes de auditoria ainda poderiam buscar outras fontes de dados ou optar pela aplicação de métodos específicos de pesquisa junto ao público-alvo para cada caso particular.

A depender do programa, seus resultados podem ser de difícil constatação no exercício em análise, pois a efetividade de muitas ações só será percebida anos após sua implementação. Trata-se, portanto, de análise complexa, abrangente e peculiar a cada Programa de Governo, e que, em alguns casos, não foi possível de ser realizada pelas equipes de auditoria.

SPL PROC 059 /2013 Folha Nº 003183

II.3 – LIMITAÇÕES À METODOLOGIA ADOTADA

As limitações à metodologia adotada foram as seguintes:

- falta de sistema de custos que viabilize informações para um cálculo mais preciso da Eficiência das ações;
- baixa qualidade das informações alimentadas nas bases de dados dos sistemas governamentais hoje disponíveis no Distrito Federal, principalmente no SAG, que são imprescindíveis para o cálculo do Indicativo de Eficácia;
- informações disponibilizadas pelas unidades responsáveis de forma intempestiva, o que prejudica ou dificulta a análise dos dados solicitados;
- falta de padronização de informações prestadas pelas Unidades, com divergências entre: respostas de Solicitações de Auditoria, Relatório de Atividades e o SAG.

Face às limitações mencionadas, em alguns Programas selecionados não foi possível calcular o Indicativo de Eficácia, como também não foi possível emitir opinião sobre a eficiência e a efetividade. Para esses casos a análise dessas variáveis foi realizada de forma subjetiva, considerando-se, por exemplo, dentre outros:

1. os sistemas de controles utilizados pelo órgão;
2. seus procedimentos operacionais;
3. seus métodos de trabalho;
4. o nível de treinamento e capacitação dos servidores;
5. a preocupação com a qualidade dos serviços e produtos entregues à população; e
6. a preocupação com o planejamento e com a redução de custos, evitando-se compras de emergências, por exemplo.

Entende-se que essas e outras variáveis também sinalizam, de forma direta ou indireta, a preocupação do órgão com a eficácia, eficiência e efetividade dos programas analisados.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003169-Verso

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

RESUMO

O Programa Temático 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE compõe o Macrodesafio – GARANTIR AO CIDADÃO UM ATENDIMENTO DE SAÚDE INTEGRAL E HUMANIZADO, possui oito Objetivos Específicos e apresenta como objetivo geral "*identificar e divulgar fatores condicionantes e determinantes da saúde, formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos; estabelecer condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas*". No exercício de 2012, foram avaliados os Objetivos Específicos 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA e 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS do referido Programa. O Objetivo Específico 004 – OE 004 visa "*Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção*" e apresentou, no exercício de 2012, Despesa Autorizada de R$226,8 milhões e valor empenhado de R$211,9 milhões. Avaliou-se que a morosidade nos processos de aquisição de medicamentos e deficiências do sistema informatizado da Secretaria de Estado de Saúde do DF foram fatores que contribuíram para a baixa eficiência e eficácia do OE 004, em que pese o empenho da gestão da Assistência Farmacêutica na organização do fluxo dos processos de aquisição de medicamentos com vistas a conferir maior celeridade a estes e evitar compras emergenciais. Já o Objetivo Específico 005 – OE 005 visa "*Aprimorar os processos de planejamento, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e promover a transferência gradual de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços especializados prestados nas Regionais de Saúde e Unidades de Referência com a integração de ações e serviços finalísticos, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde especializada no Distrito Federal*" e apresentou Despesa Autorizada de R$103,2 milhões e valor empenhado de

SEL PROC 039 /2013 Fl Una Nº 000169

R$101,1 milhões. A dificuldade em obter dados fidedignos do Sistema Integrado em Saúde para controle e planejamento, bem como a verificação de contratos superestimados ou com irregularidades contribuíram para a baixa eficiência do OE 005. Foi identificado que o Programa de Descentralização Progressiva de Ações em Saúde (PDPAS) – Ação integrante do Objetivo Específico 005 – tem proporcionado maior autonomia e agilidade às regionais de saúde para a aquisição de insumos e contratação de serviços, com melhoria da qualidade do serviço prestado à população. Entretanto, o PDPAS ainda tem sido utilizado como forma de suprir a morosidade na aquisição de insumos pela Central de Compras da Secretaria de Estado de Saúde do DF, prejudicando, dessa forma, a utilização dos recursos para os fins a que se destina. Apesar de constatadas inconsistências no cadastro das Etapas da Ação 1471, de maior materialidade do OE 005, o Objetivo apresentou Eficácia dentro do previsto.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE está relacionado ao Macrodesafio – GARANTIR AO CIDADÃO UM ATENDIMENTO DE SAÚDE INTEGRAL E HUMANIZADO, de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

O Programa Temático 6202 é gerenciado pela Secretaria de Estado de Saúde do DF e, conforme Anexo III do PPA 2012/2015 apresenta como objetivo geral "*identificar e divulgar fatores condicionantes e determinantes da saúde, formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos; estabelecer condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas*".

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	
01101	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	90.000	0,0	0	0,0	0,0
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	1.000.000	0,1	0	0,0	0,0
11113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	100.000	0,0	0	0,0	0,0
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL	150.000	0,0	0	0,0	0,0

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003189-Verso

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	%
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	500.000	0,0	100.000	0,0	20,0
23202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA - FHB	39.411.749	3,3	34.829.787	2,3	88,4
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	1.146.122.185	96,5	1.488.990.415	97,7	129,9
24103	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	300.000	0,0	300.000	0,0	100,0
44101	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	100.000	0,0	1	0,0	0,0
TOTAL		1.187.773.934		1.524.220.202		128,3

FONTE: SIGGO/DISCOVERER, EM 09/01/2013

* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em oito Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO ESPECÍFICO	
001	ATENÇÃO PRIMARIA EM SAÚDE
002	ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM SAÚDE
003	VIGILÂNCIA EM SAÚDE
004	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
005	GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS
006	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
007	SAÚDE MENTAL
008	ASSEGURAR SANGUE À POPULAÇÃO DO DF

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Devido à materialidade dos recursos alocados para o Programa Temático, sua relevância para a sociedade e sua quantidade de Objetivos Específicos, a Diretoria de Fiscalização dos Planos e Programas de Governo – DIFIP decidiu por avaliá-lo ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015. Dessa forma, o planejamento prevê a seleção de dois OEs a cada ano com base nos seguintes critérios:

- Quantidade de Objetivos Específicos previstos para o Programa: considerando que o Programa Temático apresenta oito Objetivos Específicos;

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003190

- Relevância: considerou-se a importância dos Objetivos Específicos para a sociedade e para o atingimento do Objetivo Geral do Programa 6202;
- Priorização de Objetivos Específicos não avaliados em 2011: buscou-se evitar a avaliação dos Objetivos Específicos 006 – Urgência e Emergência; 007 – Saúde Mental e 008 – Assegurar Sangue à População do DF, os quais foram avaliados em 2011 pela DIFIP. Tal critério foi utilizado em virtude da Controladoria dispor de equipes que irão realizar o monitoramento de todos os Programas avaliados em 2011;
- Materialidade (balanceada): seleção de dois Objetivos Específicos, sendo um com maior Despesa Autorizada – DA em relação à Despesa Autorizada Total – DAT e outro com menor DA, totalizando aproximadamente 25% da DAT do Programa, com vistas a possibilitar o acompanhamento de forma mais proporcional do Programa ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015.

A partir dos critérios apresentados, foram selecionados pela equipe de auditoria os seguintes Objetivos Específicos para acompanhamento no exercício de 2012:

- Objetivo Específico 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
- Objetivo Específico 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS

A seguir, encontram-se detalhamentos sobre os Objetivos Específicos selecionados e, posteriormente, os dados orçamentário-financeiro e físico dos OEs em conjunto.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 004 visa "*Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção*" e está sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Conforme o referido Anexo, a Assistência Farmacêutica – AF reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso e uso racional dos medicamentos, e tem como principais normatizações a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e a Política Nacional de Medicamentos, que integram a Política Nacional de Saúde.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003190-Verso

Os problemas percebidos em relação à Assistência Farmacêutica, segundo o Anexo supracitado, são abrangentes e se manifestam em todas as etapas do processo, quais sejam: planejamento da aquisição, processos de licitação, armazenamento e distribuição, controle do efetivamente consumido e acompanhamento farmacoterapêutico dos usuários. Nesse sentido, a Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF se propõe a envidar esforços com vistas à adoção de uma gestão eficiente para a adequação dos processos gerenciais, qualificação dos recursos humanos e estruturação das áreas e, com isso contribuir para a melhoria do acesso e uso racional de medicamentos, resolutividade dos problemas rotineiros e racionalização dos procedimentos de compra/dispensa com impacto positivo na cobertura assistencial aos usuários do SUS no DF.

As metas estabelecidas para o Objetivo específico 004 no Anexo II do PPA 2012/2015 são:

- Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos e Produtos para a Saúde padronizados na SES/DF;
- Adequar a estrutura física e organizacional de 100% das unidades de farmácia da SES/DF;
- Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada para a Assistência Farmacêutica da SES/DF.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6202 referentes ao OE 004 são os seguintes:

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
1280	PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO PÚBLICO LIQUIDADO COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA SES/DF	%	72,12	JAN – DEZ/2010	80	90	100	100	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF E FSDF
1281	UNIDADES DE FARMÁCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM PROFISSIONAL FARMACÊUTICO	%	40,28	JUN/10	50	60	80	100	SAPS/SES E DIASF/SAS/SES
1283	UNIDADES HOSPITALARES COM IMPLANTAÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA.	%	0	JUN/10	20	40	60	100	FARMÁCIAS HOSPITALARES DA SES/DF E DIASF/SAS/SES.
1284	UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA SES/DF	UNIDADE	280837507	DEZ/11	286727102	292461644	298310876	304277093	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF (ALPHALINK)

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Fls: PROC 009 /2013 Folha Nº 00391

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 004:

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – PROGRAMA TEMÁTICO 6202

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
4215	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
4216	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
3153	CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

FONTE: PPA 2012/2015

Ressalte-se que a Ação 3153, apesar de prevista no PPA 2012/2015, não foi incluída na LOA 2012.

II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 005 visa "*Aprimorar os processos de planejamento, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e promover a transferência gradual de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços especializados prestados nas Regionais de Saúde e Unidades de Referência com a integração de ações e serviços finalísticos, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde especializada no Distrito Federal.*" e está sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O referido Objetivo Específico tem como base os princípios e diretrizes do SUS preconizados na Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990 e diretrizes operacionais regulamentadas pela Portaria nº 699/GM, de 30 de março de 2006.

Para atingir o objetivo traçado, a unidade pretende, de acordo com o Anexo II do PPA2012/2015, realizar a revisão dos fluxos, rotinas, metodologias e instrumentos de trabalho, bem como a retomada e a valorização do planejamento, por meio das seguintes estratégias:

- Informatização completa da rede;
- Fortalecimento e ampliação da regulação de acesso a consultas e procedimentos de média e alta complexidades, a

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003191-Verso

- Revisão da metodologia e do instrumental relacionados ao planejamento estratégico e à apuração de custos assistenciais;
- Contratação de consultorias para reengenharia de processos, modelagem organizacional e apoio à administração hospitalar,
- Capacitação continuada dos profissionais envolvidos com as atividades de planejamento e gestão;
- Contratualização e acompanhamento das ações de assistência em saúde especializada;
- Transferência crescente de autonomia financeira e administrativa para as Regionais de Saúde e Unidades de Referência;
- Construção de mecanismos que viabilizem parcerias mais efetivas entre governo e sociedade, aumentando a visibilidade das ações da SES e reposicionando e potencializando a participação e controle social.

As metas estabelecidas para o Objetivo específico 005 no Anexo II do PPA 2012/2015 são:

- Ampliar a cobertura do Cartão SUS para 70% dos habitantes do DF em 2015;
- Ampliar o número de unidades hospitalares informatizadas para 100% em 2015;
- Manter sob regulação 50 % das consultas em especialidades médicas em 2015.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6202 referentes ao OE 005 são os seguintes:

TABELA 5 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
1286	COBERTURA CARTÃO SUS	%	54,4	DEZ/2010	56	60	65	70	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF E FSDF
1287	INFORMATIZAÇÃO DA REDE	%	3	DEZ/2010	51,25	67,5	83,75	100	SAPS/SES E DIASF/SAS/SES
1288	CONSULTAS ESPECIALIZADAS REGULADAS	%	7,5	JUL/2011	15	27	35	50	FARMÁCIAS HOSPITALARES DA SES/DF E DIASF/SAS/SES.

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

SEI/GDF 039/2013 Folha Nº 000192

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 005:

TABELA 6 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS - PROGRAMA TEMÁTICO 6202

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS
4164	QUALIFICAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO SUS
4165	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
4166	PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
9083	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

FONTE: PPA 2012/2015

Ressalte-se que a Ação 3678, apesar de prevista no PPA 2012-2015 não foi incluída na LOA 2012.

II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 004 E 005

Na Tabela 7 apresenta-se a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos selecionados, por Unidades Orçamentárias que os executam. Ressalte-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 004 E 005, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
23901	347.622.000	100,0	330.081.478	100,0	95,0	313.046.776	100,0	94,8	259.645.231	100,0	82,9	78,7
TOTAL	347.622.000		330.081.478		95,0	313.046.776		94,8	259.645.231		82,9	78,7

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 004 e 005

A Tabela 8 demonstra a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos selecionados, por Ações Orçamentárias que os integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 4 e na Tabela 6.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003192-Verso

TABELA 8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OEs 004 E 005, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1471	46.000.000	13,2	46.000.000	13,9	100,0	45.565.584	14,6	99,1	40.736.346	15,7	89,4	88,6
4164	110.000	0,0	159.295	0,0	144,8	20.018	0,0	12,6	17.318	0,0	86,5	10,9
4165	600.000	0,2	1.705.040	0,5	284,2	227.940	0,1	13,4	199.810	0,1	87,7	11,7
4166	15.000.000	4,3	18.500.000	5,6	123,3	18.500.000	5,9	100,0	18.500.000	7,1	100,0	100,0
4215	500.000	0,1	307.356	0,1	61,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4216	250.062.000	71,9	226.579.178	68,6	90,6	211.903.015	67,7	93,5	163.361.538	62,9	77,1	72,1
9083	35.350.000	10,2	36.830.609	11,2	104,2	36.830.220	11,8	100,0	36.830.220	14,2	100,0	100,0
TOTAL	347.622.000		330.081.478		95,0	313.046.776		94,8	259.645.231		82,9	78,7

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 10/01/2013.
* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 004 e 005

A partir da análise da Tabela 8 é possível observar que as Ações 4164 e 4165 tiveram sua Despesa Autorizada elevada em 44,8% e 184%, respectivamente, em relação à Dotação Inicial. Entretanto, a execução orçamentária da Ação 4164 foi de 10,9% e da Ação 4165, de 11,7%, o que indica desperdício orçamentário.

A Ação 4215 não obteve execução orçamentário-financeira. De acordo com a DIASF, para a referida Ação foi elaborado um projeto para a aquisição de refrigeradores verticais para o adequado armazenamento de medicamentos termolábeis. Entretanto, o projeto necessitou de diversas adequações ao longo de 2012, não tendo sido concluído, por isso a execução de 0% da Ação 4215. Já as demais Ações pertencentes aos Objetivos Específicos selecionados obtiveram execução orçamentário-financeira acima de 77%.

II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 004 E 005

A Tabela 9 apresenta a quantidade de subtítulos e de etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGo, para cada uma das Ações que integram o Programa Temático 6202:

TABELA 9 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
4215	DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	01	01
4216	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	04	04
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01	02

FL. PROC 039/2013 Folha Nº 005193

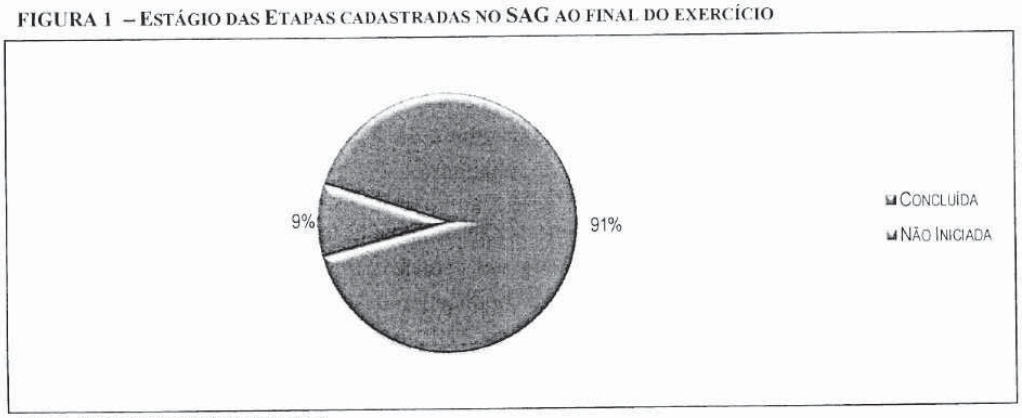
TABELA 9 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
4164	QUALIFICAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DO SUS	01	01
4165	QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	01	01
4166	PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	01	01
9083	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	01	01
TOTAL		10	11

FONTE: SAG/SIGGO (DISCOVERER) – 6º BIMESTRE/2012

Na Figura 1 demonstra-se percentualmente o estágio de execução das etapas cadastradas nos Objetivos Específicos 004 e 005 do Programa Temático sob análise.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER –2012

O percentual de 9% referente a "Etapas Não Iniciadas" observado na Figura 1 retrata a não execução da Etapa 0062 – REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O FUNCIONAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO DF, única Etapa definida para a Ação 4215 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 com a utilização dos seguintes procedimentos: análise de processos, pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, aplicação de questionários

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003193-Verso

e reuniões com os responsáveis pela execução das Ações selecionadas para os Objetivos Específicos 004 e 005 do Programa Temático 6202.

As Ações selecionadas para a amostra de auditoria e os critérios utilizados para seleção, por Objetivo Específico, estão apresentados a seguir:

TABELA 10 – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 6202 PARA AUDITORIA

OBJETIVO ESPECÍFICO		AÇÃO		CRITÉRIO
CÓD.	DESCRIÇÃO	CÓD.	DESCRIÇÃO	
004	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	4216	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	RELEVÂNCIA – A AÇÃO CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ABASTECIMENTO DE TODA A REDE DE SAÚDE DO DF; MATERIALIDADE – A DESPESA PREVISTA PARA A AÇÃO REPRESENTA 99,8% DA DESPESA AUTORIZADA PREVISTA PARA A EXECUÇÃO DE TODO O OBJETIVO ESPECÍFICO
005	GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	RELEVÂNCIA – A AÇÃO CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO; MATERIALIDADE – A DESPESA AUTORIZADA PREVISTA PARA A AÇÃO REPRESENTA 44,6% DA DESPESA AUTORIZADA PARA A EXECUÇÃO DE TODO O OBJETIVO ESPECÍFICO
		4166	PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	RELEVÂNCIA – A AÇÃO CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA POR MEIO DA TRANSFERÊNCIA CRESCENTE DE AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA PARA AS REGIONAIS DE SAÚDE E UNIDADES DE REFERÊNCIA; MATERIALIDADE – A DESPESA AUTORIZADA PREVISTA PARA A AÇÃO REPRESENTA 15% DA DESPESA AUTORIZADA PARA A EXECUÇÃO DE TODO O OBJETIVO ESPECÍFICO

As avaliações da eficácia e eficiência dos OEs 004 e 005 foram realizadas conforme as metodologias descritas a seguir:

a) Eficácia: foi utilizado o Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, calculado conforme a metodologia padronizada descrita na Metodologia Geral aplicada à avaliação dos Programas Temáticos. Além disso, utilizou-se a análise dos índices alcançados para os Objetivos Específicos sob análise, uma vez que se tratam de indicadores operacionais relacionados à eficácia do OE.

b) Eficiência: A análise da eficiência considerou a seguinte metodologia, por Ação selecionada:

b.1) Ação 4216 – OE 004: prazo médio para a aquisição de medicamentos; a recorrência de contratos emergenciais para aquisição de medicamentos; os valores de aquisição dos medicamentos por contrato emergencial em relação ao custo dessa aquisição por licitação e o nível de desabastecimento de medicamentos na rede de saúde ao longo do exercício de 2012;

Fls. Proc. 0057/2013 Fls. Nº 003194

b.2) Ação 1471 – OE 005: análise dos custos relacionados aos contratos firmados para implantação e modernização do sistema de informação;

b.3) Ação 4166 – OE 005: taxa de execução do recurso transferido para as Regionais de Saúde, bem como facilidades e dificuldades associadas ao processo; comparativo entre os valores de aquisição de insumos pelas Regionais de Saúde e pela Secretaria de Saúde.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Os comentários sobre os resultados obtidos pelos Objetivos Específicos serão apresentados nos tópicos específicos de análises da eficácia e eficiência.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Conforme já descrito no item Abrangência e Metodologia do Relatório em questão, na análise da eficácia foram considerados, tanto os indicadores definidos para cada Objetivo Específico, quanto o Indicativo de Eficácia – IE.

Devido à especificidade de cada Objetivo Específico selecionado, bem como de suas Ações, a análise da eficácia será feita por OE.

IV.1.1 – OBJETIVO ESPECÍFICO 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

De acordo com informações do SIGGo, foram alcançados os seguintes índices no exercício de 2012 em relação aos indicadores definidos para o OE 004:

TABELA 11 – INDICADORES E ÍNDICES ALCANÇADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 EM 2012

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		2012		FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	RESULTADO	ÍNDICE	
1280	PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO PÚBLICO LIQUIDADO COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA SES/DF	%	72,12	JAN – DEZ/2010	DESEJADO	80	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF E FSDF
					ALCANÇADO	77	
1281	UNIDADES DE FARMÁCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM PROFISSIONAL FARMACÊUTICO	%	40,28	JUN/10	DESEJADO	50	SAPS/SES E DIASF/SAS/SES
					ALCANÇADO	40,28	
1283	UNIDADES HOSPITALARES COM IMPLANTAÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO POR DOSE INDIVIDUALIZADA.	%	0	JUN/10	DESEJADO	20	FARMÁCIAS HOSPITALARES DA SES/DF E DIASF/SAS/SES.
					ALCANÇADO	0	

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003194-Verso

TABELA 11 – INDICADORES E ÍNDICES ALCANÇADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004 EM 2012

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		2012		FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	RESULTADO	ÍNDICE	
1284	UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA SES/DF	UNIDADE	280837507	DEZ/11	DESEJADO ALCANÇADO	286727102 **286727102**	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF (ALPHALINK)

FONTE: SIGGO/PPA - INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

A partir da análise dos indicadores definidos para o OE 004, verifica-se que estes tratam basicamente da aquisição e distribuição de medicamentos e do provimento de profissionais farmacêuticos nas Unidades de farmácia.

De acordo com os dados constantes da Tabela 11, o indicador 1280 alcançou 96% do previsto. Entretanto, o referido indicador apenas evidencia o total de recurso que a unidade pretendia utilizar com a compra de medicamentos e qual percentual desse recurso foi liquidado no exercício, mas não demonstra se o recurso utilizado foi suficiente para o abastecimento da rede, que é de fundamental importância para a avaliação da eficácia do OE. O mesmo acontece em relação ao indicador 1284 que, apesar de registrado o alcance de 100% do índice previsto para o exercício de 2012, não se verifica correspondência entre o quantitativo de unidades de medicamentos distribuídos para as unidades de saúde da SES e o abastecimento da rede.

Já o índice alcançado no indicador 1281 evidencia que não houve acréscimos no quantitativo de profissional farmacêutico na Atenção Primária no exercício de 2012 quando comparado ao índice mais recente obtido em 2010. De acordo com a DIASF, a nomeação de farmacêuticos não ocorreu em quantidade suficiente para lotá-los na Atenção Primária.

O índice alcançado no indicador 1283 revela que não houve, no exercício de 2012, evolução da implantação total do sistema de distribuição por dose individualizada em nenhuma das unidades hospitalares. De acordo com a DIASF, ao final de 2012, 66,7% dos 15 hospitais da SES/DF contavam com a implantação de dose individualizada em pelo menos uma clínica. Entretanto, nenhum deles possui ainda 100% das clínicas com a dose implementada. Importante frisar que estudos relatam que o sistema de dose individualizada assegura tanto ao paciente, quanto ao hospital e ao farmacêutico, maior qualidade de atendimento e maior controle de estoque e, como consequência, economia para a unidade hospitalar.

SEI/GDF - PROC. 039 /2013 Folha Nº 0031/95

Destaque-se que, para a implantação desse sistema faz-se necessário investimentos na estruturação física das farmácias, aquisição de equipamentos e insumos, e contratação de servidores de nível médio e farmacêuticos.

A partir da análise dos indicadores, contata-se a necessidade de adoção de indicadores para a Assistência Farmacêutica que evidenciem a real porcentagem do abastecimento de medicamentos na rede. Observa-se também a necessidade de lotação de profissionais nas unidades farmacêuticas da rede, bem como maior investimento na estruturação das unidades farmacêuticas dos hospitais de forma a propiciar a implantação do sistema de dose unitária, buscando o melhor controle de estoques e gastos, bem como maior qualidade no atendimento à população.

O cálculo do Indicativo de Eficácia – IE para o Objetivo Específico 004 está demonstrado na Tabela 12, abaixo.

TABELA 12 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADO (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
4215	0,00%	0,0%	500.000	307.356	807.356	0,2%	0,0%
4216	44,97%	45,0%	250.062.000	226.579.178	476.641.178	99,8%	44,9%
TOTAL			250.562.000	226.886.534	477.448.534[2]		44,9%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Observa-se que o fato de a Ação 4215 ter obtido 0% de realização física, não impactou significativamente no IE, uma vez que o peso da Ação para o cálculo da Eficácia foi de apenas 0,2%.

A Ação 4216 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, com maior peso para o alcance da eficácia, possui quatro Subtítulos, sendo que a descrição da etapa realizada dos subtítulos 0001 – ADQUIRIR E DISTRIBUIR MEDICAMENTOS AOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE – SES e 0002 – ADQUIRIR E DISTRIBUIR MEDICAMENTOS AOS PACIENTES DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE PARA DISPENSAÇÃO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA, por não terem apresentado dados quantitativos no SAG, não permitiu avaliar o grau de alcance da meta. Nesse caso, foi solicitado à área responsável que informasse detalhadamente a realização física associada aos dois subtítulos, entretanto não houve resposta satisfatória. Dessa forma, a partir da análise dos índices alcançados para os indicadores 1280 – PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO PÚBLICO LIQUIDADO COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA SES/DF e 1284 – UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUÍDOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DA SES/DF, e das visitas

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003195-Verso

realizadas em que se observou falta momentânea de alguns medicamentos em certas unidades, a equipe de auditoria adotou a porcentagem de 50% para os referidos subtítulos, o que resultou no Indicativo de Eficácia de 44,9%.

Dessa forma, a partir do valor obtido para o IE, de 44,9%, avalia-se que o Objetivo Específico 004 obteve eficácia muito abaixo do previsto, uma vez que o indicativo ficou abaixo de 49%.

IV.1.2 – OBJETIVO ESPECÍFICO 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS

De acordo com informações do SIGGo, foram alcançados os seguintes índices no exercício de 2012 em relação aos indicadores definidos para o OE 005:

TABELA 13 – INDICADORES E ÍNDICES ALCANÇADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005 EM 2012

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		2012		FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	RESULTADO	ÍNDICE	
1286	COBERTURA CARTÃO SUS	%	54,4	DEZ/2010	DESEJADO	56	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA SES/DF E FSDF
					ALCANÇADO	78,68	
1287	INFORMATIZAÇÃO DA REDE	%	35	DEZ/2010	DESEJADO	51,25	SAPS/SES E DIASF/SAS/SES
					ALCANÇADO	85	
1288	CONSULTAS ESPECIALIZADAS REGULADAS	%	7,5	JUL/2011	DESEJADO	15	FARMÁCIAS HOSPITALARES DA SES/DF E DIASF/SAS/SES.
					ALCANÇADO	13	

FONTE: SIGGO/PPA - INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Em relação ao índice de cobertura do cartão SUS, este ultrapassou o previsto em 40,5%. De acordo com a Subsecretaria de Tecnologia da Informação em Saúde – SUTIS, o sistema para cadastro do cartão está implantado em todas as unidades hospitalares, entretanto, há um grande número de cartões redundantes, o que gera a necessidade de higienização na base nacional de dados do Cartão SUS. Dessa forma, não há como utilizar o índice apontado para auxiliar na medição da eficácia, uma vez que essa redundância de cartões implica em um índice alcançado não fidedigno.

Quanto ao indicador 1287, a SUTIS informou que foi atingida a cobertura de 85% da rede de saúde. Entretanto há que se considerar outro fator: em resposta à Solicitação de Auditoria nº 12/2013 – DIATI/GAB/CONT, referente à Auditoria Especial com finalização prevista para abril/2013 e sob responsabilidade da Diretoria de Auditoria em Tecnologia da Informação (DIATI), a SUTIS informou a situação de implantação de cada um dos nove módulos do Sistema Integrado de Saúde – (SIS) na rede de saúde do DF.

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 000196

As unidades de saúde do DF constantes do Processo 060.019.091/2008 para implantação do SIS estão apresentadas na Tabela a seguir:

TABELA 14 – UNIDADES DE SAÚDE DO DF PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE

	REGIONAIS															
TIPOS DE UNIDADES	ASA SUL	GUARÁ	N. BAND.	ASA NORTE	GAMA	SANTA MARIA	TAGUATINGA	SAMAMBAIA	R. DAS EMAS	CEILÂNDIA	BRAZLANDIA	SOBRADINHO	PLANALTINA	PARANOÁ	SÃO SEBASTIÃO	TOTAL POR UND.
CENTROS DE SAÚDE	5	3	2	8	7	2	8	4	2	12	1	3	4	1	1	63
NÚCLEOS DE INSPEÇÃO	2	1	2	4	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	21
POSTOS DE SAÚDE URBANO	0	2	3			3	1	1	1	1	1				1	14
EQUIPE PSF		4	2		2	1		2	4		2	3	3	1	8	32
HOSPITAL REGIONAL		1		1	1		1	1		1	1	1	1	1		10
CAPS		1					1					1		1		4
LABORATÓRIO REGIONAL		1								1						2
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE			1													1
POSTO DE SAÚDE RURAL			2		3					1	2	4	6	4	1	23
COOMP				1												1
HOSPITAL APOIO				1												1
LACEN				1												1
FHB				1												1
HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA							1									1
CENTRAL RADIOLÓGICA							1									1
UNIDADE MISTA							1								1	2
TOTAL POR REGIONAL	7	13	12	17	14	7	16	9	8	17	8	13	15	9	13	178

FONTE: CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS APRESENTADOS PELA SUTIS COMO RESPOSTA À SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA Nº 12/2013 – DIATI/GAB/CONT

A planilha apresentada pela SUTIS informou o estágio de implantação de cada módulo do Sistema nas unidade da rede de acordo com a seguinte categorização: "executado", "não executado" ou "não se aplica". Considerando as unidades da rede de saúde do DF constantes da Tabela 14 e a planilha apresentada pela SUTIS, os módulos encontram-se 100% implantados em 41,6% das unidades da rede de saúde do DF. Ou seja, a implantação do sistema informatizado está incompleto em 58,4% das unidades da rede. Dessa forma, apesar de constar o índice de 85% de informatização da rede, esse índice não corresponde à cobertura real de informatização da rede.

Além disso, foram relatadas pela SUTIS algumas dificuldades de complementação da informatização, tais como: problemas na complementação da instalação do DataCenter; problemas para fazer as redes lógicas e elétricas das unidades; insuficiência de

microcomputadores e impressoras; falta de padronização das rotinas e procedimentos; decisões locais para uso dos vários módulos disponíveis.

O indicador 1288 refere-se ao quantitativo de consultas médicas de especialidades marcadas por intermédio da Central de Regulação de Acesso com utilização de protocolos acordados no âmbito da SES, em relação ao total de consultas realizadas. De acordo com a Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC, a intenção é que sejam elaborados os protocolos para um quantitativo crescente de especialidades, até que, eventualmente, todos os encaminhamentos feitos pelos médicos generalistas sejam agendados pela Central de Regulação. Em 2012, de acordo com o registro efetuado com base nos dados do SISREG, para o indicador 1288, foi atingido o índice de 86,6% em relação ao previsto.

O cálculo do Indicativo de Eficácia – IE para o Objetivo Específico 005 está demonstrado na Tabela 15.

TABELA 15 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1471	100,00%	100,0%	46.000.000	46.000.000	92.000.000	45,9%	45,9%
4164	45,00%	45,0%	110.000	159.295	269.295	0,1%	0,1%
4165	233,00%	100,0%	600.000	1.705.040	2.305.040	1,2%	1,2%
4166	78,00%	78,0%	15.000.000	18.500.000	33.500.000	16,7%	13,0%
9083	90,32%	90,3%	35.350.000	36.830.609	72.180.609	36,0%	32,6%
TOTAL			97.060.000	103.194.944	200.254.944[2]		92,8%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013
[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Ao se avaliar o resultado alcançado pelo conjunto das ações constantes do Objetivo Específico 005 verifica-se que o IE atingiu 92,8%.

Entretanto, há que se fazer algumas ponderações sobre a Ação 1471 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, de maior relevância orçamentária para o OE 005. Foram desenvolvidas no âmbito da Ação diversas atividades, tais como: instalação de rede lógica estruturada, contratação de infraestrutura para instalação de ponto eletrônico, fornecimento e implantação de solução global de recursos em telecomunicações e serviços de links, implantação do Sistema Integrado de Saúde, aquisição de licença para diversos módulos do Sistema; contratação de empresa para prestação de serviços da gestão documental, entre outros. Apesar da diversidade de ações, foram cadastradas no SAG apenas duas etapas: 0023

SF PROC 039/2013 Fls. Nº 003.97

– Implantar e manter o Sistema de Informações em Saúde, cuja meta cadastrada foi de uma unidade e 0097 – Manter os serviços de gestão da tecnologia da informação da SES, cuja meta também foi de uma unidade. Verificou-se que essas etapas foram classificadas no SAG como "concluídas" e a informação presente no campo "etapa realizada" indica que houve 100% de realização. No entanto, as metas estabelecidas não possuem aderência com as realizações físicas, tornando-se inviável a aferição do percentual de realização. Consequentemente, para Ação 1471, a aferição da eficácia por meio da realização informada no SAG ficou prejudicada.

Apesar do exposto, caso a Ação 1471 fosse excluída do cálculo do IE o Indicativo de Eficácia do conjunto das Ações restantes ainda seria superior a 80%, e, portanto, avalia-se que o Objetivo Específico 005 teve eficácia dentro do previsto.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A análise da eficiência será feita por Objetivo Específico selecionado.

IV.2.1 – OBJETIVO ESPECÍFICO 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

AÇÃO 4216 – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

A Ação 4216 tem como objetivo a aquisição de medicamentos para abastecimento da rede de saúde do Distrito Federal, estando sob responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF. A referida Ação, em conjunto com a Ação 4215 – DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA compõe o Objetivo Específico 004 e, conforme demonstrado na Tabela 12, a Despesa Autorizada para a Ação 4216, sob análise, corresponde a 99,8% de toda a Despesa Autorizada para o citado Objetivo Específico. Destaca-se, também, que a execução-orçamentária da Ação 4215 foi de 0%, enquanto a Ação 4216 obteve 77% de execução. Em virtude dos fatos apontados, a Ação 4216 foi selecionada para a avaliação pela equipe de auditoria.

A aquisição de medicamentos é etapa do ciclo da Assistência Farmacêutica e consiste em: seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000197-Verso

De acordo com o documento elaborado pela DIASF "*Análise Situacional e Propostas de Mudança do Fluxo dos Processos de Aquisição de Medicamentos e Produtos para Saúde na SES/DF*", de março/2012, os problemas percebidos na SES/DF em relação ao Abastecimento Farmacêutico são abrangentes e se manifestam em todas as etapas do processo, quais sejam: planejamento da aquisição, processos de licitação, armazenamento e distribuição, dispensação, controle do efetivamente consumido e acompanhamento farmacoterapêutico dos usuários. Conforme o documento, grande parte dos problemas foi desencadeada pela falta de investimento ao longo do tempo e por mudanças na estrutura organizacional e nos processos da SES/DF, sendo criadas etapas desnecessárias nos processos de aquisições de medicamentos e produtos para a saúde.

Foi verificado que a principal causa da morosidade nos processos de aquisição de insumos e medicamentos está relacionada a problemas associados ao Sistema Integrado de Saúde - SIS, uma vez que este não dá acesso às informações de estoque e consumo médio mensal das unidades de saúde da SES/DF, sendo essas atividades realizadas manualmente, o que provoca morosidade e possibilita erros humanos.

A pesquisa de preço realizada pela UAG/SES também demanda grande parte do tempo no processo de aquisição de medicamentos, verificando-se a necessidade de que o sistema seja aperfeiçoado e interligado às várias bases de pesquisa de preço, a fim de fornecer essas informações de forma mais célere.

Além disso, constatou-se a falta de capacitação e treinamento dos profissionais que atuam nas diversas fases do processo de aquisição de medicamentos, o que também afeta o andamento do processo.

Observou-se, ainda, o frequente atraso nos prazos de entrega por parte das empresas, bem como solicitação de troca de marca e de prorrogação de prazo de entrega, sem que haja a devida punição a essas empresas.

As consequências do atual fluxo anacrônico é o desabastecimento vivenciado na rede SES/DF, o qual causa descontentamento dos servidores que ficam impedidos de atuar de forma eficaz, insatisfação dos usuários da SES/DF e situação crítica na saúde do Distrito Federal.

A DIASF informou que a Subsecretaria de Atenção à Saúde – SAS, juntamente com a Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle – SUPRAC tem promovido grupos de trabalho composto pelos setores envolvidos no processo de aquisição, a

PL ARES 057/2013 Folha Nº 003158

fim de visualizar possíveis "gargalos" que possam estar tornando o processo de licitação moroso e tentar saná-los visando à celeridade os processos de aquisição.

Os grupos de trabalho têm como objetivo a apresentação de novo fluxo para os processos de aquisição, etapa que se encontra em fase de conclusão.

De acordo com os registros cadastrados no SIGGo, no exercício de 2012, foram empenhados R$38,9 milhões para compras emergenciais na Ação 4216. Conforme justificativa da DIASF:

> "As compras de medicamentos e produtos para saúde eram realizadas pela Secretaria de Planejamento – SEPLAG, através da central de compras daquele órgão. No ano de 2011, criou-se uma central de compras da saúde vinculada a SAG/SES, passando para essa nova estrutura a responsabilidade de todas as aquisições desta SES/DF. Além disso, foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2011, que passou para a área técnica demandante a responsabilidade de elaboração do Termo de Referência, documento esse que deve conter além das especificações e exigências técnicas, questões administrativas que até então eram desconhecidas pelos técnicos. Com essa migração abrupta da responsabilidade da central de compras para essa SES/DF e a necessidade de adequação dos servidores envolvidos no processo à nova proposta, ocorreu um entrave nos processos de aquisição, fazendo com que não fossem realizados números de pregões suficientes que incluísse todos os medicamentos padronizados na SES/DF.
>
> Portanto, no início do ano de 2012, a gerência de programação tinha disponíveis poucas atas e com vencimento até março/2012. Sendo que muitas delas já estavam com o saldo esgotado. Mesmo existindo solicitação de registro de preço - SRP em andamento demandou-se muito tempo para que esta solicitação gerasse um pregão e que esse fosse concluído, o que gerou a necessidade da gerência de programação de adquirir inúmeros medicamentos por meio de pedido de aquisição emergencial para evitar desabastecimento."

Ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas para conferir maior celeridade aos processos de aquisição de medicamentos, a Central de Compras da SES enumerou os seguintes fatores:

- a greve da ANVISA que causou consequências direta nas licitações, tendo em vista que as licenças das empresas não foram emitidas em tempo hábil, ocasionando recursos e mandados de segurança que impediram e/ou atrasaram o andamento dos processos;
- dificuldades enfrentadas com a rede de internet da SES/DF que por muitas vezes ficou indisponível ocasionando adiamento de Pregões Eletrônicos;
- atrasos em pareceres da área técnica;
- determinação do TCDF para suspender processos licitatórios, por questionamentos em relação aos preços estimados de alguns itens;

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003198-Verso

- desistência de empresas vencedoras que obrigam o retorno à fase inicial do Pregão Eletrônico.

Na análise de 11 processos – que totalizam cerca de R$21,7 milhões e correspondem a 56% dos recursos empenhados para compra emergencial de medicamentos realizados pela SES/DF no exercício de 2012, verificou-se que a SES está utilizando os critérios estabelecidos pelo Acórdão TCU nº 1146/2011 e Decisão TCDF nº 1457/2009 para estimativa de preços para aquisição de medicamentos. Por meio da Decisão TCDF nº 4368/2010 foi recomendado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal/Secretaria Extraordinária de Logística e Infraestrutura da Saúde que:

> "aperfeiçoem os procedimentos para estimativa de preços, fazendo constar dos processos licitatórios, em anexos do edital, orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, na forma do art. 40, § 2º, II, da Lei 8.666/93, podendo, para tanto, adotar os critérios estabelecidos a seguir: a) utilização do CAP nos medicamentos sujeitos ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) -, previsto na legislação (Resoluções CMED e Comunicados), produzida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos-CMED/ANVISA/MS; b) utilização do Preço Fábrica (PF), somente quando não sujeitos ao PMVG; c) referências do Banco de Preços em Saúde - BPS, quando o Distrito Federal receber recursos federais para a aquisição de medicamentos, os quais não estiverem sujeitos ao PMVG ou a sua apresentação específica não for identificada nas tabelas de Preço de Fábrica fornecidas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED/ANVISA/MS; d) valores do Comprasnet, na impossibilidade de se utilizar as ferramentas anteriores."

Dessa forma, a estimativa de preços foi realizada seguindo os critérios recomendados nas Decisões do TCDF e TCU, nos casos analisados de compras por dispensa de licitação. Verificou-se, entretanto, nos processos analisados, a recorrência de itens fracassados, desertos, bem como reprovados por parecer técnico da área, o que também contribui para a dificuldade de conclusão de alguns processos de compras de medicamentos.

A DIASF destacou que ao longo de 2012 houve diminuição do tempo médio no processo de aquisição. A Diretoria informou que o SRP 5-11/000147, que foi elaborado em 15/09/2011, virou pregão apenas em 19/04/2012, sete meses após sua elaboração. Já a SRP 5-12/000058, emitida em 26/03/2012, virou pregão em 26/07/2012, quatro meses após a sua elaboração. Um dos motivos responsáveis para essa diminuição foi o fato de ter sido criado um modelo padrão para o Termo de Referência – TR de medicamentos, o que evitou que o processo ficasse retornando da Central de Compras da SES para a área técnica para alterar o TR. Apesar de solicitado à Central de Compras, não foi apresentada uma análise estatística do prazo de conclusão de uma amostra de processos de aquisição de medicamentos

que pudesse informar qual o prazo médio desses processos de aquisição para conferir mais subsídios para a análise da eficiência.

Cabe destacar que, com o novo organograma da SES/DF (Decreto nº 33.384 - dez/2011), a Gerência de Programação – GEPRO, que até então estava vinculada à Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, voltou a fazer parte da Diretoria de Assistência Farmacêutica – DIASF. Com isso, o ciclo da Assistência Farmacêutica, que se encontrava fragmentado, voltou a ter a etapa do planejamento (programação) sob responsabilidade da Assistência Farmacêutica.

Esse fato havia sido apontado no Relatório nº 16/2011–DIFIP/CONT/STC, o qual recomendava "*integrar as áreas técnica (DIASF) e de planejamento e programação (UAG) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, para que haja incremento no desempenho do Programa*".

Em relação ao índice de abastecimento da rede, a DIASF informou que a mensuração do abastecimento e desabastecimento da rede é feita por meio da tela de monitoramento de estoque, a qual classifica a situação dos itens em quatro categorias, que são:

- Itens com estoque abaixo do ponto de ressuprimento sem pedido;
- Itens com estoque abaixo do ponto de ressuprimento com pedido;
- Itens com estoque próximo do ponto de ressuprimento;
- Itens com estoque acima do ponto de ressuprimento;
- Itens com estoque acima de seis meses.

Entretanto, a DIASF informou que pelo fato de existir muitos pedidos antigos em aberto, o alerta do sistema não reflete a realidade da rede, sendo necessário fazer a verificação de item a item em cada tela de monitoramento para se constatar a real situação do abastecimento.

Além disso, os cálculos de consumo médio mensal (CMM) efetuados pelo sistema também não são fidedignos ao consumo da rede, visto que esse cálculo depende diretamente da gestão de estoque feita nos hospitais e centros de saúde, dos quais nem todos estão informatizados nem possuem recursos humanos suficientes. Logo, como o cálculo do ponto de ressuprimento depende diretamente do CMM, a tela de monitoramento de estoque acaba por não retratar a realidade do desabastecimento da rede.

Verificou-se, ainda, que as unidades de assistência farmacêutica da rede apresentam estrutura física deficiente e falta de recursos humanos, o que acaba por prejudicar a alimentação do sistema e, por conseguinte, o controle de estoques e abastecimento da rede.

No tocante à falta de recursos humanos, a DIASF informou que foram feitos inúmeros pedidos para a nomeação de farmacêuticos para os almoxarifados e solicitações de ampliação de carga horária dos servidores, inclusive os de nível médio. Contudo, a Subsecretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – SUGETES informou que não havia previsão de nomeação e ampliação de carga horária.

Verifica-se, portanto, que a SES se empenhou durante o exercício de 2012 na busca pela eficiência no abastecimento da rede por meio da adoção dos critérios recomendados pelo TCU e TCDF para estimativa de preços para compra de medicamentos, bem como revisão dos fluxos. Entretanto, observa-se, ainda, que os prazos para a conclusão dos processos de compra de medicamentos ainda não atendem a carência da rede, por fatores diversos, o que leva à necessidade de compra emergencial de medicamentos para o seu abastecimento. Além disso, constata-se que o sistema informatizado da SES/DF apresenta ainda muitas deficiências, o que dificulta a gestão eficiente da Assistência Farmacêutica. Nesse sentido, contata-se que o Objetivo Específico 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA apresentou baixa eficiência.

IV.2.2 – OBJETIVO ESPECÍFICO 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS

Serão presentadas a seguir as considerações sobre a eficiência referentes às Ações selecionadas na amostra do Objetivo Específico 005.

AÇÃO 4166 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

A Ação 4166 se refere ao Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde – PDPAS e apresentou no exercício de 2012, conforme demonstrado na Tabela 15, a Despesa Autorizada de R$15 milhões, que correspondem a 18% de toda Despesa Autorizada para o citado Objetivo Específico. Destaca-se, também, que a execução-orçamentária da referida Ação 1471 foi de 100%, de acordo com a Tabela 8

O Programa é regulamentado pela seguinte legislação: Decreto nº 31.625/2010, Portaria nº 82/2010, Portaria nº 83/2010, Portaria nº 84/2010, Portaria nº 13/2011 e Portaria nº 231/2011.

O Decreto nº 31.625/2010, que institui o PDPAS, define como objetivo do Programa:

> "Art. 1º, § 1º
>
> (...)
>
> Parágrafo único. A execução descentralizada de ações visa dar autonomia gerencial progressiva para as Diretorias Gerais de Saúde e Unidades de Referência Distrital da Rede Pública de Saúde, viabilizada por meio de transferência de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal."

Conforme a referida legislação, os recursos do PDPAS se destinam à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços e das regionais de Saúde, mantidas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e deverão ser utilizados para quaisquer das seguintes finalidades:

I. Adquirir materiais de consumo e medicamentos;
II. Adquirir materiais permanentes e equipamentos;
III. Realizar reparos nas respectivas instalações físicas;
IV. Contratar serviços com pessoas jurídicas e pessoas físicas, observadas as normas legais;
V. Pagar outras despesas, disciplinadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O citado decreto define, ainda, que os recursos do PDPAS **não** poderão ser aplicados no pagamento de despesas com:

I. pessoal e encargos sociais, qualquer que seja o vínculo empregatício;
II. implantação de novos serviços;
III. gratificações, bônus e auxílios;
IV. festas e recepções;
V. viagens e hospedagens;
VI. obras de infraestrutura, excetuados pequenos reparos de estrutura
VII. aquisição de veículos;
VIII. aquisição e/ou locação de equipamento de informática;
IX. pesquisas de qualquer natureza e;
X. publicidade.

A sistemática de repasse de recursos às Unidades Executoras está condicionada ao gasto de 80% dos recursos disponibilizados.

Quanto à execução do recurso destinado à Ação 4166, é importante observar que, como o recurso do PDPAS é descentralizado do Fundo de Saúde do Distrito Federal – FSDF para as Diretorias Gerais de Saúde e Unidades de Referência Distrital da Rede Pública de Saúde, o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo acaba por não evidenciar o valor repassado a cada unidade, bem como o valor exato empenhado e liquidado por unidade. Essa informação só é obtida por meio do FSDF. Tal fato dificulta a transparência e o controle dos gastos realizados, pois uma vez efetuados os repasses, a execução dos recursos transferidos não fica detalhada no SIGGo. Assim, não é possível identificar, por meio do sistema, a destinação efetiva dos recursos do PDPAS como, por exemplo, o objeto do gasto, o credor e o valor pago.

A seguir, observa-se a relação compacta com os valores, provenientes do PDPAS, gastos com aquisições de materiais e realização de serviços, em cada Diretoria Geral de Saúde, conforme apresentado no Relatório de Atividades da SES/2012:

TABELA 16 – GASTOS DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE SAÚDE NO PDPAS – 2012

DIRETORIA GERAL REGIONAL DE SAÚDE	VALORES GASTOS - 2012		
	MATERIAL DE CONSUMO	SERVIÇOS DE TERCEIROS	TOTAL
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE TAGUATINGA	1.911.193,39	136.866,85	2.048.060,24
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE SAMAMBAIA	380.969,08	18.109,25	399.078,33
DIRETORIA REGIONAL DE SAÚDE DA ASA SUL	1.132.876,01	109.497,80	1.242.373,81
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA	1.270.075,87	43.621,58	1.313.697,45
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DA ASA NORTE	1.716.451,78	11.657,60	1.728.109,38
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DO GAMA	2.766.612,61	354.267,78	3.120.880,39
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE PLANALTINA	571.733,49	150.494,46	722.227,95
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DO GUARÁ	267.335,05	4.656,65	271.991,70
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DO RECANTO DA EMAS	116.916,11	8.926,00	125.842,11
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE SOBRADINHO	1.040.771,13	30.003,35	1.070.774,48
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DA CANDANGOLÂNDIA, NÚCLEO BANDEIRANTE, PARK WAY E RIACHO FUNDO	128.724,82	72.109,00	200.833,82
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DO PARANOÁ	463.304,24	50.180,23	513.484,47
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO	83.722,21	46.390,00	130.112,21
HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA	144.117,58	17.395,00	161.512,58
HOSPITAL DE BASE DE BRASÍLIA	3.090.374,56	300.625,95	3.391.000,51
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE BRAZLÂNDIA	530.482,88	48.523,17	579.006,05
HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO	160.689,82	4.977,23	165.667,05
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA	1.072.298,08	190.178,38	1.262.476,46
TOTAL GLOBAL ANUAL	**16.848.648,71**	**1.598.480,28**	**18.447.128,99**

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES – SES/2012

Verifica-se a partir da Tabela 16, extraída do Relatório de Atividades da SES/2012, que as Diretorias Regionais executaram quase a totalidade dos 18,5 milhões repassados pelo Fundo de Saúde do Distrito Federal. De acordo com questionário aplicado junto a 12 Unidades Executoras, verificou-se que a maior parte do recurso foi utilizada principalmente para a compra de medicamentos, material de consumo e reparos na estrutura física. A pesquisa revelou que nenhuma das unidades constituiu Gerência de Apoio Administrativo e Financeiro – GAAF conforme previsto no §2º do Art. 5º do Decreto nº 31.625/2010:

> "para o apoio à operacionalização do PDPAS, será criada a Gerência de Apoio Administrativo e Financeiro / GAAF, órgão administrativo subordinado ao Diretor Administrativo em cada Diretoria Geral de Saúde e em cada Unidade de Referência Distrital, com atribuição de elaborar propostas e definir especificações para a aquisição de bens e serviços, bem como os respectivos relatórios de prestação de contas, na forma definida por normatização complementar da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal."

Esse fato, de acordo com as unidades, dificulta as atividades desenvolvidas para a execução do PDPAS, visto o acúmulo de funções da direção administrativa para a execução dos trabalhos.

Observou-se, também, que três unidades avaliadas ainda não haviam constituído Conselhos de Administração que, consoante a Portaria nº 83/2010:

> "Capitulo II – Da Estrutura e Atribuições
>
> (...)
>
> IV.1. As Diretorias Gerais de Saúde deverão constituir Conselhos de Administração, presididos pelo Diretor Geral de Saúde da Regional e tendo como membros o Diretor Administrativo, os Gerentes/ Diretores de todos os estabelecimentos públicos de saúde localizados no território de abrangência, excluídas as Unidades de Referência Distrital, e dois representantes da comunidade usuária, para **estabelecimento das prioridades, monitoramento e validação das atividades em cada DGS**."

Mesmo nas unidades em que foi constituído Conselho de Administração, há dificuldades em relação ao planejamento, uma vez que as unidades declararam que a morosidade na aquisição de materiais básicos pela SES faz com que muito desses materiais sejam adquiridos com os recursos do Programa, impedindo que as unidades utilizem o recurso para as compras emergenciais e prioritárias.

Além disso, as unidades informaram que o Sistema de informações da SES não fornece dados precisos e, com isso, muitos materiais são comprados pelas DGRS com recursos do PDPAS sem necessidade.

Em comparativo de valores entre alguns insumos adquiridos por meio do PDPAS e pela SES realizado pela Diretoria Executiva do Fundo de Saúde do Distrito Federal foi constatado que em 18% dos produtos comprados por meio do PDPAS os valores dos itens foram inferiores ao comprado pela Central de Compras da SES. Esse resultado, entretanto, não pode ser utilizado para fins de avaliação da eficiência da Central de Compras da SES/DF, pois a pesquisa foi realizada de forma aleatória e com poucos itens para comparação, mas já evidencia a necessidade de um estudo mais amplo e estatístico que demonstre a eficiência do Programa, bem como da Central de Compras da SES/DF.

Importante ressaltar que a Portaria nº 13/2011 criou a Comissão de Acompanhamento do Programa de Descentralização Progressiva que, de acordo com o Fundo de Saúde do Distrito Federal, tem se reunido para o acompanhamento do Programa, porém de forma assistemática e com integrantes em menor número do que o previsto na referida Portaria.

Por fim, cumpre salientar que a maioria das unidades avaliou positivamente o Programa, uma vez que este tem proporcionado maior agilidade na dispensação de medicamentos e nos atendimentos de urgência, bem como melhorias na manutenção de equipamentos e instalações, sem necessidade de aguardar a realização de certame para toda a rede, o que tem proporcionado melhoria no atendimento da população do DF. Entretanto, constata-se que, apesar dos avanços trazidos pelo PDPAS, o Programa ainda tem sido utilizado como forma de suprir a morosidade na aquisição de insumos pela Central de Compras da SES, dificultando, dessa forma, a utilização dos recursos para os fins a que se destina.

AÇÃO 1471 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A Ação 1471 tem como objetivo a completa implantação e manutenção do Sistema Integrado de Saúde – SIS como um mecanismo de coleta, processamento, análise e transmissão da informação necessária para se planejar, organizar, operar e avaliar os serviços de saúde no âmbito da SES/DF, e está sob responsabilidade da Subsecretaria de Tecnologia da Informação em Saúde – SUTIS. A referida Ação, constante do Objetivo Específico 005, apresentou no exercício de 2012, conforme demonstrado na Tabela 15, Despesa Autorizada de R$46 milhões, que correspondem a 44,6% de toda Despesa Autorizada para o citado Objetivo Específico. Destaca-se, também, que a execução orçamentária da Ação 1471 foi de 99,1%, conforme Tabela 8.

Para a avaliação da eficiência da Ação considerou-se a análise dos processos referentes aos serviços contratados de fornecimento de links de dados, modernização da gestão documental da SES e de implantação do Sistema Integrado de Saúde.

Foram analisados os processos 060.000.769/2012; 060.000.767/2012 e 060.001.758/2008, referentes ao Contrato nº 53/2009, firmado entre a SES/DF e a empresa BRASIL TELECOM S.A., para fornecimento e implantação de uma solução global de recursos em telecomunicações (voz, dados e imagens) no valor total de R$14,9 milhões. Para tanto, o contrato previa o fornecimento de serviços de links especiais de telecomunicações e transmissão de dados.

Em 2012 já havia sido apontada no Relatório de Auditoria Especial nº 01/2012 – DIATI/CONEP/CONT superestimativa na previsão dos serviços de links especiais de telecomunicação e transmissão de dados contratados por meio do Contrato nº 053/2009 no exercício de 2011. Tal fato foi novamente constatado no exercício de 2012 por meio da análise da disponibilidade, do tráfego máximo e médio dos links, aferidos nas interfaces WAN durante o exercício de 2012 e encaminhados pela SUTIS a esta equipe de auditoria por meio de mídia e relatórios mensais e anuais.

Os dados relativos aos tráfegos médio e máximo de utilização dos links das unidades hospitalares com velocidade de 1 Gigabyte por segundo (Gb/s) no exercício de 2012 estão consolidadas na tabela a seguir:

TABELA 17 – DEMONSTRATIVO DO USO EFETIVO DA CONEXÃO NAS UNIDADES HOSPITALARES – ANO 2012

	CÓDIGO DO LINK	LOCALIDADE	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO LINK	
			TRÁFEGO MÁXIMO	TRÁFEGO MÉDIO
1	PRINCIPAL - 0732379	SIA PARQUE DE APOIO	0,32%	0,09%
	REDUNDANTE - 0732393		0,40%	0,11%
2	PRINCIPAL - 0732395	HRGU - GUARÁ	0,17%	0,04%
	REDUNDANTE - 0732381		0,18%	0,04%
3	PRINCIPAL - 0730889	HRAN – ASA NORTE	0,76%	0,20%
	REDUNDANTE - 0732327		0,50%	0,17%
4	PRINCIPAL - 0730901	HRAS – ASA SUL	0,49%	0,35%
	REDUNDANTE - 0732330		0,71%	0,21%
5	PRINCIPAL - 0732388	HRPA - PARANOÁ	0,45%	0,14%
	REDUNDANTE - 0732402		0,38%	0,14%
6	PRINCIPAL - 0732387	HRS - SOBRADINHO	0,51%	0,13%
	REDUNDANTE - 0732401		0,35%	0,12%

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003202-Verso

TABELA 17 – DEMONSTRATIVO DO USO EFETIVO DA CONEXÃO NAS UNIDADES HOSPITALARES – ANO 2012

	CÓDIGO DO LINK	LOCALIDADE	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO DO LINK	
			TRÁFEGO MÁXIMO	TRÁFEGO MÉDIO
7	PRINCIPAL - 0732389	HRP - PLANALTINA	0,79%	0,05%
	REDUNDANTE - 0732403		0,63%	0,06%
8	PRINCIPAL - 0732386	HRG - GAMA	0,83%	0,20%
	REDUNDANTE - 0732399		0,55%	0,13%
9	PRINCIPAL - 0732384	HRT - TAGUATINGA	0,44%	0,07%
	REDUNDANTE - 0732398		0,31%	0,07%
10	PRINCIPAL - 0731817	HRC - CEILÂNDIA	0,35%	0,16%
	REDUNDANTE - 0732329		0,61%	0,18%
11	PRINCIPAL - 0730900	HRBZ - BRAZLÂNDIA	0,49%	0,08%
	REDUNDANTE - 0732331		0,19%	0,07%
12	**PRINCIPAL - 0733991**	**SES - SEDE**	**2,91%**	**0,51%**
	REDUNDANTE - 0734233		**1,93%**	**0,40%**
13	PRINCIPAL - 0732382	HAB – HOSPITAL DE APOIO	0,12%	0,04%
	REDUNDANTE - 0732396		0,11%	0,04%
14	PRINCIPAL - 0732383	LACEN – LAB. CENTRAL	0,57%	0,13%
	REDUNDANTE - 0732397		0,95%	0,17%
15	PRINCIPAL - 0732380	FEPECS – FAC. DE MEDICINA	0,81%	0,21%
	REDUNDANTE - 0732394		0,99%	0,21%
16	PRINCIPAL - 0730894	HRSAM - SAMAMBAIA	0,27%	0,08%
	REDUNDANTE - 0732328		0,22%	0,07%
17	**PRINCIPAL - 0732385**	**HRSM – SANTA MARIA**	**10,37%**	**0,29%**
	REDUNDANTE - 0732400		**0,63%**	**0,25%**

FONTE: RELATÓRIO GERENCIAL - SUTIS

Conforme se observa na Tabela 17, em 2012, o link com maior utilização, localizado no Hospital de Santa Maria, atingiu um tráfego máximo de 10,37% da sua capacidade suportada, sendo o percentual de tráfego médio de 0,29%. Esse dado, retirado dos relatórios gerenciais encaminhados pela SUTIS, evidencia a subutilização da capacidade de transmissão de dados dos links das unidades hospitalares, padronizados em 1Gb/s, o que tem gerado gastos desnecessários, com impacto negativo na eficiência da Ação.

A avaliação da Ação 1471 também considerou os processos referentes à contratação da empresa especializada para a prestação de serviços de modernização da gestão documental da SES (060.000.672/2012, 060.002.280/2012 e 060.005.023/2011).

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003203

A partir da análise, verificou-se que em 2011 foi firmado o contrato nº 080/2011 entre a Secretaria de Estado de Saúde e a empresa TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A para a modernização da gestão documental, no valor de R$4,3 milhões, o qual foi prorrogado até 06/07/2013 (Processo nº 060.005.023/2011). Ainda com o referido contrato em vigor, foi firmado, em agosto de 2012, o contrato nº 077/2012, no valor de R$7,8 milhões com a mesma empresa para a realização de objeto análogo, conforme constatado por meio da análise dos Projetos Básicos referentes aos dois contratos.

Além disso, na análise do contrato nº 077/2012 – SES/DF (Processo nº 060.000.672/2012), firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a empresa TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A, constatou-se que a referida contratação foi realizada em 02/08/2012 para adesão à Ata de Registro de Preços nº 56/00015/11/05, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar, entretanto, que o Decreto nº 33.662, de 15/05/2012, em seu Art. 3º, restringe, no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal, a adesão a atas originadas apenas nas esferas Federal e Distrital.

As irregularidades verificadas foram objeto da Solicitação da Ação Corretiva nº 07/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC, de outubro de 2012, a qual recomendou à SES/DF a rescisão do Contrato nº 077/2012. Todavia, a Secretaria de Saúde não atendeu à recomendação desta Controladoria e nem enviou justificativa a respeito das constatações. Contrariamente a isso, foi verificado o pagamento de R$4,4 milhões à empresa TCI/BPO nos meses de novembro e dezembro de 2012.

Cumpre ressaltar que, conforme relatado na análise da Ação 4216, o Sistema Integrado de Saúde – SIS tem apresentado diversas deficiências em relação aos relatórios gerados para subsidiar a compra de medicamentos. Esse fato também foi evidenciado na análise da Ação 4166 em que foi observado que a falta de informações precisas pelo sistema informatizado faz com que muitas compras sejam executadas pelo PDPAS sem necessidade. Esse cenário evidencia a baixa eficiência do sistema informatizado da SES/DF.

A partir do exposto, conclui-se pela baixa eficiência do Objetivo Específico 005.

V – CONCLUSÃO

A auditoria realizada no Objetivo Específico 004 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA do Programa Temático 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE evidenciou algumas dificuldades que comprometeram o abastecimento de medicamentos da rede em sua plenitude no exercício de 2012, tais como: a morosidade nos processos de aquisição de medicamentos e deficiências do sistema informatizado da Secretaria de estado de Saúde do DF, as quais prejudicam a obtenção de dados fidedignos para a solicitação e aquisição do quantitativo necessário de medicamentos para a rede, bem como a própria gestão da Assistência Farmacêutica. Esses fatores contribuíram para a baixa eficácia e eficiência do OE 004, apesar de ter sido observado o empenho da gestão da Assistência Farmacêutica na organização do fluxo dos processos de aquisição de medicamentos com vistas a conferir maior celeridade a estes e evitar a compra emergencial.

A dificuldade em obter dados fidedignos do sistema informatizado para controle e planejamento, bem como a verificação de contratos superestimados ou com irregularidades contribuíram para a baixa eficiência do Objetivo Específico 005 – GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS.

Constatou-se que o Programa de Descentralização Progressiva de Ações em Saúde – PDPAS – Ação integrante do Objetivo Específico 005 – tem proporcionado maior autonomia e agilidade às regionais de saúde para a aquisição de insumos e contratação de serviços, com melhoria da qualidade do serviço prestado à população. Entretanto, o Programa ainda tem sido utilizado como forma de suprir a morosidade na aquisição de insumos pela Central de Compras da SES, impossibilitando, dessa forma, a utilização dos seus recursos para os fins a que se destina.

Apesar de constatadas inconsistências no cadastro das Etapas da Ação 1471, de maior materialidade do OE 005, o Objetivo apresentou Eficácia dentro do previsto.

A avaliação dos OEs 004 e 005 permitiu verificar que as deficiências no SIS prejudicam o gerenciamento da Assistência Farmacêutica, enquanto que a morosidade na aquisição de medicamentos obriga à má utilização de recursos do PDPAS. Ou seja, as deficiências constatadas no OE004 interferem no andamento do OE005 e vice-versa, gerando um ciclo vicioso, para o qual a causa principal está na não operacionalização adequada do SIS.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

RESUMO

Foi auditado, no exercício de 2012, o Objetivo Específico 002 – EMANCIPAÇÃO DIGITAL E SOCIAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL do Programa Temático 6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL constante do PPA 2012/2015. O Objetivo Específico 002 tem como objetivo "*Promover a emancipação digital e social da população do Distrito Federal, proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs*", está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal e apresentou, no exercício de 2012, Despesa Autorizada de R$14,3 milhões e valor empenhado de R$2,3 milhões. Observou-se uma carência de pessoal de carreiras específicas ou capacitados na área de Ciência e Tecnologia, ocorrência de constantes mudanças de gestores, ausência de planejamento, descumprimento de normas referentes à contratação e dificuldade nas escolhas de padrões técnicos específicos dos serviços de Tecnologia da Informação. Da mesma forma, houve redução de recursos no Programa com um menor valor de Despesa Autorizada frente à Dotação Inicial, falta de crédito orçamentário e contingenciamento de dotação orçamentária. Esses fatores contribuíram para a execução de apenas uma ação, cuja responsabilidade pela execução foi da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF. Em virtude dos fatores apontados, o Objetivo Específico foi avaliado como ineficiente e com eficácia muito abaixo da prevista.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003204-Verso

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL está relacionado a dois Macrodesafios: "PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE PARA TODOS" E "DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DF", de acordo com o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015.

O Programa Temático 6205 é gerenciado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal – SECTI que possui a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF como órgão vinculado. O objetivo geral do Programa Temático é "*Projetar o Distrito Federal como um centro produtor e irradiador de conhecimento, produtos e serviços de alta tecnologia*".

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	150.000	0,1	0	0,0	0,0
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	27.678.791	17,7	29.091.561	16,3	105,1
40101	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	59.640.000	38,1	4.012.000	2,3	5,2
40201	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FAP	68.886.820	44,1	144.881.188	81,4	210,3
40901	FUNDO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	9.201	0,0	2.458	0,0	26,7
	TOTAL	156.364.812		177.987.207		113,3

FONTE: SIAC/SIGGO (DISCOVERER), EM 10/01/2013.
* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em cinco Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO
001	DISPONIBILIZAR À POPULAÇÃO O ACESSO À INTERNET NA ÁREA URBANA E RURAL DO DISTRITO FEDERAL
002	PROMOVER A EMANCIPAÇÃO DIGITAL E SOCIAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, PROPORCIONANDO A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS MEIOS, FERRAMENTAS E CONTEÚDOS DO CONHECIMENTO POR MEIO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TICS
003	IMPLANTAR PÓLO CIENTÍFICO EM SAÚDE E BIOTECNOLOGIA E PÓLO TECNOLÓGICO DE TV DIGITAL
004	IMPLANTAR PARQUE TECNOLÓGICO CAPITAL DIGITAL

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003205

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO
005	FOMENTAR, DESENVOLVER, INCENTIVAR E APOIAR A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO DISTRITO FEDERAL REVELANDO TALENTOS, INVESTINDO EM ESTUDANTES E PROFISSIONAIS QUE PROCURAM ALTERNATIVAS POR MEIO DE PRODUTOS E PROCESSOS QUE MELHOREM OU APRESENTEM INOVAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO DF.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Devido à materialidade dos recursos alocados para o Programa Temático, sua relevância para a sociedade e sua quantidade de Objetivos Específicos, a Diretoria de Fiscalização dos Planos e Programas de Governo – DIFIP decidiu por avaliá-lo ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015. Dessa forma, o planejamento previu a seleção de um OE a cada ano com base nos seguintes critérios:

- Relevância: considerou-se a importância dos Objetivos Específicos para a sociedade e para o atingimento do Objetivo Geral do Programa 6205,
- Materialidade: seleção do Objetivo Específico com expressiva Despesa Autorizada – DA em relação à Despesa Autorizada Total – DAT. No mês de maio/2012 a relação DA/DAT do Objetivo Específico 002 selecionado foi de 37,38%.

A partir dos critérios apresentados, foi selecionado o Objetivo Específico 002 para acompanhamento no exercício de 2012.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

De acordo com o disposto no Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 002 visa "*Promover a emancipação digital e social da população do Distrito Federal, proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs*" e está sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal.

Conforme o referido Anexo, para atingir o objetivo do Programa, as ações da SECTI basear-se-ão em dois pilares:

1. Implantação de Pólos tecnológicos: Capazes de transformar o DF em um pólo de atração de empreendimentos e investimentos em ciência, tecnologia e inovação;
2. Programa de Inclusão Digital – A Internet para Todos: instituído pelo Decreto nº 27.083, de 18 de agosto de 2006, em observância ao disposto nos artigos 10 e 11 do Decreto nº 25.752, de 12 de abril de 2005 que cria a Agenda de Ciência e Tecnologia no Governo do Distrito Federal. Tal programa tem como objetivo estratégico a promoção da inclusão digital por meio da capacitação e da conectividade de todos os cidadãos do DF e apresenta como meta a formulação, desenvolvimento e implementação do do Programa de Inclusão Digital do DF.

O referido Programa tem três pilares básicos: Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Equipamento e Acesso à Internet que, conforme o referido Anexo, irá beneficiar os jovens, pessoas da terceira idade, portadores de deficiências, empresários, funcionários públicos e cidadãos em geral. As medidas visam proporcionar educação, formação profissional, lazer, cultura e orientação para a cidadania, além da alfabetização digital.

Importante destacar que a SECTI informou que o Programa de Inclusão Digital, denominado, à época, DF Digital, estava sendo implementado por meio de Contrato de Gestão entre a FAP e a Fundação Gonçalves Lêdo, firmado em 2009. Entretanto, tal contrato foi declarado nulo de acordo com a Instrução nº 30, de 14 de junho de 2012, publicada no DODF nº 115, de 15 de junho de 2012, em razão da inconstitucionalidade do termo "a contratação da entidade" constante no §1º do artigo 6º da Lei Distrital nº 4.081/08, assim declarado pelo Acórdão nº 470862/20090020123053ADI-TJDFT, de 7/1/2011, e em razão das determinações constantes nos itens II-c e III da Decisão nº 2901/2010 e item II da Decisão nº 6.432/2011, ambas do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

As metas estabelecidas para os indicadores do Objetivo específico 002 no Anexo II do PPA 2012/2015 são:

- Instalar 400 unidades de telecentros comunitários até 2015;
- Alcançar 1.000.000 de certificações em cursos de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs no período até 2015.

Os indicadores previstos no Anexo II do PPA 2012/2015 para o Objetivo Específico em questão são os seguintes:

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003206

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
796	CERTIFICAÇÕES EMITIDAS EM CURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	UNIDADE	686.701	05/2011	150.000	250.000	300.000	300.000	SECTI
797	Nº DE TELECENTROS INSTALADOS	UNIDADE	102	06/2011	200	300	350	400	SECTI

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Destaque-se que, em reunião da equipe de auditoria com o gestor da Subsecretaria de Inclusão Digital e Conteúdos Tecnológicos, este informou que os indicadores constantes da Tabela 3 foram definidos em outra gestão e que se tratava de uma meta inexequível, não condizente com a realidade. Nesse sentido, a equipe de auditoria sugeriu que fosse realizado um replanejamento com a alteração dos índices propostos, entretanto, essa modificação não foi efetivada, conforme se constatou em consulta ao Relatório de Indicadores de Desempenho por Programa de Governo constante do Módulo PPA do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo.

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 002:

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002 DO PROGRAMA TEMÁTICO 6205

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1035	(EP) INFORMATIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS DA ÁREA RURAL
1175	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MUSEU DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
1176	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI
3198	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS COMUNITÁRIOS
3201	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIAIS DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS
3701	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E INOVAÇÃO
4090	APOIO A EVENTOS
4091	(EP) APOIO A PROJETOS (SECTI)
4224	GESTÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015
(EP) Emenda Parlamentar

Ressalte-se que as Ações 1035 e 4090, apesar de previstas no PPA 2012/2015, não foram incluídas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2012.

II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

Na Tabela 5 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Unidades Orçamentárias que o executam. Ressalte-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 002 POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
18101	150.000	0,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
40101	55.740.000	92,4	3.012.000	21,0	5,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
40201	4.400.000	7,3	11.334.500	79,0	257,6	2.301.450	100,0	20,3	2.279.550	100,0	99,0	20,1
40901	9.201	0,0	2.458	0,0	26,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
Total	**60.299.201**		**14.348.957**		**23,8**	**2.301.450**		**16,0**	**2.279.550**		**99,0**	**15,9**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 10/01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 002

Observa-se que apenas 16% da Despesa Autorizada foi empenhada, resultando em um desperdício orçamentário de, aproximadamente, R$12 milhões.

A Tabela 6 demonstra a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Ações Orçamentárias que o integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 4.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 002 POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1175	400.000	0,7	400.000	2,8	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1176	7.600.000	12,6	1.804.000	12,6	23,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2557	1.000.000	1,7	800.000	5,6	80,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3198	890.000	1,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3201	50.000	0,1	8.000	0,1	16,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3678	200.000	0,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3701	3.100.000	5,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4091	4.559.201	7,6	2.336.957	16,3	51,3	2.301.450	100,0	98,5	2.279.550	100,0	99,0	97,5
4224	42.500.000	70,5	9.000.000	62,7	21,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	**60.299.201**		**14.348.957**		**23,8**	**2.301.450**		**16,0**	**2.279.550**		**99,0**	**15,9**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 10/01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 002

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003207

Observa-se que das nove ações presentes na LOA, apenas a 4091 – APOIO A PROJETOS, de responsabilidade da FAP, teve execução orçamentário-financeira.

II.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

A Tabela 7 apresenta a quantidade de subtítulos e de etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, para cada uma das Ações que integram o Objetivo Específico 002 do ProgramaTemático 6205.

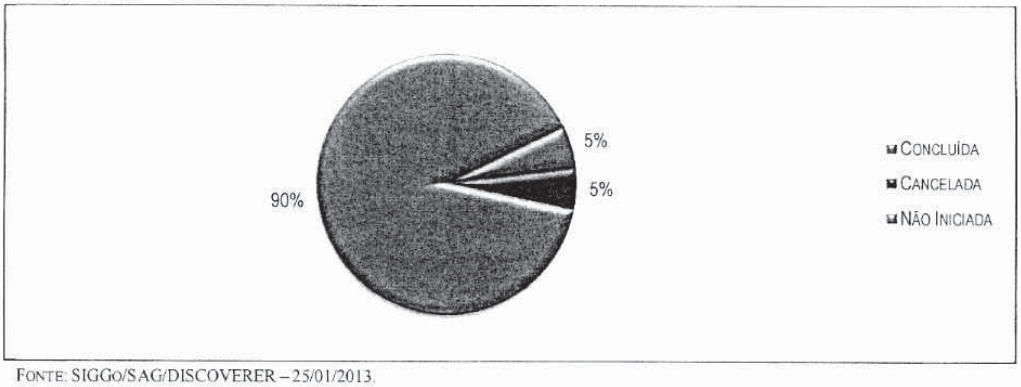
TABELA 7 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
1175	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO MUSEU DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	01	01
1176	(EP) IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	01	01
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI	02	02
3198	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS COMUNITÁRIOS	05	05
3201	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIAIS DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS	01	01
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	01	01
3701	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E INOVAÇÃO	02	02
4091	(EP) APOIO A PROJETOS (SECTI)	03	03
4224	GESTÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL	03	03
TOTAL		19	19

FONTE: SAG/SIGGO (DISCOVERER) – 25/01/2013.

Na Figura 1 é apresentada a estatística do estágio das etapas cadastradas no Objetivo Específico 002, ao final do exercício de 2012.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 25/01/2013.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003207-Verso

Observa-se que 95% das etapas finalizaram o exercício em estágio de desvio (cancelada ou não iniciada), o que indica sério comprometimento das metas pretendidas para o Objetivo Específico.

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 e foram utilizados os seguintes procedimentos: análise de processos, pesquisa no SIGGo, reuniões com os responsáveis pela execução das Ações selecionadas para o Objetivo Específico 002 do Programa Temático 6205, acompanhamento físico no local de execução das Ações e solicitações de informações aos gestores públicos envolvidos.

As Ações selecionadas para a amostra de auditoria e os critérios utilizados para seleção são apresentados a seguir:

TABELA 8 – CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS AÇÕES DO OE 002

AÇÃO		CRITÉRIO
CÓD.	DESCRIÇÃO	
1176	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ CONTEMPLADA NO PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS CONCEBIDO EM 2012 E COMPOSTO POR PROJETOS ESPECÍFICOS, DIRECIONADOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES QUE IMPULSIONAM A ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL. A AÇÃO TAMBÉM CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA; MATERIALIDADE – A DESPESA AUTORIZADA PREVISTA PARA A AÇÃO REPRESENTAVA, EM MAIO DE 2012, 16,56% DA DESPESA AUTORIZADA PARA O OBJETIVO ESPECÍFICO
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ ASSOCIADA A AÇÃO 4224 E CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA;
3198	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS TECNOLÓGICOS COMUNITÁRIOS	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ ASSOCIADA À AÇÃO 4224, CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO;
3201	IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESPECIAIS DE PRÁTICAS TECNOLÓGICAS	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ ASSOCIADA À AÇÃO 4224, CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO;
3701	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE GESTÃO E INOVAÇÃO	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ ASSOCIADA À AÇÃO 4224, CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO;
4091	APOIO A PROJETOS	RELEVÂNCIA – A AÇÃO ESTÁ ASSOCIADA À AÇÃO 1176, CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO;
4224	GESTÃO DO PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL	RELEVÂNCIA – A AÇÃO CONTRIBUI PARA O ATINGIMENTO DO OBJETIVO GERAL DO PROGRAMA E OS INDICADORES PREVISTOS PARA O OE ESTÃO ASSOCIADOS À EXECUÇÃO DA AÇÃO; MATERIALIDADE – A DESPESA AUTORIZADA PREVISTA PARA A AÇÃO REPRESENTAVA, EM MAIO DE 2012, 71,8% DA DESPESA AUTORIZADA. PARA O OBJETIVO ESPECÍFICO

A avaliação da eficácia e eficiência do OE 002 foi realizada conforme metodologia descrita a seguir:

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 0003209

a) Eficácia: foi utilizado o Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, calculado conforme a metodologia descrita na Parte II do presente relatório.

b) Eficiência: A análise da eficiência considerou a execução orçamentária-financeira de cada ação, a análise dos procedimentos operacionais, métodos de trabalho, execução física e fatores que dificultaram a implementação das Ações.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Durante os trabalhos, a equipe de Auditoria identificou problemas de gestão e de execução das ações, relacionados à estrutura do órgão responsável e à política pública governamental.

No que tange à estrutura, a Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação carece de pessoal das carreira específicas ou capacitados na área de Ciência e Tecnologia. Além disso, com a mudança de gestores, a Secretaria sofre com alterações significativas nos projetos que servem de base para a realização dos objetivos e metas estipuladas pelo Programa.

Quanto à política pública, alterações à LOA implicaram em redução dos recursos previstos para o Objetivo Específico 002. Verifica-se que essa redução foi concentrada na Ação 4224 em decorrência do cancelamento do Contrato com a Fundação Gonçalves Lêdo para gestão do Programa DF Digital. Ainda assim, observa-se pela Tabela 6 que a Ação finalizou o exercício com R$9 milhões de disponibilidade orçamentária, o que viabilizaria a sua execução nos moldes previstos pelos novos gestores do Programa 6205.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Na Tabela 9 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto de Ações– IE para o Objetivo Específico selecionado.

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO(1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1175	0,0%	0,0%	400.000	400.000	800.000	1,1%	0,0%
1176	0,0%	0,0%	7.600.000	1.804.000	9.404.000	12,6%	0,0%

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003208-Verso

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
2557	0,0%	0,0%	1.000.000	800.000	1.800.000	2,4%	0,0%
3198	0,0%	0,0%	890.000	0	890.000	1,2%	0,0%
3201	0,0%	0,0%	50.000	8.000	58.000	0,1%	0,0%
3678	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,3%	0,0%
3701	0,0%	0,0%	3.100.000	0	3.100.000	4,2%	0,0%
4091	170,9%	100,0%	4.559.201	2.336.957	6.896.158	9,2%	9,2%
4224	0,0%	0,0%	42.500.000	9.000.000	51.500.000	69,0%	0,0%
	Total		**60.299.201**	**14.348.957**	**74.648.158[2]**		**9,2%[3]**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] $P = VA / VA_T$ [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

O valor de 9,2% obtido para o IE evidencia que o Objetivo Específico 002 apresentou resultado de eficácia muito abaixo do previsto.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Durante os trabalhos de Auditoria foram identificados alguns fatores críticos que comprometeram a execução das Ações pertencentes ao Objetivo Específico 002 do Programa 6205:

- Ausência de planejamento para realização das Ações;
- Descumprimento das normas locais e do mandamento legal referente à contratação de produtos ou serviços pela Administração Pública do Distrito Federal;
- Dificuldade quanto às definições e escolhas dos padrões técnicos específicos dos serviços de Tecnologia da Informação;
- Mudança dos gestores públicos, com consequente reformulação do foco e das metas das Ações.

Da mesma forma, foram relatadas pela SECTI no Relatório de Atividades 2012 outras dificuldades para realização do Programa 6205, conforme texto a seguir:

> "Os principais fatores que interferiram, quantitativa e qualitativamente, no desempenho desta SECTI, se referem à falta de pessoal de carreira específicas ou capacitados na área de C&T; aos entraves burocráticos para liberação do orçamento para a realização das despesas; à necessidade de realizar diversas alterações no orçamento da Unidade devido à falta de créditos orçamentários para atender alguns

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003269

programas; aos contingenciamentos realizados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento, de parte da dotação orçamentária desta SECTI."

Relatório de Atividade 2012 – SECTI/GDF.

Durante os trabalhos, a equipe de Auditoria emitiu duas Solicitações de Ações Corretivas – SACs referentes ao Processo nº 290.000.247/2011, com objetivo de dar mais transparência na execução orçamentário-financeira e evitar a realização de atos administrativos que acarretariam em desperdício de recursos públicos na execução da Ação 1176 – IMPLANTAÇÃO DO PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL.

A SAC nº 2/2012 – DIFIP/CONEP/CONT/STC referiu-se ao preenchimento incorreto do campo "Tipo de Licitação" na Nota de Empenho nº 2012NE00103, que daria suporte orçamentário-financeiro para a contratação pretendida no Processo nº 290.000.247/2011. O preenchimento original foi realizado utilizando-se o código "9" (Pregão), enquanto que o correto teria sido o "11" (Adesão à Ata de Registro de Preço). A incorreção comprometeria a transparência na execução orçamentário-financeira uma vez que induziria ao entendimento de que a Contratação teria sido realizada mediante processo licitatório, o que, de fato, não havia ocorrido. Cabe ressaltar que Solicitação de Ação Corretiva foi atendida pela unidade dentro do prazo estabelecido.

A SAC nº 3/2012 – DIFIP/CONEP/CONT/STC recomendou a rescisão do Contrato nº 03/2012 – SECTI e a realização de procedimento licitatório para contratação dos serviços para o gerenciamento integrado e digitalização de documentos e informações para o Projeto Biblioteca Digital do Distrito Federal. O Contrato foi rescindido e então elaborado um novo Termo de Referência, com especificação mais detalhada da demanda do órgão, e com a previsão de utilização dos itens adequados da Ata de Registro de Preços que se pretendia aderir. Para cumprir o mesmo objetivo, o valor do serviço caiu de R$5,8 milhões, presente no Contrato nº 03/2012 – SECTI, para R$1,7 milhões, conforme especificado no novo Termo de Referência. Após a mudança no comando da gestão da SECTI, ocorrida em setembro de 2012, a contratação não prosperou e, portanto, não houve a implantação do Projeto Biblioteca Digital.

Face ao exposto, e devido à baixa execução das ações, o Objetivo Específico 002 do Programa Temático 6205 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL foi avaliado como ineficiente.

V – CONCLUSÃO

Avalia-se que a execução do Objetivo Específico 002 – EMANCIPAÇÃO DIGITAL E SOCIAL DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL teve eficácia muito abaixo da prevista e não foi eficiente.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003210

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

RESUMO

O Programa Temático 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS está relacionado aos Macrodesafios DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DF e PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS. Seu Objetivo Geral é garantir à sociedade brasiliense o acesso à prática esportiva e inserir Brasília na rota dos grandes e mega eventos esportivos. Este programa é composto de quatro Objetivos Específicos. Neste ano foram avaliados dois, cujas gestões orçamentário-financeiras são de responsabilidade das Secretarias de Estado de Esporte e de Governo. As despesas autorizadas e liquidadas foram R$1,24 bilhão e R$1,06 bilhão, respectivamente. A metodologia para a avaliação do Programa foi por meio de pesquisa no SAG, de consulta de processos nos órgãos responsáveis e de visitas "*in loco*" às obras/serviços em execução e/ou concluídas. A partir das análises da equipe infere-se que ocorreram falhas nos projetos básicos, atrasos na execução das obras e execuções parciais dos objetos contratados. Avalia-se que o Programa apresentou eficácia dentro da prevista e eficiência abaixo da desejada. As obras/serviços realizados são essenciais para melhoria da qualidade de vida da população, no entanto, esse benefício poderia ser otimizado, caso não houvessem as falhas apontadas, as quais comprometeram a efetividade do Programa.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS está relacionado aos Macrodesafios DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DF e PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003210-Verso

GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS, de acordo com o que preconiza o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, aprovado pela Lei nº 4.742/2011.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é garantir à sociedade brasiliense o acesso à prática esportiva e inserir Brasília na rota dos grandes e mega eventos esportivos.

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	
9101	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	0	0,0	5.000	0,0	-
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	30.000	0,0	0	0,0	0,0
11103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	230.000	0,0	0	0,0	0,0
11104	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	1.790.000	0,2	546.350	0,0	30,5
11105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	1.490.000	0,2	1.342.206	0,1	90,1
11106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	200.000	0,0	15.157	0,0	7,6
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	690.000	0,1	389.000	0,0	56,4
11108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	2.400.000	0,3	2.120.000	0,2	88,3
11109	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	900.000	0,1	922.914	0,1	102,5
11110	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	0	0,0	250.000	0,0	-
11111	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	445.681	0,1	390.681	0,0	87,7
11112	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	2.905.000	0,4	1.980.854	0,2	68,2
11113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	170.000	0,0	13.512	0,0	7,9
11114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	540.000	0,1	179.485	0,0	33,2
11116	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	1.330.000	0,2	1.000.000	0,1	75,2
11117	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	1.150.000	0,2	800.000	0,1	69,6
11118	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	10.000	0,0	3.250	0,0	32,5
11119	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	120.000	0,0	119.297	0,0	99,4
11120	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	215.000	0,0	0	0,0	0,0
11121	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	22.800	0,0	9.888	0,0	43,4
11122	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	330.000	0,0	992.926	0,1	300,9
11123	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	122.000	0,0	161.989	0,0	132,8
11125	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	0	0,0	105.000	0,0	-
11126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	24.000	0,0	199.648	0,0	831,9
11127	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	95.000	0,0	0	0,0	0,0
11128	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	800.000	0,1	253.000	0,0	31,6
11129	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	30.000	0,0	0	0,0	0,0
11131	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	400.000	0,1	50.000	0,0	12,5

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003211

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	%
11133	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	150.000	0,0	0	0,0	0,0
16101	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	200.000	0,0	0	0,0	0,0
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL	0	0,0	2.262.000	0,2	-
21207	FUNDACAO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA	500.000	0,1	0	0,0	0,0
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	12.235.630	1,6	16.743.018	1,3	136,8
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	340.000.000	44,5	652.876.831	51,8	192,0
24101	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	60.000	0,0	0	0,0	0,0
24103	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	100.000	0,0	100.000	0,0	100,0
24104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	300.000	0,0	0	0,0	0,0
34101	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL	25.704.490	3,4	37.594.743	3,0	146,3
34902	FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	4.122.155	0,5	1.827.155	0,1	44,3
40101	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	1.200.000	0,2	850.000	0,1	70,8
49201	AGENCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS	500	0,0	0	0,0	0,0
28201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	363.500.000	47,5	537.490.317	42,6	147,9
TOTAL		764.512.256		1.261.594.221		165,0

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/1/2013

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em quatro Objetivos Específicos – OEs, apresentados na Tabela 2.

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO/UNIDADE RESPONSÁVEL	OBJETIVO ESPECÍFICO
001 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	INTRODUZIR E CONSOLIDAR O HÁBITO DA PRÁTICA ESPORTIVA EM TODO O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA OFERTA DE OPORTUNIDADES DE PRÁTICA ESPORTIVA À POPULAÇÃO, TANTO NO FOMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS QUANTO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE QUALIDADE PARA ATENDER AS DEMANDAS SOCIAIS.
002 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES FUNDO DE APOIO AO ESPORTE	ESTIMULAR, APOIAR, IMPLEMENTAR E EXECUTAR AÇÕES ESPORTIVAS PARA O DISTRITO FEDERAL, CONTEMPLANDO AS TRÊS MANIFESTAÇÕES ESPORTIVAS: ESPORTE EDUCACIONAL, DE PARTICIPAÇÃO E DE ALTO RENDIMENTO.
003 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES	CONSTRUIR E MANTER UMA REDE DE INFRAESTRUTURA QUE PROPICIE A PRÁTICA ESPORTIVA NO DISTRITO FEDERAL.
004 - SECRETARIA DE ESTADO GOVERNO	CONSOLIDAR BRASÍLIA NO CENÁRIO DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS MUNDIAIS, BEM COMO DOTAR A CIDADE DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS EVENTOS DAS COPAS: DAS CONFEDERAÇÕES 2013, DO MUNDO 2014 E DA AMÉRICA 2015.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

Os objetivos específicos, em geral, visam consolidar o hábito da prática esportiva em todo o Distrito Federal, apoiar eventos esportivos e dotar a cidade de infraestrutura adequada para grandes eventos esportivos.

GPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000211-Verso

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Tendo em vista a relevância do Programa Temático para a sociedade, o montante dos recursos previstos para esse Programa no PPA e a quantidade de objetivos específicos, decidiu-se por distribuir a avaliação desses objetivos específicos ao longo de dois anos do PPA 2012/2015, de acordo com a Tabela 3:

TABELA 3 – PROGRAMAÇÃO DE AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS
2012	003 – CONSTRUIR E MANTER UMA REDE DE INFRAESTRUTURA QUE PROPICIE A PRÁTICA ESPORTIVA NO DISTRITO FEDERAL. 004 – CONSOLIDAR BRASÍLIA NO CENÁRIO DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS MUNDIAIS, BEM COMO DOTAR A CIDADE DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA A ESTES EVENTOS, ENTRE ELES: COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013, COPA DO MUNDO 2014 E COPA AMÉRICA 2015.
2013	001 – INTRODUZIR E CONSOLIDAR O HÁBITO DA PRÁTICA ESPORTIVA EM TODO O DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA OFERTA DE OPORTUNIDADES DE PRÁTICA ESPORTIVA À POPULAÇÃO, TANTO NO FOMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS QUANTO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS DE QUALIDADE PARA ATENDER AS DEMANDAS SOCIAIS. 002 – ESTIMULAR, APOIAR, IMPLEMENTAR E EXECUTAR AÇÕES ESPORTIVAS PARA O DISTRITO FEDERAL, CONTEMPLANDO AS TRÊS MANIFESTAÇÕES ESPORTIVAS: ESPORTE EDUCACIONAL, DE PARTICIPAÇÃO E DE ALTO RENDIMENTO.

A seguir, encontram-se os detalhamentos de cada um desses Objetivos Específicos e, posteriormente, os dados orçamentário-financeiros e físico em conjunto.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 003 visa *"Construir e manter uma rede de infraestrutura que propicie a prática esportiva no Distrito Federal"* e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal – SESP.

Ainda, segundo o referido Anexo II, o Objetivo Específico 003 pretende desenvolver o esporte na Capital da República e melhorar a qualidade de vida da população por meio de oportunidade de acesso à pratica desportiva para a presente e futuras gerações, por meio de:

- melhorias da infraestrutura já existente (reformas);
- construção de novos espaços esportivos (vilas olímpicas, ginásios e quadras de esportes).

O Governo do Distrito Federal apresenta estrutura física para a prática esportiva, dispondo de ginásios cobertos e centros olímpicos. Atualmente o Distrito Federal possui nove Centros Olímpicos em funcionamento: Brazlândia; Ceilândia (Parque da Vaquejada); Estrutural; Gama; Recanto das Emas; Riacho Fundo I; Samambaia; Santa Maria

SEI_ PROC 059 /2013 Folha Nº 003212

e São Sebastião. Três Centros Olímpicos estão em construção: Ceilândia (QNO 09), Sobradinho e Planaltina.

Os Centros Olímpicos possuem a seguinte estrutura básica: prédio de administração, ginásio coberto, quadra polivalente coberta, quadra polivalente descoberta, quadra de tênis, parque aquático (duas piscinas semiolímpicas e uma infantil), pista de atletismo, campo de futebol society, playground, quiosques, campo de areia e vestiários.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6206 referentes ao OE 003 estão na Tabela 4:

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
964	ESPAÇOS ESPORTIVOS DISPONIBILIZADOS	UND.	05	12/2010	10	12	14	16	SESP
967	ESPAÇOS ESPORTIVOS MANTIDOS	UND.	05	12/2010	08	12	12	17	SESP

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025 DO SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as Ações Orçamentárias, contidas na Tabela 5, para o alcance do Objetivo Específico 003.

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OBJETIVO ESPECÍFICO 003

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1079	CONSTRUÇÃO DE CENTROS POLIESPORTIVOS – VILAS OLIMPICAS
1745	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES
2425	MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS
3047	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
3048	REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
3440	REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES
3596	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA
3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS
4035	MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS – VILAS OLÍMPICAS
4170	MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
5474	REFORMA DE GINÁSIO DE ESPORTES
7112	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES
7244	REFORMA DE ESTÁDIO

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003212-Verso

II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004

O Objetivo Específico 004 visa "*Consolidar Brasília no cenário de grandes eventos esportivos mundiais, bem como dotar a cidade de infraestrutura adequada a estes eventos, entre eles: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Copa América 2015*" sendo de responsabilidade da Secretaria de Estado de Governo – SEG, de acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015.

Ainda segundo esse Anexo, o Objetivo Específico 004 pretende alavancar o desenvolvimento esportivo, a partir de grandes eventos: a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a Copa América de 2015 e outros grandes eventos internacionais que estão previstos para ocorrer no Distrito Federal até 2015. Pretende-se alcançar o objetivo por meio de ações orçamentárias e não orçamentárias. As ações não orçamentárias a serem desenvolvidas são:

- Acompanhar e avaliar a construção do Estádio Nacional de Brasília e Campos Oficiais de Treinamento, garantindo cumprimento dos requisitos FIFA e planejando o uso posterior das instalações;
- Acompanhar a implantação do Museu do Futebol no Estádio Nacional de Brasília;
- Acompanhar a implantação de sistemas de segurança no atendimento às demandas dos eventos esportivos listados anteriormente;
- Acompanhar a implantação de sistema de transportes multimodais no atendimento às demandas dos eventos;
- Avaliar a eficácia das ações de capacitação e formação de mão de obra exigida (voluntários) e desejável para o sucesso dos eventos;
- Acompanhar as ações de publicidade relacionadas aos eventos;
- Participar de seminários, visitas técnicas, reuniões temáticas e outros relacionados à preparação dos eventos internacionais;
- Desenvolver em parceria com outras Secretarias e Empresas Públicas estudos e estratégias para captação de usos futuros e viabilidade das instalações previstas.

A meta estabelecida para o Objetivo Específico 004 é:

- receber a contento a Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa América 2015 e preparar outros grandes eventos.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 000213

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6206 referentes ao OE 004 estão na Tabela 6:

TABELA 6 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
1088	VOLUNTÁRIOS CAPACITADOS	PESSOA	0	07/2011	800	1500	2000	-	SEG
1149	REFORMA DOS CAMPOS OFICIAIS DE TREINAMENTO (3 CAMPOS)	%	0	07/2011	80	100	-	-	SEG
1150	GRANDES EVENTOS FUTUROS	UNIDADE	3	007/2011	3	4	5	7	SEG

FONTE: RELATÓRIO PSIOG025 DO SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, são necessárias as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 004, conforme a Tabela 7:

TABELA 7 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 004

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3078	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA (COPA 2014)
3132	COPA 2014

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 003 E 004

Na Tabela 8 apresenta-se a execução do Orçamento Fiscal referente aos Objetivos Específicos 003 e 004, por Unidade Orçamentária – UO. Ressalta-se que a descrição das UOs encontra-se na Tabela 1.

TABELA 8 – EXECUÇÃO DOS OES 003 E 004, POR UO – ORÇAMENTO FISCAL R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
9101	0	0,0	5.000	0,0	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11101	30.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11103	230.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11104	500.000	0,1	400.000	0,1	80,0	339.767	0,1	84,9	107.740	0,0	31,7	26,9
11105	1.000.000	0,3	688.597	0,1	68,9	684.048	0,1	99,3	382.840	0,1	56,0	55,6
11106	150.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11107	490.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11108	1.700.000	0,5	2.120.000	0,3	124,7	937.730	0,2	44,2	0	0,0	0,0	0,0

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003213-Verso

TABELA 8 – EXECUÇÃO DOS OES 003 E 004, POR UO – ORÇAMENTO FISCAL **R$1,00**

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11109	300.000	0,1	850.914	0,1	283,6	847.702	0,1	99,6	847.702	0,1	100,0	99,6
11110	0	0,0	150.000	0,0	-	148.616	0,0	99,1	49.493	0,0	33,3	33,0
11111	350.000	0,1	150.000	0,0	42,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11112	2.200.000	0,6	1.157.854	0,2	52,6	834.462	0,1	72,1	297.920	0,1	35,7	25,7
11113	80.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11114	500.000	0,1	150.000	0,0	30,0	139.734	0,0	93,2	0	0,0	0,0	0,0
11116	200.000	0,1	500.000	0,1	250,0	493.482	0,1	98,7	309.085	0,1	62,6	61,8
11117	0	0,0	150.000	0,0	-	146.959	0,0	98,0	146.959	0,0	100,0	98,0
11120	15.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11121	12.800	0,0	6.400	0,0	50,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11122	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11123	108.000	0,0	150.000	0,0	138,9	147.309	0,0	98,2	0	0,0	0,0	0,0
11125	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11126	24.000	0,0	199.648	0,0	831,9	199.648	0,0	100,0	0	0,0	0,0	0,0
11127	25.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11128	200.000	0,1	200.000	0,0	100,0	146.915	0,0	73,5	0	0,0	0,0	0,0
11133	150.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
21207	500.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22101	12.235.630	3,3	16.743.018	2,4	136,8	8.504.185	1,4	50,8	4.093.681	0,7	48,1	24,5
22201	340.000.000	90,5	652.876.831	92,2	192,0	547.053.515	92,7	83,8	546.901.615	94,9	100,0	83,8
24103	100.000	0,0	100.000	0,0	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
24104	300.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
34101	14.114.548	3,8	31.527.734	4,5	223,4	29.398.403	5,0	93,2	23.082.977	4,0	78,5	73,2
49201	500	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	375.515.478		708.125.995		188,6	590.022.474		83,3	576.220.012		97,7	81,4

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 003 e 004

Na Tabela 9 apresenta-se a execução do Orçamento Fiscal referente aos Objetivos Específicos 003 e 004, por Ação. Ressalta-se que a descrição das Ações encontram-se na Tabela 5 e na Tabela 7.

SPL PREC 039 /2013 Folha Nº 000214

TABELA 9 – EXECUÇÃO DOS OES 003 E 004, POR AÇÃO – ORÇAMENTO FISCAL R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1079	350.000	0,1	1.623.154	0,2	463,8	1.394.201	0,2	85,9	1.394.201	0,2	100,0	85,9
1745	4.750.500	1,3	4.588.537	0,6	96,6	3.666.818	0,6	79,9	1.667.654	0,3	45,5	36,3
2425	700.000	0,2	1.348.851	0,2	192,7	1.246.523	0,2	92,4	970.023	0,2	77,8	71,9
3047	2.598.000	0,7	2.187.007	0,3	84,2	929.424	0,2	42,5	380.419	0,1	40,9	17,4
3048	3.180.000	0,8	2.686.360	0,4	84,5	2.511.639	0,4	93,5	1.035.884	0,2	41,2	38,6
3078	340.000.000	90,5	652.876.831	92,2	192,0	547.053.515	92,7	83,8	546.901.615	94,9	100,0	83,8
3132	30.500	0,0	5.000	0,0	16,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3440	2.596.800	0,7	5.484.080	0,8	211,2	5.339.044	0,9	97,4	1.577.818	0,3	29,6	28,8
3596	2.180.000	0,6	230.000	0,0	10,6	145.909	0,0	63,4	94.245	0,0	64,6	41,0
3903	50.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4035	7.500.000	2,0	25.870.586	3,7	344,9	24.364.879	4,1	94,2	19.677.991	3,4	80,8	76,1
4170	2.514.548	0,7	2.331.938	0,3	92,7	1.960.641	0,3	84,1	1.593.768	0,3	84,0	70,6
5474	300.000	0,1	850.914	0,1	283,6	847.702	0,1	99,6	847.702	0,1	100,0	99,6
7112	8.215.130	2,2	7.142.213	1,0	86,9	55.372	0,0	0,8	55.372	0,0	100,0	0,8
7244	550.000	0,1	900.525	0,1	163,7	506.807	0,1	56,3	23.321	0,0	4,6	2,6
TOTAL	375.515.478		708.125.995		188,6	590.022.474		83,3	576.220.012		97,7	81,4

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013.

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 003 e 004

Observa-se na Tabela 9 que as ações com maior volume de recursos são para a reforma do estádio Mané Garrincha (3078), manutenção dos centros esportivos (4035) e construção de ginásio de esportes (7112). Elas juntas agregam 97% da Despesa Autorizada para o programa.

Na Tabela 10 é apresentada a execução do Orçamento de Investimento referente aos OEs 003 e 004, por Ação. Destaca-se que, a Unidade Orçamentária responsável pelos recursos das Ações apresentadas a seguir é a TERRACAP.

TABELA 10 - EXECUÇÃO DOS OES 003 E 004, POR AÇÃO – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	EXECUTADO (C)		(C/B)
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*	
1745	500.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
3078	360.000.000	99,0	527.000.000	98,0	146,4	482.333.513	99,1	91,5
3440	3.000.000	0,8	10.490.317	2,0	349,7	4.329.414	0,9	41,3
TOTAL	363.500.000		537.490.317		147,9	486.662.927		90,5

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 21/01/2013

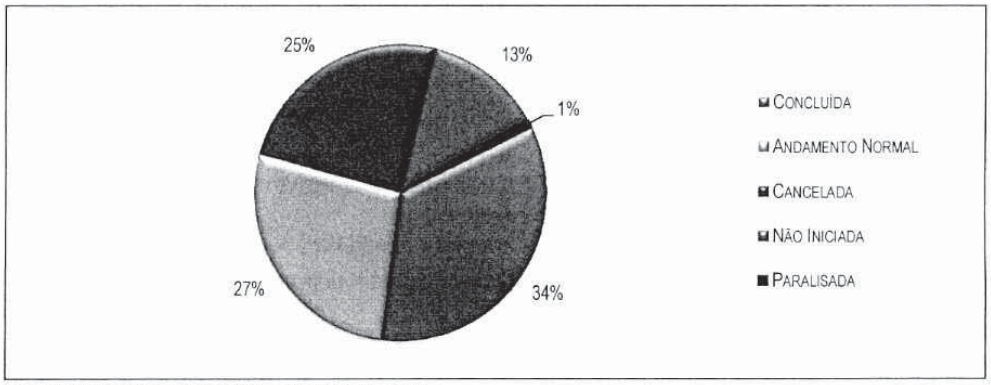
SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00214-Verso

II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 003 E 004

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações, quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto, são feitas bimestralmente. Os Objetivos Específicos selecionados para o Programa 6206 apresentaram, em 2012, um total de 114 etapas cadastradas.

Na Figura 1 apresenta-se a estatística do estágio, ao final do exercício de 2012, das etapas cadastradas no SAG referentes aos OEs 003 e 004.

FIGURA 1 – ESTATÍSTICA DO ESTÁGIO DAS ETAPAS DOS OES 003 E 004 CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE DE 2012

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013. As Ações dos Objetivos Específicos 003 e 004 foram objeto de análise pela equipe de auditoria. Inicialmente, pesquisaram-se no SAG as obras/serviços em execução pelo programa. A seguir, consultaram-se os processos relativos aos serviços/obras nos órgãos executores. Após tomar conhecimento do objeto do contrato e da fase de execução da obra procederam-se visitas às obras.

SAL PROC 039 /2013 Folha Nº 002215

Para a avaliação da eficácia utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, considerando-se a realização das etapas cadastradas no SAG e os valores de Dotação Inicial e de Despesa Autorizada.

Como parâmetros para medir a eficiência verificaram-se os produtos e a relação destes com o programa, a qualidade dos mesmos, o custo efetivamente realizado em relação ao valor inicialmente contratado, bem como o prazo de execução.

A efetividade será aferida pelos serviços oferecidos e pelos benefícios sentidos pela população usuária das Vilas Olímpicas e dos demais locais de práticas esportivas.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

A seguir são apresentadas as constatações feitas pela equipe de auditoria, por meio das visitas em campo e consultas a processos, para as Ações Orçamentárias dos Objetivos Específicos selecionados.

AÇÃO 1079 – CONSTRUÇÃO DE CENTROS POLIESPORTIVOS (VILAS OLÍMPICAS)

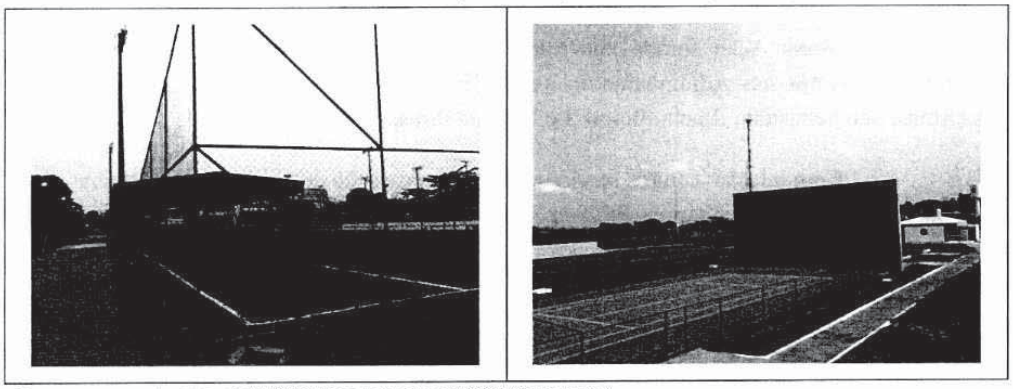
As Vilas Olímpicas/Centros Olímpicos obedecem, em geral, ao mesmo projeto arquitetônico, fazendo-se pequenas modificações devido à topografia do local e às dimensões do terreno.

São três vilas olímpicas em construção, e já em fase final de execução, cada qual numa região administrativa diferente: Sobradinho, Planaltina e Ceilândia. Inicialmente, os recursos destinados no PPA para estas obras foram cancelados. Em virtude disso, a TERRACAP está financiando as obras de construção.

O Centro poliesportivo de Sobradinho foi concluído em 2012. O de Planaltina ainda está em execução em decorrência de imprevistos que implicaram em atraso nas obras, como, por exemplo, a necessidade de execução de drenagem de toda a área circunvizinha ao complexo poliesportivo, obra não prevista no projeto básico. No entanto, as etapas mais complexas e de maior vulto já estão prontas.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003215-Verso

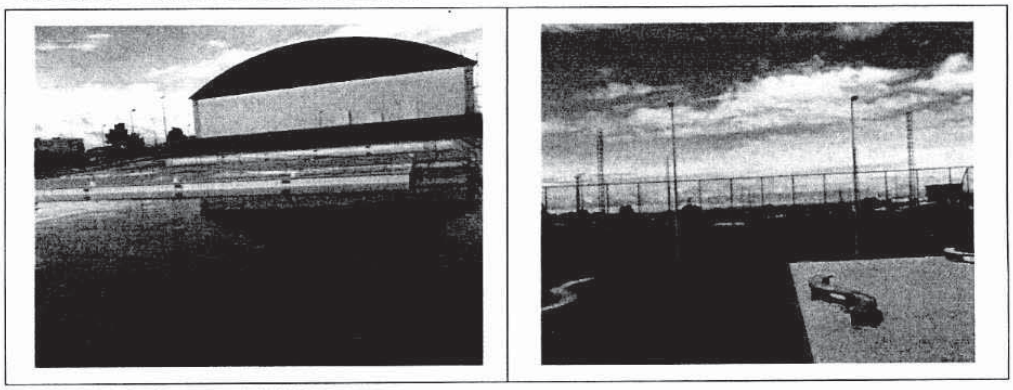
FIGURA 2 – VILAS OLÍMPICAS DE SOBRADINHO (ESQUERDA) E PLANALTINA (DIREITA)



REGISTROS FOTOGRÁFICOS EM 15/10/2012 (SOBRADINHO) E 1710/2012(PLANALTINA)

A Vila Olímpica da Ceilândia estava nas fases de acabamento e limpeza. Em visita realizada no dia 10/01/2013 a equipe de auditoria considerou que a obra foi executada com um padrão de qualidade muito bom, conforme a Figura 3.

FIGURA 3 – VILA OLÍMPICA DA CEILÂNDIA



REGISTROS FOTOGRÁFICOS EM 10/01/2013

O Subtítulo 2748 da ação 1079 trata da construção da vila Olímpica da ARUC, no Cruzeiro, criado por meio de emenda parlamentar. O crédito foi parcialmente cancelado conforme Lei nº 4.813 de 19/4/2012 e não foi apresentado projeto de execução da ação para o crédito disponível.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003016

AÇÃO 1745 – CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES

Nessa Ação foram construídas e/ou estão em execução obras de diversas quadras de esportes nas Administrações Regionais: Taguatinga, Planaltina, Guará, Recanto das Emas, São Sebastião, Riacho fundo II e Vicente Pires.

Com relação a outros serviços, como a construção de quadras poliesportivas com Pontos de Encontro Comunitário – PEC no Recanto das Emas, as quadras foram feitas, mas os PECs, não foram instalados. A ausência dos PECs foram objeto de glosas pela TERRACAP.

AÇÃO 2425 – MANUTENÇÃO DE ESTÁDIOS DESPORTIVOS

Os recursos despendidos nesta ação foram para custear despesa com aquisição de material de consumo e permanente, de equipamentos e contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), pagamento de consumo de água, de energia elétrica e de telefone, manutenção preventiva e corretiva de elevadores e pequenos serviços de engenharia (pintura, impermeabilização, reparos na rede hidrossanitária e elétrica) no Estádio de futebol do Gama (Bezerrão), conforme a Figura 4.

FIGURA 4 - SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DA REDE ELÉTRICA.

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 22/08/2012

AÇÃO 3047 – IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

Considera-se, segundo a SESP, espaço esportivo um local destinado à prática de esportes variados. Foram construídos e/ou se encontravam em execução obras de espaços esportivos em Planaltina, São Sebastião e Santa Maria.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003216-Verso

AÇÃO 3048 – REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

A falta de planejamento, bem como a consequente falha no projeto básico, é característica marcante das obras/serviços executados pelo GDF. A comprovação dessa afirmação está presente na construção de 151 coberturas metálicas para quadras poliesportivas em diversas escolas públicas do DF, divididas em 19 lotes.

Para a elaboração do projeto básico, as escolas não foram visitadas para se verificar a situação de cada quadra poliesportiva a ser coberta, como, por exemplo, quadras fora dos padrões, árvores junto às quadras ou desnível acentuado do terreno que acarretariam movimentação de terra e, consequentemente, elevação de custo.

Os contratos de cobertura metálica para quadras poliesportivas foram firmados em 2010 e 2011, sendo que o Relatório nº 19/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC, referente à execução do Programa de Governo 0164 – ESCOLA PARA TODOS em 2011, já havia apontado que houve construção de cobertura em local inadequado, pois, em alguns casos, sequer existiam quadras a serem cobertas. Ademais, diversas coberturas, à época, não foram realizadas por apresentarem as seguintes inadequações:

- Indisponibilidade de área no terreno da escola;
- Ocupação de área destinada à implantação da escola;
- Ocupação de área sobre fossa e sumidouro;
- Taxa de ocupação e permeabilidade esgotada, conforme índice urbanístico.

A Secretaria de Educação – SEE é a responsável pela execução dessa Ação. Observa-se que a Diretoria de Obras da SEE não foi consultada e o procedimento adotado pela Secretaria foi de encaminhar à Secretaria de Obras a relação das escolas da rede pública de ensino que deveriam ser contempladas e o tamanho das coberturas. A ausência de comunicação interna e de relatório de visita "in loco" fez com que a SEE indicasse locais inadequados.

A partir da informação da Secretaria de Educação, a NOVACAP procedeu à abertura de procedimento licitatório, dividido em 19 lotes, e, posteriormente, à contratação.

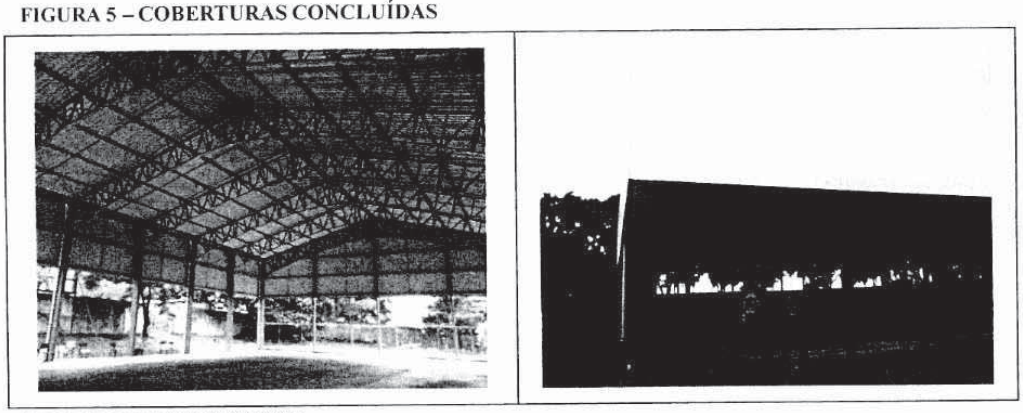
Em 2012 houve sucessivos atrasos na execução desses lotes devido à indefinição de locais para execução dos serviços e a reformulação dos projetos de execução, com mudança dos tamanhos de coberturas em determinadas escolas, bem como devido ao período chuvoso. Em 15/08/12 foi publicado no DODF termo aditivo com mudança de endereço e/ou com novas medidas para os lotes 15 e 18.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003217

Em visitas realizadas nos dias 9 e 11/01/2013, a equipe de auditoria constatou que as coberturas metálicas do lote 18 estavam concluídas, no entanto, a colocação das coberturas do lote 15 estava paralisada. Essa paralisação atingiu todas as sete escolas do lote, sendo que duas estavam 90% concluídas (CEF 14 e EC 39) e foram paralisadas no final do exercício de 2012. As demais foram paralisadas no 1° bimestre de 2012 ainda na fase inicial com média de 5% de realização. Essas cinco obras estavam com a estrutura de fundação (escavação, forma e ferragem) das estacas e do bloco de coroamento prontos para concretagem.

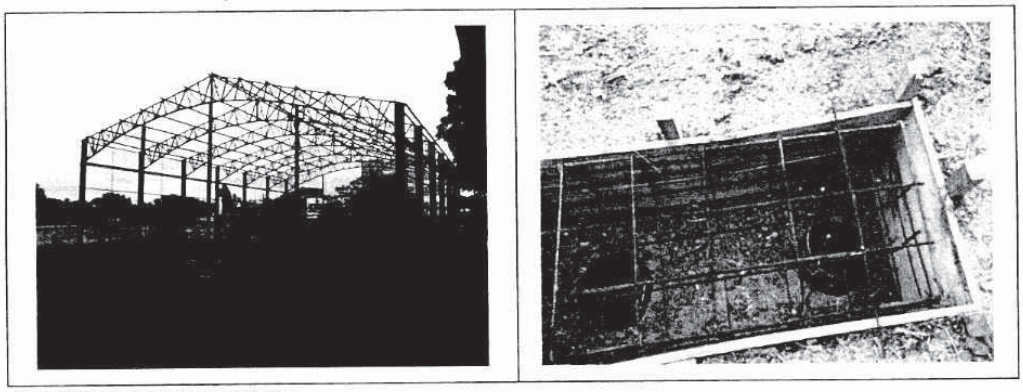
A Figura 5 ilustra duas coberturas concluídas em Taguatinga, enquanto que na Figura 6 é apresentada uma cobertura durante a fase de execução.

FIGURA 5 – COBERTURAS CONCLUÍDAS



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 17/01/2013

FIGURA 6 - COBERTURAS EM EXECUÇÃO: (A) ESTRUTURA DE FUNDAÇÃO E COBERTURA METÁLICAS, (B) ESTRUTURA DE FUNDAÇÃO INCOMPLETA



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 18/01/2013

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003217-Verso

O motivo da paralisação foi o não recebimento, por parte da empresa construtora, do valor referente à fatura nº 405, de 01/02/12, a primeira emitida correspondente à fase de execução do contrato, relativamente às obras do CEF 14 e EC 39. Embora constasse a atestação do fiscal da NOVACAP, o pagamento, de responsabilidade da TERRACAP, não foi autorizado pelo executor do contrato dessa empresa.

Independentemente dos fundamentos do executor do contrato para não permitir o pagamento, as duas empresas integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal (TERRACAP e NOVACAP) devem uniformizar entendimentos para que os estudantes dessas escolas não continuem a ser prejudicados em suas atividades físicas.

As falhas incorridas pela falta de conhecimento das condições dos terrenos das escolas que poderiam receber as coberturas propiciaram as recorrentes mudanças nas suas dimensões e dos seus locais. Tais fatos demonstram que a contratação foi mal planejada, resultando em paralisações desnecessárias. Como exemplo de ocorrência em uma das obras paralisadas, será necessária a colocação de aproximadamente 50 cm de aterro que não foi previsto no projeto básico.

Em relação a projeto básico, o Art. 6°, Inc. IX da Lei nº 8.666/1993 determina que deve conter:

> "conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, ...". (grifos não constam do original)

O projeto básico é o quesito mais importante de um processo licitatório. A ausência de projeto básico bem elaborado é a certeza de sérios problemas futuros. O TCU em julgamento dos autos 012.088/1997-8, cujo relator foi o Ministro Adylson Motta informou em seu voto:

> "Creio que se possa, nesse ponto, repetir o que tenho, insistentemente, afirmado acerca do açodamento com que são feitos os projetos de engenharia para a grande maioria de obras realizadas pelo poder público em nosso País, independentemente da esfera governamental em que se encontrem tais obras.
>
> O Projeto Básico deve ser encarado como elemento fundamental para a realização de qualquer licitação, deve, também, ser considerado o pilar de todo empreendimento, público ou privado, mas que tem sido constantemente mal elaborado, quando há envolvimento de recursos públicos, em quaisquer das esferas administrativas, sem a atenção mínima necessária quando da sua confecção, o que é lamentável por se tornar fonte de desvios e toda sorte de irregularidades que se tem notícia no Brasil."

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003018

Nesse ponto, vale ressaltar o seguinte: qualquer processo licitatório estará comprometido se não dispuser de projetos (básicos ou executivos) completos, bem feitos e capazes de identificar com precisão o objeto a ser executado. Não é possível quantificar o custo de uma obra de forma adequada sem a existência de projetos bem elaborados.

Caso a Unidade não possua condições técnicas de elaborar projeto básico que atenda à referida lei, deverá licitar, o que possivelmente possibilitará maior rapidez na execução, bem como a redução dos termos aditivos de prorrogação de prazo ou de acréscimos de valor.

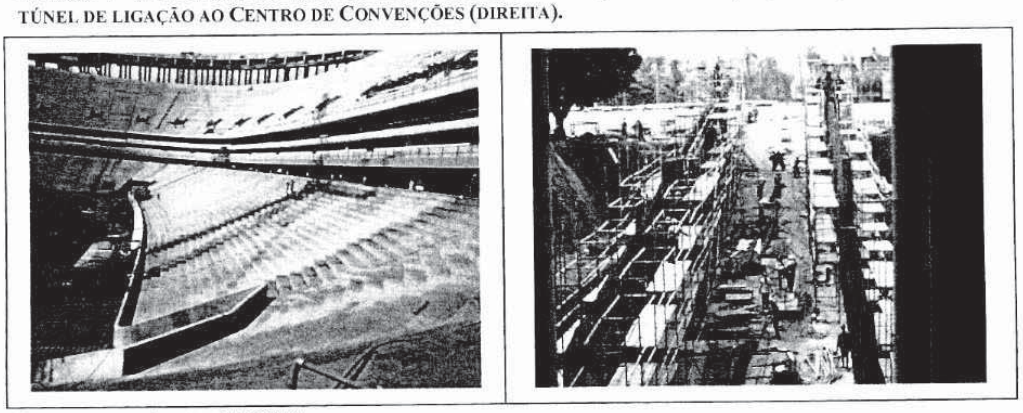
AÇÃO 3078 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA

Esta Ação está sob a responsabilidade da NOVACAP (para licitar e acompanhar a execução) e da TERRACAP (pelo aporte dos recursos financeiros).

Segundo o jornal "Metro" de 28/12/2012, a ordem decrescente de custo dos estádios, em bilhões de reais, é: Mané Garrincha (1,016), Arena Itaquera (0,820) e Maracanã (0,808).

A Figura 7 ilustra a execução de obras no Estádio Mané Garrincha.

FIGURA 7 - AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA: ARQUIBANCADAS (ESQUERDA), ESCAVAÇÃO DO TÚNEL DE LIGAÇÃO AO CENTRO DE CONVENÇÕES (DIREITA).



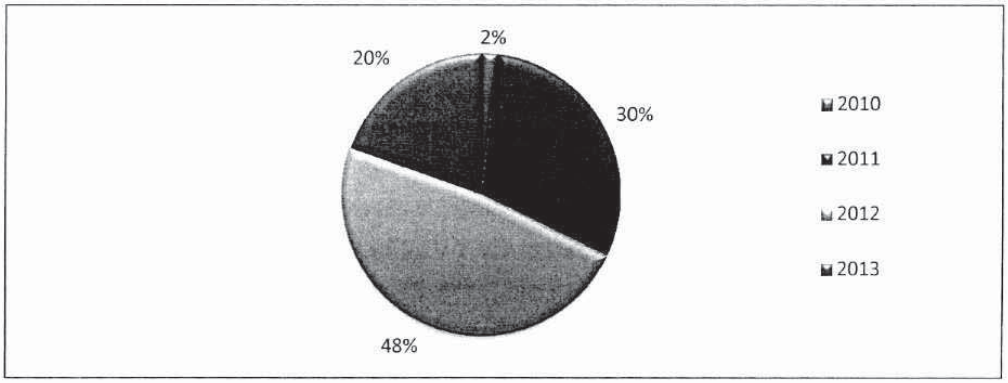
REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 24/10/2012

No ano de 2012 foram concluídas as seguintes etapas da obra: as fundações, as estruturas de concreto armado, as arquibancadas pré-moldadas e a estrutura do anel de

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003218-Verso

compressão. A Figura 8 mostra o percentual da execução física da obra em cada ano. Observa-se que em 2013 serão realizadas 20% das obras restantes para entrega do estádio.

FIGURA 8 – EXECUÇÃO FÍSICA DO ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA



AÇÃO 3132 – COPA 2014

Esta Ação está sob responsabilidade da AGEFIS e da SEG. Não houve utilização de recursos orçamentários em 2012, sendo que as atividades realizadas, de acordo com o SAG, foram:

- criação de novo marco legal para definição de metodologia para fiscalização em eventos;
- assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF) nº 01/2012 (DODF nº 104, 21/05/2012);
- capacitação dos servidores em oficinas específicas (SESGE/MJ).

AÇÃO 3440 – REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES

Neste ano foram reformadas 88 quadras de esportes e seus respectivos entornos, no Plano Piloto e em diversas Regiões Administrativas.

Entre as obras visitadas pela equipe de auditoria estão as reformas de diversas quadras poliesportivas e áreas de lazer com instalação de bancos, lixeiras e cordão de concreto para delimitação de caixa de areia. Essas obras foram custeadas com recursos da TERRACAP por meio do Convênio n° 73/2011-Terracap/Novacap/SO.

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 003219

Houve licitação e contratação de empresa para execução dos serviços descritos acima, contudo, em visita às quadras indicadas para as reformas, a equipe de auditoria descobriu que em alguns endereços licitados- EQN 409/410, SQN 105 e SQN 303 - não havia quadras esportivas. Evidenciando que a NOVACAP antes de realizar a licitação não verificou a existência das quadras, tampouco as suas condições para realização do projeto básico.

Ademais, em outro contrato (contrato de empreitada por preço global n° 566/2011) foram encontradas as seguintes impropriedades, em desconformidade com o projeto básico:

- Na SQN 313 não foi feito o cordão de concreto;
- Na SQN 710 foram instaladas 3 lixeiras das 6 previstas e, ainda, embora fosse prevista a instalação de 12 bancos, nenhum foi instalado;
- Na SQN 209 faltava piso táctil e lixeiras.

Nessa Ação, também foram reformadas quadras de esporte no Gama, Taguatinga, Samambaia e Park Way.

AÇÃO 3596 – IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA

Nessa Ação foi constatada a reforma de quadras poliesportivas, no entanto, tal realização deveria ser custeada pela ação 3440 – REFORMA DE QUADRAS DE ESPORTES.

AÇÃO 4170 – MANUTENÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS

Os seguintes centros esportivos estão em funcionamento: Samambaia, Ceilândia (Parque da Vaquejada), São Sebastião, Estrutural, Riacho Fundo I, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria e Brazlândia.

Os recursos desta Ação foram gastos para atender despesas com concessão de diárias, aquisição de passagens aéreas e terrestres, aquisição de material de consumo e permanente, aquisição de equipamento e contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica).

AÇÃO 5474 – REFORMA DE GINÁSIO DE ESPORTES

Houve apenas a reforma do ginásio de esportes do Paranoá.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003219-Verso

AÇÃO 7112 – CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES

Não foi construído nenhum estádio de esportes neste ano. Estava prevista, para 2012, a construção do ginásio poliesportivo do Gama, com recurso de convênio GDF/CAIXA, entretanto essa previsão não se concretizou porque ainda existem pendências a serem dirimidas, segundo a informação da SO.

AÇÃO 7244 – REFORMA DE ESTÁDIO

Os recursos foram destinados ao reconhecimento de dívidas referente a despesas realizadas no estádio do Gama e pagamento do projeto de instalação predial do Mané Garrincha.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Na Tabela 11 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, referente aos OEs 003 e 004.

TABELA 11 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 003 E 004

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1079	79%	79,1%	350.000	1.623.154	1.973.154	0,1%	0,1%
1745	48%	48,2%	5.250.500	4.588.537	9.839.037	0,5%	0,2%
2425	100%	100,0%	700.000	1.348.851	2.048.851	0,1%	0,1%
3047	22%	22,2%	2.598.000	2.187.007	4.785.007	0,2%	0,1%
3048	74%	73,8%	3.180.000	2.686.360	5.866.360	0,3%	0,2%
3078	80%	80,0%	700.000.000	1.179.876.831	1.879.876.831	94,7%	75,8%
3132	1%	1,4%	30.500	5.000	35.500	0,0%	0,0%
3440	66%	66,2%	5.596.800	15.974.397	21.571.197	1,1%	0,7%
3596	17%	17,1%	2.180.000	230.000	2.410.000	0,1%	0,0%
3903	0%	0,0%	50.000	0	50.000	0,0%	0,0%
4035	100%	100,0%	7.500.000	25.870.586	33.370.586	1,7%	1,7%
4170	100%	100,0%	2.514.548	2.331.938	4.846.486	0,2%	0,2%
5474	100%	100,0%	300.000	850.914	1.150.914	0,1%	0,1%
7112	98%	98,4%	8.215.130	7.142.213	15.357.343	0,8%	0,8%
7244	54%	53,5%	550.000	900.525	1.450.525	0,1%	0,0%
TOTAL			739.015.478	1.245.616.313	1.984.631.791[2]	-	80,0%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 000220

Observa-se que a Ação 3078 foi responsável por 94,7% (75,8 pontos percentuais) do valor final do IE. Essa Ação trata da reforma do Estádio Mané Garrincha, obra de grande vulto e de custo elevado. Dessa forma, a partir do resultado obtido para o IE, avalia-se que os OEs 003 e 004 tiveram eficácia dentro da prevista.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Os principais itens que merecem comentários, quanto à eficiência são: deficiências no projeto básico e na estrutura orçamentária do programa e não adoção de referência de preços oficiais do Governo do Distrito Federal.

A deficiência no projeto básico foi constatada na execução de coberturas de quadras nas escolas, por não ter havido uma vistoria nas escolas para verificar a necessidade da cobertura e conferir as medidas das quadras, para se elaborar um projeto adequado ao que se pretendia.

Quanto à estrutura orçamentária do programa, verifica-se que muitas execuções físicas não guardam relação com a descrição das ações; existem casos da mesma despesa ser custeada por programas de trabalho diferentes, e ainda, de Subtítulos com codificações diferentes, mas com a mesma descrição.

Os preços dos serviços de engenharia contratados pela Secretaria de Esportes foram com base na Ata nº. II/10 – Pregão nº 003/2010, da Secretaria dos Transportes – STRANS, do Governo do Estado do Piauí. A contratação foi realizada após consulta à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, que recomendou uma série de itens a serem verificados para garantir a legalidade da contratação, bem como o atendimento ao Decreto Distrital nº 22.950/2002, que recepciona o Decreto Federal nº 3.931/2001. O art. 1.º do Decreto Distrital dispõe:

> "As aquisições de bens e produtos, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito das Administrações Direta e Indireta do Distrito Federal reger-se-ão pelo disposto no Decreto Federal nº 3.931, de 10 de setembro de 2001."

A SESP fez uma consulta à PGDF, que no seu Parecer fez algumas exigências, entre elas, a de apresentar a "comprovação da vantagem na adesão da Ata de Registro de preços a ser aferida através da pesquisa de preços locais". Essa exigência da PGDF está fundamentada no Art. 8º do Decreto Federal nº 3.931/2001 que determina:

> "A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem."

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 00220-Verso

Contudo, tal exigência não foi atendida, pois diversos serviços da referida Ata estão com preços superiores aos praticados pela NOVACAP e pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil[1] – SINAPI. Para exemplificar essa afirmação, a Tabela 12 mostra alguns itens comuns, com valores majorados na Ata, nas várias referências de preços.

TABELA 12 – COMPARAÇÃO DE PREÇOS

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	NOVACAP OUT/10 (A)	SINAPI OUT/12 (B)	MÉDIA C=(A+B)/2	ATA 10/2010	DIFERENÇA ENTRE A ATA E A MÉDIA
11	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE FIO ISOLADO DE PVC SEÇÃO 2,5 MM²- 750V-70C.	m	2,29	2,98	2,635	3,7	40,4%
22	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL SEM CONEXÕES 25 MM (3/4")	m	4,8	-	4,8	7,72	60,8%
33	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CURVA DE PVC RÍGIDO PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 25 MM (3/4").	un.	3,33	-	3,33	4,57	37,2%
44	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, SEM CONEXÃO DIÂMETRO 25MM.	m	6,37	-	6,37	7,72	21,2%
55	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, SEM CONEXÃO DIÂMETRO 75MM.	m	22,1	-	22,1	28,64	29,6%
66	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE LUVA DE PVC PARA ELETRODUTO RÍGIDO ROSCAVEL DE 25 MM(3/4").	un.	0,65	-	0,65	1,91	193,8%
77	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO COMUM, SEM REAPROVEITAMENTO.	m³	17,57	18,07	17,82	29,04	63,0%
88	PINTURA TIPO CAIAÇÃO EM PAREDE EXTERNA COM 3 DEMÃOS.	m²	4,26	5,39	4,825	6,93	43,6%
99	SERVIÇO DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA, COM DUAS DEMÃOS, SEM MASSA CORRIDA.	m²	7,94	7,38	7,66	12,38	61,6%
110	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO EM PVC BRANCO PARA ESGOTO, SEM CONEXÃO, PONTA, BOLSA E VIROLA, DIÂMETRO 150MM.	un.	13,17	17,61	15,39	22,83	48,3%
111	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO ARMADO COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO ROMPEDOR.	m³	251,02	94,49	172,755	398,23	130,5%
112	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES.	m³	76,13	109,16	92,645	125,82	35,8%
113	RASPAGEM E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO.	m²	1,27	1,82	1,545	5,4	249,5%
115	REMOÇÃO DE ESQUADRIA DE MADEIRA, INCLUSIVE BATENTE.	m²	4,68	4,51	4,595	7,74	68,4%
116	SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO MACIÇOS CERÂMICOS 5,7 X 9X19 CM, E = 5,7CM	m²	25,15	-	25,15	40,05	59,2%
117	SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO MACIÇOS CERÂMICOS 5,7 X 9X19 CM, E = 9CM	m²	47,37	-	47,37	75,72	59,8%
118	REMOÇÃO DE DIVISÓRIA DE BOX (MÁRMORE /GRANITO).	m²	4,68	7,27	5,975	11,09	85,6%
119	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PORTA INTERNA DE MADEIRA, COLOCAÇÃO E ACABAMENTO, DE UMA FOLHA COM BATENTE, GUARNIÇÃO E FERRAGENS (COMPLETA), 070 X 2,10M	un.	419,63	430,77	425,2	711,94	67,4%

FONTE: ATA Nº. II/10 – PREGÃO Nº 003/2010-STRANS/PIAUÍ E NOVACAP.

[1] Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI é um sistema de pesquisa mensal que informa os custos e índices da construção civil e tem a CAIXA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como responsáveis pela divulgação oficial dos resultados, manutenção, atualização e aperfeiçoamento do cadastro de referências técnicas, métodos de cálculo e do controle de qualidade dos dados disponibilizados pelo SINAPI.

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 03321

Por meio da Decisão nº 5745/2005, o TCDF informou à NOVACAP que, em relação a obras de edificações, o Tribunal adotaria, sempre que possível, para análise da conformidade de preços, o SINAPI.

Ademais, os preços apresentados estão discriminados por etapas da obra e sem detalhamentos, por exemplo, os itens "Divisórias" e "Pinturas". Existe uma variedade muito grande de divisórias (madeiras, ferro, alumínio, PVC), bem como vários tipos de tintas para pinturas (PVA, acrílica, esmalte, epoxi e poliueratano). Na Tabela 13 consta a pesquisa de preços realizada pela SESP (processo 220.000.628/10, folha 614).

TABELA 13 – ANÁLISE DE PREÇOS – COMPARATIVA ENTRE PROPOSTA

ITEM	SERVIÇO	VALOR ESTIMADO (R$1,00)		
		EMPRESA ARP	EMPRESA B	EMPRESA C
01	DIVISÓRIAS	35.620,45	40.210,00	38.860,20
02	PINTURAS	207.468,50	214.410,29	215.016,83
03	IMPERMEABILIZAÇÕES	43.399,69	46.565,76	46.601,55
04	VIDROS E ESPELHOS DE VIDROS	196.170,94	243.615,83	210.531,87

FONTE: PROCESSO Nº. 220.000.628/10.

É pertinente fazer alguns comentários sobre a adesão à Ata de Registro de Preços feita pela SESP:

- Os preços de serviços de engenharia são diferentes por regiões do país, conforme relatam as Tabelas Oficiais da Editora PINI e do SINAPI. Estas tabelas apresentam os preços de mão de obra e materiais diferenciados por regiões. Não é coerente contratar obras e/ou serviços com preços superiores às referências praticadas no DF, por exemplo, a PINI/DF, o SINAPI/DF e até mesmo a Tabela NOVACAP.
- A justificativa da SESP para a adesão à Ata não tomou como referência as Tabelas da NOVACAP, PINI/DF ou SINAPI/DF, ainda que as mesmas sejam oficiais para a contratação de serviços de engenharia, e devam ser tomadas como referências de preços de serviços no âmbito do GDF.

IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

A efetividade materializa-se com a fruição pela população da infraestrutura e dos equipamentos desportivos, bem como por meio das atividades físicas promovidas pelas Secretarias de Estado de Esportes e de Educação do Distrito Federal.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003221-Verso

Destaca-se a importância dos centros olímpicos, pelo número de pessoas que são atendidas nas diversas modalidades esportivas. A partir dos dados constantes do Relatório de Atividade da Secretaria de Estado de Esportes de 2012, observa-se que houve uma média mensal de 24.627 pessoas matriculadas nas modalidades esportivas oferecidas nos diversos centros esportivos. Observa-se que essa informação está alinhada com as constatações realizadas na análise do Objetivo Específico 003 – CONSTRUIR E MANTER UMA REDE DE INFRAESTRUTURA QUE PROPICIE A PRÁTICA ESPORTIVA NO DISTRITO FEDERAL.

Em relação ao Objetivo Específico 004 – CONSOLIDAR BRASÍLIA NO CENÁRIO DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS MUNDIAIS, BEM COMO DOTAR A CIDADE DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA A ESTES EVENTOS, ENTRE ELES: COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013, COPA DO MUNDO 2014 E COPA AMÉRICA 2015 entende-se que sua efetividade ainda não pode ser avaliada, uma vez que os impactos positivos para a população estão previstos para os próximos anos.

Dessa forma, avalia-se que o Programa Temático 6206 – ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS foi parcialmente efetivo no exercício de 2012.

V – CONCLUSÃO

A eficácia dos Objetivos Específicos 003 e 004 foi avaliada como dentro da prevista, no entanto, esse resultado deveu-se à relevância orçamentária da construção do Estádio Nacional em relação às outras Ações que compuseram o cálculo do Indicativo de Eficácia.

A eficiência ficou comprometida por falhas nos projetos básicos, como, por exemplo, o relativo à construção de coberturas metálicas nas escolas da rede pública, e execuções parciais do objeto contratado, como as contratações para reforma de quadras poliesportivas, que incluíram instalação de equipamentos públicos que não foram instalados ou foram instalados parcialmente.

Quanto à efetividade, o atendimento ao público realizado nas vilas olímpicas e a utilização das quadras poliesportivas têm um alcance social significativo, devido aos benefícios à saúde decorrentes das práticas de exercícios físicos e atividades esportivas. Contudo, os atrasos das coberturas metálicas em algumas escolas públicas impediram o uso de suas quadras poliesportivas. Assim considera-se que o Programa foi parcialmente efetivo.

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003222

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

RESUMO

O Programa Temático 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO, relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS visa promover o desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial. Este programa é composto de seis Objetivos Específicos, sendo que, em 2012, foram avaliados três, cujas gestões orçamentários-financeiras foram alocadas em diversas unidades orçamentárias (Secretarias, Empresas Públicas e Administrações Regionais). As Despesas Autorizadas e liquidadas foram R$949,5 milhões e R$ 423,2 milhões, respectivamente. Os principais problemas identificados pela equipe foram: contratação por serviços já executados, projetos básicos deficientes e falhas na fiscalização e no recebimento das obras. Avalia-se que o Programa apresentou eficácia abaixo da prevista, não foi eficiente, mas foi parcialmente efetivo. As obras/serviços realizados foram essenciais para melhoria da qualidade de vida da população, no entanto, esse benefício poderia ter sido otimizado e assim, o Programa teria sido mais efetivo.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO está relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS, de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003222-Verso

O Objetivo Geral deste Programa Temático é promover o desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial.

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	%
9101	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	0	0,0	294	0,0	-
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	552.390	0,1	26.604.288	2,3	4816,2
11103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	720.656	0,1	619.067	0,1	85,9
11104	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	2.820.000	0,4	2.060.274	0,2	73,1
11105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	7.300.000	1,1	8.448.228	0,7	115,6
11106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	700.000	0,1	378.266	0,0	54,0
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	2.270.000	0,4	644.000	0,1	28,4
11108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	1.302.050	0,2	450.724	0,0	34,6
11109	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	1.190.000	0,2	6.957.749	0,6	584,7
11110	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	596.800	0,1	1.440.896	0,1	241,4
11111	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	4.380.256	0,7	4.007.338	0,4	91,5
11112	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	3.969.500	0,6	3.689.636	0,3	92,9
11113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	1.165.000	0,2	1.905.068	0,2	163,5
11114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	2.260.000	0,3	2.662.657	0,2	117,8
11115	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	3.641.880	0,6	4.068.524	0,4	111,7
11116	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	3.837.970	0,6	1.010.489	0,1	26,3
11117	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	3.225.000	0,5	4.231.868	0,4	131,2
11118	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	760.000	0,1	12.739	0,0	1,7
11119	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO	2.952.084	0,5	2.081.011	0,2	70,5
11120	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	418.000	0,1	291.110	0,0	69,6
11121	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	434.623	0,1	253.570	0,0	58,3
11122	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	6.556.683	1,0	2.307.170	0,2	35,2
11123	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	987.000	0,2	1.251.564	0,1	126,8
11124	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL	1.305.000	0,2	631.169	0,1	48,4
11125	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	2.388.000	0,4	690.426	0,1	28,9
11126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	146.470	0,0	842.970	0,1	520,9
11127	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	1.600.000	0,2	977.285	0,1	51,7
11128	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	3.278.256	0,5	850.439	0,1	25,9
11129	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	120.000	0,0	211.171	0,0	51,0
11130	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	1.031.000	0,2	3.010.003	0,3	291,3

SEI PRC 039 /2013 Folha Nº 003223

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	%
11131	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	390.000	0,1	398.327	0,0	102,1
11133	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	1.347.180	0,2	973.335	0,1	63,1
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL – SO	184.762.430	28,6	174.410.300	15,2	94,4
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	123.900.535	19,2	558.047.679	48,7	450,4
24105	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	500.000	0,1	0	0,0	0,0
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	0	0,0	0	0,0	0,0
28101	SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	3.495.864	0,5	786.344	0,1	22,5
28209	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB	400.000	0,1	10.400.000	0,9	2600,0
28901	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL	39.170.713	6,1	112.729.314	9,8	287,8
28905	FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FUNDHIS	0	0,0	8.037.217	0,7	-
28201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	231.000.000	35,7	196.576.930	17,2	85,1
TOTAL		646.875.340		1.144.949.439		177,0

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXTRAÍDO EM 21/01/2013

* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em seis Objetivos Específicos – OEs, apresentados na Tabela 2:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO
001	MONITORAMENTO TERRITORIAL E CONTROLE URBANO – ACOMPANHAR A OCUPAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS EXISTENTES NA CIDADE, DE FORMA PRIMORDIAL, E NO TERRITÓRIO, DE FORMA COLIGADA, LEVANDO, ATUALIZANDO E MONITORANDO AS INFORMAÇÕES URBANAS E TERRITORIAIS QUE SUBSIDIARÃO O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO URBANO, BEM COMO NORTEARÃO A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO.
002	RECUPERAR A CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E DE REGULARIZAÇÃO.
003	PROMOVER O USO E A OCUPAÇÃO DEMOCRATICA DAS AREAS URBANAS CENTRAIS, PROPICIANDO A PERMANÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE E A ATRAÇÃO DE POPULAÇÃO NÃO RESIDENTE, POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS QUE FOMENTEM A DIVERSIDADE FUNCIONAL E SOCIAL, A IDENTIDADE CULTURAL E A VITALIDADE ECONÔMICA.
004	CRIAR PARCELAMENTOS URBANOS SUSTENTÁVEIS PARA SUPRIR A DEMANDA POR IMÓVEIS DE TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE, POR MEIO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS, REGISTRO EM CARTÓRIO DE IMÓVEIS E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA.
005	ATENDER AS DEMANDAS FUTURAS POR LOTES, A PARTIR DO USO PLANEJADO DAS TERRAS PÚBLICAS E DA EXPLORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EM ÁREAS PÚBLICAS , PARA DAR SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA AO GOVERNO.
006	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, AMBIENTAL E CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA PARA PROPORCIONAR MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

Para se escolher os Objetivos Específicos, buscou-se um equilíbrio de recursos entre esses objetivos de forma a compartilhar o de maior recurso com outros de médio e baixo volume. Assim todos os Objetivos Específicos serão avaliados ao longo dos dois primeiros anos do PPA 2012/2015, conforme a Tabela 3:

SAL PROC 039 /2013 Folha Nº 000223-Verso

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO – DE 2012 A 2015

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS
2012	002, 005 E 006
2013	001, 003 E 004

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Conforme demonstrado na Tabela 3, em 2012 foram avaliados os Objetivos Específicos 002, 005 e 006, entretanto, o Sistema Integrado de Gestão Governamental do DF – SIGGo ainda não foi atualizado para contemplar a identificação da execução orçamentário-financeira por Objetivo Específico, tendo sido mantida, no referido sistema, a antiga estrutura funcional e programática constituída por função, subfunção, programa, ação e subtítulo. Dessa forma, a identificação da execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos foi feita utilizando-se as Ações informadas no Anexo II do PPA 2012/2015.

Outra situação a ser considerada é o fato de que, de acordo com o referido Anexo, a Ação 1968 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS está presente nos Objetivos Específicos 003, 004, 005 e 006, não sendo possível separar a execução física e orçamentário-financeira dessa Ação entre esses Objetivos Específicos. Assim, a referida ação será objeto de análise nos dois anos de avaliação do Programa Temático.

A seguir, encontram-se detalhamentos de cada um dos Objetivos Específicos selecionados para 2012 e, posteriormente, os dados orçamentário-financeiro e físico desses OEs em conjunto.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 002 visa "*recuperar a capacidade de planejamento urbano e territorial, em articulação com as políticas de habitação e de regularização*" e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB.

Para atingir esse objetivo, a SEDHAB conta com o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e define, no Art. 4º, Inc. III, os instrumentos de planejamento municipal. Dentre esses instrumentos de planejamento, são de competência da citada Secretaria os seguintes:

GDF PROC 037 /2013 Folha Nº 003924

a) plano diretor;

b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;

c) zoneamento ambiental.

Esses instrumentos de política urbana têm por finalidade orientar e modelar o desenvolvimento urbano.

Além desses instrumentos de planejamento, a SEDHAB pretende estabelecer política pública que incentive habitação de interesse social, reformular a legislação que trata das Outorgas Onerosas do Direito de Construir – ODIR – e de Alteração de Uso – ONALT; e fazer regularização fundiária.

Com relação à habitação de interesse social, a SEDHAB elaborou o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS, o qual tem por objetivo planejar a política habitacional do Distrito Federal que será executada pelo governo. Compõem o PLANDHIS, as ações e estratégias do governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF de forma ambientalmente sustentável.

A elaboração do PLANDHIS foi uma exigência do Governo Federal, já que o GDF aderiu ao Sistema Nacional de Habitação, que garante acesso aos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, do PAC da Mobilidade e do PAC do Saneamento. Dentre as ações do Plandhis, destaca-se o Projeto de Lei (1.251/2012) — enviado à Câmara Legislativa do DF —, que estabelece a Política de Regularização Fundiária de Interesse Social.

As normas que tratam das Outorgas Onerosas do Direito de Construir – ODIR, e de Alteração de Uso – ONALT serão revistas para adequá-las à realidade atual.

Quanto à regularização fundiária, encontra-se em fase de elaboração projeto que incorporará as diretrizes da Política Nacional de Habitação – Lei nº11.977 de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas contendo os parâmetros e diretrizes do Programa de Regularização.

Após a atualização do Plano Diretor, pretende-se:

- Concluir o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);
- Dar continuidade à elaboração da Legislação de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e do Plano de Preservação do conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB;

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003224-Verso

- Dar início à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local, bem como outros instrumentos complementares.

Segundo o sítio da SEDHAB, o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento de caráter técnico e político, previsto na Política Nacional do Meio Ambiente e na Lei Orgânica do DF e que objetiva subsidiar as ações de planejamento, de modo a otimizar o uso do espaço e promover o desenvolvimento sustentável do território a partir do conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades socioambientais existentes. Utilizando para isso um mecanismo de compartimentação da paisagem em diferentes áreas (zonas) que possuem atributos físicos, bióticos, socioeconômicos e institucionais específicos; determinando-se para cada zona um conjunto de diretrizes gerais e específicas que nortearão as políticas públicas e as ações de ocupação humana no território.

Ainda segundo o sítio da SEDHAB, o PPCUB deverá orientar a população e o poder público com diretrizes de uso e ocupação e ações para o resguardo dos princípios fundamentais do plano urbanístico de Brasília, cuja poligonal tombada compreende as seguintes Regiões Administrativas: Plano Piloto, Candangolândia, Cruzeiro e Sudoeste/Áreas Octogonais.

O PPCUB compreende atividades de levantamentos, investigação, produção, sistematização, avaliação de informações e análise do quadro normativo para a proposição de projeto de lei complementar que deverá conter os objetivos, fundamentos, princípios reguladores, diretrizes, regulamento normativo e demais elementos necessários para a garantia do desenvolvimento urbano sustentável e de gestão compartilhada do sítio urbano tombado.

Por outro lado, a LUOS foi definida no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT como um dos instrumentos de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano no Distrito Federal, e terá área de abrangência constituída pela área urbana de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, à exceção das áreas urbanas inscritas no polígono de tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Tanto a LUOS, quanto o PPCUB estipularão as regras para ocupação das unidades imobiliárias, além de delimitar o seu uso, como por exemplo, delimitando a área de ocupação e altura máxima que uma edificação poderá ter.

As metas do Objetivo Específico 002, definidas para 2012/2015, são a elaboração e/ou revisão dos seguintes instrumentos:

- Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS;

SF/ PROC 009 /2013 Folha Nº 00225

- Planos de Desenvolvimento Local;
- Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB;
- Plano Distrital de Habitação de Interesse Social;
- Lei Específica de Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios;
- Lei Específica da Compensação Urbanística;
- Lei Específica do Urbanizador Social;
- Lei Específica do Regulador Social;
- Lei Específica do Direito de Preempção;
- Revisão da Norma Técnica para a Implantação de Equipamentos Públicos Comunitários;
- Revisão das Leis de Outorga Onerosa do Direito de Construir – ODIR e da Alteração de Uso – ONALT;
- Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT (2013).

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6208 referentes ao OE 002 são apresentados na Tabela 4:

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 002

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
912	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO CRIADOS COM O OBJETIVO DE MONITORAR A DINÂMICA URBANA ELABORADOS E PUBLICADOS	UNIDADE	-	-	3	3	3	2	SUPLAN/SEDHAB, SUCON/SEDHAB
913	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO ATUALIZADOS	UNIDADE	-	-	1	1	1	1	SUPLAN/SEDHAB, SUCON/SEDHAB

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Observa-se que os indicadores estão em consonância com o Objetivo específico.

Ainda segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 002, conforme a Tabela 5:

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - FUNDURB
3145	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003225-Verso

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3151	CONFERÊNCIA DAS CIDADES
4984	ELABORAÇÃO DE NORMA URBANÍSTICA
4965	MONITORAMENTO TERRITORIAL E REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

FONTE: PPA 2012/2015

Apesar de estar prevista no PPA para o exercício de 2012, a Ação 3151 não foi contemplada na Lei Orçamentária Anual de 2012 – LOA 2012.

O fundamento legal para as atividades desenvolvidas neste objetivo específico são:

- Art. 182 e 183 da Constituição Federal;
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades.

II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 005

O Objetivo Específico 005 visa "*Atender as demandas futuras por lotes, a partir do uso planejado das terras públicas e da exploração de empreendimentos em áreas públicas, para dar sustentabilidade econômica e financeira ao Governo*" e é de responsabilidade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, de acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015.

A TERRACAP, no exercício da função de Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, dada pela Lei Distrital nº 4.586/2011, subsidia políticas públicas que visam o crescimento econômico e social do DF. Assim, além de exercer atividades imobiliárias de interesse do DF, ela participa no financiamento de obras viárias e de infraestrutura.

Segundo o Anexo II do PPA 2012-2015, para garantir a expansão equilibrada da oferta de lotes, a referida empresa possui vários projetos de exploração de áreas e empreendimentos públicos em andamento, entre esses, a Torre de TV Digital, o Parque Tecnológico Digital e o Projeto Downtown Pousadas.

As metas do Objetivo Específico 005, definidas para 2012/2015, são:

- Realizar e implementar sete projetos de negócios para exploração de áreas e empreendimentos públicos;

SEI PROCESSO /2013 Folha Nº 005826

- Elaborar 17 estudos de prospecção imobiliária e oito estudos urbanísticos.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6208 referentes ao OE 005 estão na Tabela 6:

TABELA 6 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 005

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
928	PROJETOS DE NEGÓCIOS IMPLANTADOS	%	-	01/11	25%	25%	25%	25%	DIPRE /TERRACAP
931	ESTUDOS DE PROSPECÇÃO E URBANÍSTICOS EXECUTADOS	UNIDADE	-	01/11	12	1	-	12	DIPRE /TERRACAP

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 005:

TABELA 7 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 005

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1085	AQUISIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS
1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
3150	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS: PROSPECÇÃO IMOBILIÁRIA[1] E ESTUDOS URBANÍSTICOS

FONTE: PPA 2012/2015

Todas as Ações apresentadas na Tabela 7 foram contempladas na LOA 2012.

II.3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 006

O Objetivo Específico 006 visa "*Promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do Distrito Federal, por meio da execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana para proporcionar melhoria da qualidade de vida da população*" e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Obras do DF– SO, de acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015.

[1] Prospecção imobiliária é o estudo que visa quantificar o potencial de terrenos urbanos e rurais para a implementação de empreendimentos imobiliários, por meio da análise de índices urbanos, vizinhança, publico e demanda, preço de mercado e investidores.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003226-Verso

A SO, segundo o PPA 2012/2015, deverá fazer obras com foco em trechos da região de Planaltina (Arapoanga, Mestre D'Armas), Ceilândia (Sol Nascente e QNR), Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA (Estrutural) e do Polo JK em Santa Maria; nos Setores Vicente Pires, Água Quente e Ribeirão; na Expansão do Paranoá; nas áreas do Complexo da Via Interbairros; nas áreas a serem revitalizadas para a Copa de 2014; no Plano Piloto, em Taguatinga e em diversas Praças espalhadas pelas cidades. Como atuação rotineira deverão estar presentes ainda os trabalhos continuados de manutenção e conservação urbanística das áreas já estruturadas.

As obras, em diversos locais no DF, a cargo da SO, visam:

- ampliar e complementar o sistema viário existente;
- ampliar e complementar o sistema de escoamento de águas pluviais com lançamento final nos corpos receptores;
- implantar e melhorar as condições de acessibilidade em prédios, espaços urbanos e circulação de pessoas;
- ampliar e complementar a oferta urbana de espaços públicos devidamente urbanizados;
- manter, conservar e ampliar as áreas verdes;
- prevenir, controlar e recuperar áreas erodidas.

Embora a SO realize diversos tipos de obras, suas metas e indicadores estão restritos à pavimentação de vias e implantação de rede de águas pluviais.

As metas do Objetivo Específico 006, definidas para 2012/2015, são:

- Executar Pavimentação de Vias das Cidades – área pavimentada estimada em 6.800.000 m² para o período 2012-2015;
- Executar Rede de Águas Pluviais – comprimento de redes estimado em 650.000 m para o período 2012-2015.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa Temático 6208 referentes ao OE 006 são apresentados na Tabela 8:

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00227

TABELA 8 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 006

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
933	CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO DISTRITO FEDERAL	M²	_	_/_	2.500.000	1.800.000	1.500.000	1.000.000	SECRETARIA DE OBRAS
935	CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS NO DISTRITO FEDERAL	M	_	_/_	250.000	200.000	100.000	100.000	SECRETARIA DE OBRAS

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 006, conforme a Tabela 9:

TABELA 9 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 006

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1101	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO
1108	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO
1287	ALARGAMENTO DE VIAS
1337	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS
1950	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS
1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
2903	MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS
3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
3058	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA
3246	CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO
3615	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA
3625	PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO DF – MELHORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE AMBIENTAL, ESTUDOS E SUPERVISÃO
3749	REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE VÍDEO INSPEÇÃO ROBOTIZADA
3902	REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES
3938	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS
4092	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES
5695	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO
5968	CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL
7451	IMPLANTAÇÃO DO TAGUAPARQUE NO PISTÃO NORTE
8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS

FONTE: PPA 2012/2015

As ações 1287, 3749 e 5968 não foram contempladas na LOA 2012 para o Programa 6208.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00227-Verso

II.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 002, 005 E 006

Na Tabela 10 apresenta-se a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006, por Unidade Orçamentária constante dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social. Cabe ressaltar que a descrição das Unidades Orçamentárias encontra-se na Tabela 1.

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OEs 002, 005 E 006, POR UO

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
09101	0	0,0	294	0,0	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11101	552.390	0,1	26.604.288	3,1	4816,2	26.604.288	5,7	100,0	26.578.428	6,7	99,9	99,9
11103	720.656	0,2	619.067	0,1	85,9	526.436	0,1	85,0	449.737	0,1	85,4	72,6
11104	2.820.000	0,7	2.060.274	0,2	73,1	1.537.592	0,3	74,6	292.982	0,1	19,1	14,2
11105	7.300.000	1,9	8.438.092	1,0	115,6	8.411.832	1,8	99,7	5.529.504	1,4	65,7	65,5
11106	700.000	0,2	378.266	0,0	54,0	348.241	0,1	92,1	340.706	0,1	97,8	90,1
11107	2.270.000	0,6	644.000	0,1	28,4	269.406	0,1	41,8	0	0,0	0,0	0,0
11108	1.062.050	0,3	300.723	0,0	28,3	239.279	0,1	79,6	83.175	0,0	34,8	27,7
11109	1.190.000	0,3	6.957.749	0,8	584,7	4.563.331	1,0	65,6	365.740	0,1	8,0	5,3
11110	596.800	0,2	1.440.896	0,2	241,4	1.341.074	0,3	93,1	1.040.217	0,3	77,6	72,2
11111	4.380.256	1,1	4.007.340	0,5	91,5	3.592.712	0,8	89,7	2.486.592	0,6	69,2	62,1
11112	3.969.500	1,0	3.689.636	0,4	92,9	3.323.172	0,7	90,1	2.222.489	0,6	66,9	60,2
11113	1.165.000	0,3	1.905.068	0,2	163,5	1.799.049	0,4	94,4	485.328	0,1	27,0	25,5
11114	2.260.000	0,6	2.662.657	0,3	117,8	2.165.104	0,5	81,3	1.243.029	0,3	57,4	46,7
11115	3.641.880	0,9	4.068.524	0,5	111,7	4.042.542	0,9	99,4	1.622.776	0,4	40,1	39,9
11116	3.837.970	1,0	1.010.489	0,1	26,3	990.167	0,2	98,0	868.841	0,2	87,7	86,0
11117	3.225.000	0,8	4.231.869	0,5	131,2	4.017.075	0,9	94,9	2.592.743	0,7	64,5	61,3
11118	760.000	0,2	12.739	0,0	1,7	200	0,0	1,6	200	0,0	100,0	1,6
11119	2.952.084	0,8	2.081.011	0,2	70,5	2.071.181	0,4	99,5	1.949.974	0,5	94,1	93,7
11120	418.000	0,1	291.110	0,0	69,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11121	434.623	0,1	253.570	0,0	58,3	240.654	0,1	94,9	188.102	0,0	78,2	74,2
11122	6.556.683	1,7	2.307.170	0,3	35,2	2.305.215	0,5	99,9	1.908.538	0,5	82,8	82,7
11123	987.000	0,3	1.251.565	0,1	126,8	1.241.600	0,3	99,2	584.059	0,1	47,0	46,7
11124	1.305.000	0,3	631.169	0,1	48,4	477.660	0,1	75,7	105.144	0,0	22,0	16,7
11125	2.388.000	0,6	690.426	0,1	28,9	685.622	0,1	99,3	410.032	0,1	59,8	59,4
11126	146.470	0,0	762.970	0,1	520,9	54.638	0,0	7,2	54.638	0,0	100,0	7,2
11127	1.600.000	0,4	827.285	0,1	51,7	793.595	0,2	95,9	332.298	0,1	41,9	40,2
11128	3.278.256	0,8	850.439	0,1	25,9	547.759	0,1	64,4	280.833	0,1	51,3	33,0
11129	120.000	0,0	61.171	0,0	51,0	49.850	0,0	81,5	49.850	0,0	100,0	81,5

SL PROC 039/2013 Folha Nº 00328

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 002, 005 E 006, POR UO

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11130	1.031.000	0,3	3.003.068	0,3	291,3	2.663.325	0,6	88,7	1.116.318	0,3	41,9	37,2
11131	390.000	0,1	398.327	0,0	102,1	234.755	0,0	58,9	0	0,0	0,0	0,0
11133	1.347.180	0,3	850.335	0,1	63,1	436.727	0,1	51,4	284.557	0,1	65,2	33,5
22101	184.762.430	47,0	174.410.300	20,3	94,4	23.676.290	5,0	13,6	11.209.449	2,8	47,3	6,4
22201	123.900.535	31,5	558.047.679	64,9	450,4	366.579.756	77,9	65,7	325.259.948	82,5	88,7	58,3
24105	500.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
26205	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
28101	1.253.064	0,3	530.990	0,1	42,4	530.990	0,1	100,0	530.990	0,1	100,0	100,0
28209	400.000	0,1	10.400.000	1,2	2600,0	13.998	0,0	0,1	13.998	0,0	100,0	0,1
28901	19.137.000	4,9	33.637.000	3,9	175,8	4.486.724	1,0	13,3	3.613.964	0,9	80,5	10,7
TOTAL	393.358.827		860.317.557		218,7	470.861.835		54,7	394.095.179		83,7	45,8

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao valor total dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006

Observa-se que houve concentração de recursos em duas unidades orçamentárias, uma vez que a SO (UO 22101) e a NOVACAP (UO 22201) foram responsáveis por mais de 80% da despesa autorizada e do montante empenhado do orçamento fiscal.

O FUNDURB (UO 28901) contou com a terceira maior Despesa Autorizada, cerca de 3,9% referente aos Objetivos Específicos selecionados presentes no orçamento fiscal, mas empenhou 13% de suas disponibilidades. Essa unidade justificou a baixa execução devido à demora em efetuar os diversos procedimentos necessários para contratação, assim, vários projetos aprovados em um determinado exercício somente são executados no exercício seguinte.

Nessa perspectiva, os projetos aprovados em 2011 comprometeriam os recursos da Despesa Autorizada no exercício de 2012, o que não ocorreu. Ademais, em consulta à execução orçamentária de 2011 observou-se que não houve empenho, o que demonstra a reiterada ineficácia na utilização dos recursos orçamentários.

Contudo, o FUNDURB informou que as diversas aprovações de projetos pelo Conselho de Administração do Fundo resultaram no comprometimento de quase totalidade do valor das receitas arrecadadas e acumuladas desde 2009 e cujos resultados terão impacto na programação orçamentária do exercício de 2013.

A Secretaria de Governo (UO 11101) utilizou o recurso de R$26,6 milhões por meio de descentralização de crédito, destinado à manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas (Ação 8508).

A Tabela 11 demonstra a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006, por Ações Orçamentárias que os integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 5, na Tabela 7 e na Tabela 9.

TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 002, 005 E 006, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1101	3.800.000	1,0	3.108.562	0,4	81,8	3.001.327	0,6	96,6	2.207.772	0,6	73,6	71,0
1108	7.600.000	1,9	307.554	0,0	4,0	306.251	0,1	99,6	306.251	0,1	100,0	99,6
1110	180.661.251	45,9	549.037.911	63,8	303,9	306.784.319	65,2	55,9	257.521.807	65,3	84,0	47,0
1337	500.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	-	-
1471	11.450.000	2,9	15.950.000	1,9	139,3	789.882	0,2	5,0	749.382	0,2	94,9	4,7
1950	891.500	0,2	2.493.780	0,3	279,7	2.490.381	0,5	99,9	368.048	0,1	14,8	14,8
1968	5.842.000	1,5	15.825.955	1,8	270,9	3.835.796	0,8	24,2	2.991.441	0,8	78,0	18,9
2903	954.184	0,2	6.079.957	0,7	637,2	6.079.850	1,3	100,0	3.362.412	0,9	55,3	55,3
3023	5.506.000	1,4	8.966.449	1,0	162,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3058	116.073.865	29,5	111.188.127	12,9	95,8	3.052.700	0,6	2,7	2.290.474	0,6	75,0	2,1
3145	533.164	0,1	527.330	0,1	98,9	527.330	0,1	100,0	527.330	0,1	100,0	100,0
3246	150.000	0,0	1	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3615	934.900	0,2	1.010.362	0,1	108,1	738.230	0,2	73,1	723.591	0,2	99,9	71,6
3625	55.000	0,0	6.409	0,0	11,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3902	1.650.000	0,4	2.851.306	0,3	172,8	2.675.962	0,6	93,9	627.759	0,2	27,1	25,4
3938	2.730.000	0,7	2.386.284	0,3	87,4	359.892	0,1	15,1	0	0,0	0,0	0,0
4092	591.656	0,2	516.656	0,1	87,3	510.615	0,1	98,8	433.916	0,1	85,0	84,0
4965	150.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	-	-
4984	50.000	0,0	3.660	0,0	7,3	3.660	0,0	100,0	3.660	0,0	100,0	100,0
5695	5.000	0,0	730.102	0,1	14601,8	729.444	0,2	99,9	276.527	0,1	37,9	37,9
7451	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	-	-
8508	53.130.307	13,5	139.327.152	16,2	262,2	138.976.196	29,5	99,7	121.704.807	30,9	87,6	87,4
TOTAL	**393.358.827**		**860.317.557**		**218,7**	**470.861.835**		**54,7**	**394.095.179**		**83,8**	**45,9**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006.

A Ação 1110 – EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO se tornou uma grande ação "guarda chuva", onde se encontra todo tipo de obra, desde reforma e construção de prédios e próprios até a construção de skate parks e ciclovias.

SEI/GDF 039 /2013 Folha nº 000209

Quanto às ciclovias, estas poderiam ter sido executadas no Programa 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE, Ação 3090 – IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS, a qual terminou o exercício com R$14 milhões de disponibilidade orçamentária.

Os recursos alocados na ação 3023 são pertencentes à Caixa Econômica Federal (CEF) e se destinam à execução de obras de urbanização complementar na Ceilândia e na Cidade da Estrutural e não foram liberados em decorrência de alteração do projeto de aplicação.

Quanto à obra de urbanização complementar na Ceilândia, os recursos eram destinados à construção de calçadas, mas diante da impossibilidade de adequação aos critérios técnicos, visto que muitas delas já haviam sido feitas pelos próprios moradores, não se conseguiria a aprovação da CEF, assim a SO preferiu mudar a destinação do recurso para a implantação de equipamento comunitário a ser definido pela CODHAB.

Em relação à obra de urbanização complementar na Estrutural, os recursos eram destinados à construção de moradias, mas como muitas famílias construíram suas casas, gerou recurso excedente que a SO preferiu implementar pavimentação, ciclovia e calçadas, contudo a ocorrência de ocupações irregulares inibiram a o trabalho de pavimentação. Quanto às ciclovias e calçadas, a SO está elaborando documentação com vistas à aprovação pela CEF e posterior licitação.

Na Tabela 12 apresenta-se a execução orçamentário-financeira, por Ação dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006, constante do Orçamento de Investimento, sendo a TERRACAP a Unidade Orçamentária detentora dos recursos apresentados.

TABELA 12 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO, POR AÇÃO **R$1,00**

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	EXECUTADO (C)		(C/B)
	VALOR	% *	VALOR	% *		VALOR	% *	
1085	9.000.000	12,0	50.900.000	57,1	565,6	10.306.984	35,5	20,2
1110	46.500.000	62,2	24.582.798	27,6	52,9	14.763.209	50,8	60,1
1950	4.300.000	5,7	8.573.686	9,6	199,4	3.522.017	12,1	41,1
1968	8.000.000	10,7	3.883.394	4,4	48,5	250.821	0,9	6,5
3150	2.000.000	2,7	853.000	1,0	42,6	0	0,0	0,0
3711	5.000.000	6,7	370.000	0,4	7,4	220.714	0,8	59,7
TOTAL	**74.800.000**		**89.162.878**		**119,2**	**29.063.746**		**32,6**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – EXTRAÍDO EM 21/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 002, 005 e 006.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003209-Verso

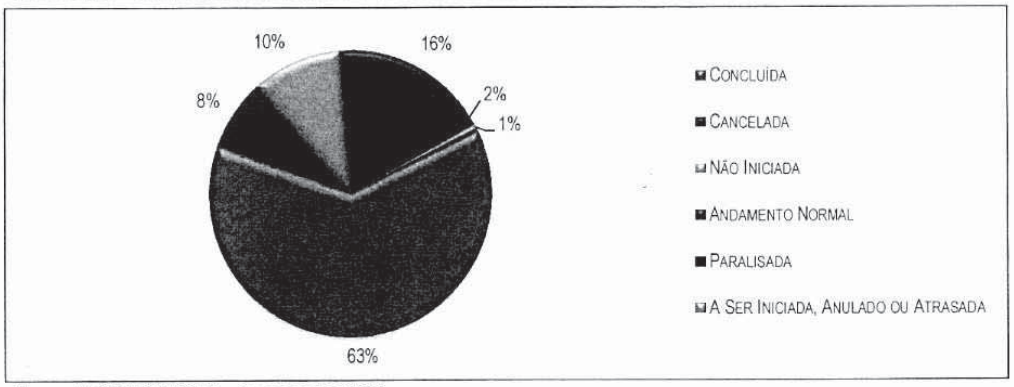
A TERRACAP, questionada quanto à baixa execução, informou que a respectiva empresa utiliza seus recursos conforme o cronograma de desembolso determinado pela SO.

II.5 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 002, 005 E 006

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente. Os Objetivos Específicos para o Programa 6208 selecionados em 2012 apresentaram um total de 570 etapas cadastradas.

Na Figura 1 é apresentada a estatística dos estágios das etapas cadastradas no SAG para os Objetivos Específicos 002, 005 e 006 em conjunto.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 002, 005 E 006 CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE DE 2012

Observa-se que 21% das etapas finalizaram o exercício em estágio de desvio (cancelada, não iniciada, paralisada, a ser iniciada, anulada ou atrasada).

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

O período de realização da auditoria foi de maio de 2012 a fevereiro de 2013. Inicialmente, pesquisaram-se no sistema SAG as obras/serviços em execução pelo Programa. A seguir, consultaram-se os processos (contratos) relativos aos serviços/obras nos órgãos executores. Após tomar conhecimento do objeto do contrato, foram realizadas visitas às obras.

Para avaliação da eficácia do programa utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa – IE, conforme apresentada na Parte II do presente relatório.

As ações selecionadas para a amostra de auditoria são apresentadas na Tabela 13.

TABELA 13 – AÇÕES INCLUÍDAS NA AMOSTRA DA AUDITORIA

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO	
	CÓD.	DESCRIÇÃO
002	1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO - FUNDURB
	3145	IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO;
005	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
	1101	IMPLANTAÇÃO DE VIAS E OBRAS E OBRAS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO
	1108	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO
	1950	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS
006	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
	3058	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PRÓ-MORADIA
	3615	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO URBANÍSTICA
	3938	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS
	5695	EXECUÇÃO DE OBRAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À EROSÃO

Os critérios utilizados para seleção dessas Ações foram:

- Materialidade: utilizou-se como referencial os valores da Despesa Autorizada;
- Criticidade: obras paralisadas ou que estavam na mídia;
- Relevância operacional: obras em andamento.

Os parâmetros para avaliar a eficiência tiveram como base a verificação dos recursos efetivamente realizados em relação aos valores inicialmente contratados, o prazo de execução (exercício de 2012) e a qualidade dos produtos.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003230-Verso

Já para a medida da efetividade, levou-se em conta o impacto positivo gerado pelas obras realizadas, visto que os indicadores do Programa não se prestam para tal fim, pois se assemelham a metas a serem atingidas, não sendo úteis para quantificar os benefícios sociais.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Foram realizadas com recursos do Programa Temático diversas obras e serviços. Para verificação *in loco*, fez-se uso de amostragem, considerando as obras de valor financeiro acima de R$ 500.000,00, em andamento e as que tiveram destaque na mídia.

As ações que o Governo do Distrito Federal vem realizando em relação às normas reguladoras que tratam do desenvolvimento urbanístico do Distrito Federal, relacionadas ao Objetivo Específico 2 estão descritas abaixo.

A Legislação de Uso e Ocupação do Solo – LUOS encontra-se, desde dezembro de 2012, na Câmara Legislativa do DF, e recebeu a designação de Projeto de Lei Complementar nº 57/2012 (PLC 57/2012).

Quanto ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, esse foi concluído pelos técnicos da própria SEDHAB e também se encontra na Câmara Legislativa, desde outubro de 2012, tendo recebido a designação de PLC 52/2012.

A ODIR e ONALT sofrerão alteração com a aprovação do PLC 52/2012 e PLC 57/2012. Ademais, por meio do Decreto nº 33.943, de 11/10/12, foi criado Grupo de Trabalho para elaboração de anteprojeto de Lei para revisão tanto da Lei que instituiu a ODIR quanto a ONALT, com o prazo para conclusão dos trabalhos até 12/02/2013.

Quanto ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, a Câmara Legislativa do DF, órgão competente para apreciar o projeto de lei do referido Plano Diretor fez alterações que posteriormente foram julgadas inconstitucionais, em geral por vício de iniciativa. O PDOT recebeu a designação de Lei complementar nº 803/2009. Para preencher os vazios decorrentes dos itens inconstitucionais a revisão tornou-se imperiosa. Assim, a revisão foi feita por meio da Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Local – PDL, está previsto no PPA 2012/2015 a sua elaboração, contudo nenhuma ação foi realizada no exercício de 2012.

Em relação ao Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS, foi finalizado e aprovado pelo Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS, em 28/11/12.

O PLANDHIS contempla sete programas habitacionais (Programa de Desenvolvimento Institucional, Programa de Recenseamento Imobiliário, Programa Morar Bem, Programa de Revisão e Atualização da Legislação Aplicável, Programa de Implementação dos Instrumentos da Política Urbana, Programa de Regularização Fundiária e Programa de Qualificação de Moradia), os quais deverão ser implementados no DF em 2013 e 2014, sendo que o "Programa Morar Bem", o "Programa de Regularização Fundiária" e o "Programa de Implementação dos Instrumentos de Política Urbana" já estão em andamento desde o segundo semestre de 2011. Está prevista a revisão do PLANDHIS no ano de 2015.

Em relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, o contrato de consultoria para elaboração do ZEE firmado em 2009 terminou em 2012 com a entrega do produto "Prognóstico/Zoneamento e Diretrizes". Dentre os trabalhos desenvolvidos pelo mencionado contrato está um Sistema de Informações para Gestão Territorial, contendo e disponibilizando a todo o governo do DF, via WEB, todas as informações e mapas produzidos para o ZEE/DF, o qual encontra-se em funcionamento.

Além dos trabalhos realizados pela consultoria, são necessários estudos complementares, Audiências Públicas e Minuta do Projeto de Lei. Esses trabalhos adicionais serão viabilizados por meio de convênio com o Ministério do Meio Ambiente. Assim, o término desses trabalhos está previsto para o exercício de 2013.

Em relação ao Objetivo Específico 005, cuja execução está a cargo da Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP, observou-se que essa empresa custeou uma grande quantidade de obras no DF por meio do Convênio 124/2009 – TERRACAP/NOVACAP/SO. Dentre essas obras está a Torre Digital, que foi executada na Ação 1110.

A Torre Digital foi inaugurada em 21/4/2012 em comemoração ao 52° aniversário de Brasília. Segundo o sítio da TERRACAP, a edificação foi projetada por Oscar Niemeyer e possui altura de 180 m (equivalente a um prédio de 62 andares), sendo 120 m de estrutura em concreto e 60 m de antena metálica. Possui duas cúpulas de vidro, uma em cada lateral. Na cúpula mais alta, a 80 m do chão, funcionará um restaurante com vista panorâmica. Na outra, a 60 m, será instalada uma galeria para exposições. Um espelho d'água e uma rampa de acesso foram instalados à frente do prédio. Três elevadores e uma escada levam os

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00322-Verso

frequentadores para o topo do edifício. Ao redor do monumento, há um complexo com seis lojas para atender aos visitantes; e o estacionamento conta com 800 vagas. A área total construída é de aproximadamente 8,5 mil metros quadrados.

Além da Torre Digital, outras iniciativas citadas no PPA 2012/2015 são o Parque Tecnológico Digital e o Projeto Downtown – Pousadas.

Quanto ao Parque Tecnológico Digital, a TERRACAP pretende fazer Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, cujo objeto é prestar serviços de implantação, desenvolvimento, operação, manutenção, gestão de negócios e administração da infraestrutura do Parque Tecnológico Capital Digital – PTCD, a ser projetado pela empresa contratada e edificado em terreno atualmente de propriedade da TERRACAP, localizado no lote 1 do Parque Tecnológico Capital Digital, na cidade de Brasília-DF. A concessão de uso será pelo período de vinte anos, prorrogáveis por mais quinze anos. A viabilidade técnica e econômico-financeira do PTCD foi demonstrada por estudo realizado em conjunto com a Fundação Universidade de Brasília – FUB, por intermédio de seu Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico. Posteriormente, em 29/8/2012, ocorreu audiência pública com objetivo de colher contribuições sobre esse estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, sobre as minutas de edital e de contrato para dar início ao processo licitatório.

Quanto ao Projeto Downtown – Pousadas, segundo informação colhida no sítio da TERRACAP, se destina à construção de pousadas, hotéis e um centro comercial que possam atender a demanda por estabelecimentos hoteleiros de baixo custo.

No dia 20 de maio de 2008, o Governador à época, José Roberto Arruda, proibiu a renovação dos alvarás de funcionamento das pousadas que existiam na W3, alegando que a destinação daquela área é puramente residencial. Com isso, os visitantes que chegam ao DF não teriam a opção de hospedagem a baixo custo no centro de Brasília. As outras opções de hospedagem no Plano Piloto são hotéis de 3 a 5 estrelas, localizados principalmente no Setor Hoteleiro Norte e Sul, além de unidades localizadas na Vila Planalto, próximas ao Lago Paranoá.

Ainda, segundo o sítio da TERRACAP, para contornar o problema da falta de oferta desse serviço de hotelaria a baixo custo, a TERRACAP pretende destinar a área localizada no Setor Múltiplo de Atividades Sul-SMAS, Lote 08, para construção de dois hotéis de baixo custo, 12 estabelecimentos do tipo pousadas, complementados por um edifício comercial com centro de compras.

Para viabilizar esse projeto, em 19/4/2012 foi assinado contrato de consultoria para elaboração de estudo de viabilidade econômica, que foi concluído e atualmente o projeto encontra-se aguardando decisão da Diretoria.

As atividades acompanhadas em relação ao Objetivo Específico 6 foram:

- Plantio de grama em Sobradinho I, II e Planaltina;
- Execução de paisagismo na entrada de Brazlândia;
- Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e passeios no Guará;
- Implantação de Pontos de Encontro Comunitário - PEC's;
- Construção de coreto em Santa Maria;
- Construção de ciclovias;
- Recuperação de áreas degradadas, e;
- Serviço de pavimentação asfáltica.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

A Tabela 14 apresenta a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa – IE, tendo como parâmetro a realização física das Etapas cadastradas no SAG.

TABELA 14 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO(1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1085	100,0%	100,0%	9.000.000	50.900.000	59.900.000	4,2%	4,2%
1101	66,1%	66,1%	3.800.000	3.108.562	6.908.562	0,5%	0,3%
1108	6,4%	6,4%	7.600.000	307.554	7.907.554	0,6%	0,0%
1110	77,4%	77,4%	227.161.251	573.620.707	800.781.958	56,5%	43,7%
1337	0,0%	0,0%	500.000	0	500.000	0,0%	0,0%
1471	91,0%	91,0%	11.450.000	15.950.000	27.400.000	1,9%	1,8%
1950	78,7%	78,7%	5.191.500	11.067.466	16.258.966	1,1%	0,9%
1968	68,5%	68,5%	13.842.000	19.709.349	33.551.349	2,4%	1,6%
2903	10,0%	10,0%	954.184	6.079.957	7.034.141	0,5%	0,0%
3023	0,0%	0,0%	5.506.000	8.966.449	14.472.449	1,0%	0,0%
3058	18,0%	18,0%	116.073.865	111.188.127	227.261.992	16,0%	2,9%
3145	78,0%	78,0%	533.164	527.330	1.060.494	0,1%	0,1%
3150	0,0%	0,0%	2.000.000	853.000	2.853.000	0,2%	0,0%

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003232-Verso

TABELA 14 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
3246	0,0%	0,0%	150.000	1	150.001	0,0%	0,0%
3615	63,0%	63,0%	934.900	1.010.362	1.945.262	0,1%	0,1%
3625	0,0%	0,0%	55.000	6.409	61.409	0,0%	0,0%
3711	90,0%	90,0%	5.000.000	370.000	5.370.000	0,4%	0,3%
3902	44,3%	44,3%	1.650.000	2.851.304	4.501.304	0,3%	0,1%
3938	10,5%	10,5%	2.730.000	2.386.284	5.116.284	0,4%	0,0%
4092	100,0%	100,0%	591.656	516.656	1.108.312	0,1%	0,1%
4965	0,0%	0,0%	150.000	0	150.000	0,0%	0,0%
4984	100,0%	100,0%	50.000	3.660	53.660	0,0%	0,0%
5695	55,0%	55,0%	5.000	730.102	735.102	0,1%	0,0%
7451	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
8508	99,1%	99,1%	53.130.307	139.327.152	192.457.459	13,6%	13,5%
TOTAL			468.158.827	949.480.431	1.417.639.258[2]	100,0%	65,5%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] $P = VA / VA_T$ [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Segundo a tabela de atribuição de conceitos qualitativos aplicada ao IE, o percentual obtido, de 65,5%, indica que os Objetivos Específicos selecionados do Programa 6208 tiveram eficácia abaixo da prevista.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A equipe de auditoria constatou basicamente três tipos de problemas associados às ações desenvolvidas pelo Programa:

- Contratação de serviços já executados;
- Projeto Básico deficiente;
- Falhas na fiscalização e recebimento de obras.

A equipe de auditoria observou também frequentes atrasos das obras/serviços justificados pelo período chuvoso. É de conhecimento pelo homem médio que o verão é época de precipitações, não se trata de fato raro ou de difícil previsão, logo, não deveria ser justificativa para a obtenção de dilação do prazo contratual, devendo ser considerado na elaboração do cronograma inicial.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003233

Devido à sua complexidade e abrangência, as obras de pavimentação acabam sofrendo dos quatro problemas identificados e, portanto, serão tratadas em um tópico específico.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS

A equipe de auditoria constatou serviço contratado sem necessidade, visto que já havia sido realizado.

Em 2007, com a intenção de gramar diversas áreas do DF, a NOVACAP elaborou projeto básico, em fevereiro de 2008 ocorreu a licitação, no entanto o serviço de plantio de grama batatais em Sobradinho I e II e Planaltina, cujo Contrato de nº 20/2011 – SO foi assinado, somente, em 23/12/2011.

Já no início de janeiro de 2012 o Departamento de Parques e Jardins constatou que vários locais já estavam gramados, o que resultou em aditivos contratuais, tanto para suprimir 24,07% do valor contratual, correspondente a áreas já gramadas; quanto, de prorrogação de prazo devido a atrasos em decorrência da demora da NOVACAP em dar solução a esse problema.

A causa desse achado foi o lapso temporal decorrido entre a elaboração do projeto e a assinatura do contrato; e, a falta de vistoria prévia à contratação. Diante da demora na contratação, era imperiosa a vistoria no local para se verificar a ocorrência de fatos supervenientes que poderiam ter alterado as condições existentes à época de elaboração do Projeto Básico.

PROJETO BÁSICO DEFICIENTE

O projeto básico é o quesito mais importante de um processo licitatório. O Art. 6°, Inc. IX da Lei 8.666 de 21/6/1993, determina que o projeto básico deverá conter:

> "conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, ...".

O TCU em julgamento dos autos 012.088/1997-8, cujo relator foi o Ministro Adylson Motta informou em seu voto:

> "Creio que se possa, nesse ponto, repetir o que tenho, insistentemente, afirmado acerca do açodamento com que são feitos os projetos de engenharia para a grande maioria de obras realizadas pelo poder público em nosso País, independentemente da esfera governamental em que se encontrem tais obras.
>
> O Projeto Básico, que deve ser encarado como elemento fundamental para a realização de qualquer licitação, deve, também, ser considerado o pilar de todo empreendimento, público ou privado, mas que tem sido constantemente mal elaborado, quando há envolvimento de recursos públicos, em quaisquer das esferas administrativas, sem a atenção mínima necessária quando da sua confecção, o que é lamentável por se tornar fonte de desvios e toda sorte de irregularidades que se tem notícia no Brasil."

Caso a Unidade não possua condições técnicas para elaborar um projeto básico que atenda à referida lei, deve-se licitar, o que possivelmente possibilitará maior rapidez na execução com a redução dos termos aditivos de prorrogação de prazo e de valores.

Falha comum nas obras/serviços é a deficiência nos Projetos Básicos, uma vez que esses são elaborados aquém do nível de detalhamento exigido pela Lei n° 8.666/1993. Em geral, o chamado "projeto básico" de pavimentação ou calçadas nada mais é que um mapa da cidade, em escala que não permite a visualização de qualquer detalhe, com traço, muitas vezes, feito à mão, que significa o trecho em que será pavimentado/calçado. Não há cotas ou desenho técnico, fazendo com que o orçamentista realize um trabalho empírico, resultando em uma avaliação irreal.

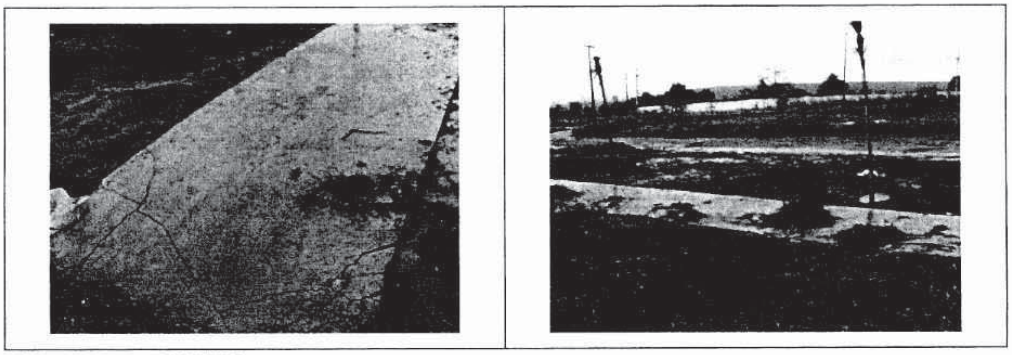
Como exemplo da falta de precisão do Projeto Básico pode-se citar o serviço de execução de paisagismo na entrada da cidade de Brazlândia. O chamado "Projeto Básico" licitado estava destituído de cotas ou especificações que permitissem um orçamento preciso, o que inviabilizaria a própria licitação. Ademais, ele foi elaborado sem a certeza de que o local destinado ao serviço seria área pública. Posteriormente à assinatura do contrato, o potencial dono de parte da área se insurgiu, alegando que o serviço estava em área particular. Então, foi necessária a elaboração de novos projetos, com o nível técnico necessário à execução e com redução da área de gramado e da largura do passeio que seria construído, o que ocasionou redução em 20% do valor contratado e demora em dar início ao serviço.

A principal causa da deficiência no projeto básico foi a ausência de planta de situação, que deve ser fornecida pela Administração Regional, definindo onde é área pública e onde é área particular e suas dimensões. A ausência de certeza sobre as dimensões da área pública levou à inexatidão do projeto básico, o que gerou a necessidade de elaboração de um novo projeto de paisagismo. Ademais, a ausência de cotas e especificações colaborou para a inexatidão do projeto básico originário.

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003234

Em visita ocorrida em 21/11/12, foi constatado que o serviço estava atrasado (Figura 2), visto que o prazo de execução já havia se esgotado e, apesar disso, ainda permaneciam trabalhadores no local. Ademais, a área plantada de grama estava sendo tomada por capim e os passeios estavam sem junta de dilatação, com vários pontos apresentando fissuras e outros já quebrados, além de não apresentar inclinação exigida pela norma técnica de acessibilidade ABNT/NBR 9050/2004, que é de até 3% no sentido transversal.

FIGURA 2 – PASSEIOS EM BRAZLÂNDIA



DATA DO REGISTRO: 21/11/2012

A NOVACAP iniciou a implantação de ciclovias localizadas no Sudoeste, Recanto das Emas, Santa Maria, Ceilândia, UNB – Plano Piloto, Gama, Asa Sul, Asa Norte, Paranoá e Guará.

Na ciclovia do Paranoá, visitada pela equipe de Auditoria, houve atrasos decorrentes do período chuvoso e da falta de planejamento, constatada pelas alterações no traçado original. Somente após a assinatura do Contrato é que houve Audiência Pública para ouvir a comunidade que seria beneficiada, a qual demandou algumas alterações no projeto original. Ademais, no projeto básico tanto da ciclovia do Paranoá quanto no de Ceilândia não foram previstas interferências de árvores adultas, placas de sinalização e obras de drenagem (bocas de lobo e poços de visita).

Também na ciclovia do Guará, após o início das obras, houve mudanças de localização da ciclovia por sugestão do Administrador Regional e da comunidade, o que ocasionou a prorrogação do prazo de execução. A ausência de oitiva dos interessados, a qual deveria constar no planejamento da citada obra, resultou em alterações do projeto original.

Outro exemplo da falta de planejamento foi a contratação de serviço de recuperação de áreas degradadas no Setor Habitacional Arapoanga antes de ter sido concluída

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003284-Verso

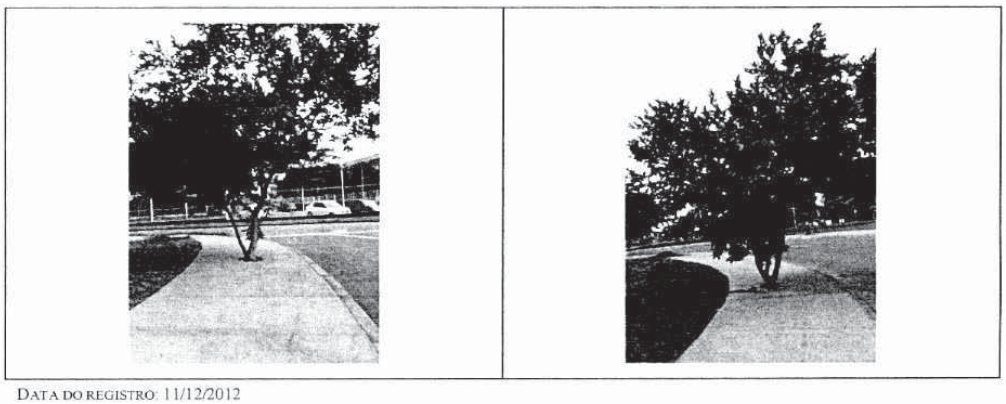
a obra de construção de lançamentos, bacia de detenção e dissipador. Sem essa obra concluída, corre-se o risco de que o trabalho de recuperação seja destruído pela força provocada no deslocamento das águas pluviais. Diante de tal fato, o contrato de recuperação de áreas degradadas sofreu sete termos aditivos de prorrogação de prazos.

Outra obra que sofreu alterações nos locais de execução após a assinatura do contrato foi a implantação de Pontos de Encontro Comunitário – PECs nas Regiões Administrativas. O contrato foi assinado entre a NOVACAP e a empresa, e posteriormente houve alteração dos locais a pedido de representantes das Administrações Regionais. Houve local em que essa mudança ocorreu após o início dos trabalhos, o que gerou perda da terraplenagem e atraso na execução. Após a definição dos locais entre Administração Regional e NOVACAP, esses não devem ser alterados, pois implica a alteração do projeto básico Falhas na fiscalização e recebimento de obras

FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE OBRAS

No contrato de execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e passeios na Via R-1 do Guará (Figura 3), os passeios estavam bem feitos, mas durante a sua execução as árvores que estavam no caminho não foram retiradas nem contornadas, o que inviabiliza a plena eficácia de seu uso.

FIGURA 3 – PASSEIOS NO GUARÁ



DATA DO REGISTRO: 11/12/2012

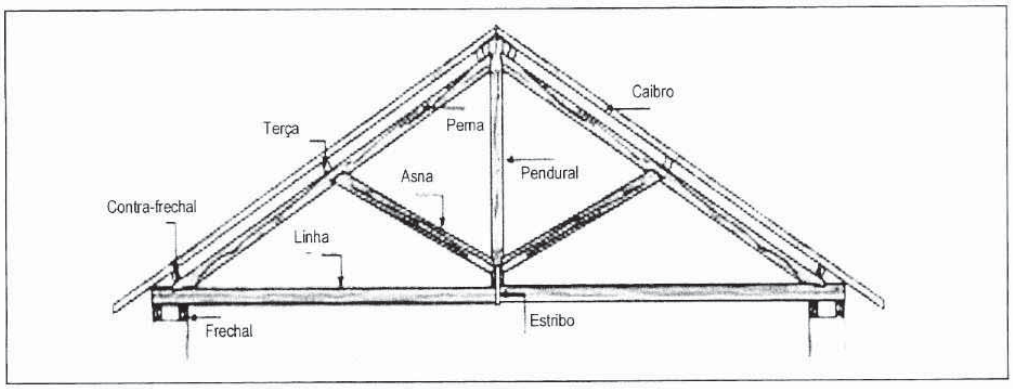
A Administração Regional de Santa Maria construiu um coreto em uma das praças da cidade. O Projeto Básico especificou que a cobertura do coreto teria uma estrutura

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003235

de perfis metálicos constituída de tesouras e terças. As plantas de arquitetura, que fazem parte do Projeto Básico, também demostram a existência de tesouras..

A Figura 4 mostra os componentes de uma tesoura de madeira e seus respectivos nomes. Salienta-se que os mesmos componentes e nomes são utilizados também, nas tesouras metálicas.

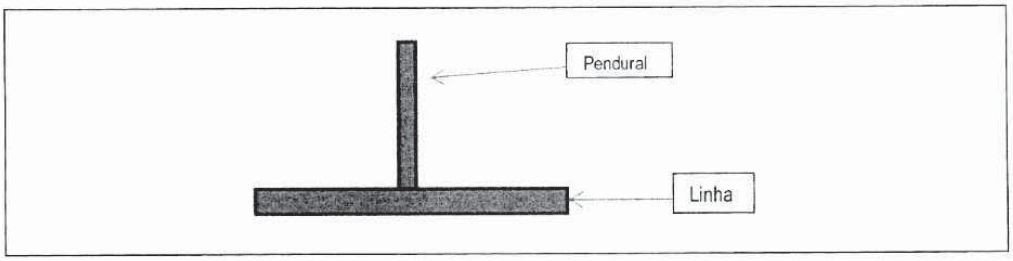
FIGURA 4 – TESOURA E NOMENCLATURA DE SUAS PARTES.



FONTE: HTTP://COISASDAARQUITETURA.WORDPRESS.COM

Contudo, em visita à edificação foi constatado que a estrutura da cobertura do coreto não possuía as referidas tesouras, sendo composta apenas de linha e pendural, conforme a Figura 5.

FIGURA 5 – ESTRUTURA DA COBERTURA DO CORETO.



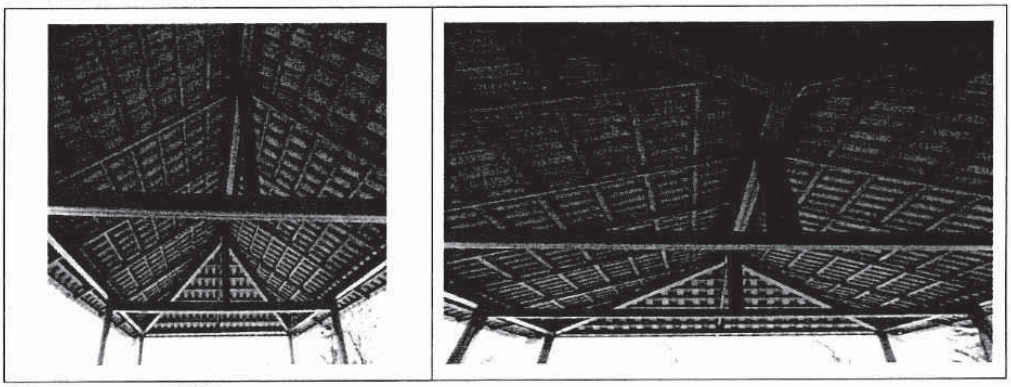
Ademais, como os caibros estão apoiados apenas na linha e na cumeeira[2], faltando as terças no ponto central dos caibros (como consta na Figura 6), poderão ocorrer

[2] Parte mais alta do telhado.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000235-Verso

deformações excessivas, no ponto médio dos caibros, as quais poderão comprometer a eficiência da cobertura, com a ocorrência de retorno da água de chuva, e não há, nos autos, laudo técnico que garanta que tais deformações não ocorrerão.

FIGURA 6 – COBERTURA DO CORETO



DATA DO REGISTRO: 27/08/12

Como a empresa executou a obra sem obedecer ao projeto básico e utilizando menor quantidade de material, presume-se que o custo incorrido tenha sido inferior ao previsto. Ainda assim não houve cálculos e glosas de possíveis diferenças de valores. A despeito dessas ocorrências, houve o recebimento provisório e definitivo da obra. Sobre esse fato, a equipe de auditoria elaborou a Constatação de Auditoria nº 03/2012 – DIFIP/CONEP/CONT/STC, a qual foi incluída na pasta de evidências para as auditorias de conformidade desta Controladoria-Geral.

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

As obras de pavimentação asfáltica em meio urbano estão sujeitas a várias interferências, tais como: limitação de espaço destinado a sua execução, que pode estar ocupado por edificações, calçadas, redes de drenagem pluvial, de esgoto, de água, elétrica, e de dados, o tráfego não previsto de veículos pesados e outros.

O revestimento asfáltico mais comum no Distrito Federal é o tipo concreto asfáltico. Este tipo de revestimento é constituído de agregados graúdo e miúdo (brita e areia), cimento asfáltico de petróleo (CAP) e eventualmente um aditivo muito fino (filler).

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 000236

O dimensionamento das camadas estruturais, o processo executivo cuidadoso, os controles de qualidade dos materiais e da execução, bem como a execução de obras complementares de drenagem pluvial são fundamentais para garantir a vida útil dos pavimentos urbanos.

Analisando-se vários contratos de pavimentação e após visita às obras constatou-se que há falhas recorrentes nos Projetos Básicos. Em geral, não há estudos de viabilidade (caracterização geotécnica do subleito, caracterização física dos materiais a serem utilizados e estudos de contagem de tráfego) para melhor subsidiar os mesmos. Como consequência, observa-se que os pavimentos têm sua vida útil abreviada;

Observa-se também que houve poucos ou nenhum ensaio/teste de controle de qualidade na execução, pois alguns produtos estavam inadequados, especificamente nos revestimentos executados com concreto asfálticos (CBUQ), neste caso não foram realizados ensaios de caracterização física nos agregados graúdos (índice de forma, durabilidade a sulfatos, abrasão Los Angeles, adesividade) e nos miúdos (equivalente de areia).

De acordo com a Instrução Normativa nº 01/2009, elaborada pela Diretoria de Urbanização da NOVACAP, os ensaios de controle de execução ficam a cargo da empresa executora. Entende-se ser temerário deixar a cargo da contratada a realização dos controles, visto que estes testes demandam custo e tempo, e também, necessitam de equipamentos e pessoal especializados para a sua execução. Por isso a empresa não tem interesse em realizá-los.

Dos 47 processos consultados, 37 tiveram termos aditivos de prazo e/ou de valor, 5 se encontravam no início da contratação, 3 estavam em andamento sem termos aditivos e apenas dois foram concluídos sem termo aditivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Considerando-se a recorrência de termos aditivos de prorrogação de prazos e/ou acréscimo de valores e baixa qualidade, tanto dos Projetos Básicos, quanto dos produtos entregues, diante da grande capacidade orçamentária do Programa, avalia-se que os Objetivos Específicos selecionados não foram eficientes.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003236-Verso

IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

As atividades desenvolvidas no âmbito do Objetivo Específico 002, já começaram a produzir benefícios à sociedade. Embora a LUOS e o PPCUB ainda não tenham sido aprovados pela Câmara Legislativa, e o PDL não tenha sido iniciado, houve implantação parcial do PLANDHIS e embora o ZEE ainda não tenha sido foi concluído, já se pode utilizar o Sistema de Informações de Gestão Territorial. O PDOT foi revisto e está em vigor.

Dentro do Objetivo Específico 005, a entrega da Torre de TV Digital trouxe um impacto positivo, mas os outros projetos previstos (Downtown Pousadas e Parque Tecnológico Digital) ainda não foram implantados.

No caso do Objetivo Específico 006, as obras realizadas trazem um benefício imediato à população, contudo, questiona-se a efetividade das ciclovias, pois a equipe de auditoria constatou que, da forma que foram projetadas, não se propiciou o seu uso como via de transporte, e sim como instrumento de lazer. Dessa forma, não foram gerados os impactos positivos esperados no trânsito do Distrito Federal, uma vez que a utilização de bicicletas ainda não se concretizou como uma alternativa aos carros.

Diante do apresentado, avalia-se que os Objetivos Específicos selecionados conseguiram ser parcialmente efetivos, uma vez que não conseguiram utilizar todo o potencial de realizações disponibilizado pelos recursos orçamentários.

V – CONCLUSÃO

Avalia-se que o Programa 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO apresentou eficácia abaixo do previsto e não foi eficiente, mas foi parcialmente efetivo.

Em geral as atividades desenvolvidas trouxeram benefícios diretos à população, no entanto, o desperdício orçamentário verificado e a ineficiência na execução das Ações acabaram por limitar a efetividade observada sob a população do Distrito Federal.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003237

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6209 – ENERGIA

RESUMO

O Programa Temático 6209 – ENERGIA, relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS visa atender integralmente às necessidades de energia, em níveis de qualidade, quantidade e custos compatíveis com as exigências de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal. Sua gestão é de responsabilidade da Companhia Energética de Brasília – CEB e neste ano foi avaliado integralmente. O Programa possui dois Objetivos Específicos, um relacionado à distribuição de gás natural canalizado e outro referente à distribuição de energia elétrica. O Programa apresentou Despesa Autorizada de R$306,2 milhões e despesa liquidada de R$275,4 milhões. A equipe de auditoria identificou a ocorrência de atrasos na condução de licitações, nos licenciamentos ambientais pertinentes, na destinação e regularização dos lotes para a execução das subestações e dos espaços para a passagem das linhas de distribuição. Avalia-se que o Programa apresentou eficácia dentro do previsto e baixa eficiência. As obras/serviços executados são essenciais para melhoria da qualidade de vida da população, entretanto, o aumentos dos índices de DEC e FEC e a não expansão da oferta de Gás Natural Canalizado concorreram para a avaliação de que o Programa não foi efetivo.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6209 – ENERGIA está relacionado ao Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00307-Verso

RECURSOS NATURAIS, de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é: "*atender integralmente às necessidades de energia, em níveis de qualidade, quantidade e custos compatíveis com as exigências de desenvolvimento econômico e social do DF*".

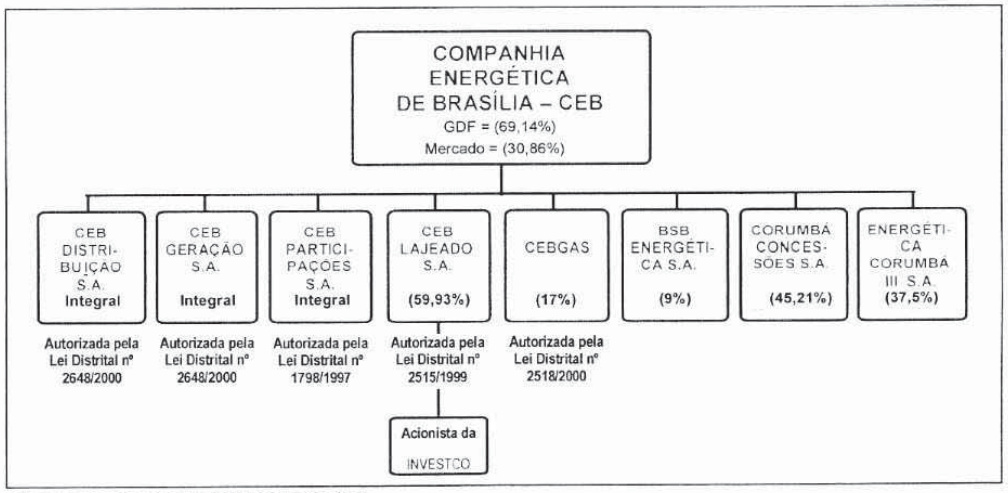
O programa pretende melhorar os indicadores de continuidade e elevar a capacidade de fornecimento de energia, por meio do seccionamento de circuitos longos e da construção de novas subestações e linhas de transmissão, resultando em maior flexibilidade operativa às subestações na distribuição de energia às regiões administrativas do Distrito Federal.

O Programa está sob a responsabilidade da Companhia Energética de Brasília – CEB, que é controladora do Grupo Empresarial CEB, formada por empresas subsidiárias integrais e por empresas coligadas.

As empresas subsidiárias integrais são: CEB GERAÇÃO S/A; CEB DISTRIBUIÇÃO S/A; CEB PARTICIPAÇÕES S/A; CEB LAJEADO S/A.

As empresas coligadas são: CEB GÁS S/A; BSB ENERGÉTICA S/A; CORUMBÁ CONCESSÕES S/A; ENERGÉTICA CORUMBÁ III S/A. A Figura 1 mostra a estrutura empresarial CEB.

FIGURA 1 – ESTRUTURA DO GRUPO EMPRESARIAL CEB



FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CEB, 2012.

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003238

As Unidades Orçamentárias participantes do Programa são apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	
CÓD.	DESCRIÇÃO
09101	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
11103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
11104	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
11105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
11106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO
11108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
11109	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ
11111	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
11112	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ
11113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO
11114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA
11115	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
11116	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO
11117	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS
11118	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL
11119	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO
11120	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
11121	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA
11123	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II
11124	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL
11125	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO
11126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY
11127	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
11128	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II
11131	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
11133	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL
22204	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASILIA - CEB
22210	COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGAS
22211	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
22212	CEB GERAÇÃO S/A

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 21/01/2013

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003238-Verso

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em dois Objetivos Específicos – OEs, apresentados, conforme a Tabela 2, com as suas respectivas Unidades Orçamentárias responsáveis:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO ESPECÍFICO		UO RESPONSÁVEL
001	EXPANDIR A DISTRIBUIÇÃO DO GÁS NATURAL CANALIZADO NO DISTRITO FEDERAL	COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGÁS
002	ATENDER INTEGRALMENTE ÀS NECESSIDADES DOS SEGMENTOS DE MERCADO MEDIANTE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM NÍVEIS DE QUALIDADE, QUANTIDADE E CUSTOS COMPATÍVEIS COM AS EXIGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Os indicadores cadastrados no SIGGO para o Programa Temático 6209 são os constantes na Tabela 3:

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

CÓD.	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO	OBJETIVO ESPECÍFICO
			2012	2013	2014	2015		
787	AUMENTO DO VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO	M³ / DIA	14.000	25.000	35.000	50.000	CEBGAS	001
788	AMPLIAÇÃO DE SUBESTAÇÕES DE TRANSMISSÃO – PINST	MVA	2.612	2.868	3.028	3.188	CEB D	002
789	EXTENSÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO – LTINST	KM	1.115	1.139	1.146	1.149	CEB D	002
790	EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA – RDSINST	KM	2.121	2.163	2.205	2.248	CEB D	002
791	EXTENSÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO AÉREA – RDAINST	KM	14.611	14.762	14.914	15.068	CEB D	002
792	DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC	HORAS	12,11	12,05	12,00	11,95	CEB D	002
793	FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC	Nº INTERRUPÇÕES	12,05	12,00	11,95	11,90	CEB D	002
794	LIGAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS – UCLIG	UNIDADE	913.682	944.747	978.758	1.013.015	CEB D	002

FONTE: SIGGO/PPA2102 - 2015

Para a consecução dos objetivos do Programa, foram elencadas no PPA as Ações Orçamentárias que constam na Tabela 4:

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1133	IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
1763	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003239

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1768	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A DISTRIBUIÇÃO DE GÁS
1836	AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SO)
3094	AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS DE ENERGIA
3164	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS MECÂNICOS DAS UNIDADES GERADORAS
3170	MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS DAS UNIDADES GERADORAS
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
7046	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS
8507	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

As legislações específicas que regulamentam o programa estão apresentadas na Tabela 5:

TABELA 5 – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ASSOCIADA AO PROGRAMA TEMÁTICO

TIPO	ORIGEM	NÚMERO	DATA	EMENTA
LEI	FEDERAL	9.991	24/07/2000	DISPÕE SOBRE REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA POR PARTE DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E AUTORIZADAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RESOLUÇÃO	ANEEL	456	29/11/2000	ESTABELECE, DE FORMA ATUALIZADA E CONSOLIDADA, AS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
DECRETO	FEDERAL	3.867	16/07/2001	REGULAMENTA A LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO 2000
LEI	FEDERAL	10.848	15/03/2004	DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
DECRETO	FEDERAL	5.163	30/07/2004	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, O PROCESSO DE OUTORGA DE CONCESSÕES DE AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Na Tabela 6 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Unidade Orçamentária presente no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. As descrições das Unidades Orçamentárias encontram-se na Tabela 1.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
09101	0	0,0	45.266.521	28,5	-	45.266.521	28,9	100,0	38.738.645	28,2	85,6	85,6
11101	94.154.634	63,7	77.654.883	48,9	82,5	76.953.846	49,1	99,1	76.953.846	56,1	100,0	99,1

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003239-Verso

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11103	10.000	0,0	5.000	0,0	50,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11104	273.000	0,2	12.500	0,0	4,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11105	200.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11106	100.000	0,1	700.000	0,4	700,0	699.745	0,4	100,0	0	0,0	0,0	0,0
11107	260.000	0,2	250.000	0,2	96,2	154.457	0,1	61,8	154.457	0,1	100,0	61,8
11108	27.250	0,0	479.478	0,3	1759,5	461.761	0,3	96,3	14.895	0,0	3,2	3,1
11109	10.000	0,0	200.000	0,1	2000,0	193.211	0,1	96,6	33.211	0,0	17,2	16,6
11111	840.000	0,6	1.011.178	0,6	120,4	1.010.188	0,6	99,9	973.944	0,7	96,4	96,3
11112	570.000	0,4	515.000	0,3	90,4	514.988	0,3	100,0	500.000	0,4	97,1	97,1
11113	10.000	0,0	563.000	0,4	5629,9	530.384	0,3	94,2	0	0,0	0,0	0,0
11114	435.000	0,3	638.461	0,4	146,8	638.444	0,4	100,0	487.835	0,4	76,4	76,4
11115	100.000	0,1	50.000	0,0	50,0	50.000	0,0	100,0	0	0,0	0,0	0,0
11116	40.000	0,0	24.601	0,0	61,5	24.601	0,0	100,0	14.372	0,0	58,4	58,4
11117	78.000	0,1	249.858	0,2	320,3	246.033	0,2	98,5	46.033	0,0	18,7	18,4
11118	40.000	0,0	62.726	0,0	156,8	62.453	0,0	99,6	0	0,0	0,0	0,0
11119	0	0,0	200.000	0,1	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11120	110.000	0,1	106.414	0,1	96,7	102.531	0,1	96,4	0	0,0	0,0	0,0
11121	10.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11123	35.000	0,0	145.107	0,1	414,6	145.101	0,1	100,0	145.101	0,1	100,0	100,0
11124	10.000	0,0	152.357	0,1	1523,6	149.273	0,1	98,0	92.951	0,1	62,3	61,0
11125	15.000	0,0	7.500	0,0	50,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11126	15.000	0,0	175.000	0,1	1166,7	147.217	0,1	84,1	0	0,0	0,0	0,0
11127	20.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11128	300.000	0,2	300.000	0,2	100,0	260.079	0,2	86,7	78.446	0,1	30,2	26,1
11131	25.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11133	47.820	0,0	25.784	0,0	53,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22101	50.176.361	33,9	30.033.466	18,9	59,9	29.080.662	18,6	96,8	19.001.769	13,8	65,3	63,3
TOTAL	**147.912.065**		**158.828.835**		**107,4**	**156.691.494**		**98,7**	**137.235.506**		**87,6**	**86,4**

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

Observa-se que, das 29 unidades orçamentárias apenas três, 09101 – Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal, 11101 – Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal e 22101 – Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, tiveram mais de 1% de participação na Despesa Autorizada total do Programa.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000240

Cabe ressaltar que os valores autorizados à Secretaria de Estado da Casa Civil e à Secretaria de Estado de Governo destinaram-se ao fornecimento de energia e à manutenção do sistema de iluminação pública do DF.

A Secretaria de Estado de Obras utilizou o recurso na ampliação do sistema de iluminação pública do DF de duas formas: por meio de descentralização de crédito para que diversas Administrações Regionais contratassem a CEB para executar serviços eventuais; e, por meio de contratação direta da CEB.

Na Tabela 7 é apresentada a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Ação constante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Ressalta-se que as descrições das ações encontram-se na Tabela 4.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1133	200.000	0,1	35.938	0,0	18,0	35.937	0,0	100,0	0	0,0	0,0	0,0
1763	49.886.611	33,7	33.690.521	21,2	67,5	33.159.442	21,2	98,4	21.273.358	15,5	64,2	63,1
1836	3.592.820	2,4	2.180.972	1,4	60,7	1.275.747	0,8	58,5	269.656	0,2	21,1	12,4
8507	94.232.634	63,7	122.921.404	77,4	130,4	122.220.367	78,0	99,4	115.692.492	84,3	94,7	94,1
TOTAL	147.912.065		158.828.835		107,4	156.691.494		98,7	137.235.506		87,6	86,4

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa Temático

Na Tabela 8 constam os valores orçamentário-financeiros do orçamento de investimento executados pela CEB e suas coligadas e subsidiárias. Novamente, ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 8 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	EXECUTADO (C)		(C/B)
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*	
22204	5.000.000	1,2	5.000.000	3,4	100,0	1.157	0,0	0,0
22210	2.000.000	0,5	2.000.000	1,4	100,0	76.000	0,1	3,8
22211	404.033.000	97,7	137.784.772	93,5	34,1	137.784.772	99,7	100,0
22212	2.607.000	0,6	2.607.000	1,8	100,0	287.700	0,2	11,0
TOTAL	413.640.000		147.391.772		35,6	138.149.629		93,7

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 16/05/2012.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000240-Verso

Percebe-se que 93,5% da Despesa Autorizada ficou concentrada na CEB Distribuição (UO 22211).

Na Tabela 9 é apresentada a execução do Orçamento de Investimentos por Ação Orçamentária. A descrição das Ações encontra-se na Tabela 4.

TABELA 9 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO POR AÇÃO **R$1,00**

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	EXECUTADO (C)		(C/B)
	VALOR	% *	VALOR	% *		VALOR	% *	
1133	404.033.000	97,7	137.784.772	93,5	34,1	137.784.772	99,7	100,0
1768	1.000.000	0,2	1.000.000	0,7	100,0	0	0,0	0,0
3094	5.000.000	1,2	5.000.000	3,4	100,0	1.157	0,0	0,0
3164	1.303.500	0,3	1.303.500	0,9	100,0	143.835	0,1	11,0
3170	1.303.500	0,3	1.303.500	0,9	100,0	143.865	0,1	11,0
7046	1.000.000	0,2	1.000.000	0,7	100,0	76.000	0,1	7,6
TOTAL	413.640.000		147.391.772		35,6	138.149.629		93,7

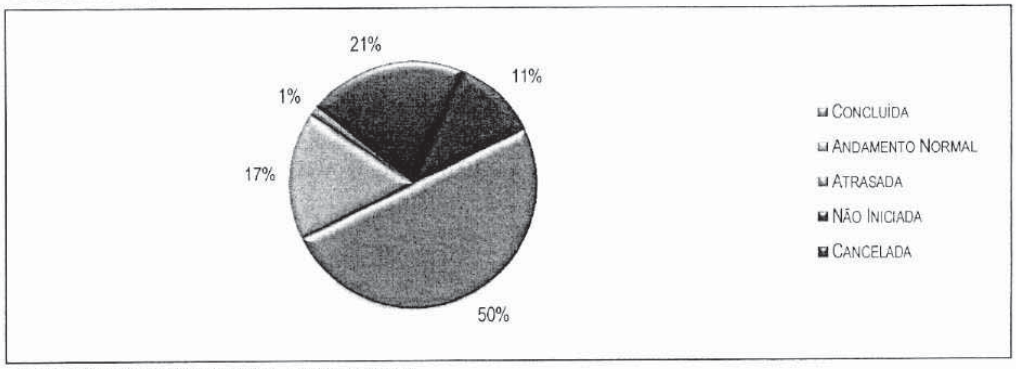
FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 21/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa Temático

I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG é utilizado para cadastrar as etapas do Programa Temático, que são atualizadas bimestralmente, dentro de cada subtítulo, com a finalidade de registrar o planejamento da unidade quanto à execução física e permitir seu acompanhamento. A Figura 2 apresenta a estatística do estágio das etapas cadastradas para o Programa, ao final do exercício de 2012.

FIGURA 2 – ESTATÍSTICA DOS ESTÁGIOS DAS ETAPAS DO PROGRAMA TEMÁTICO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6ºBIMESTRE/2013

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000241

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

O período de realização da auditoria iniciou-se em maio de 2012 e terminou em fevereiro de 2013. Inicialmente, pesquisaram-se no SAG as obras/serviços em execução pelo programa. A seguir, consultaram-se os processos (contratos) relativos aos serviços/obras nos órgãos executores. Após tomar conhecimento do objeto do contrato e da fase de execução da obra procederam-se as visitas às obras.

Para a avaliação da eficácia utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa – IE, considerando-se a realização das Etapas cadastradas no SAG e os valores de Dotação Inicial e de Despesa Autorizada.

Como parâmetros para medir a eficiência verificaram-se a qualidade da execução dos produtos gerados e a correlação com os objetivos do programa, bem como o custo efetivamente pago em relação ao valor inicialmente contratado e o prazo de execução.

Uma vez que o objetivo geral do Programa traz a expressão "*níveis de qualidade*", a análise da efetividade será feita com base nos indicadores 792 – DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC e 793 – FREQUENCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC.

III – RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados das análises da eficácia, da eficiência e da efetividade são apresentados a seguir.

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

A Tabela 10 apresenta a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa – IE, tendo como parâmetro a realização física das Etapas cadastradas no SAG e os recursos orçamentários associados às Ações.

TABELA 10 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO(1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1133	100,0%	100,0%	404.233.000	137.820.710	542.053.710	62,5%	62,4%
1763	4,9%	4,9%	49.886.611	33.690.521	83.577.132	9,6%	0,5%

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000241-Verso

TABELA 10 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1768	0,0%	0,0%	1.000.000	1.000.000	2.000.000	0,2%	0,0%
1836	11,6%	11,6%	3.592.820	2.180.972	5.773.792	0,7%	0,1%
3094	0,0%	0,0%	5.000.000	5.000.000	10.000.000	1,2%	0,0%
3164	0,0%	0,0%	1.303.500	1.303.500	2.607.000	0,3%	0,0%
3170	0,0%	0,0%	1.303.500	1.303.500	2.607.000	0,3%	0,0%
7046	0,0%	0,0%	1.000.000	1.000.000	2.000.000	0,2%	0,0%
8507	100,0%	100,0%	94.232.634	122.921.404	217.154.038	25,0%	25,0%
TOTAL	-	-	561.552.065	306.220.607	867.772.672[2]	100,0%	88,0%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013
[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Constata-se na Tabela 10 que, apesar da maioria das ações não ter tido realização, o resultado obtido para o IE foi de 88%, valor que aponta para uma avaliação de eficácia dentro do previsto.

Observa-se que o valor calculado foi decorrente da execução das Ações 1133 – IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e 8507 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, que, em conjunto, contribuíram com 87,4 pontos percentuais no resultado final.

As principais razões que dificultaram a efetivação das metas previstas no programa, segundo a unidade executora, foram:

- demora na realização das licitações;
- dificuldade para obtenção da destinação, reserva e regularização dos lotes e/ou espaços para implantação das subestações e passagem das linhas de distribuição;
- entraves para obtenção dos licenciamentos ambientais quando situados nas áreas de preservação;
- limitação de recursos orçamentários;
- grau de endividamento da CEB.

No PPA 2012/2015, as metas e os indicadores de desempenho do Programa Temático foram estabelecidos por Objetivos Específicos 001– EXPANDIR A DISTRIBUIÇÃO DO GÁS NATURAL CANALIZADO NO DISTRITO FEDERAL e 002 - ATENDER INTEGRALMENTE ÀS

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000242

NECESSIDADES DOS SEGMENTOS DE MERCADO MEDIANTE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM NÍVEIS DE QUALIDADE, QUANTIDADE E CUSTOS COMPATÍVEIS COM AS EXIGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL.

O Objetivo Específico 001 deveria ter sido executado por meio das Ações 1768 – IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS e 7046 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS. Porém, em 2012, não aconteceu nenhuma execução física; pois não se executou o gasoduto, principal produto do Objetivo Específico, bem como não se implantou o sistema de armazenagem de gás. Segundo a CEBGAS, também não se cumpriu a meta de instalação do terceiro posto de distribuição de gás natural em decorrência da falta de regulamentação do art. 5° da Lei Complementar n° 755/2008.

Atualmente existem dois pontos de distribuição desse combustível, implantados nos anos de 2007 e 2008. Com a intenção de se implantar novos pontos, foram cadastradas no Subtítulo 0001 da Ação 7046 as seguintes etapas:

- 0008 – IMPLANTAR A INFRA ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS DA CEBGAS
- 0009 – IMPLANTAR SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

No campo "Etapa realizada" das referidas etapas da Ação foram preenchidas, respectivamente, as seguintes informações: "Infra estrutura implantada" e "Rede de gás implantada". Contudo, verifica-se que a realização informada não condiz com a realidade visto que ainda não foi implantado um terceiro ponto. Para isso, é necessária a regulamentação do art. 5° da Lei Complementar nº 755 de 29 de janeiro de 2008, que trata de concessão de áreas para a instalação desses pontos, e que ainda não está em vigor. Ademais, para se atingir esse desiderato, falta a liberação do terreno por parte do GDF.

Já o Objetivo Específico 002 contém seis ações, e também contempla o maior volume de recursos disponibilizados. A Tabela 11 apresenta as ações e a sua execução, ao longo do ano de 2012.

TABELA 11 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES

AÇÃO	EXECUÇÃO
1133 – IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CEB DISTRIBUIÇÃO E TERRACAP)	MELHORIAS NAS SUBESTAÇÕES, AMPLIAÇÃO DAS REDES MONOFÁSICA E TRIFÁSICA E INSTALAÇÃO DE TRAFOS, POSTES E DUTOS;
1763 – AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (SO, SEG, CASA CIVIL E RAS)	ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA TORRE DE TV DIGITAL; ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PASSARELA SUBTERRÂNEA DO EIXO RODOVIÁRIO NORTE E SUL; ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE DIVERSOS LOCAIS EM BRAZLÂNDIA.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003242-Verso

TABELA 11 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES

AÇÃO	EXECUÇÃO
1836 – AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (RAS)	AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PÓLO JK E QUADRAS DE ESPORTES EM SANTA MARIA; AMPLIAÇÃO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS PONTOS DE BRAZLÂNDIA EM SAMAMBAIA
3023 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SO)	SEM EXECUÇÃO.
3094 – AMPLIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS DE ENERGIA (CEB)	SEM EXECUÇÃO.
3164 – MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS MECÂNICOS DAS UNIDADES GERADORAS (CEB GERAÇÃO)	SEM EXECUÇÃO.

FONTE: RESPOSTAS DE SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Conforme comentado no tópico anterior, o Objetivo Específico 001, que trata da expansão da distribuição de gás natural, não foi alcançado, sendo que a única aplicação de recurso, feita pela CEBGAS, foi na aquisição de um medidor de vazão de gás natural para um ponto de distribuição localizado na Candangolândia, no valor de R$ 76.000,00. Portanto, verifica-se que atuação do OE 001 não foi eficiente, uma vez que não realizou serviços que contribuíssem para o alcance da meta e ainda assim consumiu recursos financeiros.

A análise da eficiência do Objetivo Específico 002 utilizou como parâmetro a qualidade dos serviços prestados.

A ANEEL publicou, pela primeira vez, o ranking das distribuidoras de energia do país referente à qualidade do serviço prestado, com dados relativos a 2011. A elaboração teve como base o Desempenho Global de Continuidade – DGC, formado a partir da comparação dos valores apurados de DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC e FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC das distribuidoras em relação aos limites estabelecidos pela ANEEL. As distribuidoras mais bem colocadas são aquelas que possuem, na média, melhor continuidade do serviço em relação às demais.

Das 33 distribuidoras com mercado anual de energia acima de 1 terawatt-hora (TWh), a CEB ficou em vigésimo sétimo lugar, o que demonstra a baixa qualidade dos serviços prestados em 2011.

O ano de 2012 foi marcado pelas frequentes e longas interrupções no fornecimento de energia elétrica. Tanto o DEC quanto o FEC, obtiveram os piores índices dos últimos cinco anos, conforme demonstrado na Tabela 12.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003243

TABELA 12 –ÍNDICES DESEJADOS E ALCANÇADOS PARA O DEC E PARA O FEC

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	RESULTADO	ANO				
CÓD.	DESCRIÇÃO			2008	2009	2010	2011	2012
792	DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC	HORAS	DESEJADO	13,00	12,06	12,20	11,80	12,11
			ALCANÇADO	16,27	17,52	15,23	15,68	19,45
793	FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC	Nº DE INTERRUPÇÕES	DESEJADO	11,30	11,10	10,90	10,70	12,05
			ALCANÇADO	16,93	16,31	15,15	13,05	17,24

FONTE: SIGGO/PPA/INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO
2008 A 2011 – PROGRAMA 4200 2012 – PROGRAMA 6209

Segundo a unidade gestora do programa, os motivos das frequentes interrupções de energia elétrica para os consumidores são decorrentes da falta de investimento ao longo dos anos, que não alcançou o aumento da demanda, e consequentemente, acarretou uma sobrecarga nas subestações fazendo-as funcionarem no limite máximo permitido.

A previsão para o fim das interrupções ocorrerá com a execução das subestações relacionadas na Tabela 13, com conclusão prevista para o final de 2013, onde serão investidos cerca de R$231milhões.

TABELA 13 – SUBESTAÇÕES EM OPERAÇÃO E/OU EM EXECUÇÃO

SUBESTAÇÕES	CONCLUSÃO PREVISTA	REGIÕES BENEFICIADAS	CONSUMIDORES BENEFICIADOS
BANDEIRANTE SUL	11/2012 (EM OPERAÇÃO)	RIACHO FUNDO, NÚCLEO BANDEIRANTE, RECANTO DAS EMAS E ÁGUAS CLARAS	45.000
SAMAMBAIA OESTE	02/2013	SAMAMBAIA, MONJOLO E CEILÂNDIA SUL	25.000
CIDADE DIGITAL	04/2013	LAGO NORTE, POLO TECNOLÓGICO E CIDADE DIGITAL	5.000 E OS GRANDES CONSUMIDORES
ESTÁDIO NACIONAL	04/2013	SETOR HOTELEIRO NORTE, ASA NORTE, ASA SUL, SETOR HOTELEIRO SUL	45.000
HÍPICA	04/2013	SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL, LAGO SUL E AEROPORTO JK	45.000
NOROESTE	10/2013	SETOR NOROESTE	45.000

FONTE: RESPOSTA DE S.A.

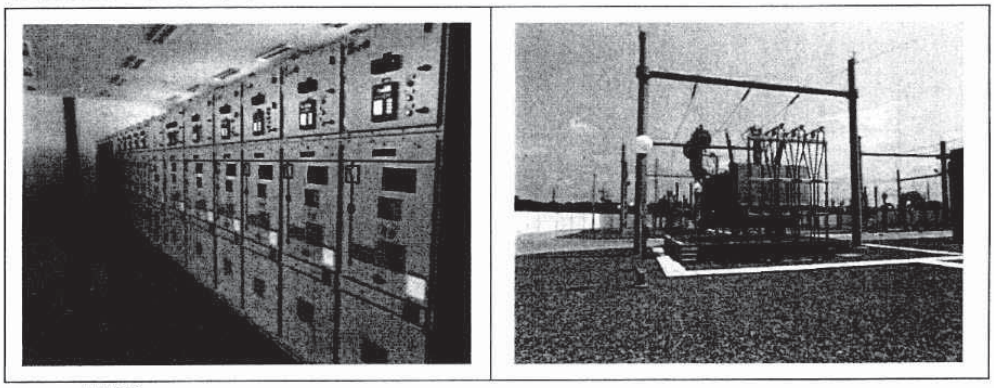
Em resposta a questionamentos dirigidos à CEB, esta informou que a execução das subestações vai diminuir consideravelmente as interrupções de energia para os consumidores residenciais e comerciais, bem como melhorar a capacidade de operacionalização do metrô e permitir a sua expansão.

Várias obras estavam atrasadas e necessitaram de aditivo contratual de prorrogação de prazo. Como exemplo tem-se a construção da Subestação Bandeirante Sul (Figura 3). A assinatura do Contrato ocorreu em 4/4/2011, mas as obras só puderam ser

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00243-Verso

iniciadas em 6/7/2011, devido à demora da TERRACAP em demarcar o lote. A referida subestação e a Linha de Distribuição que interliga a Subestação Samambaia à Subestação Bandeirante Sul foram inauguradas em novembro de 2012.

FIGURA 3 – SUBESTAÇÃO BANDEIRANTE SUL



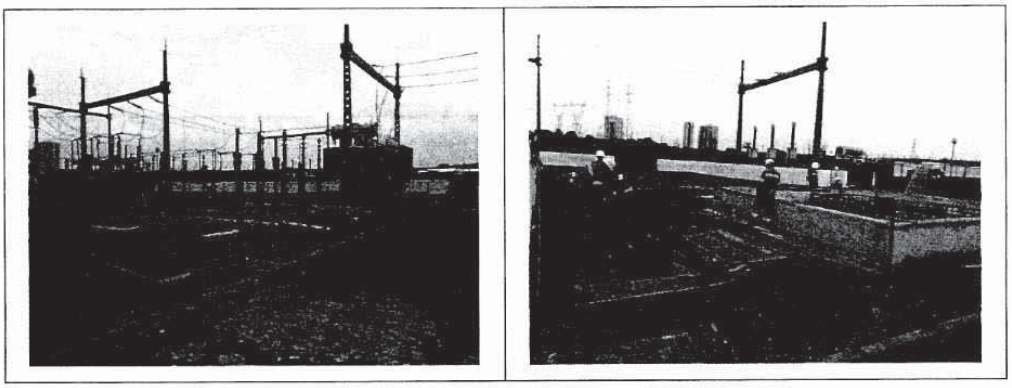
REGISTRO: 11/10/12.

Na implantação da linha de distribuição de energia elétrica que interliga as subestações Santa Maria e Mangueiral também houve descumprimento de prazos devido a necessidade de novo levantamento topográfico, mudança no projeto de fundações, indefinição por parte do DNIT e pendências que cabiam a CEB resolver como, autorização de passagem, relocação e/ou retirada de rede de distribuição 13,8Kv, entre outras.

Atrasos também se deram no serviço de construção civil e montagem eletromecânica de transformador de 138kv na subestação Águas Claras (Figura 4). O contrato foi assinado em 13/12/11 e previa a execução em 300 dias. A equipe de Auditoria visitou o local após esse prazo e constatou que o serviço estava no início, pois ainda não haviam sido concretadas as vigas baldrame que irão sustentar o transformador. Nesse caso, a morosidade é de responsabilidade da empresa contratada. O metrô de Águas Claras é abastecido pela referida subestação e o acréscimo desse transformador aumentará sua capacidade em 33%, possibilitando a elevação da quantidade de veículos sobre trilhos e desafogando esse sistema de transporte metroviário.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003244

FIGURA 4 -SUBESTAÇÃO DE ÁGUAS CLARAS



REGISTRO EM 11/10/12.

Com relação à geração de energia, a CEB Geração possui duas usinas no DF, uma térmica, movida a óleo diesel e com capacidade de geração de 10 MVA, e uma hidrelétrica no lago Paranoá, com capacidade de 30 MVA.

Quanto à usina do Paranoá, seus componentes já esgotaram a vida útil e os equipamentos estão obsoletos, o que dificulta a reposição de peças e amplia a incidência de defeitos e falhas. Para resolver essa situação, a CEB Geração contratou empresa de engenharia para elaborar o Projeto Básico de modernização da usina e fiscalizar a execução das obras a serem realizadas, com o objetivo de garantir o padrão de qualidade estabelecido no Projeto Básico.

III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Os índices obtidos para os indicadores 792 – DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC e 793 – FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC mostram que a duração e a frequência da interrupção aumentaram no exercício de 2012, o que gerou constantes transtornos à população do DF. Dessa forma, observa-se que o Programa não conseguiu *"atender integralmente às necessidades de energia, em níveis de qualidade, quantidade"*, conforme previsto no seu Objetivo Geral.

Verifica-se também que nada foi realizado para expandir a oferta de Gás Natural Canalizado, privando a população do Distrito Federal de contar com essa fonte de energia para os segmentos industrial, comercial, residencial e automotivo.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00244-Verso

Diante do exposto avalia-se que o Programa Temático 6209 – ENERGIA não foi efetivo.

IV – CONCLUSÃO

Avalia-se que o Programa 6209 – ENERGIA teve eficácia dentro do previsto, baixa eficiência e não foi efetivo.

A eficácia dentro do previsto foi decorrente da total execução das ações 1133 – IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e 8507 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Quanto à baixa eficiência, esse nível foi decorrente de vários fatores: a falta de planejamento materializada pela dificuldade de atender a demanda crescente e de coordenação entre os diversos órgãos públicos, bem como os atrasos na execução de obras.

Em relação a efetividade essa ficou comprometida pela baixa qualidade dos serviços prestados que são refletidos nos índices DEC e FEC e pela não expansão da oferta de Gás Natural Canalizado à população do DF.

SEI_ PROC 039 /2013 Folha Nº 003245

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

RESUMO

Foi auditado, no exercício de 2012, o PROGRAMA TEMÁTICO 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS que tem por objetivo *"Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante Ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental"*. O Programa está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, tendo a execução de suas Ações sob a responsabilidade da própria Secretaria e do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal – FUNAM, Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB, Jardim Botânico de Brasília – JBB, Secretaria de Obras do Distrito Federal – SO, Administração Regional de Brasília – RA-XII e Administração Regional do Park Way – RA-XXIV. Foi estruturado em doze Objetivos Específicos, trinta Ações, quarenta e seis Subtítulos e oitenta Etapas de execução. Apresentou, no exercício de 2012, Despesa Autorizada de R$21,4 milhões e valor empenhado de R$6,4 milhões. Em virtude da falta de estruturação de órgãos ou conselhos, não execução de contratos por parte das empresas prestadoras de serviços, deficiência de pessoal técnico e/ou servidores efetivos nos órgãos e entidades públicas, atraso na análise e restrição de envio dos processos licitatórios ao órgão competente e morosidade na apuração de fonte de recurso do exercício pela secretaria responsável, o Programa teve comprometida a análise de eficiência e sua eficácia ficou abaixo da prevista.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000245-Verso

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS consta do Plano Plurianual 2012/2015 – PPA e integra o Macrodesafio – AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é, conforme o Anexo II do PPA 2012/2015, "*Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante Ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental*".

As Unidades Orçamentárias participantes são apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA
11103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	RA – XII
11126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	RA – XXIV
21101	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL	SEMARH
21106	JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	JBB
21206	AGÊNCIA REGULADORA DE ÀGUAS ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL	ADASA
21207	FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA	FJZB
21208	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – BRASÍLIA AMBIENTAL	IBRAM
21901	FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	FUNAM
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	SO

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em doze Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir com as respectivas Unidades Orçamentárias responsáveis:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO ESPECÍFICO		UO RESPONSÁVEL
0001	FORMULAR POLÍTICAS NAS ÁREAS DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, RESÍDUOS SÓLIDOS, SANEAMENTO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SAÚDE AMBIENTAL E CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS NA ÁREA DO DISTRITO FEDERAL	SEMARH
0002	PROPOR, ORGANIZAR, FOMENTAR E COORDENAR SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E BANCOS DE DADOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL	SEMARH

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 000246

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO	UO RESPONSÁVEL
0003	FINANCIAR PROJETOS COM VISTAS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL	FUNAM
0004	PRESERVAR E CONSERVAR OS RECURSOS NATURAIS DO BIOMA CERRADO REDUZINDO OS INCÊNDIOS FLORESTAIS, CATALOGANDO, MANEJANDO E PRODUZINDO MUDAS DAS ESPÉCIES NATIVAS, RECUPERANDO E CONSTRUINDO INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DAS COLEÇÕES CIENTÍFICAS E PREPARANDO AMBIENTE PARA ACOLHIMENTO DO PÚBLICO DA COPA DO MUNDO DE 2014	JBB
0005	TORNAR O JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA UM CENTRO DE REFERÊNCIA DO BIOMA CERRADO	JBB
0006	AMPLIAR E REESTRUTURAR A REDE DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS, VISANDO À REGULARIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS	ADASA
0007	PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL HÍDRICA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO DF, INTEGRADA AOS SISTEMAS ALTERNATIVOS DE SANEAMENTO, COM VISTAS À MELHORIA DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL	ADASA
0008	APRIMORAR OS SERVIÇOS CONSERVACIONISTAS E EDUCATIVOS DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, POR MEIO DE SUA REESTRUTURAÇÃO, CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES E MELHORIA AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO VISITANTE	FJZB
0009	MITIGAR E CONTROLAR OS RISCOS DE DANOS AO MEIO AMBIENTE, OCASIONADOS POR ACIDENTES E PELA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS E POTENCIALMENTE POLUIDORAS	IBRAM
0010	PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	IBRAM
0011	GERAR INFORMAÇÕES PARA SUPORTE À GESTÃO AMBIENTAL E ÀS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL	IBRAM
0012	PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS E O MANEJO DE RECURSOS FLORESTAIS DO DISTRITO FEDERAL	IBRAM

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Os indicadores cadastrados no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo para o Programa 6210 são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO	OBJETIVO ESPECÍFICO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015		
1009	LEGISLAÇÃO AMBIENTAL REVISADA E ATUALIZADA	UNIDADE			3	3	3	3	SEMARH	0001
1010	PERCENTUAL DE INSTRUMENTOS LEGAIS PROPOSTOS E CONSOLIDADOS	%			2	3	3	2	SEMARH	0001
1011	SIG IMPLANTADO	UNIDADE			1	-	-	-	SEMARH	0002
1013	EDITAIS LANÇADOS	UNIDADE	1	31/12/10					SEMARH	0003
1014	PROJETOS APOIADOS	UNIDADE	1	31/12/10					SEMARH	0003
1015	ÁREA DEGRADADA RECUPERADA DO JBB E EEJBB	UNIDADE	-	31/12/10	10	10	35	35	JBB	0004
1016	ESPÉCIE CATALOGADA (FAUNA E FLORA)	%	50%	31/12/10	55%	60%	70%	80%	JBB	0004
1017	MANEJO DE ESPÉCIE AMEAÇADA DE EXTINÇÃO	UNIDADE	-	30/6/11	1	1	2	2	JBB	0004

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003246-Verso

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO	OBJETIVO ESPECÍFICO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015		
1018	PRODUÇÃO DE MUDAS	UNIDADE	7000	30/6/11	56000	107000	159000	210000	JBB	0004
1019	MANEJO DAS COLEÇÕES	UNIDADE	2	30/6/11	3	5	6	8	JBB	0004
1020	REPRODUÇÃO IN VITRO DE ESPÉCIES NATIVAS E HÍBRIDAS	UNIDADE	14	30/6/10	16	18	20	22	JBB	0004
1022	AUMENTO DE VISITAÇÃO	%	100%	30/6/11	10%	10%	40%	15%	JBB	0005
1023	IAGRH - INDICADOR ADASA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	%	-	-	0,336	0,567	0,737	0,869	SRH/ADASA	0006
1024	IRRH - ÍNDICE DE REGULARIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	%	-	-	0,109	0,197	0,269	0,329	SRH/ADASA	0006
1025	IFRH - ÍNDICE DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	%	-	-	0,227	0,37	0,468	0,54	SRH/ADASA	0006
1026	IAQR - INDICADOR ADASA DE QUALIDADE REGULATÓRIA	%	8,72%	31/12/10	9,15	9,61	10,09	10,59	SRH/ADASA	0006
1027	IES - ÍNDICE DE ENVOLVIMENTO SOCIAL	%	7,40%	31/12/10	7,77	8,15	8,57	8,99	NAC/ADASA	0006
1028	IQT - ÍNDICE DE QUALIDADE TÉCNICA	%	0,66%	31/12/10	0,69	0,73	0,76	0,8	SRH/ADASA	0006
1029	INDICADOR DE EFETIVIDADE DA CAPACITAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO SOCIAL - IECMS	UNIDADE	-	-	-	33,33	66,66	100	ADASA	0007
1030	INDICADOR DE EFICÁCIA DA CAPACITAÇÃO EM METODOLOGIA PERMACULTURAL - IECMP	%	-	-	-	33,33	33,33	33,33	ADASA	0007
1031	INDICADOR DA EFICIÊNCIA DA CAPACITAÇÃO - IEC	%	-	-	-	20%	40%	60%	ADASA	0007
1032	INDICADOR DA EFICÁCIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - IEEA	%	-	-	18,9	22,8	26,6	31,7	ADASA	0007
1033	NÚMERO DE VISITAS VINCULADAS AOS PROGRAMAS EDUCATIVOS	PESSOA	106.425	31/12/10	120000	130000	135000	140000	FJZB	0008
1034	NÚMERO DE PÚBLICO PAGANTE	PESSOA	194.299	31/12/10	300000	400000	900000	600000	FJZB	0008
1035	RECINTOS CONSTRUÍDOS	M2	-	-	6000	2750	13000	3600	FJZB	0008
1036	PROCEDIMENTO FISCALIZATÓRIO	UNIDADE	1.232	31/12/10	4480	7128	7920	7920	IBRAM	0009
1037	PARECER LICENCIAMENTO	UNIDADE	932	31/12/10	1540	2200	2640	2640	IBRAM	0009
1038	ÍNDICE EMPREENDIMENTOS COM PROCESSO DE LICENCIAMENTO SOBRE TOTAL DE EMPREENDIMENTOS COM ATIVIDADES LICENCIÁVEIS	%	30%	31/12/10	44%	58%	72%	85%	IBRAM	0009
1039	MULTIPLICADORES CAPACITADOS	PESSOA	880	30/6/11	1350	1850	2350	2850	IBRAM	0010
1040	AGENDAS AMBIENTAIS IMPLANTADAS	UNIDADE	3	30/6/11	6	10	13	15	IBRAM	0010

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003247

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO	OBJETIVO ESPECÍFICO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015		
1041	TERMOS DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDOS	UNIDADE	1	30/6/11	2	4	6	8	IBRAM	0010
1042	PONTOS DE MONITORAMENTO AMPLIADOS	UNIDADE	34	30/6/11	45	65	85	104	IBRAM	0011
1043	TEMAS IMPLANTADOS NO SISTEMA	UNIDADE	-	30/6/11	2	4	6	8	IBRAM	0011
1044	UC-USO IMPLANTADAS	UNIDADE	15	30/5/11	17	20	25	30	IBRAM	0012
1045	UC-INT CONSERVADAS	UNIDADE	1	31/5/11	5	10	15	20	IBRAM	0012
1046	ÍNDICE MUDAS PLANTADAS OU PAGAS SOBRE TOTAL MUDAS DEVIDAS COMPENSAÇÃO FLORESTAL	%	5	31/12/10	15	25	35	50	IBRAM	0012

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Para a consecução dos objetivos do Programa, foram contempladas no Anexo II do PPA as seguintes Ações Orçamentárias.

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1142	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
1262	BRASIL SEMPRE VERDE
1766	CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLÓGICO
2932	PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA
3070	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
3092	IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS
3129	REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS
3210	EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL
3212	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
3221	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
3489	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
3743	FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS
3983	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS
4086	ASSISTÊNCIA A ANIMAIS
4089	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003247-Verso

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
4094	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS
4095	REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
4096	REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
4097	INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS
4098	PRESERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E RECURSOS FLORESTAIS
4099	ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS
4100	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL
4112	REALIZAÇÃO DE EXPEDIÇÕES
4113	PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO
4135	FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
4235	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
5183	REVITALIZAÇÃO DE PARQUES

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

A legislação específica que dá suporte a cada órgão ou entidade responsável pela execução das Ações encontra-se detalhada na Tabela 5 a seguir.

TABELA 5 – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

U. O.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
ADASA	▪ Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 – Reestrutura a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF, dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos do Distrito federal e dá outras providências. ▪ Lei nº 3552/2005 - Altera dispositivos da Lei nº 3.365, de 16 de junho de 2004, que Cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF e dá outras providências.
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO	▪ Lei nº 1996/1998 - Cria a estrutura organizacional e de cargos na Fundação Pólo Ecológico de Brasília. ▪ Lei nº 1813/1997 - Dispõe sobre a instituição da Fundação Pólo Ecológico de Brasília. ▪ Lei nº 529/1993 - Transforma o Jardim Zoológico de Brasília em Órgão Relativamente Autônomo e dá outras providências.
FUNAM	▪ Lei Distrital nº. 041 de 13 de Setembro de 1989 – Cria o Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal. ▪ Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 – Cria o Conselho de Administração do FUNAM – CAF. ▪ Decreto nº 28.292, de 19 de setembro de 2007 – Dispõe sobre o Regimento Interno do FUNAM e do CAF.
IBRAM	▪ Decreto nº 28.112, de 11 de julho de 2007 DODF de 12.07.2007 - republicação DODF de 17.08.2007 - Aprova o Regimento Interno do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental, e dá outras providências. ▪ Lei nº 3.984, de 28 de maio de 2007 DODF de 30.05.2007 - Cria o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal — Brasília Ambiental e dá outras providências. ▪ Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010 - Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC, e dá outras providências. ▪ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providências. ▪ Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989 - Dispõe sobre a política ambiental do Distrito federal e dá outras providências. ▪ Decreto nº 30.315, de 29 de abril de 2009 - Regulamenta o art. 9º da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989, para determinar a apresentação de relatório ambiental com o fim de distinguir curso d'água intermitente e canal natural de escoamento superficial e de definir a faixa marginal de proteção. ▪ Decreto n.º 12.960, de 28 de dezembro de 1990 - Aprova o Regulamento da Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989 que dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000248

TABELA 5 – LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

U. O.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	▪ Lei nº 4.060, de 18 de dezembro de 2007 - Define sanções a serem aplicadas pela prática de maus-tratos a animais e dá outras providências. ▪ Lei nº 3.031, de 18 de julho de 2002 - Institui a Política Florestal do Distrito Federal. ▪ Decreto nº 32.981, de 10 de junho de 2011 - Institui o programa "Brasília Cidade Parque" e dá outras providências. ▪ Decreto nº 30.645, de 04 de agosto de 2009 - Dispõe sobre a criação do Fórum da Agenda 21 no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. ▪ Decreto nº 17.805, de 5 de novembro de 1996 - Estabelece os preços para análise de processos de licenciamento ambiental e dá outras providências. ▪ Decreto nº 14.783 de 17 de junho de 1993 - Dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo arbustivas, e dá outras providências. ▪ Decreto n º 26.298, de 20 de outubro de 2005 - altera dispositivos do Decreto nº 14.783, de 17 de junho de 1993, que dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo – arbustivas no território do Distrito Federal, e dá outras providências. ▪ Decreto n º 26.298, de 20 de outubro de 2005 - Institui a cobrança de preço público pela utilização das áreas dos Parques e Unidades de Conservação e Órgãos vinculados do Distrito Federal e dá outras providências. ▪ Decreto nº 33.537, de 14 de fevereiro de 2012 - Dispõe sobre o zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental – APA do Lago Paranoá. ▪ Lei complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 - Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. ▪ Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Novo Código Florestal). ▪ Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. ▪ Lei 9985/2000 - instituiu o sistema nacional de unidades de conservação; ▪ Lei 6938 - institui a política nacional de meio ambiente; ▪ Lei 41/89 - institui a política de meio ambiente do Distrito Federal; ▪ Lei Complementar 827/10 - institui o sistema distrital de unidades de conservação; ▪ Medidas Provisórias 2621/04 e 2186/16-01; ▪ Resolução Conama 339/03 - dispõe sobre a criação, funcionamento e normatização dos jardins botânicos; ▪ Regimento Interno do Jardim Botânico; ▪ Lei 9605/98 - dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente; ▪ Lei 9433/97 - cria o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos; ▪ Lei 12651/2012 e MP 571/2012 - dispõem sobre a proteção de vegetação nativa.
SEMARH	▪ Lei Distrital nº 41 de 13 de setembro de 1989 – Política de Meio Ambiente do Distrito Federal; ▪ Lei Distrital nº 4.742 de 2011 – PPA 2012-2015; ▪ Lei Distrital nº 4.744 de 29 de dezembro de 2011 – LOA 2012.

I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Na Tabela 6 é apresentada a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Unidade Orçamentária. Ressalte-se que as descrições das Unidades Orçamentárias encontram-se na Tabela 1.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA 6210, POR UO.

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11103	0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
11126	450.000	3,3	300.000	1,4	66,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000248-Verso

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA 6210, POR UO.

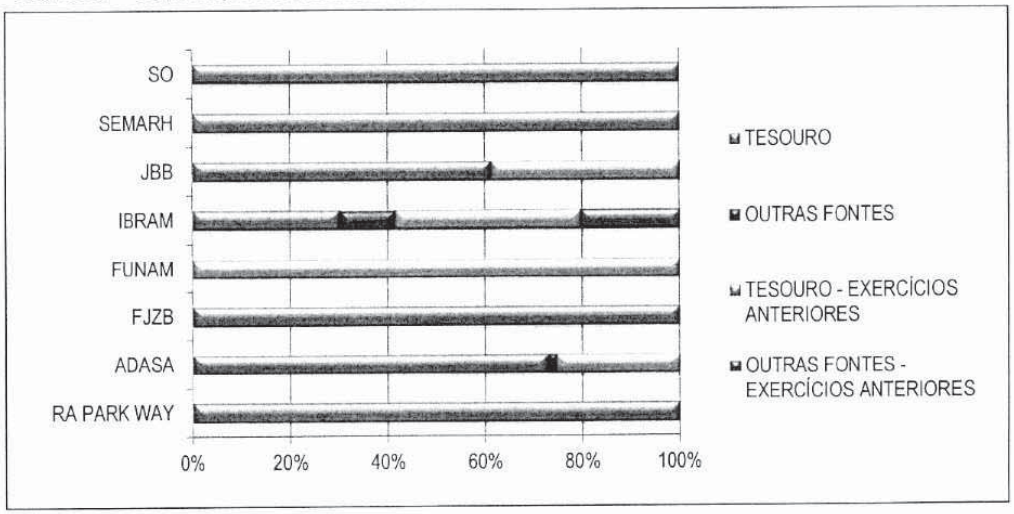
UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
21101	175.000	1,3	873.547	4,1	499,2	1.260	0,0	0,1	1.260	0,0	100,0	0,1
21106	245.000	1,8	99.814	0,5	40,7	80.877	1,3	81,0	60.131	1,2	74,3	60,2
21206	3.234.104	23,9	4.336.104	20,3	134,1	1.263.618	19,6	29,1	818.615	16,0	64,8	18,9
21207	2.700.000	20,0	2.546.052	11,9	94,3	2.354.049	36,6	92,5	2.139.215	41,9	90,9	84,0
21208	3.656.392	27,1	6.136.615	28,7	167,8	2.413.140	37,5	39,3	2.039.588	39,9	84,5	33,2
21901	5.000	0,0	6.581.765	30,8	131632,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22101	3.050.000	22,6	527.195	2,5	17,3	326.131	5,1	61,9	49.476	1,0	15,2	9,4
TOTAL	**13.515.496**		**21.401.092**		**158,3**	**6.439.074**		**30,1**	**5.108.284**		**79,3**	**23,9**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER –09/01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

Observa-se que apenas 30,1% de toda a Despesa Autorizada – DA para o Programa foram empenhados, resultando em um desperdício orçamentário de R$15 milhões. A partir da análise da Tabela 6, verifica-se que foram disponibilizados ao FUNAM (UO 21901), ao IBRAM (UO 21208) e à ADASA (UO 21206) 79,7% de toda a Despesa Autorizada para o Programa sob análise. Na Figura 1 é apresentada a composição da DA de cada UO por Tipo de Fonte dos recursos.

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA DE CADA UO POR TIPO DE FONTE

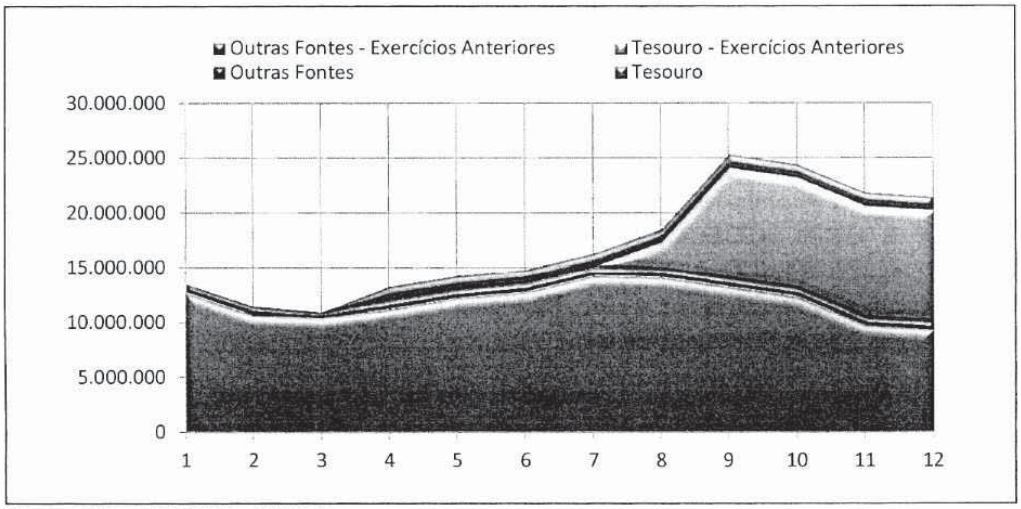


FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 08/03/2013

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003249

Cabe ressaltar que a denominação de "outras fontes" é utilizada para identificar os recursos obtidos por meio do esforço das unidades da Administração Indireta, enquanto que a especificação "exercícios anteriores" refere-se ao que foi decorrente de apuração de superávit do exercício anterior. Observa-se que as três unidades com maior participação orçamentária no Programa, FUNAM (30,8%), IBRAM (28,7%) e ADASA (20,3%) tiveram pelo menos parte de suas DAs provenientes de exercícios anteriores. Na Figura 2 apresenta-se o comportamento da Despesa Autorizada para o Programa 6210 ao longo do ano de 2012, por Tipo de Fonte.

FIGURA 2 – DESPESA AUTORIZADA AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2012, POR TIPO DE FONTE



FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 08/03/2013

Observa-se que os recursos do Tesouro apurados em superávit de exercícios anteriores só foram totalmente disponibilizados em setembro de 2012, o que prejudicou o seu aproveitamento ideal por parte dos gestores públicos.

Ao comparar os valores da Despesa Autorizada para o Programa com os dos empenhos realizados no exercício de 2012, verifica-se que o Programa apresentou um desperdício orçamentário de R$15 milhões. Esse fato pode ser mais bem observado na análise da execução orçamentária da FUNAM, pois, apesar de ter tido um acréscimo de mais de 1 mil vezes o valor da sua Dotação Inicial, a Unidade empenhou 0% desse recurso. O mesmo acontece em relação à SEMARH (UO 21101), em que se observa o incremento de aproximadamente 400% da Despesa Autorizada em relação à Dotação Inicial, entretanto, a Unidade apresentou execução orçamentária e financeira de apenas 0,1% da DA.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003249-Verso

Na Tabela 7 é apresentada a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Ação. Ressalte-se que as descrições das Ações encontram-se na Tabela 4.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA 6210 POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1142	50.000	0,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1262	5.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1766	150.000	1,1	12.506	0,1	8,3	12.505	0,2	100,0	0	0,0	0,0	0,0
2932	150.000	1,1	89.814	0,4	59,9	80.877	1,3	90,0	60.131	1,2	74,3	66,9
3070	400.000	3,0	755.224	3,5	188,8	249	0,0	0,0	249	0,0	100,0	0,0
3092	54.243	0,4	54.243	0,3	100,0	32.372	0,5	59,7	24.832	0,5	76,7	45,8
3129	550.000	4,1	600.000	2,8	109,1	545.449	8,5	90,9	446.602	8,7	81,9	74,4
3210	5.000	0,0	6.581.765	30,8	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3212	20.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3221	0	0,0	831.662	3,9	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3467	60.000	0,4	1.885	0,0	3,1	1.260	0,0	66,8	1.260	0,0	100,0	66,8
3489	50.000	0,4	5.000	0,0	10,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3678	40.000	0,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3711	80.000	0,6	380.000	1,8	475,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3743	2.481.104	18,4	3.283.104	15,3	132,3	1.263.618	19,6	38,5	818.615	16,0	64,8	24,9
3983	20.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4086	1.700.000	12,6	1.683.545	7,9	99,0	1.546.095	24,0	91,8	1.442.613	28,2	93,3	85,7
4089	50.000	0,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4094	395.880	2,9	494.501	2,3	124,9	370.326	5,8	74,9	365.298	7,2	98,6	73,9
4095	313.584	2,3	293.584	1,4	93,6	252.608	3,9	86,0	250.900	4,9	99,3	85,5
4096	323.329	2,4	1.429.944	6,7	442,3	176.615	2,7	12,4	176.615	3,5	100,0	12,4
4097	706.870	5,2	1.060.055	5,0	150,0	286.625	4,5	27,0	201.598	3,9	70,3	19,0
4098	973.653	7,2	1.023.653	4,8	105,1	650.498	10,1	63,5	586.771	11,5	90,2	57,3
4099	383.956	2,8	916.684	4,3	238,7	614.041	9,5	67,0	561.874	11,0	91,5	61,3
4100	304.877	2,3	658.729	3,1	216,1	279.806	4,3	42,5	121.451	2,4	43,4	18,4
4112	25.000	0,2	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4113	10.000	0,1	5.000	0,0	50,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4135	148.000	1,1	148.000	0,7	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4235	525.000	3,9	525.000	2,5	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
5183	3.540.000	26,2	567.195	2,7	16,0	326.131	5,1	57,5	49.476	1,0	15,2	8,7
TOTAL	**13.515.496**		**21.401.092**		**158,3**	**6.439.074**		**30,1**	**5.108.284**		**79,3**	**23,9**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER–09/01/2013.

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa Temático

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000250

De acordo com os dados apresentados na Tabela 7, verifica-se que a Ação 3210 – EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL, sob responsabilidade do FUNAM, com 30,8% de toda Despesa Autorizada para o Programa, obteve 0% de empenho. Do total de 30 Ações previstas para o Programa, sete finalizaram o exercício com Despesa Autorizada nula e 46% de todas as Ações não apresentaram valores empenhados.

I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente. O Programa 6210 apresentou, em 2012, um total de 80 etapas cadastradas.

A Tabela 8 apresenta a quantidade de Subtítulos e de etapas cadastradas no SAG para cada Ação do Programa.

TABELA 8 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
1142	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	1	1
1262	BRASIL SEMPRE VERDE	1	1
1766	CONSTRUÇÃO DE RECINTOS PARA ANIMAIS NO JARDIM ZOOLÓGICO	1	1
2932	PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA E DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	1	1
3070	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	2	3
3092	IMPLANTAÇÃO DE AGENDAS AMBIENTAIS	1	3
3129	REFORMA DE RECINTOS PARA ANIMAIS	3	4
3210	EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL	1	1
3212	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	1	1
3221	IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1	1
3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4	4
3489	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	1	1
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	4	4
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	1	1
3743	FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1	6
3983	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS	2	2
4086	ASSISTÊNCIA A ANIMAIS	1	1
4089	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS	1	1

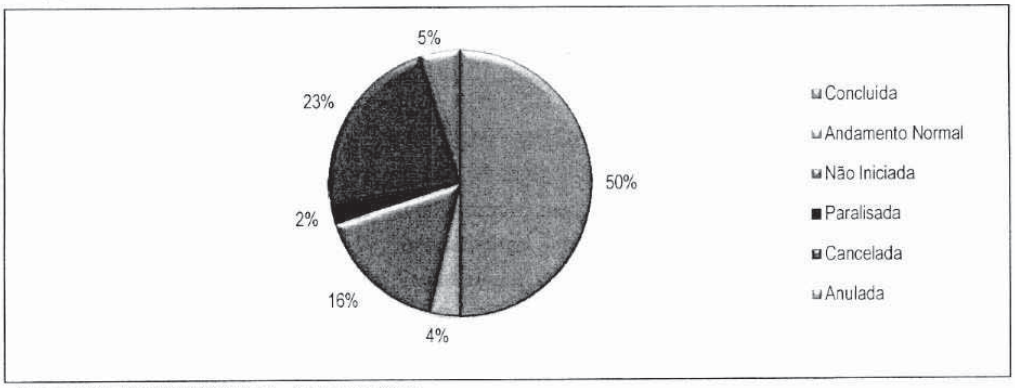
SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003250-Verso

4094	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	3	6
4095	REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1	6
4096	REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1	4
4097	INFORMAÇÕES PARA GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS	1	7
4098	PRESERVAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E RECURSOS FLORESTAIS	2	3
4099	ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS	1	2
4100	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	1	2
4112	REALIZAÇÃO DE EXPEDIÇÕES	1	1
4113	PRODUÇÃO DE MUDAS DA FLORA DO CERRADO	1	1
4135	FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	1
4235	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1	4
5183	REVITALIZAÇÃO DE PARQUES	4	6
TOTAL		**46**	**80**

FONTE: SAG/SIGGO (DISCOVERER) – 6º BIMESTRE/2012

Na Figura 3 é apresentada a estatística dos estágios, ao final do exercício, das etapas cadastradas no SAG para o Programa Temático.

FIGURA 3 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2012

Observa-se que 50% das etapas finalizaram o exercício como "concluídas" e 4% como "andamento normal", ressalte-se que a execução destas últimas não está adstrita ao exercício de 2012.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000251

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 e foram utilizados os seguintes procedimentos: pesquisa no SIGGo e reuniões com os gestores e servidores de cada órgão ou entidade pública responsável pela execução das Ações do Programa Temático 6210.

As avaliações da eficácia e eficiência do Programa Temático 6210 foram realizadas conforme as metodologias descritas a seguir:

a) Eficácia: foi utilizada a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, com considerações específicas para as unidades executoras do Programa;

b) Eficiência: a análise da eficiência considerou a análise e acompanhamento das Ações realizadas por cada órgão ou entidade pública e seus respectivos resultados alcançados, verificando, quando possível, os parâmetros de custo, prazo e qualidade dos produtos entregues pelas Ações Orçamentárias do Programa Temático.

III – RESULTADOS E ANÁLISES

No Programa Temático 6210, vários órgãos são responsáveis pela execução das Ações e pelo atingimento das metas e objetivos do programa. Nesse sentido, foi realizada a análise individualizada de cada unidade orçamentária, quanto aos resultados obtidos, às atividades executadas e às dificuldades apresentadas. As referidas constatações serão apresentadas nos tópicos de análise de eficácia e de eficiência do Programa.

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Na Tabela 9 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto de Ações do Programa – IE.

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO(1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1142	0,0%	0,0%	50.000	0	50.000	0,1%	0,0%
1262	0,0%	0,0%	5.000	0	5.000	0,0%	0,0%
1766	10,4%	10,4%	150.000	12.506	162.506	0,5%	0,0%

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000251-Verso

TABELA 9 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
2932	100,0%	100,0%	150.000	89.814	239.814	0,7%	0,7%
3070	24,0%	24,0%	400.000	755.224	1.155.224	3,3%	0,8%
3092	100,0%	100,0%	54.243	54.243	108.486	0,3%	0,3%
3129	91,0%	91,3%	550.000	600.000	1.150.000	3,3%	3,0%
3210	0,0%	0,0%	5.000	6.581.765	6.586.765	18,9%	0,0%
3212	0,0%	0,0%	20.000	0	20.000	0,1%	0,0%
3221	0,0%	0,0%	0	831.662	831.662	2,4%	0,0%
3467	26,0%	26,4%	60.000	1.885	61.885	0,2%	0,0%
3489	100,0%	100,0%	50.000	5.000	55.000	0,2%	0,2%
3678	0,0%	0,0%	40.000	0	40.000	0,1%	0,0%
3711	100,0%	100,0%	80.000	380.000	460.000	1,3%	1,3%
3743	40,0%	40,0%	2.481.104	3.283.104	5.764.208	16,5%	6,6%
3983	0,0%	0,0%	20.000	0	20.000	0,1%	0,0%
4086	100,0%	100,0%	1.700.000	1.683.545	3.383.545	9,7%	9,7%
4089	0,0%	0,0%	50.000	0	50.000	0,1%	0,0%
4094	91,0%	91,0%	395.880	494.501	890.381	2,6%	2,3%
4095	67,0%	67,0%	313.584	293.584	607.168	1,7%	1,2%
4096	75,0%	75,0%	323.329	1.429.944	1.753.273	5,0%	3,8%
4097	71,0%	71,0%	706.870	1.060.055	1.766.925	5,1%	3,6%
4098	92,0%	92,5%	973.653	1.023.653	1.997.306	5,7%	5,3%
4099	100,0%	100,0%	383.956	916.684	1.300.640	3,7%	3,7%
4100	100,0%	100,0%	304.877	658.729	963.606	2,8%	2,8%
4112	0,0%	0,0%	25.000	0	25.000	0,1%	0,0%
4113	100,0%	100,0%	10.000	5.000	15.000	0,0%	0,0%
4135	91,0%	91,0%	148.000	148.000	296.000	0,8%	0,8%
4235	50,0%	50,0%	525.000	525.000	1.050.000	3,0%	1,5%
5183	26,1%	26,1%	3.540.000	567.195	4.107.195	11,8%	3,1%
TOTAL			13.515.496	21.401.093	34.916.589[2]		50,7%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

O valor de 50,7% obtido para o IE indica que o Programa Temático apresentou eficácia abaixo da prevista.

Devido à quantidade de órgãos responsáveis pela execução das Ações, fez-se necessária a análise separada do grupo de Ações de cada ente público com atuação no referido programa para avaliar a parcela de contribuição da unidade orçamentária ao total do IE e

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000352

como seria seu indicativo de eficácia, caso fosse calculado separadamente. Vale ressaltar que a contribuição para o IE depende de dois fatores, a realização física e o valor acumulado das dotações das respectivas Ações.

A seguir apresenta-se a análise de eficácia de cada unidade orçamentária corresponsável pelo programa:

Verificou-se que a Ação 3210 – EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL, sob a responsabilidade do FUNAM, possui o maior peso para o cálculo da eficácia, de 18,9%, entretanto sua execução foi nula. Dessa forma, a contribuição desse Fundo para o total do IE, de 50,7%, foi nula. Se calculado separadamente, o IE do FUNAM seria de 0,0% e a atuação da Unidade seria considerada ineficaz. Conforme já evidenciado na Tabela 7, essa Ação obteve um incremento de mais de 1 mil vezes o valor de sua Dotação Inicial, que passou de R$5 mil para R$6,6 milhões de Dotação Autorizada, sem apresentar qualquer execução ao final do exercício de 2012. Este fato acaba por demonstrar, além da baixa eficácia, a falta de planejamento da Unidade.

Verificou-se que a execução das Ações sob a responsabilidade da SEMARH foi praticamente nula. A contribuição da Secretaria para o total do IE, de 50,7%, foi de 0,05 pontos percentuais. Se calculado separadamente, o IE do conjunto dessas Ações seria de 0,32%, o que indicaria ineficácia das Ações realizadas pela Secretaria.

Verificou-se que a execução das Ações sob a responsabilidade da ADASA foi regular. Do resultado total do IE, de 50,7%, 10,2 pontos percentuais foram contribuição da ADASA. Se calculado separadamente, seu IE seria igual a 47,0% e sua eficácia ainda seria avaliada como muito abaixo da prevista.

A execução das Ações sob a responsabilidade do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM foi satisfatória. Do total do IE de 50,7%, 23,7 pontos percentuais foram contribuição do IBRAM. Se calculado separadamente, seu IE seria igual a 78,6% e sua eficácia poderia ser considerada como dentro do previsto.

A execução das Ações de responsabilidade do JBB foi satisfatória apesar de terem contribuído com apenas 0,89 pontos percentuais para o resultado final do IE. Se calculado separadamente, o IE do conjunto das Ações executadas pelo JBB seria igual a 87,3% e sua eficácia ficaria dentro da prevista. Tal fato pode ser evidenciado, também, na análise dos indicadores operacionais do Programa, uma vez que, dos sete indicadores propostos pelo JBB para o exercício de 2012, em cinco deles a unidade conseguiu atingir um índice satisfatório ou até superá-lo, os indicadores são: 1016 – CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES,

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003252-Verso

1018 – PRODUÇÃO DE MUDAS, 1019 – MANEJO DAS COLEÇÕES, 1020 - REPRODUÇÃO IN VITRO DE ESPÉCIES NATIVAS E HÍBRIDAS e 1022 – AUMENTO DA VISITAÇÃO. Em relação ao aumento da visitação, o índice foi superado em 100%.

A execução das Ações de responsabilidade da FJZB foi satisfatória. Do resultado total obtido para o IE, de 50,7%, 13,2 pontos percentuais foram contribuição da FJZB. Se calculado separadamente, o IE do conjunto das Ações executadas pela referida Fundação seria igual a 98,2% e sua eficácia ficaria dentro da prevista. Em relação aos três indicadores propostos pela FJZB, verificou-se que os índices foram superados nos indicadores 1033 – NÚMERO DE VISITAS VINCULADAS AOS PROGRAMAS EDUCATIVOS e 1034 – NÚMERO DE PÚBLICO PAGANTE. Já em relação ao indicador 1035 – RECINTOS CONSTRUÍDOS, o índice desejado não foi alcançado em virtude do contingenciamento de recursos da Unidade.

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

O Programa Temático 6210 foi estruturado em doze Objetivos Específicos e nove Unidades Orçamentárias foram responsáveis pela execução das ações, atividades e realização dos objetivos e metas do programa.

Devido às dificuldades apresentadas a seguir, na análise particularizada das Ações e Objetivos Específicos para cada entidade pública responsável, o PROGRAMA 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS teve comprometida a análise de sua eficiência. Das entidades públicas vinculadas à SEMARH, apenas a FJZB foi considerada eficiente na realização do Programa Temático.

AÇÃO SOB RESPONSABILIDADE DO FUNAM

O FUNAM é responsável pela execução do Objetivo Específico 0003, que visa: "*Financiar projetos com vistas à execução da política ambiental do Distrito Federal.*", sendo de sua responsabilidade a AÇÃO 3210 – EXECUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL.

Tal Fundo, instituído pelo art.73 da Lei Distrital nº. 041/1989, tem por objetivo *"apoiar programas e projetos voltados à execução da política ambiental e promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal"*. Está sob a supervisão direta do titular da SEMARH, é administrado pelo Conselho de

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003203

Administração do Fundo – CAF/FUNAM e seus recursos são destinados exclusivamente à execução da política ambiental do Distrito Federal.

O Fundo não possui quadro próprio de pessoal e suas atividades são realizadas com o apoio da equipe da secretaria executiva dos Conselhos, ligado ao Gabinete do Secretário da SEMARH.

Conforme demonstrado na Tabela 7, a referida ação não foi executada. A justificativa apresentada pela entidade foi que a nomeação dos membros do Conselho de Administração do FUNAM ocorreu somente em setembro de 2012, não sendo possível a realização da execução orçamentária e financeira de projetos no ano de 2012.

Uma vez que não houve realização física, nem a utilização de recursos, não se pode estabelecer a relação entre custo e produto, e, portanto, ainda que a Ação tenha sido ineficaz, nada se pode falar sobre a eficiência.

AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA SEMARH

A SEMARH é responsável pela execução dos Objetivos Específicos 0001 – FORMULAR POLÍTICAS NAS ÁREAS DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, RESÍDUOS SÓLIDOS, SANEAMENTO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SAÚDE AMBIENTAL E CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS NA ÁREA DO DISTRITO FEDERAL e 0002 – PROPOR, ORGANIZAR, FOMENTAR E COORDENAR SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E BANCOS DE DADOS PARA A GESTÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL.

Dentro da Ação 3467 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, a Secretaria executou o Subtítulo 9552 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL. Foram adquiridos equipamentos de controle da emissão de radiação solar, para o desenvolvimento do Programa de Proteção à Radiação Solar.

Os recursos orçamentários disponibilizados para as demais Ações sob a responsabilidade desta Secretaria não foram empenhados. Conforme constatado em auditoria de campo, no caso da implantação da política de resíduos sólidos, não existiu previsão orçamentária, ou, se prevista, ainda necessitaria de uma adequação para uma melhor execução da política, o que causou a inexecução da Ação.

Em outra ocasião, foi solicitada uma lista das pessoas responsáveis pelo acompanhamento da execução das Ações a cargo da SEMARH. Houve resposta tempestiva,

todavia, durante a auditoria, os responsáveis indicados ao serem questionados sobre o andamento das Ações informaram não saberem ou não serem os executores das Ações. Em um caso especificamente, foi informado que determinado gestor seria responsável por mais de uma ação e o mesmo negou tal responsabilidade, como também não indicou quem seria o responsável, informando ter havido um equívoco de quem respondeu a referida solicitação de auditoria.

Tais fatos colaboram para afirmar-se existir falta de planejamento para execução das Ações e atingimento dos objetivos do Programa Temático por parte da referida Secretaria de Estado.

Dessa forma, avaliou-se que a gestão da SEMARH foi ineficiente, pois resultou um desperdício orçamentário de mais de R$870 mil provenientes da Fonte 100, que representa recursos ordinários e não vinculados do Tesouro.

AÇÃO SOB RESPONSABILIDADE DE DIVERSAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

A AÇÃO 5183 – REVITALIZAÇÃO DE PARQUES está sob a responsabilidade da SEMARH, da SO, do IBRAM e da Administração Regional de Brasília – RA-XII. Faz parte do Objetivo Específico 0012 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS E O MANEJO DE RECURSOS FLORESTAIS DO DISTRITO FEDERAL.

Foram cadastradas no SAG seis etapas na referida Ação, sendo que cinco finalizaram o exercício com estágios "Cancelada", "Não Iniciada" ou "Anulada". A única etapa com execução em 2012 dizia respeito à implantação de pista de atletismo e cobertura de duas quadras de esportes no Parque dos Pioneiros no Núcleo Bandeirantes. A etapa finalizou o exercício em estágio "Paralisada", com 60% da cobertura realizada e com a informação de que a pista de atletismo foi excluída do objeto do contrato.

Vale ressaltar que uma Ação com mais de um ente corresponsável necessita de planejamento detalhado, com divisão de tarefas e responsabilidades bem definidas para uma boa execução dos Projetos.

O atraso verificado e a alteração no objeto contratado evidenciam que a Ação foi executada de forma ineficiente, pois, não cumpriu o prazo e nem manteve o padrão de qualidade estabelecidos inicialmente para o produto contratado (exclusão da pista de atletismo).

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000354

AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES VINCULADAS À SEMARH

ADASA – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS DO DISTRITO FEDERAL

A ADASA é responsável pela execução dos Objetivos Específicos 0006 – AMPLIAR E REESTRUTURAR A REDE DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS, VISANDO À REGULARIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS e 0007 – PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL HÍDRICA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO DF, INTEGRADA AOS SISTEMAS ALTERNATIVOS DE SANEAMENTO, COM VISTAS À MELHORIA DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL. As Ações sob sua responsabilidade são: 3711, 3743, 4135 e 4235.

Na Ação 3711 – REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS, no que se refere ao estabelecimento de procedimentos gerais de fiscalização, o corpo técnico da ADASA realizou integralmente a alteração da Resolução ADASA nº 163/2006, não tendo sido necessária a contratação de consultoria, conforme previsto no objetivo inicial da ação. Todavia, a aquisição de equipamentos para serem testados na fiscalização dos usuários de recursos hídricos e empresas operadoras do sistema de abastecimento de água e de saneamento do DF não foi realizada, devido às especificações técnicas, prazos e requisitos do processo licitatório. Nesse caso só uma empresa participou do certame, mas foi desabilitada pelo licitante.

A Ação 3743 – FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS foi executada por meio de três atividades: operação e manutenção da rede de monitoramento das águas superficiais, implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas e implantação da rede telemétrica de monitoramento de águas superficiais.

Apesar das dificuldades com a antiga prestadora de serviços, quanto à qualidade dos serviços executados e aos atrasos na prestação dos serviços, foi realizado novo processo licitatório em agosto de 2012 e, atualmente, a operação e manutenção da rede de monitoramento dos recursos hídricos vem sendo desempenhada pela nova empresa fornecedora dos equipamentos de monitoramento das águas subterrâneas, com contrato vigente até agosto de 2013.

Em relação à implantação da rede de monitoramento de águas subterrâneas, ao Contrato nº 06/2011 firmado com a empresa Geo Brasil Serviços de Geologia Ambiental LTDA, foi assinado Termo Aditivo prorrogando a validade do contrato até novembro de

2012. Mesmo com esse aditivo contratual, a empresa não concluiu a implantação dos 64 pares de poços, realizando apenas 42 pares, além de nenhum equipamento de medição ter sido instalado. A contratada deixou de executar 34% das perfurações dos poços, não instalou os equipamentos e ainda concluiu muitos poços com a profundidade menor do que a prevista no contrato.

A implantação da rede telemétrica de monitoramento ficou prejudicada devido à licitação para contratação de empresa prestadora desse serviço ter sido declarada fracassada. Apenas uma empresa participou do certame, mas foi inabilitada no processo.

A Ação 4135 – FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS teve recursos programados para prestar o apoio operacional às atividades de fiscalização objeto do termo de ajustamento de Conduta – TAC de Vicente Pires, Samambaia e São José. O referido TAC visa a regularização fundiária das propriedades, bem como a implementação do serviço de abastecimento de água da concessionária CAESB na região. Mesmo com a complexidade das Ações para o cumprimento do TAC e também da limitação das atribuições da Agência, que necessita de outros órgãos e entidades públicas para efetivar as determinações do Termo de Ajustamento, foram emitidos um total de 440 atos de fiscalização no ano de 2012 na região, objetivando o cumprimento do TAC e o exercício das atribuições da Agência Reguladora de Águas, Saneamento e Energia do Distrito Federal, de preservação da qualidade e disponibilidade de recursos hídricos em Vicente Pires, Samambaia e São José.

Em se tratando da Ação 4235 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, os recursos para a execução dessa atividade foram cancelados por decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF nº 607/2012, devido estarem na fonte 114 e serem provenientes da Taxa de Limpeza Pública, não podendo ser aplicados em Ações vinculadas a recursos hídricos.

Dos 06 indicadores apresentados para mensuração dos resultados relacionados ao OE 006 apenas um não atingiu o índice desejado. De forma diferente, dos 04 indicadores cadastrados referentes ao OE 007, apenas um teve resultado, porém abaixo do índice desejado.

Como apresentado, as Ações não foram realizadas plenamente, com problemas relacionados à qualidade e prazo, comprometendo a eficiência das Ações sob responsabilidade da ADASA.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 0035

IBRAM – INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL

O IBRAM é responsável pela execução dos Objetivos Específicos:

- 009 – MITIGAR E CONTROLAR OS RISCOS DE DANOS AO MEIO AMBIENTE, OCASIONADOS POR ACIDENTES E PELA IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS E POTENCIALMENTE POLUIDORAS;
- 010 – PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL;
- 011 – GERAR INFORMAÇÕES PARA SUPORTE À GESTÃO AMBIENTAL E ÀS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL;
- 012 – PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS PROTEGIDAS E O MANEJO DE RECURSOS FLORESTAIS DO DISTRITO FEDERAL.

O Instituto Brasília Ambiental é responsável pelas Ações: 3070, 3092, 4094, 4095, 4096, 4097, 4098, 4099 e 4100.

As Ações 4096, 4097 e 4098 tratam de atividades de licenciamento ambiental, gestão ambiental e práticas sustentáveis, e emergências ambientais. São realizadas por intermédio de termos de cooperação técnica com a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Estes termos incluem desde a aquisição de materiais, contratação de pessoal, até a realização de eventos. As demais Ações, salvo a Ação 5183, foram executadas pelo Instituto sem a necessidade de termos de cooperação.

Grande parte das Ações não foi executada em razão da não finalização das licitações. Além disso, houve restrição do número de processos a ser atendido pela Subsecretaria de Licitações e Contratos – SULIC, vinculada à Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN. Não podendo dar vazão a todos os processos, a referida Subsecretaria determinou que cada unidade administrativa enviasse até três processos por vez, só podendo encaminhar novos processos, quando concluído os anteriores. Dessa forma o IBRAM teve atendido apenas dez processos licitatórios no segundo semestre de 2012.

Outro fator que contribuiu para não execução dos recursos disponíveis foi a morosidade na apuração do superávit financeiro da Fonte 357 - COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR. A publicação que efetivou a disponibilização dos recursos só ocorreu no mês de agosto e, considerando que no mês de

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003255-Verso

dezembro há restrição para emissão de empenho, efetivamente, sobraram apenas três meses para o Instituto planejar, licitar e contratar.

Segundo informado pelo SIGGo, o Balanço Patrimonial do ano de 2011 foi fechado no dia 13 de janeiro de 2012, logo, seria oportuno que a apuração do superávit financeiro e abertura de crédito adicional ocorressem ainda no primeiro quadrimestre do exercício, de forma a possibilitar o uso tempestivo dos recursos.

Apesar da execução das Ações, algumas atividades ficaram prejudicadas pelos motivos apresentados, por isso ficou comprometida a eficiência do Programa Temático.

JBB – JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

O JBB é responsável pela execução dos Objetivos específicos 0004 – PRESERVAR E CONSERVAR OS RECURSOS NATURAIS DO BIOMA CERRADO REDUZINDO OS INCÊNDIOS FLORESTAIS, CATALOGANDO, MANEJANDO E PRODUZINDO MUDAS DAS ESPÉCIES NATIVAS, RECUPERANDO E CONSTRUINDO INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DAS COLEÇÕES CIENTÍFICAS E PREPARANDO AMBIENTE PARA ACOLHIMENTO DO PÚBLICO DA COPA DO MUNDO DE 2014 e 0005 – TORNAR O JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA UM CENTRO DE REFERÊNCIA DO BIOMA CERRADO.

As Ações sob sua responsabilidade são: 1262, 2932, 3489, 3983, 4112, 4113 e 3678. Durante a auditoria, foi verificado que o JBB teve dificuldades no atingimento de alguns índices de indicadores em decorrência da falta de pessoal, bem como de mão de obra especializada, por não ter sido cumprida a previsão de contratação de pessoal por meio de concurso público e o preenchimento das funções de confiança da estrutura do JBB.

De acordo com o relatório de Atividades do JBB – 2012, o quadro de pessoal efetivo continua incompleto, bem como os cargos em comissão, que não tiveram servidores nomeados para muitas das funções de Assessoramento, Gerenciamento e Direção. A área mais prejudicada é a da preservação, para a qual não houve nenhuma nomeação. A manutenção dos espaços administrativos e de visitação pública (100 hectares) necessita de pessoal de campo para a realização de capina, roçagem e limpeza em geral. Há necessidade ainda de especialistas para manutenção e curadoria do local que abriga as coleções de plantas existentes, que é aberto à visitação pública.

Em dezembro de 2012, a força de trabalho do JBB era composta da seguinte forma:

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000256

TABELA 10 – FORÇA DE TRABALHO DO JBB EM DEZ/2012

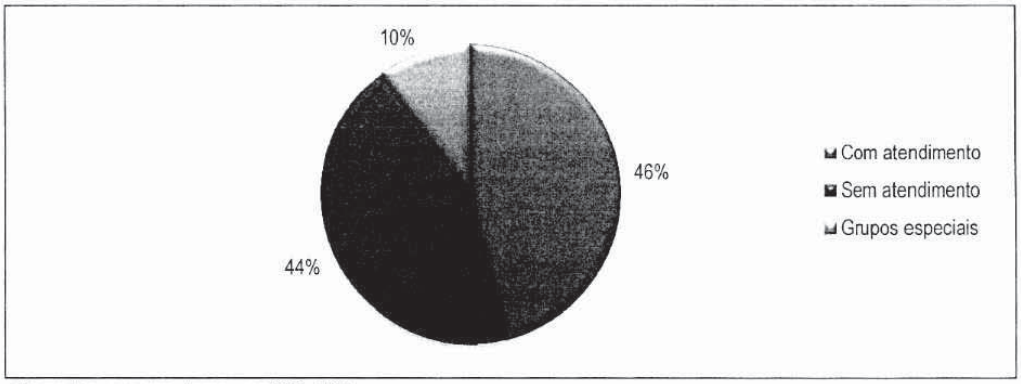
SERVIDORES		ATIVIDADE-MEIO		ATIVIDADE-FIM		TOTAL
		COM CARGO EM COMISSÃO	SEM CARGO EM COMISSÃO	COM CARGO EM COMISSÃO	SEM CARGO EM COMISSÃO	
	EFETIVOS (QUADRO DO GDF)	03	06	00	03	12
	COMISSIONADOS (SEM VINCULO EFETIVO)	13	00	11	00	24
REQUISITADOS	ÓRGÃOS DO GDF	02	02	02	02	08
	ÓRGÃOS ESTADUAIS	00	00	00	00	00
	ÓRGÃOS DO GOVERNO FEDERAL	01	00	00	00	01
OUTROS	ESTAGIÁRIOS	00	00	00	07	07
	TERCEIRIZADOS (FUNAP)	00	00	00	00	00
	SUBTOTAL (FORÇA DE TRABALHO)	19	08	13	12	52
	(+) CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS	02	02	00	00	04
	TOTAL GERAL	**21**	**10**	**13**	**12**	**56**

FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO JBB - 2012

Verifica-se, a partir da Tabela 10, que do total de servidores do JBB, 42% são comissionados, 12,5% estagiários, 16% requisitados de outros órgãos e 21,4% de servidores efetivos do quadro próprio do GDF.

Verificou-se que a visitação passou de aproximadamente 50.000 pessoas/ano, em 2011, para 60.000 pessoas/ano em 2012; sendo 8.848 pessoas de grupos recebidos pela Educação Ambiental, 39.540 público pagante e 12.000 praticantes de caminhada matinal. Entretanto, a partir da Figura 4, constata-se a necessidade de reforço da equipe de atendimento ao público visitante.

FIGURA 4 – GRUPO DE VISITANTES DO JBB – 2012



FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES JBB - 2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00356-Verso

A gestão do JBB informou que a aprovação do orçamento inferior ao previsto e seu contingenciamento comprometeram o alcance das metas e implementação das Ações. Outro fator destacado é a insuficiência da força de trabalho. Buscando superar essas dificuldades, o JBB firmou parcerias com outros órgãos.

Verifica-se, portanto, que a falta de pessoal para o desenvolvimento das atividades do JBB prejudicou a execução das Ações e, portanto, comprometeu a eficiência das Ações sob sua responsabilidade.

FJZB – FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

A Fundação é responsável pela execução do Objetivo Específico 008 – APRIMORAR OS SERVIÇOS CONSERVACIONISTAS E EDUCATIVOS DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, POR MEIO DE SUA REESTRUTURAÇÃO, CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO VISITANTE.

As Ações sob sua responsabilidade são: 1142, 1766, 3129, 3678, 4086, 4089 e 4094. Durante a auditoria, verificou-se que a gestão da Fundação conseguiu realizar diversas atividades relacionadas à: reestruturação física do Zoológico, como a realização de reformas e construção de recintos para os animais; capacitação dos servidores e funcionários; e melhoria do atendimento ao público visitante, o que resultou na superação dos índices propostos para os indicadores: 1033 – NÚMERO DE VISITAS VINCULADAS AOS PROGRAMAS EDUCATIVOS e 1034 – NÚMERO DE PÚBLICO PAGANTE.

Em relação à capacitação de pessoas, foram realizados, de acordo com a FJZB, cursos, congressos e seminários com a participação de 281 pessoas, dentre as quais servidores, terceirizados, e permissionários nas seguintes áreas: Assessoria Jurídica; Ouvidoria Pública; Fiscalização de Contratos Terceirizados; Planejamento Orçamentário e Financeiro; Licitação e Contratação de Obras; Congresso da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil; Especialização em Clínica e Manejo de Animais Silvestres, Curso de Excelência de Atendimento ao Cidadão, Curso de Capacitação Ambiental, Atendimento ao Cliente, dentre outros.

Destaque-se que, de acordo com a Fundação, as atividades de capacitação foram executadas por meio da Ação 8517 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS DA FJZB, não incluída no Programa 6210, sob análise.

A FJZB firmou também parcerias com a Fundação Universidade de Brasília – FUB para o desenvolvimento de programa de residência médico-veterinário em animais silvestres e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA para execução mútua dos trabalhos de desenvolvimento da pesquisa com germoplasma de animais silvestres.

A melhoria do atendimento ao público visitante envolveu as seguintes atividades: licitação de quatro pontos para instalação de lanchonetes na área do Parque (apresentadas propostas para apenas dois pontos); reforma da portaria da FJZB; instalação de dez bebedouros na área de visitação; construção de duas praças de convivência para os visitantes e reforma dos parques infantis.

De acordo com a FJZB, dentre as construções e reformas, tiveram início no ano de 2012:

- Reforma da Cozinha de preparo dos alimentos dos animais;
- Reforma do Hospital Veterinário;
- Reforma do Museu de Taxidermia;
- Reforma do recinto das aves falconiformes;
- Reforma dos recintos do setor extra;
- Reforma de três blocos sanitários para uso público, com acréscimo de fraldários em dois blocos;
- Reforma do teatro de Arena (sanitários e camarim);
- Reforma da Portaria Central da FJZB;
- Reforma da Ecoteca e sanitários da Superintendência de Educação e Lazer – SUEL;
- Reforma do Espaço Água;
- Reforma da sala de projeção de vídeos do Borboletário;
- Reforma de duas ilhas para os primatas no maior lago do Parque;
- Reforma dos recintos dos pequenos carnívoros;
- Reforma do recinto do tamanduá-bandeira;
- Instalação de fossas ecológicas;
- Construção do laboratório clínico-veterinário;
- Ampliação do pátio de veículos e equipamentos;
- Construção da serralheria;

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 00357-Verso

- Construção de duas praças de convivência para os vistantes;
- Reforma de três parques infantis.

Apesar das construções realizadas, o índice proposto para o indicador 1035 – RECINTOS CONTRUÍDOS não foi atingido. Dos 6.000 m^2 almejados pela unidade, foi atingido o índice de 625 m^2, ou seja, 10,4% do previsto. A FJZB justificou que o cumprimento das metas estabelecidas para este indicador ficou prejudicada em virtude dos sucessivos cortes ocorridos no orçamento da fundação, antes e após a publicação da LOA 2012, por meio de contingenciamentos efetuados. De fato, a Ação 1766 – CONSTRUÇÃO DE RECINTOS teve sua Despesa Autorizada reduzida para 8,3% da Dotação Inicial (Tabela 7), o que prejudicou sua execução.

Foi verificado também que o índice desejado relacionado ao indicador 1033 – NÚMERO DE VISITAS VINCULADAS AOS PROGRAMAS EDUCATIVOS foi superado em 75%. A esse respeito, a Unidade informou que a SUEL é responsável por 19 projetos educativos no âmbito da FJZB, sendo que 12 estão em execução e sete em fase de implementação. Os projetos têm como objetivo a disseminação do conhecimento sobre o meio ambiente e a promoção da inclusão social e cultural. Dentre os projetos em execução, citam-se: Zoo Toque, Zoo Ciência, Zoo Especial, bem como a promoção de eventos esportivos e culturais. No exercício de 2012 foram implantados os seguintes projetos: Zoo Ressocialização; Reedição do Zoo Ciência e do Zoo Especial.

A Ação 4086 – ASSISTÊNCIA A ANIMAIS trata da atividade fim da FJZB e prevê a prestação de assistência integral aos 1.300 animais da Fundação (assistência médica, preventiva e curativa). Inclui também o fornecimento de alimentação e nutrição adequada a cada espécie. Nessa atividade também são contratados exames laboratoriais realizados em animais e aquisição de medicamentos e insumos hospitalares. A Ação possuía R$1,7 milhão de Despesa Autorizada, do qual foram empenhados aproximadamente 92%.

Verificou-se que, apesar de aprovado na LDO/2012, não foi realizado concurso público para a FJZB. A carência de recursos humanos para as áreas meio e fim tem prejudicado a realização das atividades no âmbito do Zoológico. Outro fator apontado pela gestão foi a morosidade nos procedimentos de aquisição de insumos, materiais e equipamentos e contratação de prestadores de serviços pela Central de Compras do DF, o que pode comprometer, inclusive, a vida dos animais do Zoológico.

Apesar das dificuldades apontadas, houve investimento na capacitação dos servidores e na reestruturação física da FJZB, o que resultou na melhoria do atendimento

prestado aos visitantes, bem como aos animais, o que gerou um aumento no número de visitas ao Jardim Zoológico no exercício de 2012. Dessa forma, verificou-se que houve eficiência na realização das Ações realizadas pela FJZB.

IV – CONCLUSÃO

Durante os trabalhos de auditoria foram constatadas dificuldades na elaboração do planejamento e no cumprimento das normas por parte dos órgãos executores, bem como carência de pessoal e de recursos financeiros. A gestão pública deve atuar para minimizar esses fatores com o objetivo de não comprometer a execução das Ações e o resultado esperado pela população, neste caso específico: a preservação e a conservação do meio ambiente, os serviços conservacionistas e a sustentabilidade das áreas protegidas, fomentando a educação ambiental.

A escassez de recursos humanos e financeiros é um fato inevitável na Administração Pública, cabendo aos gestores públicos buscarem sair da zona de conforto para encontrar soluções alternativas viáveis à consecução dos produtos ou serviços que a população necessita propiciando ações positivas para a gestão.

A baixa execução orçamentário-financeira das Ações do Programa Temático 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS contribuiu sobremaneira para o resultado de eficácia constatado para o Programa. Das Unidades Orçamentárias, o FUNAM não executou a única Ação sob sua responsabilidade e das sete Ações sob a responsabilidade da SEMARH apenas uma teve execução, porém com 26% de realização.

A não execução das Ações, bem como as dificuldades informadas pelas Unidades e identificadas pela auditoria do Programa comprometeram a análise de eficiência do programa.

Avalia-se que o Programa Temático 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSO HÍDRICOS teve eficácia abaixo da prevista. Devido, principalmente, à diversidade de Unidades Gestoras participantes do Programa e à baixa execução física, a análise da eficiência ficou prejudicada.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003258-Verso

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6215 – TRÂNSITO SEGURO

RESUMO

O Programa 6215 – TRÂNSITO SEGURO teve como objetivo *"Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo o Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público"*. Sua gestão esteve a cargo do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF. O Programa apresentou Despesa Autorizada de R$173,1 milhões e valor empenhado de R$105 milhões. Foi avaliado como tendo eficácia dentro do previsto e eficiência dentro do desejado, e mostrou-se efetivo dentro do exercício, em que pese a possibilidade de realização de melhorias em sua gestão e espaço para implantação de uma cultura de trânsito mais integrada e de um patamar tecnológico mais avançado.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6215 – TRÂNSITO SEGURO está relacionado aos macrodesafios *"Aumentar a Qualidade de Vida Promovendo Mobilidade com Qualidade, Garantindo Moradia Digna, Ordenamento Territorial, e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais"* e *"Garantir Segurança Pública por Meio do Uso Inteligente dos Recursos Humanos e Tecnológicos"* (Anexo II do PPA 2012-2015).

Durante a vigência do PPA 2008/2011, o então Programa 0193 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, que integrava o Macro Objetivo de Governo *"Redução das Desigualdades e o Desenvolvimento Humano e Social"*, objetivava implementar e gerir ações de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, visando a redução do índice de acidentes de trânsito no Distrito Federal. O Programa se desenvolveu a cargo do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003259

Na vigência do PPA atual, o Programa 6215 – TRÂNSITO SEGURO mantém a mesma linha temática do Programa 0193. O seu objetivo geral é *"reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo o Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público"*. O público alvo do Programa, segundo o PPA, é a População do Distrito Federal e seu entorno. O orçamento do Programa responde por 1,7% da Dotação Autorizada Total dos Programas Temáticos na LOA 2012.

Segundo o artigo 1°, parágrafo 2° do Código de Trânsito Brasileiro, *"o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito"*.

O trânsito é o sistema que ceifa mais vidas em todo mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, as perdas provocadas pela violência no trânsito representam uma das maiores preocupações da sociedade moderna, caracterizando-se como um problema de saúde pública com proporções epidêmicas.

No Distrito Federal, em 2010, foram 431 vítimas fatais, sendo que 230 destas vítimas estavam na faixa etária de 18 a 39 anos. Tal fato causa grande impacto social, pois atinge prioritariamente a faixa economicamente mais produtiva e ativa da sociedade. Em 2011, o número de vítimas fatais caiu para 418.

Inserido neste contexto, o desafio do Programa 6215 é reduzir o índice de morte em acidentes de trânsito, focando suas ações: a) na intensificação da educação para o trânsito; b) na agilidade dos procedimentos de atendimento ao público; c) na adoção de critérios eficientes e eficazes de fiscalização e engenharia de trânsito. Trata-se de um Programa com horizonte temporal contínuo.

As Unidades Orçamentárias participantes do Programa são apresentadas a seguir.

TABELA 1 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA
24201	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	DETRAN
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM	DER
26101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL	ST
24101	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	SSP

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000259-Verso

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático apresenta um único Objetivo Específico – OE, apresentado na tabela a seguir com a sua respectiva Unidade Orçamentária responsável.

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO ESPECÍFICO		UO RESPONSÁVEL
001	REDUZIR OS ÍNDICES DE ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAIS EM TODO O DISTRITO FEDERAL, APERFEIÇOANDO A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, A FISCALIZAÇÃO, A ENGENHARIA E O ATENDIMENTO AO PÚBLICO	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

Os indicadores previstos no Anexo III do PPA 2012/2015 são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 3 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

CÓD.	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO	OBJETIVO ESPECÍFICO
			2012	2013	2014	2015		
825	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS	1/10.000	3,70	3,65	3,50	3,45	NUPED	001
846	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO PRESENCIAL ISU/UA (NOTA 1 A 5)	NOTA	4	4	4	4	DIRAU	001
847	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO NO CALL CENTER (154)-ISU/CC (NOTA 1 A 5)	NOTA	4	4	4	4	DIRAU	001
1177	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS-ACE	PROPORÇÃO	1,50	1,55	1,59	1,64	DIREDUC	001
1178	INSERÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS NO MEIO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA - ICE	UNIDADE	1	1	1	1	DIREDUC	001

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

O indicador de código 825 já está estabelecido pelo DETRAN. Trata-se de uma medida direta da efetividade do Programa e de seu objetivo, que é a redução de acidentes com vítimas fatais.

O indicador de código 846 ainda não está implantado para aferição em 2012. A entidade entende que para que se possa alcançar a fidedignidade desejada no cálculo do indicador, em virtude da dificuldade em aferir a satisfação dos usuários, é necessário apoio de empresa especializada para a prestação de serviços que atendam ao disposto neste indicador. Encontra-se em fase de elaboração um projeto básico para a contratação da empresa.

O indicador de código 847 já está implantado. O usuário responde a algumas perguntas propostas em um sistema virtual e atribui a nota que ele considera justa para o atendimento recebido. O sistema permite a extração de um relatório final com a nota média de satisfação.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003260

Ambos os indicadores, 846 e 847, permitem avaliar a parte do objetivo relativa ao aperfeiçoamento do atendimento ao público. Em relação ao indicador 846, a implantação de uma apuração simplificada, onde o usuário dê uma nota ao atendimento nas Unidades de Atendimento, pode dar um indicativo inicial da opinião do público, enquanto estiver em implantação uma avaliação mais ampla e estatisticamente embasada. Ainda não há mecanismos, mesmo que simplificados, para a apuração do indicador 846".

Os indicadores de código 1177 e 1178 são utilizados pelo DETRAN para avaliar a parte do objetivo específico relativa ao aperfeiçoamento da Educação para o Trânsito.

O indicador 1177, para apuração da abrangência das campanhas educativas, mede a proporção da população atingida pelas ações educativas, utilizando como parâmetro o número total da população do DF (fornecido pelo IBGE). Já está implantado e utiliza para sua apuração o número de pessoas abordadas em campanhas educativas, incluindo as visitas às escolas, mensalmente documentadas nos relatórios da Gerência de Ação Educativa. O indicador 1178, para apuração da inserção de campanhas educativas, prevê o número de campanhas de grande penetração no DF, e para implantação depende da contratação de agência de publicidade, ainda não realizada (detalhes na descrição da Ação 8505).

Não há indicadores no SIGGo ligados especificamente à medição do aperfeiçoamento da fiscalização e engenharia. A redução do número de vítimas fatais em acidentes é na realidade uma medida do esforço conjunto de três das vertentes de trabalho do Programa, educação para o trânsito, fiscalização e engenharia.

Além dos Indicadores de Desempenho previstos no PPA, estatísticas relacionadas a acidentes, habilitações e frota de veículos estão disponíveis no sítio do DETRAN e no Anuário Estatístico disponibilizado pela Unidade. Para a consecução dos objetivos do Programa, em 2012, foram cadastradas as Ações Orçamentárias descritas na Tabela 4. Nota-se a ausência de vertente ligada às condições das estradas. Essa vertente é apregoada pelas grandes organizações e instituições de transportes de cargas, de passageiros e dos motoristas particulares que trafegam nas estradas e que apontam os perigos da ausência ou falta de manutenção das mesmas.

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2460	CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO
2469	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO
2541	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003260-Verso

TABELA 4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2904	MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO
3095	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE TRÂNSITO
3096	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN
3208	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA
3209	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA
4034	INTEGRAÇÃO DER/DETRAN GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO
4101	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL
4197	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA
4198	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA
5027	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO
8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 12/2012

Dentre a legislação que regulamenta o Programa, merece destaque:

1. Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei n° 9503/1997);
2. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
3. Portarias do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Na Tabela 5 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Programa Temático 6215, por Unidade Orçamentária. Ressalte-se que a descrição das Ações encontra-se na Tabela 1.

TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
24101	5.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
24201	91.981.000	77,2	133.050.887	76,9	144,7	78.369.400	74,7	58,9	69.112.264	72,2	88,2	51,9
26101	500.000	0,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
26205	26.711.000	22,4	40.047.755	23,1	149,9	26.611.989	25,3	66,5	26.611.989	27,8	100,0	66,5
TOTAL	119.197.000		173.098.642		145,2	104.981.389		60,6	95.724.253		91,2	55,3

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 01/2013.

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

SPL PROC 009 /2013 Folha Nº 000261

A Tabela 5 permite algumas observações. A Dotação Inicial atribuída à Secretaria de Segurança Pública (24101) está relacionada à emenda parlamentar, e foi cancelada durante o exercício. De maneira semelhante, na Secretaria de Transportes, a dotação foi cancelada, e a execução de seus produtos foi parcialmente realizada em outro programa de trabalho. O DETRAN (24201) e o DER (26205) respondem de fato pela execução do Programa. Ambas as entidades apresentaram aumento na Despesa Autorizada em relação às suas Dotações Iniciais, e, ao final do exercício, empenharam menos de 70% destas Despesas Autorizadas. Inclusive, o valor por elas empenhado foi inferior às suas Dotações Iniciais. No total, o Programa apresentou apenas 60,6% dos recursos disponíveis empenhados. Como referência, a média de empenho/Despesa Autorizada de todos os Programas Temáticos da LOA em 2012 foi de 72,5%.

Na Tabela 6 é apresentada a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Ação.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA, POR AÇÃO **R$1,00**

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
2460	9.937.000	8,3	13.069.000	7,6	131,5	4.664.159	4,4	35,7	4.259.321	4,4	32,6	91,3
2469	51.592.000	43,3	74.049.321	42,8	143,5	53.084.987	50,6	71,7	49.022.177	51,2	66,2	92,3
2541	28.446.000	23,9	48.646.321	28,1	171,0	27.673.970	26,4	56,9	24.135.065	25,2	49,6	87,2
2904	209.000	0,2	890.000	0,5	425,8	345.447	0,3	38,8	345.447	0,4	38,8	100,0
3095	1.000.000	0,8	1.000.000	0,6	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3096	900.000	0,8	900.000	0,5	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3208	970.000	0,8	170.000	0,1	17,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3209	100.000	0,1	725.000	0,4	725,0	408.504	0,4	56,3	408.504	0,4	56,3	100,0
4034	824.000	0,7	204.000	0,1	24,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4101	10.399.000	8,7	10.777.000	6,2	103,6	7.668.815	7,3	71,2	6.418.233	6,7	59,6	83,7
4197	5.542.000	4,6	12.090.000	7,0	218,2	9.979.661	9,5	82,5	9.979.661	10,4	82,5	100,0
4198	1.000.000	0,8	1.500.000	0,9	150,0	1.155.845	1,1	77,1	1.155.845	1,2	77,1	100,0
5027	500.000	0,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
8505	7.778.000	6,5	9.078.000	5,2	116,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	119.197.000		173.098.642		145,2	104.981.389		60,6	95.724.253		55,3	91,2

FONTE: SIGGo/DISCOVERER –01/2013.

O Programa 6215 contou com 14 Ações em 2012. Observamos da Tabela 6 que aproximadamente 97% da Despesa Autorizada do Programa estão distribuídos entre seis Ações: 2460 – CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO, 2469 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO, 2541 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, 4101 – SINALIZAÇÃO

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003261-Verso

HORIZONTAL E VERTICAL, 4197 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA, 8505 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA. Cinco Ações empenharam 0% de sua Despesa Autorizada, sendo que uma delas (5027) teve a Despesa Autorizada cancelada.

I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO

O planejamento de execução física previsto pelas Unidades é formalizado por meio do cadastramento de Etapas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. Na Tabela 7 apresenta-se o total de Subtítulos associados à cada uma das Ações do Programa, bem como o número total de Etapas cadastradas no SAG para estes Subtítulos.

TABELA 7 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
2460	CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO	2	2
2469	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO	1	2
2541	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	4	4
2904	MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO	1	1
3095	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE TRÂNSITO	1	1
3096	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN	1	1
3208	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1	1
3209	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA	1	1
4034	INTEGRAÇÃO DER/DETRAN GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO	1	1
4101	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	30	86
4197	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA	1	1
4198	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	1	1
5027	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO	1	1
8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1	1
	TOTAL	47	104

FONTE: SAG/SIGGo/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2012

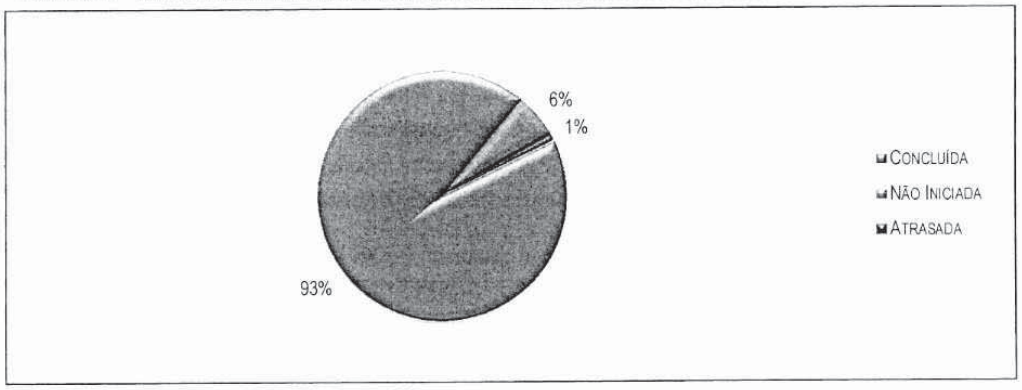
As Ações 2460 e 2541 apresentam Subtítulos tanto no DETRAN quanto no DER. Oito Etapas apresentam quantidade prevista definida como "*uma unidade*", o que compromete a avaliação da consecução da meta prevista. É fundamental que a Secretaria de Planejamento oriente as Unidades a definirem quantidades previstas nas Etapas cadastradas no SAG, coerentes com a finalidade a ser executada.

Na Figura 1 apresenta-se a situação das Etapas cadastradas no SAG para as Ações do Programa 6215, quanto ao seu estágio no final do exercício. Do total de 104 Etapas

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003282

cadastradas para o Programa, aproximadamente 93%, ou seja, 97 Etapas são consideradas concluídas por suas Unidades Gestoras. A discussão da situação de andamento das Etapas será feita adiante no presente relatório.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGo/SAG/DISCOVERER – 6ºBIMESTRE/2012

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria (planejamento e execução) foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013, nas Unidades Orçamentárias DETRAN, DER, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado de Transportes. Foram utilizados como técnicas no desenvolvimento dos trabalhos a realização de entrevistas, consulta a processos e visita aos produtos das Etapas cadastradas para as Ações do Programa.

Todas as 14 Ações que compõem o Programa foram auditadas para a avaliação de eficácia. As Ações que apresentaram Subtítulos/Etapas em mais de uma Unidade Orçamentária, no caso, Ações com Etapas no DER e DETRAN, foram auditadas em ambas as Unidades.

Durante as investigações, avaliou-se a adequação das metas (finalidade/quantidades previstas) cadastradas no SAG para as Etapas, e a realização dos produtos ao longo do exercício. Para a Ação 4101 (Sinalização Horizontal e Vertical), que apresenta um total de 30 Subtítulos e 86 Etapas, envolvendo 30 Regiões Administrativas, foram selecionados endereços relativos aos serviços executados nos dois últimos meses de 2012, para cada um dos quatro lotes que compõem a Ação, e realizada a verificação "in loco"

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003262-Verso

dos produtos. As demais Ações/Subtítulos apresentaram no máximo três Etapas cadastradas no SAG, e foram investigadas na íntegra durante os trabalhos.

A avaliação de eficácia do Programa foi feita tomando-se por base a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE e o resultado dos Indicadores de Desempenho desenhados para o Programa. (dimensão tática do PPA).

A avaliação de eficiência do Programa foi realizada com base em auditorias realizadas em todas as Ações que compõem o Programa, em especial nas Ações 2460 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO, 2469 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO, 2541 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO e 4101 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL. As quatro Ações englobam 88% da Dotação Autorizada total do Programa, e representam três das quatro vertentes adotadas no Programa para consecução de seu objetivo específico: Engenharia, Fiscalização e Educação para o Trânsito. De maneira semelhante à avaliação de eficácia, Ações com Etapas no DER e DETRAN foram verificadas em ambas as Unidades.

As Ações foram avaliadas de acordo com um ou mais dos seguintes critérios: i) a consecução das metas previstas e a pertinência dos produtos gerados, conforme investigados na avaliação de eficácia; ii) consecução dos prazos definidos nos contratos, ou definidos em planejamento das Unidades; iii) qualidade dos produtos entregues, avaliada por meio dos requisitos estabelecidos nos contratos firmados; iv) avaliação dos métodos e metodologias de controle, em especial, os realizados pelos executores dos contratos sobre as quantidades e a qualidade dos produtos entregues pelas contratadas; v) execução do orçamento.

Uma breve análise de efetividade foi feita com base no indicador 825 do Programa.

III – RESULTADOS E ANÁLISES

Apresenta-se a seguir o resultado das avaliações realizadas nas Ações, Subtítulos e Etapas que compõem o Programa 6215:

AÇÃO 2460 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO

A Ação apresenta dois Subtítulos: CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO-DER e CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO – DETRAN.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003263

SUBTÍTULO 001 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO – DER – DISTRITO FEDERAL

Representa 23% da Despesa Autorizada da Ação, e, deste total, 79% foram empenhados no exercício. Sua única Etapa, "Realizar campanhas educativas de Trânsito no Distrito Federal" mantém pertinência com a finalidade da Ação, tendo como propósito a realização de campanhas educativas que se desenvolvem conforme as diretrizes do DENATRAN/CONTRAN.

A quantidade prevista no SAG para a Etapa, 1 unidade, impede uma avaliação comparativa para aferição do percentual de eficácia via sistema, e uma correta definição de seus produtos. O DER, entretanto, elabora um planejamento mensal indicando as ações a serem executadas dia a dia, e mantém um acompanhamento do número de pessoas abordadas nas diversas ações. Como o objetivo destas ações é a conscientização das pessoas para a educação no trânsito, sugere-se que seja considerado no planejamento da Etapa, como quantidade prevista, o número de pessoas abordadas, com o resultado mês a mês sendo apresentado como Etapa realizada.

A execução da Etapa se dá através da educação para o trânsito, realizada de forma contínua na escola vivencial de trânsito do DER, onde crianças de escolas públicas e particulares de 5 a 12 anos, de todo o Distrito Federal, são recebidas diariamente para palestras educativas, apresentação de peça teatral ("Em Busca da Cidade do Trânsito"), lanche e visitas à Transitolândia, uma mini cidade lúdica que permite às crianças aplicar as regras de trânsito ao transitarem como pedestres ou passageiros por vias sinalizadas.

Também são realizadas palestras em escolas, teatros externos e ações educativas diretamente com motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres nas rodovias do DF, com a distribuição de brindes (garrafa squeeze, lixocar, chaveiro, canetas, porta CD, porta documentos) e panfletos educativos ligados aos temas abordados. Em 2012 as ações realizadas se desenvolveram em torno de 16 temas, que, juntamente à participação na Semana Nacional do Trânsito, às palestras educativas e aos teatros realizados, tanto internamente como externamente, somaram, até novembro de 2012, cerca de 100 mil abordagens (número de pessoas).

Os empenhos realizados na Etapa são pertinentes com sua finalidade. Os maiores gastos estão relacionados ao contrato com o Instituto Zabilin de Arte e Cultura, que realiza os espetáculos teatrais, e o contrato para pagamento dos serviços gráficos, com a Gráfica e Editora Movimento LTDA, onde são elaborados os materiais para distribuição nas campanhas externas e na Transitolândia.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003263-Verso

Sobre o fato dos serviços teatrais serem contratados por inexigibilidade, a entidade informa que o objetivo é contratar uma empresa que faça o trabalho teatral de maneira educativa. Nesse sentido, optaram por contratar diretamente a empresa que já apresentava experiência em trabalhos anteriores com o DETRAN/DF. Sugere-se que o DER avalie a possibilidade de seguir a proposta adotada pelo DETRAN, que utiliza o pregão para contratar apenas os atores e figurinos, uma vez que já desenvolveu os roteiros adequados ao propósito previsto.

SUBTÍTULO 002 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO – DETRAN – DISTRITO FEDERAL

Representa 77% da Despesa Autorizada da Ação, e, deste total, 25% foram empenhados no exercício. Sua única Etapa, "Realizar campanhas educativas de Trânsito" mantém pertinência com a finalidade da Ação, tendo como propósito a realização de campanhas educativas, que, assim como no DER, se desenvolvem em torno de macro temas alinhados com as diretrizes do DENATRAN/CONTRAN.

Ao contrário do que ocorre com o DER, o DETRAN contou apenas com este Subtítulo no Programa para tratar do assunto "Educação de Trânsito". Tal fato pode trazer dificuldades na realização daqueles empenhos que, apesar de relacionados com o assunto de educação, não estão estritamente ligados à realização das campanhas. Na opinião da equipe, o DETRAN poderia considerar em seu planejamento a criação de novas Etapas no Subtítulo, separando os produtos relativos às campanhas educativas dos demais produtos ligados à educação para o trânsito.

A quantidade prevista na única Etapa cadastrada no SAG é de sete campanhas educativas para o exercício de 2012. Estas campanhas foram: Carnaval, Volta às Aulas, Faixa de Pedestre, Álcool x Direção, Semana Nacional de Trânsito, Período de Chuvas e Férias. Tal número prevê apenas os grandes temas, sem considerar o desdobramento em campanhas menores.

A Etapa realizada superou o previsto no exercício, com total de treze campanhas. As campanhas foram realizadas através de blitzes educativas, ações educativas em bares, jogos educativos, intervenções artísticas com bonecos e repentistas, espetáculos teatrais e distribuição de materiais educativos.

As atividades realizadas estão documentadas em relatórios mensais elaborados pelo Núcleo de Campanhas Educativas de Trânsito, e em registros fotográficos. O

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003264

planejamento mensal das atividades é definido em função das estatísticas de acidentes em cada período, das peculiaridades de cada época do ano e da previsão legal do CTB, das Resoluções do CONTRAN e Portarias do DENATRAN.

A qualidade dos produtos previstos, considerando que o produto previsto na Etapa é "campanhas educativas realizadas", está diretamente atrelada ao público atingido pela campanha. É natural o entendimento de que quanto mais pessoas tiverem acesso às campanhas, mais chances de uma mudança na forma como tratam a questão do trânsito.

Como mencionado na avaliação de indicadores, o DETRAN mantém um indicador próprio que mensura a Abrangência das Campanhas Educativas. Uma vez que a informação está disponível na Unidade, sugere-se à Diretoria de Educação avaliar a possibilidade de definir como quantidade prevista no SAG a quantidade de pessoas atingidas pelas campanhas mensalmente realizadas, seguindo a mesma tendência prevista pelo DER.

Este é o primeiro exercício financeiro em que há destinação orçamentária específica para as ações de educação de trânsito, desvinculada do orçamento de publicidade e propaganda. A execução do orçamento, entretanto, foi muito baixa, 25% da Despesa Autorizada. A ausência do contrato com a agência de publicidade foi um dos principais fatores que limitou esta execução, já que muitos gastos precisam ser realizados por meio de sua contratação, como por exemplo, as divulgações em TV e os serviços gráficos. Muitas divulgações são feitas porque há grande interesse da mídia espontânea pelo assunto.

Os empenhos realizados foram majoritariamente contratados via pregão Importante destacar que, ao contrário do DER, o DETRAN contrata os serviços teatrais através de pregão. Isto é possível porque a entidade possui roteiros montados, sendo possível contratar apenas os atores e figurinos.

AÇÃO 2469 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO:

É a Ação que engloba o maior percentual da Despesa Autorizada do Programa, 43%, e cerca de 70% dos recursos foram empenhados em 2012. Possui dois Subtítulos:

SUBTÍTULO 2551 – IMPLANTAÇÃO DE SEMÁFOROS INTELIGENTES NO DF

Trata-se de emenda parlamentar cuja Dotação Inicial foi cancelada no início do exercício. Não apresenta Etapa no SAG. Estava a cargo da SSP.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 00326A-Verso

SUBTÍTULO 9519 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO – DETRAN – DF

Representa 100% da Despesa Autorizada da Ação. Apresenta duas Etapas:

a) Etapa 87 – RECONHECER DÍVIDAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: trata-se de reconhecimento de dívida de serviço de sinalização horizontal. Existe Ação própria para os serviços de sinalização, mas os Subtítulos são definidos por Região Administrativa, e o DETRAN optou por incluir os empenhos neste Subtítulo. Essa prática deve ser evitada, pois os produtos pagos com recursos do Subtítulo devem manter relação com seu propósito.

b) Etapa 16 – REALIZAR GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL: a Etapa apresenta como quantidade prevista 01 unidade, o que impede qualquer acompanhamento em termos de produtos previstos.

Dada à materialidade do Subtítulo e a relevância da Etapa no cenário do Programa, questionou-se o DETRAN sobre quais seriam os principais produtos para 2012, e estes foram descritos em quatro categorias:

1. Serviços de Engenharia concernentes à implantação do sistema integrado de detecção, registro e processamento de imagens de infrações de trânsito, REIT II – PARDAL (432 faixas);
2. Serviços de Engenharia concernentes à implantação do sistema integrado de detecção, registro e processamento de imagens de infrações de trânsito, REIT I – Barreira Eletrônica (293 faixas)
3. Serviços de Engenharia concernentes à implantação do sistema integrado de detecção, registro e processamento de imagens de infrações de trânsito, REIT III – Avanço Semafórico (371 faixas);
4. Manutenção dos Semáforos nas vias urbanas do Distrito Federal (454 cruzamentos).

Apesar da forma como estão descritos, a entidade informa que no ano de 2012 não houve implantação de novos elementos no DF, apenas a manutenção dos já existentes.

Observa-se que cerca de 90% dos recursos empenhados no Subtítulo estão distribuídos entre seis credores: Consórcio SITRAN-DATAPROM, ENGEBRÁS, PANAVÍDEO, PERKONS e SITRAN, todos contratados após procedimento licitatório de concorrência, e a CEB, por inexigibilidade/dispensa de licitação. Os produtos entregues no

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003265

subtítulo 9519 resultaram majoritariamente dos contratos firmados com estes 6 credores. Dentre os empenhos realizados para a SINTRAN também estão incluídos os serviços de instalação de "no breaks" nos semáforos do DF e substituição das lâmpadas incandescentes por LEDS, que já estão em fase de implantação. Há expectativa de uma substancial economia energética no DF na efetivação desses serviços.

Especificamente no tocante às barreiras eletrônicas, o contrato firmado com o consórcio PERKOS/Panavídeo (Contrato 32/2006) foi encerrado em 2012. A intenção inicial era realizar um aditivo no contrato com a empresa PANAVÍDEO, mas isto não ocorreu, implicando na redução de 28 barreiras no exercício (20,4% do total). Destaca-se também a realização de contrato emergencial de 180 dias, firmado com a SERGET COMERCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRANSPORTE LTDA, no final de 2012, para manutenção dos pardais. A contratação emergencial foi necessária pois a licitação prevista para 18 de dezembro de 2012 (Pregão Presencial 060/2012) teve que ser adiada em decorrência de alterações no projeto básico.

Os outros 10% dos recursos empenhados envolvem pequenos empenhos de diversas naturezas, inclusive, os insumos utilizados na oficina de reciclagem de placas para sinalização vertical, mencionada a seguir na Ação de sinalização.

Não existe um cronograma definido para a implantação de novos produtos, mas uma demanda crescente por novos pontos a serem monitorados. O DETRAN/DF contabiliza as necessidades anualmente. Quando há interesse e quando há possibilidade, os contratos são aditivados para atender às novas demandas. Em regra, novos pontos são atendidos no momento da celebração de novos contratos. Os pontos estão geograficamente referenciados no SIGDETRAN. Os novos pontos são definidos com base em estudos de locais críticos de acidentes, por solicitação da sociedade e por estudos da Engenharia do DETRAN.

As informações do SAG na Etapa realizada indicam a realização de 7.028 serviços de gerenciamento e controle do tráfego por meio de equipamentos eletrônicos do tipo barreiras eletrônicas, controlador de velocidade e controlador de avanço de sinal vermelho. O número está apresentado por equipamentos, e assim distribuído: 144 barreiras eletrônicas, 207 pardais, 135 controladores de avanço semafórico e 6542 semáforos instalados.

É importante ajustar as informações fornecidas ao núcleo de planejamento do DETRAN, resultante dos relatórios diários da contratada, com as quantidades previstas no Subtítulo (utilizar número de equipamentos ou faixas fiscalizadas, ou um ou outro). No SAG a quantidade prevista para a Etapa do Subtítulo consta como 01 unidade. Quando a entidade

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003265-Verso

foi questionada, forneceu a informação descrita nos itens 1 a 4 acima exibidos, com quantidades expressas em faixas fiscalizadas. Entretanto, os relatórios que alimentam o núcleo de planejamento não exibem suas quantidades em faixas, e sim por equipamento de fiscalização eletrônica – EFE em funcionamento.

Na opinião do DETRAN, a qualidade dos serviços prestados pelas empresas que fornecem EFE é moderadamente satisfatória. Para um maior controle da execução dos contratos de fiscalização o executor deveria se dedicar exclusivamente à fiscalização de um contrato. O acompanhamento gerencial dos contratos é feito por meio de relatórios mensais emitidos pela empresa e analisados pelo executor, além de acompanhamento da instalação, substituição, retirada ou remanejamento de equipamentos, que é feito conforme a necessidade.

AÇÃO 2541 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A Ação apresenta quatro Subtítulos, sendo um deles gerido pelo DETRAN e os outros três de gestão do DER. Representa 48% da Despesa Autorizada total do Programa.

SUBTÍTULO 0001 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - EM RODOVIAS – DISTRITO FEDERAL

Apresenta uma única Etapa cadastrada no SAG, REALIZAR POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL. Representa cerca de 10% da Despesa Autorizada do Programa. A meta informada no SAG é de 1 unidade e a Etapa consta como concluída. Cerca de 70% dos recursos disponíveis foram empenhados no exercício. A gestão e execução da Ação está a cargo do DER. Observa-se que muitos dos elementos que no DER estão incluídos na atividade de policiamento, equivalem aos elementos incluídos na Ação de Gerenciamento Eletrônico do Trânsito no DETRAN.

São produtos previstos neste Subtítulo as fiscalizações eletrônicas de controle de velocidade, monitoramento, avanços de sinalização semafórica, identificadores alfanuméricos de placas (OCR), câmeras de CFTV, painéis de mensagens variáveis, processamento eletrônico de multas (DETRAN - convênio 001/2010) e repasse de recursos de acordo com o convênio firmado com a PMDF em maio de 2012 (convênio 001/2012). Segundo o DER, as quantidades previstas dependem de cada contrato ou convênio firmado, não sendo possível, portanto, identificá-los para definição de um percentual de realização no exercício.

CPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003266

Em 2012 houve a implantação de rádio comunicação para os agentes de trânsito do DER, a continuidade da locação de talonários eletrônicos, o aumento na quantidade dos equipamentos de controle de velocidade e sua manutenção (expectativa de ampliação de 105 para 115 Equipamentos de Fiscalização Eletrônica), além do convênio firmado com a PMDF, que define o repasse de 40% dos valores relativos às multas por ela aplicadas.

Os empenhos realizados mantém coerência com o propósito do Subtítulo. Tratam-se dos recursos empenhados para pagamento dos convênios e contratos que mantém os grandes elementos de policiamento e fiscalização das rodovias do DF. A ausência de um planejamento inicial e a meta genérica, de uma unidade, impedem uma avaliação precisa do seu percentual de execução.

Entende-se que seria possível identificar os principais elementos a serem executados no exercício, por meio dos contratos firmados, e traduzi-los nas quantidades previstas a serem alimentadas no SAG. Isso traria mais transparência para o planejamento e monitoramento das atividades desenvolvidas no Subtítulo.

SUBTÍTULO 0002 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DETRAN - DISTRITO FEDERAL

Apresenta uma única Etapa cadastrada no SAG, REALIZAR OPERAÇÕES DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO. Representa 15% da Despesa Autorizada do Programa, e 56% destes recursos foram empenhados no exercício. A meta informada no SAG é de 38.400 unidades.

As 38.400 unidades representam todas as atividades desempenhadas de policiamento e fiscalização, ou seja, operações de trânsito, patrulhamentos, pontos de demonstração, aferições, controle de tráfego, dentre outras. A fiscalização de trânsito, exercida pelo DETRAN DF consiste em controlar o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação de trânsito, nas vias urbanas do DF. Trata-se do policiamento ostensivo de trânsito, dentro da competência de polícia administrativa de trânsito. Por força de convênio, a Polícia Militar também realiza o mesmo policiamento. Esta competência se estabelece pelo inciso V do Art. 22 do Código de Trânsito Brasileiro, incluindo ainda, os incisos VI e VII, do Art. 24, uma vez que o Distrito Federal reúne as funções de Estado e Município, concomitantemente.

As atividades são planejadas de modo a atender aos seguintes critérios, por ordem de prioridade:

1. Segurança de Trânsito – operações de blitz, alcoolemia, motocicletas, patrulhamento, ponto de demonstração;
2. Fluidez e organização viária – Plano de Intervenção e Fluidez no Trânsito (PIFT);
3. Demandas de Ouvidoria – Reclamações de Usuários;
4. Atendimento às emergências – Via CIADE.

Os dados estatísticos disponibilizados pela Gerência de Estatística são aplicados como norteadores para escolha das vias, horários, dias da semana e tema da fiscalização. Os trabalhos são desenvolvidos em três escalas: escala 12x36 (diurna), escala 12x60 (noturna), expediente (8 às 18hs).

A previsão anual é feita sobre o total de fiscalizações executadas no ano anterior, com um acréscimo de 5 a 10%, desde que haja expectativa de aumento do efetivo de agentes de trânsito.

Segundo dados do SAG, o total de operações realizadas foi de 19.737. A Unidade esclarece que a previsão e a realização podem diferir, uma vez que as atividades estão sujeitas a cancelamentos ou alterações de última hora, causadas, por exemplo, por acidentes, atrasos provenientes de operações anteriores ou problemas técnicos, que demandem tempo superior ao previsto em cada operação.

Alguns motivos específicos foram enumerados pelo DETRAN para o resultado inferior à meta prevista:

a) O encerramento do contrato do Radar Móvel, em março de 2012, que constava da previsão inicial de operações. Aproximadamente 1375 operações que haviam sido inicialmente previstas deixaram de ser realizadas;

b) As operações de guincho de veículos, que inicialmente eram incluídas no total de operações, agora estão somadas no campo de veículos apreendidos;

c) A aposentadoria de 8 agentes de trânsito, e o afastamento por motivo de saúde/cessão de 20 agentes, fatos que interferem na previsão das escalas;

SEI FROC 039 /2013 Folha Nº 0003267

d) Houve uma alteração na dinâmica das operações, reduzindo o número total de operações diárias para uma única operação, com 7 viaturas e 14 agentes;

e) A previsão para 2012 levou em conta a contratação dos agentes por concurso público. O concurso sofreu vários atrasos que impactaram nas atividades.

A partir de 14/11/2012, o DETRAN foi autorizado a pagar horas extras, o que viabilizou a realização de mais atividades e operações de trânsito.

Entende-se que os fatores assinalados influem na execução das atividades programadas. Como sugestão, a inclusão nos relatórios mensais das ocorrências que acarretaram atrasos na execução das operações pode fornecer uma informação que auxilie na gestão destas operações, permitindo uma maior precisão na elaboração do planejamento. Reforça-se também a necessidade de garantir a distribuição das atividades de policiamento por todas as Regiões Administrativas do DF, respeitadas as demandas determinadas pelos resultados estatísticos fornecidos, uma vez que os relatórios avaliados mostram bastante heterogeneidade na distribuição das operações.

Os empenhos realizados no Subtítulo mantêm pertinência com o seu propósito. Por tratar-se de uma Ação cujo produto é a prestação de serviços, tais empenhos custeiam objetos de diversas naturezas, que visam apoiar as atividades de policiamento (cones, filtro solar, uniforme, manutenção preventiva e corretiva de veículos, aquisição de veículos, etc). A qualidade dos produtos prestados neste caso fica intrinsecamente ligada ao resultado obtido pelas operações de policiamento e fiscalização, traduzida, por exemplo, em número de veículos apreendidos e notificações lavradas, que apresentaram um cenário crescente em 2012.

SUBTÍTULO 0004 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – APOIO À FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – DISTRITO FEDERAL

Apresenta uma única Etapa cadastrada no SAG, APOIAR O POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO DISTRITO FEDERAL. Representa cerca de 1,5% da Despesa Autorizada do Programa. A meta informada no SAG é de 1 unidade e a Etapa consta como concluída. Cerca de 15% dos recursos disponíveis foram empenhados no exercício.

O apoio ao policiamento e fiscalização de trânsito consiste em prover o Batalhão de Policiamento Rodoviário, conveniado com o DER-DF e a Gerência de Controle

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00267-Verso

Operacional da Diretoria de Fiscalização da Superintendência de Trânsito do DER-DF de todos os insumos necessários para o efetivo trabalho dos agentes de trânsito. Nesta ação são classificadas as despesas com materiais e serviços para o pleno serviço dos agentes de trânsito. Os empenhos realizados mantêm coerência com o propósito do Subtítulo (guarda-pó, camiseta, lanterna, camisas, bloqueador solar, meias, etc).

A definição do que vai ser feito no Subtítulo varia de ano para ano. À medida que há necessidade, as unidades requerem a aquisição ou manutenção. Como são produtos e serviços que variam de acordo com a natureza dos serviços, a quantidade adotada na Etapa foi 01 unidade. Como mencionado no Subtítulo 001, para avaliar a eficácia de sua execução, entende-se que seja importante a definição dos principais elementos a serem gastos na execução da Etapa.

SUBTÍTULO 0005 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO - DISTRITO FEDERAL

Apresenta uma única Etapa cadastrada no SAG, REALIZAR FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER-DF-INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS. Representa menos de 1% da Despesa Autorizada do Programa. A meta informada no SAG é de 1 unidade. A Etapa consta como não iniciada, apesar da data prevista para conclusão em 31/12/2012. Nenhum empenho foi realizado na Ação.

O produto final esperado na Etapa é a implantação de balanças e fiscalização do transporte de cargas nas rodovias do Distrito Federal, com a finalidade de preservar o pavimento existente e proporcionar maior segurança aos usuários.

Segundo o DER, a Ação encontrou limitação para a sua execução devido à carência de recursos humanos – servidores de especialidade de engenharia lotados na Superintendência de Trânsito, já que se trata de uma atividade nova no Distrito Federal, e necessita de conhecimentos técnicos específicos para a sua implantação e operação.

Em agosto de 2012, com a nomeação de novos engenheiros no DER, foi iniciado o trabalho para elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa para a implantação de bases e operação volante de sistema de pesagem dinâmica em rodovias do DF. O processo n° 113.009.997/2012 foi aberto para contratação de três bases e dois sistemas de operação.

AÇÃO 2904 – MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO

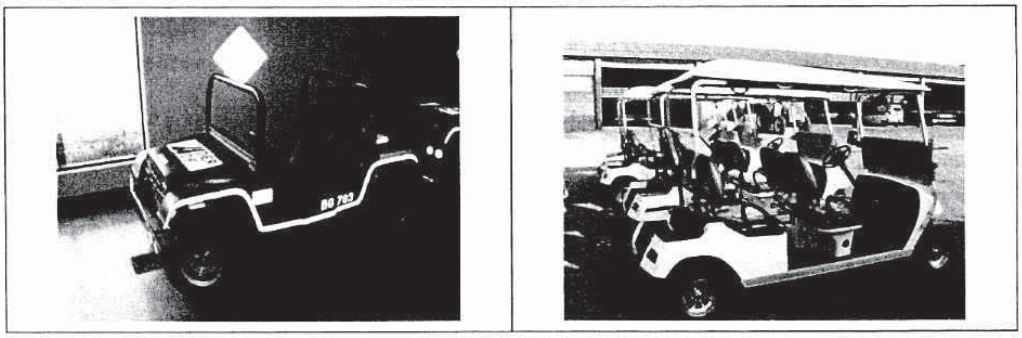
A Ação apresenta um único Subtítulo, MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO – DER- SOBRADINHO, com menos de 1% da Despesa Autorizada total do Programa. Uma única Etapa foi cadastrada no SAG para a Ação, MANTER A ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO DO DER-DF, com quantidade prevista de 1 unidade. Cerca de 30% dos recursos foram empenhados na Ação.

A manutenção da escola vivencial consiste em todos os serviços necessários para a manutenção da Escola, que está situada no Parque Rodoviário do DER-DF e que tem por finalidade promover a educação para o trânsito de alunos de escolas públicas e privadas. Os serviços mantidos são: fornecimento de lanche para os alunos que visitam a escola, transporte dos alunos das escolas até o DER e vice-versa e manutenção predial, dos jardins, calçadas e mobiliário.

A meta de 01 unidade impede um melhor acompanhamento dos produtos previstos na Ação. Ações que tenham por finalidade a manutenção devem ter um planejamento estabelecido sobre as principais atividades que integram a rotina de sua execução, ou os principais investimentos que serão integrados à escola.

Na ausência de um planejamento detalhado foram avaliados os empenhos realizados, que, no entendimento da equipe de auditoria, estão pertinentes com o propósito da Ação. Os gastos mais expressivos foram realizados na manutenção dos contratos com a frota de ônibus para o transporte das crianças para a Transitolândia, o contrato para fornecimento do lanche dado às crianças durante as visitas, e com a compra de quatro (04) veículos elétricos da marca ZOOMCAR, para transporte das crianças internamente, nas pistas da Transitolândia. Os novos veículos substituíram os antigos carros utilizados (Figura 2), sendo mais acessíveis para crianças com necessidades especiais.

FIGURA 2 – VEÍCULOS UTILIZADOS NA TRANSITOLÂNDIA – ANTIGOS (ESQUERDA) E NOVOS (DIREITA)



DATA DO REGISTRO: 13/07/2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003268-Verso

AÇÃO 3095 – CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO

A Ação apresenta um único Subtítulo, CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DE TRÂNSITO – DETRAN-DF-PLANO PILOTO, com menos de 1% da Despesa Autorizada total do Programa. Uma única Etapa foi cadastrada no SAG para a Ação, CONSTRUIR PRÉDIOS E PRÓPRIOS DA ACADEMIA DE TRÂNSITO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, com quantidade prevista de 660 m^2. Não foi iniciada em 2012, apesar da data prevista de início em 01/11/2012, e nenhum valor foi empenhado no Subtítulo relacionado.

A proposta é a construção de uma unidade educacional formadora de conscientização na área de trânsito, dando expressão social ao trânsito, promovendo a educação e formação para o exercício da cidadania e adoção de comportamentos seguros. Hoje esses serviços são oferecidos na unidade do DETRAN-DF situada na SEPS 706/906, Asa Sul, em Brasília. O local, entretanto, não comporta a quantidade de alunos que frequentam regularmente este espaço. Faltam vagas para estacionamento de veículos e espaço destinado às atividades educacionais e lúdicas.

Inicialmente foi escolhida para construção da escola a área situada na EQS 204/205 Sul, Área Especial, em Brasília. Trata-se de um imóvel de 10.000 m^2 de extensão, que foi escolhido por situar-se em uma área central do Distrito Federal, de fácil acesso por transporte público e/ou particular.

A área, entretanto, está destinada a uso pela Secretaria de Estado de Educação do DF, e a cessão do terreno não foi oficializada, pois está em andamento uma negociação entre o GDF e o Governo Federal para construção de uma creche. Um novo terreno ainda não foi indicado e a Ação não está prevista para a LOA de 2013.

AÇÃO 3096 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN

A Ação apresenta um único Subtítulo, CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN – SAMAMBAIA, com menos de 1% da Despesa Autorizada total do Programa. Uma única Etapa foi cadastrada no SAG para a Ação, CONSTRUIR PRÉDIOS E PRÓPRIOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL EM SAMAMBAIA, com quantidade prevista de 600 m^2. Não foi iniciada em 2012, apesar da data prevista de início em 01/11/2012, e nenhum valor foi empenhado no Subtítulo relacionado.

Segundo o DETRAN, a Região Administrativa de Samambaia, como uma das maiores Regiões Administrativas do Distrito Federal, carece da presença de Unidade para

SFL FRCO 039 /2013 Folha Nº 003259

Atendimento da Autarquia, e sua população geralmente procura a Região Administrativa de Taguatinga, onde está localizada a Gerência Regional de Trânsito. Isto motivou a escolha desta RA para a construção da nova Unidade. No local serão oferecidos serviços de transferência de veículos, vistoria, serviço de habilitação, emplacamento, depósito para veículos apreendidos e serviços de educação de trânsito. As comunidades circunvizinhas, como Recanto das Emas e Riacho Fundo II também serão beneficiadas com a implantação desta unidade de atendimento.

A construção da Unidade em Samambaia já havia sido prevista na LOA 2011, mas o projeto não foi iniciado por falta de área própria. Em 2012, houve a reprogramação da Ação, e a área correspondente aos lotes 06, 07, 08, 09 e 10, da Quadra 201, conjunto 07, Samambaia, foi reservada à sua construção. Estes lotes estão destinados à EPC – Equipamento Público Comunitário, se enquadrando na finalidade a ser dada pelo DETRAN. Apesar de a carga patrimonial estar na Secretaria de Segurança Pública, o lote 06, em princípio, havia sido destinado à Secretaria de Estado de Educação para construção de uma unidade escolar. Em audiência realizada no mês de maio, o Secretário de Educação colocou o terreno à disposição do DETRAN, e aguarda-se apenas a formalização desta liberação (termo de cessão).

O DETRAN informou que mesmo não havendo a disponibilização do lote 06, os demais lotes são suficientes para a construção da Unidade, havendo apenas o deslocamento do depósito rotativo de veículos para outro endereço em Samambaia.

Uma vez definido o projeto a ser executado, manter a quantidade prevista no SAG compatível com a área total a ser construída.

AÇÃO 3208 – IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, IMPLANTAR A SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER/DF. A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 8 unidades, e a Etapa consta como não iniciada no exercício de 2012, apesar da data de conclusão prevista para 31/12/2012. Representa menos de 1% da Despesa Autorizada para o Programa, e não houve emissão de empenho na Ação.

A demanda pela implantação de unidades semafóricas vem sendo suprida por remanejamento de cruzamentos semafóricos que foram desativados em função de obras de

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003269-Verso

ampliação/adequação da capacidade viária de rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal. Exemplificando, na DF-085 (EPTG), existia um cruzamento semafórico para acesso ao Conjunto Habitacional Lúcio Costa, outro no cruzamento da DF-085 (EPTG) com a DF-087 (EPVL) e outro para acesso à residência oficial do Governador. Com as obras de adequação e melhoria da DF-085, foram eliminados estes cruzamentos, cujo material foi remanejado para atendimento às demandas em outros locais.

AÇÃO 3209 – IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER/DF. A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 35.000 m^2, e a Etapa consta como concluída no SAG. Representa menos de 1% da Despesa Autorizada para o Programa, e 56% dos recursos foram empenhados. No SAG não há Etapa associada à sinalização vertical.

A Etapa realizada em 2012 foi a conclusão da implantação da sinalização estratigráfica na DF-085 (EPTG). A sinalização estratigráfica se divide em horizontal e vertical. Na horizontal, são realizadas pinturas de marcas viárias de tráfego e travessias de pedestres para ordenação de circulação e segurança. Na vertical, a implantação e confecção de placas, semi-pórticos e pórticos. Considerando o relatório da última medição realizada (12° Medição – Medição Final, em 12/09/2012), a soma de todos os serviços cuja unidade de medida é m^2 (medida da sinalização horizontal) é de 25.828,53 m^2. Este resultado é acumulado, ou seja, parte foi realizada em 2011 e parte em 2012.

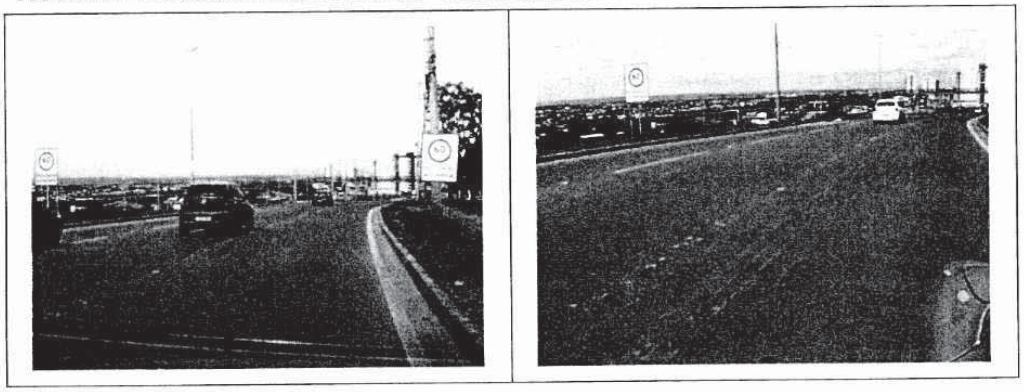
A ressalva que se faz neste caso é a importância de manter as informações alimentadas no SAG compatíveis com a execução dos serviços, uma vez que os dados preenchidos na Etapa executada indicam que 100% da obra foi realizada, e a quantidade prevista registrada no sistema é superior em cerca de 10.000 m^2 (quantidade prevista 35.000 m^2). O contrato com a SITRAN (Processo nº 113.009984/2010), referente ao serviço executado, foi encerrado em 30/08/2012, com período de vigência de 06/09/2011 a 30/08/2012.

Na visita realizada à DF 085 em janeiro de 2013, foi possível constatar a pintura em toda a extensão da via. As faixas de sinalização horizontal mostram-se bastante nítidas, sem maiores sinais de deterioração, em praticamente toda a extensão da pista, apenas

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 0003270

com necessidade de manutenção em alguns trechos das pistas marginais, como por exemplo, na altura da universidade UNIEURO (Figura 3).

FIGURA 3 – TRECHOS DA MARGINAL EPTG – SINALIZAÇÃO JÁ MOSTRA SINAIS DE DETERIORAÇÃO



DATA DO REGISTRO: 06/02/2013

AÇÃO 4034 – INTEGRAÇÃO DER/DETRAN – GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO – TRÂNSITO INTELIGENTE

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, INTEGRAÇÃO DER/DETRAN – GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO – TRÂNSITO INTELIGENTE - PLANO PILOTO, e uma única Etapa cadastrada no SAG, INTEGRAR DER/DETRAN PARA GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO - TRÂNSITO INTELIGENTE. A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 1 unidade, e a Etapa consta como não iniciada no exercício de 2012, apesar da data de conclusão prevista para 31/12/2012. Representa menos de 1% da Despesa Autorizada para o Programa, e não houve qualquer empenho na Ação.

A forma como a Ação está descrita em sua Etapa, com uma unidade, não permite uma melhor avaliação dos produtos a serem entregues. Segundo a Unidade, a Ação consiste em diversas ações conjuntas a serem desenvolvidas pelo DER e pelo DETRAN, por meio do convênio 01/2010 firmado entre as duas autarquias. As ações informadas envolvem atividades de processamento de dados, engenharia de tráfego, educação de trânsito fiscalização de trânsito, estatística e monitoramento aéreo.

O que se apreende da avaliação da Ação é que muitas das atividades informadas, apesar de terem sido consideradas como parte da integração prevista, estão contempladas em outras Ações do Programa 6215. Como exemplo, citamos a modernização

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003270-Verso

dos conjuntos semafóricos com a substituição das lâmpadas incandescentes por "led", instalação de equipamentos "no break" em semáforos e as ações de fiscalização e educação conjuntas.

Outras atividades mantêm pertinência com o previsto na Ação, como a instalação de equipamentos eletrônicos do tipo mensagens variáveis (OCR e câmeras de monitoramento) em diversas rodovias e vias urbanas, com o objetivo de informar as situações de trânsito, propiciando uma melhor distribuição do tráfego na rede viária. Entretanto, estão em fase preliminar de elaboração de editais para licitação, e ainda não se consolidaram em produtos para a sociedade.

A instalação dos cabos de fibra ótica interligando o sistema de informática do DER com o DETRAN já foi realizada. Apesar desta atividade ter sido associada à Ação 4034, como não houve qualquer empenho no exercício de 2012, entende-se que tal atividade deveria estar associada a programa de trabalho de outra Ação Orçamentária.

Entende-se que a integração prevista na Ação ainda encontra-se em fase preliminar, e seus produtos só poderão ser percebidos em exercícios futuros.

AÇÃO 4101 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

A Ação apresenta trinta Subtítulos, cada um relativo à uma Região Administrativa do DF. Exceto pelas Regiões Administrativas de Varjão, Itapoã e Candangolândia, cada Subtítulo está dividido em três Etapas cadastradas no SAG, uma para sinalização horizontal, a segunda para implantação de tachas e tachões e a terceira para sinalização vertical, totalizando 86 Etapas. Representa 6,2% da Despesa Autorizada total do Programa, e empenhou cerca de 71% dos seus recursos.

A sinalização horizontal e a implantação de tachas e tachões são medidas respectivamente em m^2 e em unidades. As especificações dos produtos e todos os seus itens de qualidade estão descritos nos contratos firmados com as empresas vencedoras do pregão eletrônico 011/2012 – DETRAN. Os meses iniciais de 2012 foram regidos pelo contrato firmado em 2005 com a SITRAN, sendo que os serviços contratados para 2012 foram divididos em quatro lotes:

- Lote 1 – Sinalta Propista Sinalização Segurança LTDA;
- Lote 2 – Faixa Sinalização Viária LTDA;
- Lote 3 – SITRAN com. e ind. de eletrônica LTDA;
- Lote 4 – Sinalizadora Paulista construção e sinalização LTDA;

SEL FISC 039 /2013 Folha Nº 003271

Em regra, as sinalizações existentes são revitalizadas em data próxima ao aniversário da cidade ou por demanda da sociedade. As novas sinalizações são implantadas ao término dos vários projetos executivos em andamento no DETRAN, não havendo propriamente um cronograma a ser seguido.

Os serviços executados pela contratada são registrados em relatório diário, e enviados para o DETRAN para verificação do atendimento aos padrões de qualidade e medição. Após a verificação pelos executores dos contratos, os relatórios são enviados para cadastro no SIGDETRAN e, após compilação das informações relativas ao mês, seguem para pagamento e para a equipe de planejamento. Em muitos casos, existe uma razoável demora na liberação das informações para cadastro no sistema, o que implica na necessidade de contatos informais com a contratada para que os dados sejam disponibilizados e sigam seu fluxo.

Entende-se que a utilização de tecnologias mais modernas para registro das informações pela contratada, que substituíssem os relatórios elaborados manualmente, reduziriam os prazos para liberação de informações, e minimizariam a possibilidade de ocorrência de erros, uma vez que todos os dados precisam ser digitados no SIGDETRAN. O SIGDETRAN também passa por limitações dentro da sua lógica de funcionamento, e foi assinalada pela unidade a necessidade de contratação de equipe para sua manutenção e modernização.

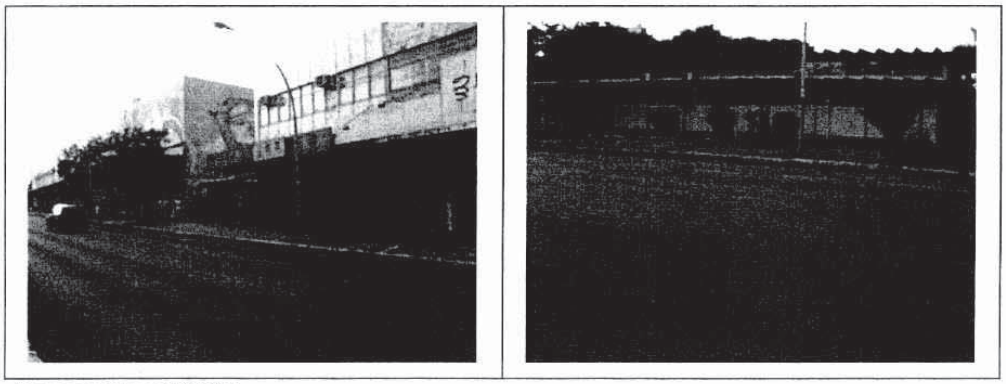
Uma amostra dos serviços executados nos meses de novembro/dezembro de 2012 foi selecionada para verificação pela equipe. Foram visitados endereços nas seguintes Regiões Admnistrativas: Lote 1 – Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte); Lote 2 – Lago Sul; Lote 3 – Taguatinga; Lote 4 – Núcleo Bandeirante. Foi possível constatar a execução dos serviços, conforme documentado. Entretanto, a sinalização no DF precisa ser repensada, uma vez que as condições climáticas, ao alternar períodos extensos de seca com enxurradas intensas, acaba provocando a rápida deterioração da sinalização. O investimento em materiais que resistam a estas variações precisaria ser considerado. O DER tem utilizado material laminado nas faixas de pedestres, que reflete melhor a luz do farol melhorando a visibilidade.

Ressalta-se também a importância de que os trabalhos de recapeamento das pistas realizados pela NOVACAP sejam programados em parceria com o DETRAN, evitando gastos desnecessários e retrabalhos, e que a sinalização seja colocada imediatamente após a finalização dos trabalhos de recuperação, minimizando riscos de acidentes.

Também considera-se que algo bem determinado no DF é seu regime de chuvas. O planejamento dos trabalhos deveria ser feito considerando, dentro de limites naturais, o fato de que existe uma época de chuvas intensas na região. Realizar trabalhos de manutenção de

pistas e mantê-los incompletos alegando a questão de chuvas é algo que merece ser repensado. Neste sentido, destacamos ambas as pistas da W3 norte e sul, que estão praticamente sem sinalização, uma vez que aguardam a finalização do recapeamento (Figura 4).

FIGURA 4 – DETALHE DAS PISTAS W3 SUL – AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA

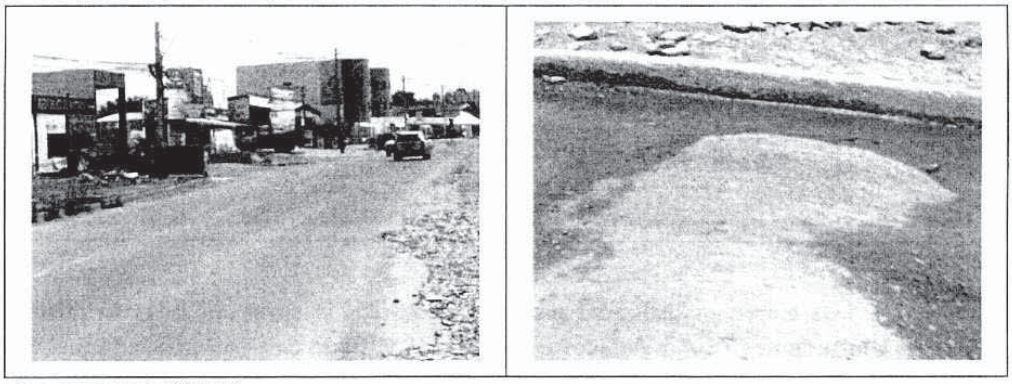


DATA DO REGISTRO: 05/02/2013

A medição dos trabalhos realizados em todo o Distrito Federal é feita por apenas dois servidores, sendo cada um responsável por dois lotes contratados.

A execução dos serviços relativa ao lote 4 encontra-se defasada em relação aos outros três lotes. Acrescenta-se que alguns trechos relativos a este lote, como, por exemplo, a Região Administrativa de Vicente Pires, apresentam pistas em um estado de total abandono (Figura 5).

FIGURA 5 –VICENTE PIRES – DETALHE DO QUEBRA-MOLAS



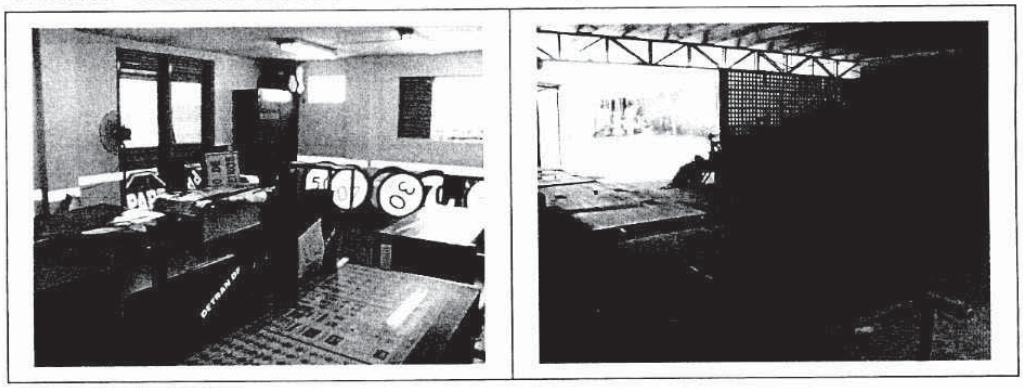
DATA DO REGISTRO: 08/02/2013

SEI 039 /2013 Folha Nº 003272

A sinalização vertical realizada pelo DETRAN, até 2010, era feita por meio de contrato firmado com a empresa SITRAN. Em outubro de 2010 o serviço passou a ser realizado em oficina do próprio DETRAN. Todo o serviço é feito com o apoio dos servidores da autarquia e de mão de obra fornecida por meio de contrato firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Hoje estão trabalhando na oficina 15 pessoas da FUNAP, mas este número deve subir para 30 nos próximos meses. A oficina realiza o trabalho necessário para recuperação das placas, desde sua retirada do local, desempeno, colocação de adesivos e recolocação nas pistas. A iniciativa implicou numa redução significativa dos gastos com o serviço. Segundo informações do DETRAN, no contrato firmado até 2010, o custo de reciclagem da placa era de R$580,00, e, atualmente, este custo é de R$70,00 por placa.

Segundo o responsável pela oficina, o serviço é executado mediante solicitação de serviço enviada pela Engenharia do DETRAN. A oficina (Figura 6) não trabalha com nenhuma meta mensal específica, uma vez que é a demanda dos serviços que vai definir o que precisa ser realizado. Para termos noção de produtividade, de 01 a 31/08 de 2012 foram recuperadas 87 placas no próprio local, 213 placas foram implantadas e 32 placas foram retiradas para reciclagem. De abril a novembro a oficina recuperou 745 placas no local, 1410 placas em suas dependências, implantou 1562 postes, reciclou 489 placas e 261 postes, recolheu 437 placas e 261 postes para reciclagem.

FIGURA 6 – ESCRITÓRIO DE APOIO E OFICINA DE MANUTENÇÃO DE PLACAS - DETRAN



DATA DO REGISTRO: 27/12/2012

Os empenhos realizados para pagamento dos insumos utilizados na oficina (material e mão de obra) estão alocados na Ação 2549 . Esta é uma incoerência formal do cadastramento e da alocação dos recursos, uma vez que os produtos gerados estão descritos no

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003272-Verso

SAG na Ação 4101 e os recursos que os custeiam partem de Ação distinta (Ação Gerenciamento Eletrônico de Trânsito).

AÇÃO 4197 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, MANTER A SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER/DF. A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 29.000 m^2, e a Etapa consta como concluída no SAG. Representa cerca de 7% da Despesa Autorizada para o Programa, e 83% dos recursos foram empenhados.

O propósito da Ação é a recuperação e manutenção da sinalização existente. No SAG não há Etapa associada à manutenção da sinalização vertical, e a meta descrita, de 29.000 m^2, está associada à sinalização horizontal. Entende-se que a meta prevista para o exercício deve ser calculada com base no contrato firmado em 15/05/2012 (concorrência) com a empresa SITRAN comércio e indústria de eletrônica Ltda, onde se prevê a manutenção de 229.879,92m^2 de sinalização ao longo de 12 meses de contratação. Isso equivale ao total de 153.253,20 m^2 em 2012 (período de 8 meses), ao contrário dos 29.000 m^2 registrados no SAG. A última medição informada, realizada em 20/12/12, totalizou 222.017,87 m^2.

A verificação "in loco" dos produtos entregues foi feita apenas mediante checagem das faixas de pedestres referentes ao 2° Distrito do DER, onde foi possível constatar a aplicação do material laminado em substituição à pintura tradicional. A entidade forneceu documentação fotográfica dos serviços executados, que integram os papéis de trabalho da presente auditoria.

Apesar de não constar como Etapa cadastrada no SAG, parte dos recursos alocados na Ação foi destinada à aquisição de materiais para manutenção das placas de sinalização vertical. A sinalização vertical já foi objeto de contrato em exercícios anteriores, mas em 2012 foi realizada pela própria equipe do DER, em oficina própria, de acordo com as demandas enviadas pelos diferentes Distritos. Considera-se salutar que o DER realize a manutenção do serviço com recursos próprios, nos mesmos moldes adotados pelo DETRAN, tendo em vista as distintas jurisdições de ambas as Unidades.

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 003273

AÇÃO 4198 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, MANTER A SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER/DF. A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 45 unidades. E os recursos orçamentários alocados representam menos de 1% da Despesa Autorizada para o Programa.

Os serviços a serem executados na Etapa consistem basicamente na implementação de uma rotina diária de vistoria e manutenção dos equipamentos que compõem os diversos cruzamentos semafóricos operados pelo DER/DF, com a consequente substituição dos elementos defeituosos e/ou inoperantes, e na programação e adequação dos planos de funcionamento e demais itens, de maneira a garantir que os cruzamentos permaneçam em perfeito funcionamento nas 24 horas do dia.

Os 45 itens registrados no SAG representam os 45 cruzamentos a serem vistoriados pela contratada, a empresa SITRAN Comércio e Indústria de Eletrônica LTDA. O contrato prevê a realização de serviços de vistoria, manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica dos equipamentos semafóricos, com fornecimento dos materiais e serviços de acordo com as Especificações Técnicas do DER/DF.

A Etapa consta como concluída no SAG, e 77% da Despesa Autorizada para a Ação foram empenhados no exercício de 2012. O contrato prevê a elaboração de relatório mensal, onde devem estar registradas todas as vistorias e manutenções, preventivas e corretivas. A empresa deve elaborar também um relatório de vistoria ou atendimento, contendo data, hora do chamado, início e término do atendimento, identificação do serviço/produto defeituoso, as providências adotadas e as informações pertinentes, além do relato do controle diário da situação de funcionamento dos equipamentos instalados, bem como das condições das placas de sinalização relativa ao semáforo.

Durante os trabalhos de auditoria, foram verificados os relatórios mensais relativos aos meses de setembro, novembro e dezembro de 2012. Os relatórios se constituem em uma compilação dos relatórios diários, que registram as atividades realizadas pelas equipes da contratada, tanto nas atividades preventivas como no atendimento aos chamados de manutenção corretiva, e de um resumo gerencial dos materiais consumidos, número e tipos de ocorrência. No mês de dezembro, por exemplo, foram registrados 44 chamados para manutenção corretiva. Em todo o ano de 2012, foram 962 lâmpadas incandescentes substituídas (60w e 120w).

A equipe entende que os relatórios apresentam um nível de detalhamento compatível com as exigências do contrato. Entretanto, não há no resumo gerencial contendo informação que permita avaliar os tempos médios, máximos e mínimos decorridos entre um chamado e o início dos trabalhos da contratada, nem os tempos médios, máximos e mínimos de execução dos serviços. Esta é uma informação importante para que se possa avaliar o tempo que os cruzamentos ficam indisponíveis, e o impacto que podem causar no fluxo do trânsito local. Portanto, recomenda-se sua inclusão nos relatórios.

Segundo o DER, está sendo firmado no mês de janeiro de 2013 o Termo de Cooperação n° 002/13 entre o DER e a CEB, onde se prevê a substituição de 100% das lâmpadas semafóricas incandescentes por um total de 730 lâmpadas LED. Tal substituição implica numa redução substancial na fatura de eletricidade das entidades, diminuição do custo de manutenção das lâmpadas e eliminação do efeito fantasma, no caso de incidência direta do sol sobre o semáforo, reduzindo substancialmente o risco de acidentes. A intensidade luminosa dos novos conjuntos focais é significativamente maior, mesmo à luz do dia. O mesmo termo de cooperação prevê a instalação de 10 *no breaks*, a serem instalados nos principais cruzamentos do Distrito Federal, e na falta de energia os semáforos funcionarão normalmente por, no mínimo, 90 minutos. O plano de trabalho do Termo de Cooperação prevê a implantação das lâmpadas tipo "led" e dos equipamentos de *no break* até agosto de 2013. No mesmo termo estão sendo trocadas 6312 lâmpadas incandescentes dos cruzamentos sob a jurisdição do DETRAN, e instalados 60 equipamentos de *no breaks*. Para se ter uma ideia, a economia de energia estimada é suficiente para abastecer a Candangolândia por um ano.

AÇÃO 5027 – IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO (COPA 2014)

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0001, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO (COPA 2014)-DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, IMPLANTAR SINALIZAÇÃO (COPA 2014). A quantidade prevista cadastrada no SAG é de 7.000 unidades. A Etapa consta como atrasada no exercício de 2012, e, segundo a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – ST, unidade responsável por sua execução, a quantidade prevista, em atendimento à determinação do CONTRAN, foi de 1000 placas.

A demanda está sendo parcialmente suprida por meio da contratação de empresa especializada para fornecimento de placas metálicas para sinalização de logradouro (Processo n° 090.3857/2012) e contratação de empresa especializada em impressão digital em película para sinalização viária (Processo n° 090.003521/2012). Destaca-se que, como a Dotação Inicial disponibilizada para esta Ação, R$500.000,00, foi totalmente anulada, os contratos foram

SEL PROC 079 /2013 Folha Nº 003274

custeados com recursos do Programa de Trabalho 26.122.6010.8517.0009 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – SECRETARIA DE TRANSPORTES – PLANO PILOTO.

AÇÃO 8505 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Ação apresenta um único Subtítulo, 0958, PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PUBLICA-DETRAN-DISTRITO FEDERAL, e uma única Etapa cadastrada no SAG, REALIZAR PUBLICIDADE E PROPAGANDA DE UTILIDADE PÚBLICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL. A quantidade prevista cadastrada no SAG, 01 unidade, não reflete os produtos a serem realizados. Segundo a Unidade, o preenchimento seguiu a orientação fornecida pela Subsecretaria de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento – SUPLAN, nos mesmos moldes da Etapa "Manter os serviços administrativos gerais do Departamento de Trânsito do Distrito Federal".

A Despesa Autorizada para a Ação representa cerca de 5% da Despesa Autorizada total do Programa, no entanto, a Ação não apresentou qualquer empenho no exercício de 2012. Seguindo a determinação da Lei Federal nº 12.232/2010, o DETRAN, através de sua Assessoria de Comunicação, publicou seu Plano Anual de Comunicação de 2012. Neste plano foram estabelecidas dez campanhas educativas e preventivas, para desenvolvimento durante todo o ano, visando conscientizar a sociedade dos seus direitos e deveres no trânsito: Campanha voltada para o Pedestre, Campanha voltada para motoristas, motociclistas e ciclistas, Volta às aulas, Semana Nacional de Trânsito, Carnaval, Período de Chuvas, Serviços do DETRAN e atendimento ao público, Respeito à Vaga Exclusiva, Lei Seca, Campanha específica para os períodos de férias escolares.

A proposta é que as campanhas se desenvolvam através de diversas mídias (mídia eletrônica, mídia impressa e outras mídias), tanto espontânea como mídia paga, neste caso, via contratação de serviços de publicidade e propaganda por intermédio de agência especializada.

O Briefing e o Projeto Básico para contratação da agência constam do processo nº 0055.9887/2011. De acordo com o Decreto nº 32.775/2011, o lançamento do certame licitatório deverá ser providenciado pela Secretaria de Estado de Publicidade Institucional. Até o fechamento do presente relatório, o edital ainda não havia sido lançado, e o processo encontra-se no protocolo da SEPI desde junho de 2012.

Apesar da lacuna deixada pela ausência da contratação da agência e a utilização da mídia paga para divulgação, a Assessoria de Comunicação – ASCOM/DETRAN utilizou o próprio sítio do DETRAN e a mídia espontânea para divulgar campanhas

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003274-Verso

educativas, operações de fiscalização de trânsito e engenharia de trânsito e os demais serviços prestados à população. A Assessoria também trabalha junto à SEPI apoiando o planejamento de grandes campanhas publicitárias ligadas à questão do trânsito, veiculadas em todos os meios de comunicação, e mediante apoio ao trabalho educativo desenvolvido pela Diretoria de Educação do DETRAN – DIREDUC.

Na opinião da equipe, a quantidade prevista no SAG para a Ação deve refletir o número de campanhas previstas no Plano Anual de Comunicação da Unidade, no caso do exercício de 2012, dez campanhas . A equipe entende também que, no que pese o reconhecido esforço da ASCOM para atingir seu público alvo por meio dos veículos hoje disponíveis, e o trabalho educativo realizado pela DIREDUC, a inserção das campanhas educativas e preventivas na população do DF, que seria garantida pela veiculação de informações em mídias de maior abrangência, como o fazem as propagandas pagas em TV, ficou comprometida em 2012.

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Uma das óticas utilizadas na avaliação de eficácia do Programa utiliza a metodologia para cálculo do Indicativo de Eficácia – IE, cuja última Etapa é apresentada a seguir.

TABELA 8 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADO (A)	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	VALOR ACUMULADO (VA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
2460	174,0,0%	100,0%	9.937.000	13.069.000	23.006.000	8,9%	8,9%
2469	80,0%	80,0%	51.592.000	74.049.321	125.641.321	48,6%	38,9%
2541	68,0%	68,0%	12.230.000	31.029.566	43.259.566	16,7%	11,4%
2904	80,0%	80,0%	209.000	890.000	1.099.000	0,4%	0,3%
3095	0,0%	0,0%	1.000.000	1.000.000	2.000.000	0,8%	0,0%
3096	0,0%	0,0%	900.000	900.000	1.800.000	0,7%	0,0%
3208	0,0%	0,0%	970.000	170.000	1.140.000	0,4%	0,0%
3209	74,0%	74,0%	100.000	725.000	825.000	0,3%	0,2%
4034	0,0%	0,0%	824.000	204.000	1.028.000	0,4%	0,0%
4101	87,0%	86,5%	10.399.000	10.777.000	21.176.000	8,2%	7,1%
4197	145,0%	100,0%	5.542.000	12.090.000	17.632.000	6,8%	6,8%
4198	100,0%	100,0%	1.000.000	1.500.000	2.500.000	1,0%	1,0%
5027	0,0%	0,0%	500.000	0	500.000	0,2%	0,0%
8505	50,0%	50,0%	7.778.000	9.078.000	16.856.000	6,5%	3,3%
TOTAL			102.981.000	155.481.887	258.462.887[2]		77,9%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

SPL PROC 039 /2013 Folha nº 000275

O indicativo aponta para eficácia abaixo do previsto, considerando como 80% o valor mínimo esperado para eficácia dentro do previsto. Apresentam-se nos parágrafos seguintes alguns pontos considerados na avaliação.

Dentro da metodologia proposta, as Ações com maior relação de Dotação Inicial + Despesa Autorizada apresentam maior contribuição para a eficácia do Programa. Neste sentido, a consecução das metas das Ações "Campanhas Educativas de Trânsito", "Gerenciamento Eletrônico do Trânsito", "Policiamento e Fiscalização de Trânsito", "Sinalização Horizontal e Vertical", "Manutenção da Sinalização Estatigráfica em Áreas de Interesse do DER" e "Publicidade e Propaganda" foram determinantes no resultado obtido.

De fato, as Ações descritas representam com clareza a natureza do Programa avaliado, em suas principais vertentes: educação, engenharia e fiscalização.

As demais Ações do Programa contribuíram cada uma com menos de 1% no cálculo do indicativo: Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito, Construção de Academia de Trânsito, Construção de Unidades de Atendimento do DETRAN, Implantação de Sinalização Semafórica, Implantação de Sinalização Estatigráfica, Integração DER/DETRAN – Gerenciamento de Tráfego, Manutenção da Sinalização Estratigráfica, Manutenção da Sinalização Semafórica, Implantação da Sinalização (Copa 2014).

As Ações 3095 – CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DE TRÂNSITO, 3096 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO DO DETRAN, 3208 – IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA, 4034 – INTEGRAÇÃO DER/DETRAN – GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO, 4198 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA e 5027 – IMPLANTAÇÃO DA SINALIZAÇÃO (COPA 2014) receberam 0% na avaliação de sua execução. Estas Ações não foram iniciadas ou estão atrasadas, apesar de previstas para execução em 2012, e não houve de fato novos produtos a elas associados e entregues à sociedade.

A Ação Publicidade e Propaganda não foi iniciada em 2012. Entretanto, os produtos previstos no Plano de Comunicação publicado para 2012 foram realizados parcialmente por meio da mídia espontânea, campanhas educativas e parcerias com a SEPI. Avaliou-se, portanto, sua execução em 50%.

A Ação 2541 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO é composta por quatro Subtítulos. O Subtítulo POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE PESO - DISTRITO FEDERAL não foi iniciado em 2012, e recebeu 0% na avaliação de sua execução. O Subtítulo POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - EM RODOVIAS – DISTRITO FEDERAL, pela natureza de seus empenhos, que segue a mesma daqueles realizados

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003275-Verso

na Ação de Gerenciamento Eletrônico do Trânsito do DETRAN, foi excluído da avaliação nesta Ação. O Subtítulo POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - DETRAN - DISTRITO FEDERAL apresentou uma quantidade prevista definida com base no histórico corrigido do exercício anterior. Conforme justificativas apresentadas pelo DETRAN, essa meta mostrou-se superestimada para o exercício. Apesar de apresentar divergência com as informações descritas no SAG, adotou-se o valor informado pela Unidade em seu relatório de atividades de 2012, acatando a necessidade de ajustes da metodologia. Dessa forma, o valor considerado de sua execução foi de 70,8%. Não foi apresentado um planejamento previsto para o Subtítulo POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – APOIO A FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – DISTRITO FEDERAL. Também não foi identificada uma maior limitação para sua execução. Como a natureza de realização fica vinculada às demandas verificadas, entende-se que sua execução está dentro do previsto, 80%. Ponderando os valores acima mencionados obteve-se o percentual de execução da Ação de 68%.

A Ação 3209 – IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA foi avaliada comparando-se o resultado da última medição com a quantidade prevista cadastrada no SAG. Sua execução foi avaliada em 74%.

A Ação 2904 – MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO não apresentou um planejamento definido para 2012. Sua execução foi considerada dentro do previsto, 80%, pois seu propósito de atender elementos de manutenção das atividades da Escola Vivencial de Trânsito foi verificado durante os trabalhos.A Ação 4101 – SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL teve seu percentual de execução avaliado em 87%. Para chegar a este valor optou-se por excluir o período de serviço prestado de janeiro a abril, pois foi regido por procedimento licitatório e contratos de 2005. Em 2012, por meio do pregão 011/2012, novas quantidades foram estabelecidas para os quatro lotes. Estas quantidades foram utilizadas para aferição do percentual de execução, na proporção de 8/12, correspondente ao período de maio a dezembro. O percentual de execução de cada Subtítulo foi o de seu lote correspondente. Assim: Lote 1 (Plano Piloto e Sudoeste) = 96%; Lote 2 (Lago Sul, Jardim Botânico, São Sebastião, Lago Norte, Varjão, Itapoã, Sobradinho I, Sobradinho II, Paranoá, Planaltina) = 90%; Lote 3 (Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Cruzeiro, Guará, Samambaia, SIA, Taguatinga, Vicente Pires) = 95%; Lote 4 (Candangolândia, Gama, Núcleo Bandeirante, Park Way, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Santa Maria, SCIA) = 62%.

A Ação 2469 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO apresenta dois Subtítulos, sendo que, apenas o 9519 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO – DETRAN-DF finalizou o exercício com Despesa Autorizada. Neste Subtítulo, a Etapa 87 –

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003276

RECONHECER DÍVIDAS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES não mantém relação com o propósito da Ação, tendo sido inserida por questões administrativas e, portanto, foi excluída da avaliação. A Etapa 16 – REALIZAR GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE TRÂNSITO NO DF não apresentou meta definida no SAG que permitisse acompanhamento (uma unidade). Durante os trabalhos, a Unidade foi questionada sobre os principais produtos da Ação, tendo sido informado que o Subtítulo se desenvolve prioritariamente para a manutenção dos pardais, barreiras, controles de avanço semafórico e manutenção dos semáforos. As quantidades previstas nos contratos firmados mantiveram-se ao longo do exercício, exceto pela redução do número de barreiras com o término do contrato com a empresa PERKOS.

A execução do Subtítulo 0001 da Ação 2541 – POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO foi avaliada na Ação de Gerenciamento Eletrônico de Trânsito pela natureza de seu propósito e dos empenhos realizados. Durante os trabalhos, não foi possível identificar um planejamento detalhado sobre os produtos previstos neste Subtítulo. Observou-se, entretanto, que seu propósito se desenvolve prioritariamente sobre a instalação e controle dos equipamentos de fiscalização eletrônica (EFE), em especial, de controle de velocidade. Em 2012 as rodovias monitoradas pelo DER contavam com um total de 105 EFE, sendo que já está sendo promovida a instalação de novos equipamentos, o que deve elevar este número para 115. Avaliou-se a execução de ambos os Subtítulos, 0001 e 9519, como dentro do previsto, 80%, valor atribuído à Ação.

As Ações 4197 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO ESTRATIGRÁFICA e 4198 – MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA apresentaram quantidades definidas no SAG ou no planejamento apresentado à equipe, e tiveram sua realização verificada durante os trabalhos. Foram avaliadas com 145% e 100% de execução.

A Ação 2460 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO apresenta dois Subtítulos. O Subtítulo CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO - DETRAN-DF indicou uma quantidade específica no SAG, sete campanhas, e superou esta quantidade em 85%. O Subtítulo CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO - DER-DISTRITO FEDERAL não indicou uma meta específica no SAG (1 unidade). Durante os trabalhos de auditoria foi possível constatar a existência de uma grade de atividades mensalmente planejada, com apuração mensal do número de pessoas abordadas nas campanhas, atendendo às demandas temáticas previstas. O Subtítulo foi avaliado com execução de 100%. A avaliação final da Ação foi de 100% de execução.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00376-Verso

A outra ótica utilizada na avaliação de eficácia considera os indicadores desenhados para o Programa. Na Tabela 9, a seguir, estão apresentados os indicadores cadastrados, seus índices desejados e os resultados obtidos para 2012.

TABELA 9 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	RESULTADO	DESEJADO/ALCANÇADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO			2012	2013	2014	2015	
825	PROPORÇÃO DE MORTOS POR 10.000 VEÍCULOS	1/10.000	DESEJADO	3,7	3,65	3,5	3,45	NUPED
			ALCANÇADO	2,9	-	-	-	
846	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO PRESENCIAL ISU/UA (NOTA 1 A 5)	NOTA	DESEJADO	4	4	4	4	DIRAU
			ALCANÇADO	NI*				
847	NOTA MÍNIMA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO NO CALL CENTER (154)-ISU/CC (NOTA 1 A 5)	NOTA	DESEJADO	4	4	4	4	DIRAU
			ALCANÇADO	4,55	-	-	-	
1177	ABRANGÊNCIA DAS CAMPANHAS EDUCATIVAS-ACE	PROPORÇÃO	DESEJADO	1,5	1,55	1,59	1,64	DIREDUC
			ALCANÇADO	15,1				
1178	INSERÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS NO MEIO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA - ICE	UNIDADE	DESEJADO	1	1	1	1	DIREDUC
			ALCANÇADO	NI*	-	-	-	

FONTE:SIGGO
*Não Implantado

O indicador 825 representa uma medida dos esforços conjuntos de atuação das vertentes do Programa focadas em Educação, Engenharia e Fiscalização. Reflete a eficácia no conjunto das Ações, que foi consolidada no resultado verificado em 2012, 416 vítimas fatais, o menor resultado desde o ano de 1995. A equipe entende, entretanto, que a redução do número de vítimas fatais é resultado de uma interação de fatores que ultrapassam a gestão do Programa, apesar de serem prioritariamente determinados por ele. Neste sentido, o indicador está sendo discutido em tópico adiante, na avaliação de efetividade.

Os indicadores 846 e 1178 não foram implantados em 2012, conforme discutido anteriormente. O indicador 847 superou a meta prevista. Seu resultado foi atribuído à reformulação tecnológica e treinamento de mão de obra, implantados no Call Center, o que tornou o atendimento mais rápido e dinâmico, e está alinhado com o aperfeiçoamento do atendimento ao público, vertente prevista no objetivo do Programa.

O indicador 1177 superou em mais de dez vezes o índice previsto. A Unidade informou que na definição do índice previsto para 2012 foi considerada a limitação enfrentada na contratação da agência de publicidade. O resultado obtido foi atribuído a recursos próprios, já que a agência de publicidade não foi licitada em 2012. Recomenda-se que os índices sejam

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003077

revistos, uma vez que já se encontram subestimados e não representam uma meta de fato a ser atingida, diante dos recursos disponíveis na Unidade.

Entende-se que questões ligadas à gestão administrativa, tanto nas unidades responsáveis por sua execução, como na própria estrutura do GDF, reduzem a eficácia do Programa. Citam-se como exemplos as dificuldades relacionadas com a licitação da agência de publicidade, ausência do terreno para construção da academia de trânsito e ausência do termo de cessão para início da construção da Unidade de Atendimento de Samambaia. As incertezas referentes ao planejamento, manifestada nas Etapas com uma unidade prevista ou nas metodologias de cálculos revisadas no curso do exercício de 2012 também impactam o cálculo do indicativo, e precisam ser evitadas.

Considerando as óticas acima discutidas, a equipe considera que o Programa 6215, no exercício de 2012, apresentou eficácia dentro do previsto, conforme metodologia proposta.

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A eficiência do Programa 6215 foi avaliada sobre quatro óticas distintas: a ótica da execução orçamentária/realização do gasto, a ótica do prazo, a ótica da qualidade dos produtos entregues e a ótica do planejamento e gestão do Programa.

A execução orçamentária do Programa 6215 foi de 60,6% dos recursos empenhados, em relação à sua Despesa Autorizada. Seu indicativo de eficácia, tomando como base os dados cadastrados no SAG foi de 77,9%.

Do total de 14 Ações que estruturam o Programa, cinco apresentaram 0% de empenho e de execução (Ações 3095, 3096, 3208, 4034 e 5027). Para as Ações 2469, 2541, 3209, 4101, 4197 e 4198 a relação entre a execução dos seus recursos e geração de seus produtos manteve-se na mesma proporção, definindo um caminho de eficiência na utilização dos recursos. Exceto pela Ação 2541, policiamento e fiscalização, as demais Ações apresentam como característica comum o fato de seus empenhos estarem prioritariamente ligados aos grandes contratos de sinalização e equipamentos de fiscalização eletrônica.

As demais três Ações 2460, 2904 e 8505 se diferenciaram em relação ao grupo. A Ação 2460 – CAMPANHAS EDUCATIVAS, conseguiu superar a meta prevista em campanhas, mesmo sem contar com a contratação da agência de publicidade que viabilizaria parte da execução de seus recursos. De maneira semelhante, a Ação 8505 conseguiu realizar parte de

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003277-Verso

suas atividades contando apenas com a mídia espontânea. A Ação 2904 não apresentou um planejamento definido, ou uma meta quantificada no SAG. Entretanto, as avaliações realizadas nos trabalhos de campo permitiram opiniar por sua eficácia dentro do previsto. Como apenas 40% dos recursos foram empenhados no exercício, entendemos que a Ação apresentou eficiência dentro do previsto.

As contratações do Programa foram realizadas prioritariamente mediante procedimentos licitatórios de concorrência e pregão. Algumas oportunidades podem ser destacadas para avaliação por essas Unidades, como a possibilidade do DER desenvolver suas peças teatrais nos mesmos moldes do DETRAN, podendo licitar grupos teatrais e fugindo da inexigibilidade. Vale a pena também considerar o exemplo adotado pelo DETRAN em sua sinalização vertical, que utiliza recursos próprios e convênio com a FUNAP e promove uma economia significativa substituindo a contratação do serviço.

Os prazos considerados para entrega dos produtos relativos à cada Etapa prevista são aqueles descritos no SAG. Algumas Etapas trabalham com cronogramas mensais de atividades, como por exemplo, as campanhas educativas de trânsito ou as missões realizadas no policiamento e fiscalização. Mas as metas, quando estabelecidas, foram anuais, e tiveram seu prazo de conclusão definido para 31/12/2012, exceto para as Ações 3095 e 3096, com data de conclusão em 31/12/2013. O fechamento do exercício indicou 93% das Etapas concluídas. A realização de contratos emergenciais, como os firmados na Ação 2469 – GERENCIAMENTO ELETRÔNICOS DE TRÂNSITO referentes aos EFE tipo Pardais, e a falta de tempestividade na efetivação do contrato referente ao EFE tipo barreiras eletrônicas, que deveria ter sido aditivado em 2012, implicaram na redução do número de EFEs em operação no DF. Entende-se que esses fatos refletem entraves na gestão administrativa dos recursos e comprometem a eficiência na sua utilização.

Os produtos entregues em cada uma das Etapas, bem como o propósito das Ações e seus Subtítulos, mantiveram pertinência com o objetivo, e se desenvolveram em torno das quatro vertentes definidas para o Programa (Educação, Fiscalização, Engenharia e Atendimento ao Público).

Algumas melhorias podem ser feitas na forma como o Programa está estruturado, favorecendo a relação dos produtos previstos com a finalidade das Ações. Por exemplo, a Ação de Policiamento e Fiscalização apresenta Subtítulos cujos produtos se confundem com os da Ação Gerenciamento Eletrônico de Trânsito. Também podemos verificar que os produtos relativos à sinalização estratigráfica estão distribuídos em três Ações distintas, uma do DETRAN e duas do DER, mas tratam todas da implantação ou manutenção

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003078

da sinalização. Entende-se que a forma como a Ação 2460 – CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO está estruturada, com dois Subtítulos de mesma finalidade, um no DETRAN, outro no DER, possa ser o melhor caminho a ser adotado para a estrutura do Programa.

Algumas Etapas apresentam métodos próprios para avaliar a qualidade dos seus produtos. Tanto o DER como o DETRAN registram mensalmente o público alvo de suas campanhas educativas de trânsito. O DETRAN mantém, inclusive, um indicador para medida da abrangência das campanhas educativas, que superou em dez vezes a meta estabelecida. O crescente número de notificações (em 2011 foram 42.861 e em 2012 foram 48.076) e apreensões de veículos (em 2011 foram 14.518 e em 2012 foram 18.226 veículos apreendidos) é uma medida da atuação das equipes de policiamento e fiscalização.

As Etapas ligadas às Ações de Sinalização e Equipamentos de Fiscalização Eletrônica são documentadas em relatórios diários e mensais elaborados pelas empresas contratadas. Os relatórios apresentam um grau razoável de detalhamento, mas tratam da informação num nível operacional, de execução do serviço contratado. Com base nestes relatórios são realizados os pagamentos das empresas.

Como os produtos estão dispersos em todo o DF, uma amostra foi visitada pela equipe durante os trabalhos de auditoria, sendo possível confirmar a execução. A amostra, entretanto, é pequena diante do todo, e uma percepção da situação, até mesmo como usuários destes produtos, nos permite registrar que são frequentes os sinais apagados ou intermitentes em vários pontos do Plano Piloto ao longo de uma semana. Também podemos constatar que trechos do DF são carentes de uma sinalização estratigráfica satisfatória, muitas vezes porque as próprias pistas precisam ser restauradas, outras porque o serviço executado não resiste ao fluxo intenso no local, ou ao regime climático do DF, e acaba se degradando rapidamente.

Não foi possível observar na avaliação das Ações uma visão estabelecida de gestão da qualidade dos produtos. As Unidades executoras do Programa elaboram relatórios diversos consolidando as atividades realizadas, porém, de maneira geral, uma análise de efetividade das Ações e até mesmo dos contratos executados ainda é muito superficial. Entende-se também que os esforços de integrar e desenvolver sistemas informatizados devem englobar as atividades que envolvem o fluxo e o controle de informações que alimentam o planejamento. No DETRAN, as informações são enviadas para o núcleo de planejamento por correio interno.

Na opinião da equipe, considerando que houve uma proporcionalidade entre os recursos financeiro/orçamentários utilizados e os produtos gerados, o Programa 6215 mostrou-se eficiente em 2012. Entretanto, o Programa se desenvolve em torno de um patamar de manutenção de atividades aparentemente desenvolvidas e consolidadas, e ações que de fato possam trazer o trânsito do DF para um nível de excelência tecnológica ainda são incipientes, e precisam ser incrementadas.

III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Segundo informações da Organização das Nações Unidas (www.onu.org.br), em 2012, as estradas do mundo levaram cerca de 1,2 milhão de vidas. Além das mortes são mais de 50 milhões de pessoas feridas a cada ano – muitas delas agora condenadas a suportar deficiências físicas e traumas psicológicos para o resto de seus dias. Cerca de 90% das mortes de trânsito e lesões ocorrem em países de baixa e média renda e a maioria das vítimas são pedestres, ciclistas e motociclistas. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que, sem uma ação urgente, os acidentes de trânsito se tornarão a quinta causa de morte em 2030.

Neste cenário, a ONU estabeleceu o índice de três mortos a cada 10.000 veículos como aceitável para países em desenvolvimento. Em 2012, no Distrito Federal, este índice atingiu o patamar de 2,9 vítimas fatais a cada 10.000 veículos, o menor desde 1995.

O indicador adotado no Programa 6215, proporção de mortos a cada 10.000 veículos, traduz uma medida de efetividade do Programa. Entende-se que ele se coloca numa posição diferenciada em relação aos demais indicadores do Programa, que apresentam caráter operacional e se propõem a avaliar o desempenho de Ações específicas. O indicador 821 reflete a sinergia de Ações diversas, que inclusive extrapolam a esfera do Programa, apesar de ser por ele determinada, uma vez que a redução de acidentes passa por uma mudança cultural na sociedade.

No que pese a necessidade de manter o esforço crescente e contínuo por um trânsito seguro, uma vez que o índice de 2,9 mortos para cada 10.000 veículos ainda significa que 416 vidas foram retiradas pelo trânsito, considera-se que o Programa 6215 mostrou-se efetivo no exercício de 2012.

SEI PROC 039 /2013 Folha Nº 003279

IV – CONCLUSÕES

Avalia-se que o Programa 6215 apresentou eficácia dentro do previsto, realizou a gestão de seus recursos dentro de uma ótica de eficiência considerada aceitável diante das limitações existentes e mostrou-se efetivo no seu propósito de reduzir o número de vítimas fatais no trânsito do Distrito Federal. Entende-se, entretanto, que o Programa apresenta seus resultados estabelecidos num patamar de manutenção de serviços já existentes, que se mostram satisfatórios e se refletem em seus indicadores, mas existe espaço para implantação de uma gestão de trânsito mais integrada, num patamar tecnológico mais avançado.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000279-Verso